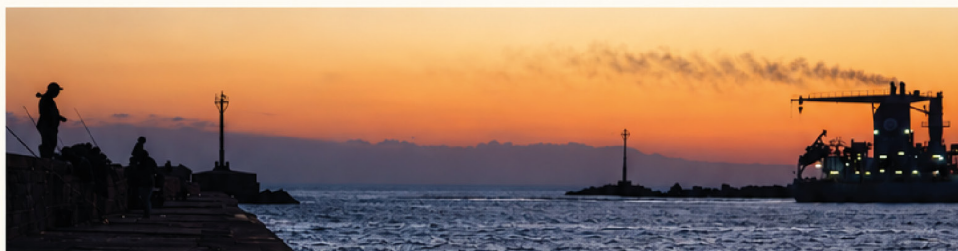


EL SUR EN EL MUNDO

PERSPECTIVAS CRÍTICAS Y ALTERNATIVAS TEÓRICAS

LEONEL CARABALLO MAQUEIRA (ISRI-CUBA)
EUMELIO CABALLERO RODRÍGUEZ (ISRI-CUBA)
MACARENA MERCADO MOTT (PPGICAL-UNILA)
FÉLIX PABLO FRIGGERI (PPGICAL-UNILA)
(ORGANIZADORES)



EDITORA
ILUSTRAÇÃO

LEONEL CARABALLO MAQUEIRA (ISRI-CUBA)
EUMELIO CABALLERO RODRÍGUEZ (ISRI-CUBA)
MACARENA MERCADO MOTT (PPGICAL-UNILA)
FÉLIX PABLO FRIGGERI (PPGICAL-UNILA)
(ORGANIZADORES)

EL SUR EN EL MUNDO

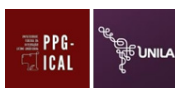
PERSPECTIVAS CRÍTICAS Y ALTERNATIVAS TEÓRICAS

Universidad de Relaciones Internacionales
“Raúl Roa García” (ISRI)
Ministerio de Relaciones Exteriores (MINREX) República de Cuba



Programa de Posgraduación en Integración Contemporánea de América Latina
(ICAL)

Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA) República
Federativa do Brasil



Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2026



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Editor-gerente: Fábio César Junges

Imagens da capa: Leandro Zerbatto

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S961 El Sur en el mundo [recurso eletrônico] : perspectivas críticas y alternativas teóricas / organizadores: Leonel Caraballo Maqueira ... [et al.] - Santo Ângelo : Ilustração, 2026.
399 p. : il.

ISBN 978-65-6135-315-1

DOI 10.46550/978-65-6135-315-1

1. Integración latinoamericana. 2. Pensamiento crítico. 3. Geopolítica regional. I. Caraballo Maqueira, Leonel (org.).

CDU: 327.39(8)

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dr. Adair Adams	IFRS, Vacaria, RS, Brasil
Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Douglas Verbicaro Soares	UFRR, Boa Vista, RR, Brasil
Dr. Edeimar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Jenerton Arlan Schütz	UCB, Brasília, Brasil
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr. Rafael Vieira de Mello Lopes	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Rivetla Edipo Araujo Cruz	UFPA, Belém, PA, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

Prólogo.....	11
Patricia Mechi	
Introducción	17
Eje 1: Geopolítica latinoamericana y caribeña	21
Capítulo 1 - China, cooperación y multilateralismo. Enfoques hacia el Sur Global	23
Rachel Lorenzo Llanes (ISRI)	
Capítulo 2 - Las relaciones estratégicas entre América Latina y el Caribe con la Federación de Rusia	39
Yosmany Fernández Pacheco (ISRI)	
Capítulo 3 - Economía mundial en turbulencias: ¿ha quedado obsoleta la teoría económica convencional para explicar las disrupciones del siglo XXI?.....	65
Ricardo Leyva Pérez (ISRI)	
Eje 2: Economía Política, integración y bloques regionales.....	97
Capítulo 4 - El carácter político de la inflación: Un análisis desde el gobierno Milei en Argentina	99
Félix Pablo Friggeri (ICAL)	
Capítulo 5 - Dos visiones de integración en el contexto regional Puebla-Tlaxcala, México	121
Luis Ricardo Cabrera Cortés (ICAL)	
Capítulo 6 - Integración en Conflicto e Integración para la Resistencia: aportes para pensar los proyectos de integración en América Latina	

Integration in	143
Macarena Mercado Mott (ICAL)	

Capítulo 7 - Problemas de integración en América Latina y el Caribe ¿seguiremos siendo el patio trasero de los Estados Unidos?	169
Roberto Urgellés González (ISRI)	

Capítulo 8 - A inspiração do Estado westfaliano para o processo da consolidação da Integração regional latino-afro-americano ou a continuidade de práticas coloniais e colonialistas?	199
Mamadou Alpha Diallo (ICAL)	

Eje 3: Descolonización de las Relaciones Internacionales y descolonización epistémica 231

Capítulo 9 - La descolonización de las Relaciones Internacionales. Hacia un Pluralismo Cognitivo en la Teoría Global	233
Martha García Hernández (ISRI)	

Capítulo 10 - Descolonização epistêmica: Perspectivas Latino- Americano-Afro- Caribenhas nas Relações Internacionais	253
Wisly Joseph (ICAL)	

Capítulo 11 - Um glossário para a Cooperação Sul-Sul: Um exercício rumo à descolonização da América Latina	283
Marina Bolfarine Caixeta (ICAL)	

Capítulo 12 - Eurocentrismo y Relaciones Internacionales: ¿Paradigmas en crisis? Una mirada desde el sur	313
María Elena Álvarez Acosta (ISRI)	

Capítulo 13 - El Buen Vivir como aporte popular latinoamericano para construcción de alternativas epistémicas en las relaciones internacionales	335
Virgínia Santiago dos Santos Góes (ICAL)	

Capítulo 14 - Natureza e religião - Umbanda e Candomblé	353
Miguel Angel Rodriguez Silva (ICAL)	
Capítulo 15 - O Cotidiano latino-americano na abordagem decolonial da Televisión del Sur – teleSUR	375
Domingos de Almeida (ICAL)	
Autores, autoras y organizadores.....	395

Prólogo

Pensar o sul global sob a ofensiva imperialista

Patricia Mechi

(Coordinadora PPGICAL-UNILA)

O livro que o leitor tem em mãos é resultado de uma colaboração entre a Universidad de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” (ISRI), de Cuba, e o Programa de Pós- Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL), da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Ele expressa os resultados de um importante esforço de reflexão sobre os desafios comuns à América Latina e ao Caribe, especialmente aqueles relacionados às transformações da ordem internacional, aos limites dos processos de integração regional e às complexidades que envolvem a produção de conhecimento crítico desde o Sul Global.

A articulação entre o PPGICAL e o ISRI foi construída ao longo de anos, em grande medida pelos esforços do professor Pablo Friggeri que simultaneamente estreitava os laços com os intelectuais cubanos ligados ao ISRI e incentivava os colegas do PPGICAL a aprofundarem os vínculos acadêmicos com intelectuais cubanos, num contexto acadêmico frequentemente adverso.

Pesquisadoras e pesquisadores que se engajam na produção acadêmica crítica sabem que ela é muitas vezes marcada pelo isolamento, pelas dificuldades de financiamento e pelo silenciamento, impostos pelos circuitos “mainstream” de legitimação intelectual, hoje mais eficazes do que nunca em não permitir a divulgação do pensamento crítico pela via algorítmica, por meio das quais meia dúzia de bilionários decidem sobre a vida de bilhões de pessoas, rebaixando sua capacidade de pensar autonomamente e restringindo o acesso à qualquer informação que contradigam seus interesses. As autoras e autores deste volume, na contramão disso, convidam os leitores a refletir criticamente sobre nossos próprios processos históricos e políticos, a partir de pesquisas originais, socialmente orientadas e desvinculadas das agendas dos centros imperiais.

A colaboração intelectual com Cuba e suas instituições, como o ISRI, tem hoje um significado que vai muito além da colaboração

acadêmica. Cuba ocupa um lugar único na história latino-americana, já que a Revolução de 1959 alterou profundamente não apenas a estrutura social e econômica da ilha, mas também anima há quase setenta anos a imaginação política das massas populares, de lutadores sociais do campo ou da cidade, não apenas em nosso continente, mas também pelo mundo todo. A Revolução Cubana colocou fim à uma relação semicolonial imposta pelos interesses estadunidenses, nacionalizando setores estratégicos da economia, ao mesmo tempo em que implementava políticas de universalização da saúde, da educação e à cultura, numa inédita experiência de dignificar a existência do povo, como resultado da própria luta popular, em que milhares de trabalhadoras e trabalhadores eram simultaneamente agentes e sujeitos da história. Por isso, a experiência revolucionária cubana tornou-se uma referência fundamental para diferentes lutas populares e antimeritistas a partir de então e, por conseguinte, uma ameaça ao império estadunidense. Rememorar, ainda que rapidamente alguns elementos da história da Revolução Cubana, nos auxilia a dimensionar melhor os desafios do presente, frente às novas e brutais investidas do imperialismo estadunidense.

Desde o início da Revolução os Estados Unidos buscaram maneiras de destruí-la. Já nas semanas iniciais do governo revolucionário, quando Fidel Castro anunciou as primeiras reformas, o império impôs as primeiras de uma longa série de sanções econômicas, ao mesmo tempo em que a CIA passou a financiar e armar a contrarrevolução cubana, que culminou na fracassada invasão da ilha, em 1961. O episódio conhecido em Cuba como “Gesta de Girón”, resultou na vitória cubana e prisão de mais de 1100 invasores na Baía dos Porcos, num contexto marcado pelo rompimento definitivo com os EUA, ocorrido poucas semanas antes da invasão.

Foi no contexto dessa vitória, que Fidel Castro declarou pela primeira vez o “caráter socialista da revolução”, no dia 18 de abril de 1961. (As operações em Playa Girón ocorreram entre 17 e 19 de abril), o que marcava também a aproximação com a União Soviética. Para o imperialismo estadunidense, a derrota tinha várias dimensões, afinal aquele território que as classes dominantes estadunidenses reservavam à máxima espoliação, ao crime, prostituição, um espaço onde quase tudo era permitido, agora tinha seus rumos definidos pelo próprio povo cubano e contava com a URSS como aliada militar e parceira comercial, sob o socialismo.

Depois de décadas de prosperidade, os anos 1990 foram de profunda crise em Cuba, com o desaparecimento da URSS. Aqueles

anos ficaram conhecidos como “Período Especial”, já que a URSS foi a principal parceira econômica do país por décadas, o que causou imensas dificuldades, como apagões, escassez de alimentos e deterioração geral das condições de vida. Para lidar com a crise, o governo cubano fez certas concessões ao capitalismo, no setor do turismo, nas remessas externas, permitindo também o surgimento de pequenos negócios privados, o “cuentapropismo”. Além disso, o país adotou um sistema de duas moedas a partir de 1994: o CUP (Peso Cubano) destinado ao consumo cotidiano dos cubanos e ao pagamento de salários e o CUC (Peso Conversível), paritário ao dólar e voltado ao consumo de estrangeiros. Apesar se frear a crise, a medida ajudou a reintroduzir a desigualdade na sociedade cubana, que se aprofundou ao longo dos anos.

Para corrigir as distorções que se desenvolveram no Período Especial, o governo Díaz- Canel lançou a “Tarea Ordenamiento”, entrando em vigor em 1 de janeiro de 2021 unificando a moeda. Entretanto, poucas semanas depois a Pandemia de Covid-19 de alcance mundial, provocou o colapso do turismo em Cuba, o que gerou inflação, desabastecimento, deterioração do poder de compra da população e agravamento da crise energética, situação que perdura e se agravou recentemente, principalmente com as ofensivas do segundo governo Trump.

A publicação, em dezembro de 2025 do documento “National Security Strategy” pela Casa Branca, retomou a Doutrina Monroe, atualizando-a, em resposta a um contexto de relativa crise hegemônica, e foi logo apelidada de “Doutrina Donroe”. O documento recoloca a América Latina e o Caribe como espaço subordinado aos interesses estratégicos do imperialismo estadunidense, cuja primeira vítima da nova ofensiva foi a Venezuela, que teve seu presidente, Nicolás Maduro, sequestrado e encarcerado em uma prisão estadunidense. Imediatamente, as petrolíferas do país foram submetidas ao grande capital estadunidense.

No ataque ao presidente Nicolás Maduro, além de dezenas de venezuelanos, 32 combatentes cubanos, que atuavam na segurança pessoal do presidente, foram assassinados. Em termos humanitários, a ofensiva contra a Venezuela agravou ainda mais a crise cubana, que dependia do petróleo do país sul americano. Atingir Cuba também é um objetivo estratégico do imperialismo estadunidense, que tem intensificado cada vez os ataques aos meios de sobrevivência da população cubana. Sem jamais ter se conformado com a insubordinação e altivez de uma nação que frente ao maior poderio militar do planeta ousou viver em seus próprios termos,

e cuja revolução, como apresentado nos parágrafos anteriores, segue sendo um exemplo de soberania e autodeterminação em todo o Sul Global, os Estados Unidos agora impõe, nas palavras de Bruno Rodríguez, Ministro das Relações Exteriores de Cuba, “um castigo coletivo de natureza genocida que condena todo o país e o usa como refém com o propósito de dominá-lo”¹. O mundo não permitirá que isso aconteça e está se mobilizando”.

Apesar da gravidade do momento, os intelectuais cubanos seguem produzindo reflexões fundamentais, e é uma imensa satisfação que o PPGICAL seja parceiro nesta empreitada, que se fundamenta no compromisso da produção de conhecimento voltado a transformação social, a emancipação da humanidade, a soberania, a solidariedade, entre outras questões, sem abrir mão do rigor analítico.

Os textos reunidos neste livro tratam de um amplo conjunto de temas, essenciais para compreender a conjuntura latino-americana e caribenha no século XXI. Articulando debates sobre geopolítica, integração regional, economia política e descolonização epistêmica das Relações Internacionais, a obra discute as transformações da ordem mundial e os vínculos da região com potências como China e Rússia, refletindo sobre cooperação Sul-Sul, multilateralismo e os impactos das disputas geopolíticas contemporâneas. Do mesmo modo, analisa criticamente os limites e contradições dos processos de integração latino-americana, os efeitos do neoliberalismo, os projetos de resistência regional e a permanência de formas históricas de dependência e subordinação aos Estados Unidos.

O livro também concentra-se na crítica ao eurocentrismo e na construção de perspectivas descoloniais no campo das Relações Internacionais, em que epistemologias latino-americanas, afro-caribenhas e populares ganham relevância e debates sobre temas como Buen Vivir, colonialidade do poder, comunicação contra-hegemônica, religiosidades afro-diaspóricas animam as diversas reflexões que tematizam a produção de conhecimento desde o Sul Global. Trata-se, portanto, de uma obra profundamente comprometida com a construção de interpretações críticas sobre a América Latina contemporânea, suas disputas geopolíticas, seus projetos de soberania e os desafios de pensar alternativas intelectuais e políticas para além das matrizes coloniais e imperiais dominantes.

Por fim, para o PPGICAL, apoiar esta publicação é reafirmar o próprio sentido de existência do Programa e da UNILA. A integração

1 Perfil oficial do Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, no “X”. Disponível em <https://shre.ink/7k0P>

latino-americana, entendida em suas múltiplas dimensões, passa também pelo fortalecimento de redes acadêmicas e pela a ampliação dos diálogos entre instituições comprometidas com a pesquisa e a formação crítica. Que este livro contribua para fortalecer a reflexão crítica e pensar os caminhos para libertação de *Nuestra America*.

Introducción

La presente obra es fruto de un proceso de articulación de dos espacios académicos de nuestra región latinoamericana-caribeña que confluyen en sus búsquedas de poner la creación intelectual al servicio de las mayorías populares y comprenden los procesos de integración regional desde una convicción profunda de autonomía frente a las pretensiones imperialistas.

Así a comienzos del 2018 comenzó a forjarse este camino que enlaza a las dos instituciones, la Universidad de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” (ISRI) y el Programa de Posgraduación en Integración Contemporánea de América Latina (ICAL), y que hoy tiene una de sus expresiones en este primer libro que logramos publicar en conjunto.

El primer eje, dedicado a la *Geopolítica latinoamericana-caribeña* contiene tres aportes brindados por el ISRI. La contribución que inicia la sección es de Rachel Lorenzo Llanes y su título es *China, cooperación y multilateralismo. Enfoques hacia el Sur Global*. La autora destaca al país asiático como eje medular de la actual correlación de fuerza en el sistema internacional abordando aspectos de su estrategia multilateralismo que constituye un desafío para los esquemas económico-políticos tradicionales y busca un enfoque más sostenible e inclusivo. El segundo texto es de Yosmany Fernández Pacheco y está identificado como *Las relaciones estratégicas entre América Latina y el Caribe con la Federación de Rusia*. Allí analiza la evolución de las relaciones estratégicas entre nuestra región y Rusia desde la era soviética hasta la actualidad, destacando cómo se reactivaron durante la presidencia de Vladimir Putin y centrando el análisis en la diplomacia y el alineamiento geopolítico (multipolaridad); la cooperación militar y de seguridad; la energía y la economía; y la diplomacia cultural. El tercer aporte de este eje es de Ricardo Leyva Pérez y se denomina *Economía mundial en turbulencias: ¿ha quedado obsoleta la teoría económica convencional para explicar las disrupciones del siglo XXI?* En este trabajo reflexiona sobre la actual transición inter-sistémica hacia la multipolaridad que está encabezada principalmente por China y Rusia y que cuestiona la hegemonía unipolar estadounidense -junto a sus aliados transatlánticos- y la incapacidad de los seudocientíficos defensores del imperialismo para analizar las disrupciones actuales, principalmente las económicas.

El segundo eje, bajo el nombre de *Economía Política, integración y bloques regionales* contiene cinco trabajos. En el primero, bajo el título *El carácter político de la inflación: Un análisis desde el gobierno Milei en Argentina*, su autor, Félix Pablo Friggeri, entiende el problema de la inflación como relacionado a la puja distributiva y al papel de los formadores de precios oligopolizados lo cual deriva en el disciplinamiento de las mayorías populares y en masivas transferencias de ingresos a favor de los sectores concentrados, analizando el tema desde la experiencia reciente de Argentina con la presidencia de Javier Milei. El egresado mexicano del ICAL, Luis Ricardo Cabrera Cortés presenta el trabajo *Dos visiones de integración en el contexto regional Puebla-Tlaxcala, México*, donde analiza el proceso histórico de la integración latinoamericana desde una perspectiva crítica y situada destacando el papel de los movimientos sociales, indígenas y campesinos como actores fundamentales que transforman el territorio en un espacio de resistencia, memoria y reexistencia frente a las formas de reproducción del capital. La autora argentina, también egresada del ICAL, Macarena Mercado Mott propone un trabajo titulado *Integración en Conflicto e Integración para la Resistencia: aportes para pensar los proyectos de integración en América Latina* donde discute la integración regional y su vínculo con el extractivismo incorporando al análisis la dimensión del conflicto y dando relevancia a las luchas de organizaciones que surgen construyendo política y epistémicamente “desde abajo” proyectos contrahegemónicos. En cuarto lugar, dentro de este eje, tenemos el aporte de Roberto Urgellés González, del ISRI, bajo el título *Problemas de integración en América Latina y el Caribe ¿seguiremos siendo el patio trasero de los Estados Unidos?* donde recuerda el anhelo de integración de grandes líderes de la región como Bolívar, Martí, Chávez y Fidel Castro para no ser vulnerable al dominio de potencias como Estados Unidos; realiza una caracterización de la región con su potencial y su alto nivel de desigualdad y pobreza; la acción de actores externos y los desafíos y perspectivas de desarrollo que ella tiene. La sección cierra con el trabajo del profesor senegalés del ICAL, Mamadou Alpha Diallo quien presenta en su trabajo titulado *A inspiração do Estado westfaliano para o processo da consolidação da Integração regional latino-afro-americano ou a continuidade de práticas coloniais e colonialistas?* un cuestionamiento al modelo de estado westfaliano y al modelo europeo de integración porque desde un planteo que surge del liberalismo, el esclavismo y el colonialismo promueve un legado racista y desintegrador, que excluye a las mayorías; y propone una valorización de las prácticas de las comunidades tradicionales

indígenas y afrodiaspóricas, descolonizando el saber y el poder y buscando modelos propios en búsqueda de la autonomía y la dignidad.

El tercer y último eje de nuestro libro lleva como identificación el nombre de *Descolonización de las Relaciones Internacionales y descolonización epistémica*. El primer trabajo de este eje es de Martha García Hernández, del ISRI, y lleva como título *La Descolonización de las Relaciones Internacionales. Hacia un Pluralismo Cognitivo en la Teoría Global* destacando el dominio de perspectivas eurocéntricas en el campo de las

Relaciones internacionales y examinando el proceso de descolonización epistémica que requiere la deconstrucción de los marcos epistemológicos hegemónicos; el reconocimiento de la agencia de los sujetos históricamente marginados; y el fomento de diálogos entre civilizaciones. Wisly Joseph, haitiano egresado del ICAL, nos ofrece luego su trabajo *Descolonização epistêmica: Perspectivas Latino-Americano-Afro-Caribenhas nas Relações Internacionais* que tiene como objetivo criticar el colonialismo epistemológico especialmente en las Relaciones Internacionales desde referencias teóricas críticas de los intelectuales de la región en el contexto de las luchas populares y la integración latinoamericana-afro-caribeña. Le sigue el artículo de Marina Bolfarine Caixeta, post doctoranda en ICAL, que lleva como título *Um glossário para a Cooperação Sul-Sul: Um exercício rumo à descolonização da América Latina* con el cual busca contribuir con la comprensión de una dinámica emancipatoria de la práctica cooperativa y a un alineamiento de la cooperación Sur-Sur con las epistemologías propias dentro de una propuesta de descolonización de América Latina. La doctora María Elena Álvarez Acosta, del ISRI, nos presenta luego el trabajo *Eurocentrismo y Relaciones Internacionales: ¿Paradigmas en crisis? Una mirada desde el sur* donde tiene como objetivo proponer una crítica al papel y el lugar que ha tenido el eurocentrismo en la construcción colonizada del mundo y entiende la descolonización de las relaciones internacionales como un proceso crítico que busca debatir y transformar las estructuras de poder, los discursos y las prácticas heredadas de ese colonialismo. El quinto artículo del eje es autoría de Virginia Santiago dos Santos Góes, egresada del ICAL, llamado *El Buen Vivir Como Aporte Popular Latinoamericano Para Construcción De Alternativas Epistémicas En Las Relaciones Internacionales* y allí destaca las contribuciones a la temática internacional que parten de bases comunitarias y contrahegemónicas, entre las que se destaca el Buen Vivir como aporte popular latinoamericano que permite mirar a otras formas de construcción del conocimiento. Le sigue el trabajo de Miguel Ángel Rodríguez Silva, doctorando uruguayo en el ICAL, bajo el

título *Natureza e religião - Umbanda e Candomblé* donde presenta el aporte de las religiones de origen africano a la integración al tejer identidades sociales y culturales con características sincréticas que pueden mantener viva la esperanza de grupos marginalizados de ocupar espacios sociales importantes. Cerrando los trabajos del eje y también nuestro libro está el aporte del marañense Domingos de Almeida, egresado del ICAL, que tiene como nombre *O Cotidiano latino-americano na abordagem decolonial da Televisión del Sur – teleSUR* en el cual plantea que la cobertura de esta emisora busca construir una narrativa de valorización de los aspectos políticos, culturales y sociales de la región desde una perspectiva decolonial, hecha desde y para los subalternizados del sistema global.

Este trabajo conjunto que presentamos aquí es un símbolo de nuestro camino en común en busca de la hermandad y la liberación latinoamericana-caribeña el cual tenemos la alegría de compartir y en el cual queremos estar juntos a todos los que luchan en los ámbitos educativos y académicos desde las praxis y las sabidurías de nuestros pueblos.



Eje 1: Geopolítica latinoamericana y caribeña

Capítulo 1

China, cooperación y multilateralismo. Enfoques hacia el Sur Global

China, cooperation and multilateralism. Approaches towards the Global South

China, cooperação e multilateralismo. Abordagens para o Sul Global

Rachel Lorenzo Llanes (ISRI)

RESUMEN: China se ha convertido en un eje medular de la actual correlación de fuerzas del Sistema Internacional. El presente artículo, aborda algunos de los aspectos más relevantes de la estrategia del Gigante Asiático en pos del multilateralismo. Ello, sobre la base de que su gestión contribuye a la gestación de un sistema multipolar, desafiando los esquemas económicos-políticos tradicionales y apuntando a un enfoque más sostenible e inclusivo.

PALABRAS CLAVE: China, enfoque sostenible, multilateralismo.

ABSTRACT: China has become a central axis of the current balance of power in the International System. This article addresses some of the most relevant aspects of the Asian Giant's strategy in pursuit of multilateralism. This is based on the premise that its management contributes to the creation of a multipolar system, challenging traditional economic-political frameworks and aiming for a more sustainable and inclusive approach.

KEYWORDS: China, sustainable approach, multilateralism.

RESUMO: A China tornou-se um eixo central do atual equilíbrio de poder no sistema internacional. Este artigo aborda alguns dos aspectos mais relevantes da estratégia do gigante asiático na busca pelo multilateralismo. Isso se baseia na premissa de que suas políticas contribuem para o desenvolvimento de um sistema multipolar, desafiando as estruturas econômicas e políticas tradicionais e visando uma abordagem mais sustentável e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: China, abordagem sustentável, multilateralismo.

Introducción

La República Popular China ha experimentado en los últimos años un acelerado ascenso en tanto potencia emergente global. Su posicionamiento actual ha llegado a significar un verdadero desafío para el orden hegemónico del Sistema Internacional de Estados, pudiendo conllevar a modificaciones en las relaciones internacionales. Ello, a partir de un proceso de reconfiguración de fuerzas que impulsa un orden internacional cada vez más multipolar. Desde dicha perspectiva, se evidencia la necesidad de la integración y cooperación; no sólo en tanto tendencias imprescindibles en el mundo globalizado, sino que además ofrecen importantes opciones para el desarrollo como se evidenciará en el presente artículo.

Bajo tales supuestos, China ha apostado a un enfoque de desarrollo basado en el concepto de destino compartido y la cooperación en función del bien común. Este le ha aportado resultados cuantificables en poco tiempo, lo que constituye muestra de cómo un esquema y estrategia de desarrollo basados en la cooperación y el multilateralismo, repercute significativamente sobre los países y regiones; incluso, deviniendo en una reconfiguración de fuerzas en el tablero geopolítico.

A partir de ello, el presente estudio, titulado “China, cooperación y multilateralismo. Enfoques hacia el Sur Global”, aborda la apuesta de ese país al multilateralismo en pos de la multipolaridad. Por ello, se ha trazado como objetivo fundamental: analizar los principales mecanismos e iniciativas de desarrollo en los que interviene China como parte de su gestión multilateral. Esto es, apuntando a la construcción de un sistema multipolar e inclusivo, con beneficios no solo nacionales o regionales, sino globales, con especial énfasis sobre el llamado Sur Global¹.

Vale destacar que mediante estos proyectos, organismos de concertación y estrategias de desarrollo, China se construye y consolida como una importante plataforma de cooperación Sur-Sur. De tal modo desafía la perspectiva tradicional de las Relaciones Internacionales, al tiempo que deviene un modelo para el desarrollo conjunto de mercados

1 En el presente artículo se comprende la noción de Sur Global desde una perspectiva esencialmente geopolítica y geoeconómica. Es decir, no se identifica con el Tercer Mundo, pues dicha distinción se refiere básicamente a aspectos económicos y técnicos. Asimismo, la noción de Sur Global no alude un territorio físico específico, sino que incluye naciones de América Latina, el Caribe, África y Asia-Pacífico, de ahí que debe abordarse desde la perspectiva de ser una realidad geoeconómica y geopolítica.

emergentes y países en vías de desarrollo. Con lo cual, se impulsa un cambio de paradigma de las relaciones económico-políticas regionales, ya que supone una apertura hacia nuevos enfoques.

China: cooperación y multilateralismo

La República Popular China, actualmente, es uno de los países líderes en cuanto a la implementación de enfoques de cooperación intra e interregionales. Si bien es una tendencia sostenida a través de una larga tradición, hoy cobra una connotación especial debido a su necesidad para mitigar los efectos de la crisis internacional multifacética en curso. Ello, en pos del multilateralismo, forma de sistema que concede preferencia a las relaciones internacionales sujetas a normas universales de comportamiento y el Derecho Internacional. Válido resaltar que, a partir de la consolidación del proceso de globalización que vincula y expande relaciones de interdependencia entre los países del mundo, incrementa la necesidad del multilateralismo para la sociedad internacional.

En efecto, la tradición China de apostar a enfoques cooperativistas se remonta a 1991, con Qian Chen, ministro de Relaciones Exteriores de la República Popular China, quien, en la Reunión Ministerial de ASEAN marcaría la apertura de la disposición de China al multilateralismo. Téngase en cuenta que la Guerra Fría repercutió profundamente sobre el ordenamiento estratégico-político en el este asiático, obligando a los Estados a tomar un rol activo en la reconstrucción del sistema de seguridad regional. A partir de entonces, China ocupa el foco de atención de los procesos multilaterales, ya sean institucionalizados o no. Paralelamente, se inician una serie de modificaciones en el *modus operandi* de su política exterior orientadas a los nuevos propósitos de establecimiento de vínculos mediante políticas de cooperación bilaterales, participación en foros multilaterales estratégicos y económicos (Rubiolo, julio-diciembre 2010).

Hoy, la gestión de gobierno de Xi Jinping, mantiene su orientación hacia el sostenimiento del multilateralismo, con un modelo socioeconómico y político que apuesta a la multipolaridad. El mismo ha generado importantes transformaciones en la economía global y la política internacional, logrando posicionarse China como centro industrial de envergadura. Este ascenso ha resultado en una reconfiguración dentro de la arena sociopolítica y económica, así como en el equilibrio de poder a nivel internacional; aumentando considerablemente la influencia de este

país en el Sistema Internacional. La misma, no se limita a la región asiática, sino que ha extendido su alcance hasta instituciones internacionales como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM). De ahí que su gestión, crecimiento y logros, constituyen un blanco para analistas e investigadores. En igual medida, su influencia sobre el Sur Global constituye tendencia y pone en la mira las alianzas geoestratégicas en formación; poniendo de relieve, además, un cambio de paradigma en las relaciones internacionales y en los enfoques regionales.

Resulta también relevante que la emergencia de China ha conllevado a un conjunto de transformaciones en los ámbitos económico, político, sociocultural, tecnológico y medioambiental, aumento en la competencia tecnológica a nivel global, principalmente relacionado a la inteligencia artificial, el 5G y la energía renovable. Es decir, el aumento de su capacidad para innovar y competir con otras economías desarrolladas, ha colocado a China en una posición de liderazgo en sectores claves; llegando a ofrecer la alternativa de un nuevo modelo de desarrollo más integral y sostenible. Ello, asumiendo como principales pilares de su estrategia las siguientes pautas: industrialización, informatización, innovación, productividad, expansión e internacionalización del mercado, inclusión social. Estas han posibilitado, fundamentalmente, hacia la segunda mitad del siglo XXI, impulsar la nueva etapa del desarrollo chino con el objetivo de lograr su revitalización como nación; así como garantizar la permanencia de su modelo político económico social. Así lo expresó Xi Jinping, en el Foro Económico Mundial de Davos:

Los países del mundo deben defender el verdadero multilateralismo y persistir en la eliminación de barreras en vez del levantamiento de muros, en la apertura en lugar del encerramiento, y en la integración en vez de la desvinculación, para promover la construcción de una economía mundial abierta (En Pereira, 2022a, 140).

Es relevante advertir que el protagonismo que ha adquirido China en los últimos años, se ha alcanzado a partir de pautas diferentes al en otrora alcanzado por potencias como Gran Bretaña y Estados Unidos. Estas potencias lograron su crecimiento sobre la base de la adquisición de colonias que le permitieron establecer un imperio global. En tanto el Gigante Asiático, no posee colonias, ni instrumentos colonizadores (como la Doctrina Monroe, que rige la cosmovisión expansionista del establishment norteamericano). En cambio, su poder e influencia mundial tienen como base el proceso de transformaciones socioeconómicas en su

modelo de gestión y gobernanza. Desde dicha perspectiva, no se equivocó Rubiolo al afirmar en 2010 que:

[...] la prioridad otorgada por Beijing al mantenimiento de un ambiente regional estable estimula la predisposición china a abrirse al multilateralismo, aunque con reservas. Esto es resultado de un cálculo costo-beneficio, y también de un proceso de conocimiento intersubjetivo con los países de la región que comenzó en el plano económico. De mantenerse esta tendencia en la política exterior de China, los resultados positivos del multilateralismo en lo económico pueden incentivar una mayor utilización de estas estrategias en lo político (Hempson-Jones 2005, 718), contribuyendo al mantenimiento de relaciones pacíficas y estables” (Rubiolo, 2010, 50).

En efecto, ya se constatan objetivamente los resultados de la estrategia china de apertura al multilateralismo. Principalmente debido a ello, es considerada por occidente como una amenaza para las fuerzas dominantes del orden global unipolar surgido en el periodo de la posguerra. En adición, China, ha rechazado las reglas económicas impuestas por el sistema capitalista y basa su gestión en vías alternativas asentadas en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), los Objetivos del Centenario y el proceso de reformas socioeconómicas. Desde esa perspectiva, la emergencia China constituye, ciertamente, una amenaza al orden hegemónico internacional. Ello, basado en el vertiginoso ascenso de este país sobre la base de la innovación; unido a que Estados Unidos y el “mundo occidental”, vienen experimentando un relativo y progresivo declive.

Se adiciona a este panorama la creciente influencia que el Gigante Asiático va ganando en el Sur Global, ya que, en efecto, el alcance de sus propuestas económicas en pos del multilateralismo no se limitan a la región asiática y representan una verdadera apuesta a la multipolaridad en los tiempos que corren. Esto se expresa mediante su inserción en plataforma multilaterales, proyectos y estrategias de cooperación internacional, como la Organización para la Cooperación de Shanghái (OCS), el grupo G-77 + China y los BRICS; así como el proyecto Made in China y la Iniciativa de Desarrollo Global, en los que se involucran todas las regiones y se abordarán en el siguiente epígrafe.

Además, se debe destacar la noción del destino compartido para el impulso de la nación china, la cual parte del interés en construir una comunidad basada en la diversificación y la cooperación intra e interregional, promoviendo el multilateralismo en función de la obtención

de ganancias colectivas. Esta visión constituye la base de la política exterior asumida por el actual mandatario chino, así como del modelo socialista con características chinas comprometido con la prosperidad colectiva. El mismo se compone de concepciones marxistas, así como de líderes chinos como Mao Zedong y Deng Xiaoping y se traza como pilares esenciales el desarrollo, la innovación y la modernización tecnológica; haciéndose corresponder con varios de los objetivos de desarrollo sostenible y cuya esencia es el desarrollo compartido.

A partir de ello puede afirmarse que hoy China lidera un cambio en la cosmovisión tradicional de las relaciones económicas y políticas internacionales. Ello se lleva a cabo mediante la cooperación y el diálogo internacional, instrumentos esenciales para construir el

destino compartido. Asimismo, el apoyo a enfoques de desarrollo inclusivos como la Agenda 2030 y los ODS para el establecimiento de un sistema comercial multilateral, respetando los derechos de los países en desarrollo. En tal sentido, China forma parte activa de iniciativas y plataformas multilaterales para promover la paz y el desarrollo mundial. Sus propuestas hacen alusión, no solo a un desarrollo compartido, sino a un desarrollo centrado en las personas y el impulso de la innovación mediante pautas respetuosas hacia el medio ambiente; aspectos que la hacen transitar hacia una nueva etapa de desarrollo global.

La estrategia de desarrollo china mediante proyectos e iniciativas: la apuesta a la multipolaridad

Algunas iniciativas clave que han permitido la emergencia de China, basado en su estrategia de desarrollo y los Objetivos de Desarrollo Sostenible y que consolidan su rol dentro de la reconfiguración multipolar del Sistema Internacional son:

1. El proyecto Made in China 2025.
2. La Organización para la Cooperación de Shanghái (OCS), que responde a intereses vinculados a la seguridad energética.
3. La nueva Ruta de la Seda o Iniciativa de la Franja y la Ruta. Este es un proyecto de gran importancia ya que pretende conectar a China con más de 100 países, abarcando todos los continentes. Esto es, mediante el establecimiento y consolidación de vínculos económicos, comerciales, financieros, sociales, culturales y en materia digital y ambiental; siendo consecuentes

con su estrategia de cooperación internacional en función del desarrollo global.

4. Plataformas multilaterales de diálogo como el G-77 + China y los BRICS, herramientas sustanciales en el actual proceso de transición a la multipolaridad.
5. La Iniciativa de Desarrollo Global (GDI).

Todas estas, entre otras, dan testimonio de la apuesta de la República Popular China a esquemas de cooperación y el multilateralismo, haciendo énfasis en sostener y fortalecer los vínculos con el Sur Global. Ello deja en evidencia nuevos enfoques prácticos en las relaciones internacionales y en las relaciones económico-políticas, planteando enfoques regionales que traspasan las fronteras territoriales, al comprenderse desde una objetividad geoeconómica y geopolítica en lugar de física.

En aras de un análisis más abarcador, la estrategia “Made in China 2025”, lanzada en el 2015, consiste en un programa industrial que pretende transitar de “Made in China” al proyecto “Invented in China”, planificado en tres etapas o momentos. La primera de ellas trazada para el presente año, bajo la intención de situar la industria china como potencia tecnológica. La segunda etapa se ha planificado cumplir para el año 2035, con la consolidación de China como potencia tecnológica mundial. Como colofón final, los momentos anteriores permitirán transitar hacia el cumplimiento de los Objetivos del Centenario en 2049 en conjunción a los ODS.

El objetivo de esta estrategia es posicionar definitivamente al Gigante Asiático como potencia líder de la innovación a nivel global. Ello sobre la base de diez sectores claves a potenciar: nuevos materiales; inteligencia artificial; comunicaciones 5G; industria aeronáutica; industria ferroviaria; industria naval; industria automotriz; robótica; maquinaria agrícola; tecnologías de fabricación avanzada. Para lograr el dominio en estas áreas, China ha destinado una inversión de más de \$300,000 millones, con el objetivo de transformarse en líder mundial en manufactura avanzada y tecnologías de punta; unido al despliegue de una estrategia que incluye, según Talin (2021):

- Construcción de centros de investigación dedicados al desarrollo de tecnologías clave para las diez industrias.
- Proyectos de innovación a gran escala en colaboración con la industria para aumentar la cuota de mercado y la propiedad intelectual.

- Promoción de producción sostenible, buscando igualar o superar los estándares internacionales de eficiencia energética.
- Fomento de la fabricación inteligente, robótica y digitalización para reducir costos de producción.
- Aumento de la producción de nuevos materiales.

Todo ello permitirá reducir la dependencia tecnológica externa, favoreciendo el consumo interno. Asimismo, generar habilidades para el desarrollo local con bajo consumo de energía, siendo consecuentes con el principio de sostenibilidad, con una incidencia ecológica positiva y fomentando la innovación y el desarrollo industrial sostenible en función a la colaboración global.

Por otro lado, la Organización de Cooperación de Shangai (OCS) es una organización internacional intergubernamental de gran relevancia en la región asiática. Sus principales impulsores son dos de las potencias emergentes de mayor impacto en el actual contexto internacional: Rusia y China, y abarca gran parte de Eurasia; lo que le confiere un amplio alcance en la región. Ello constituye un elemento esencial a la hora de evaluar los resultados alcanzados hasta el momento. Por ejemplo, vale mencionar los importantes niveles de crecimiento y desarrollo económico y social bajo el propósito fundamental de aumentar los niveles de seguridad regional. Por lo que la OCS, ha llegado a convertirse en un área de libre comercio, que, con China en su centro, promueve la integración para la creación de flujos comerciales en Asia.

En adición, la organización no se limita al sector comercial, sino que incluye un programa de seguridad y energía y promueve políticas sociales, económicas y medioambientales. Su principal objetivo es llegar a convertirse en una plataforma facilitadora del comercio y la inversión, especialmente en lo relativo a la construcción de infraestructuras. En esencia, los pilares centrales de la Organización de Cooperación de Shanghai son la cooperación, el empleo de la energía, la información, las telecomunicaciones, la protección medioambiental y el empleo de los recursos naturales. Unido a que evidencia una tendencia hacia la multipolaridad al impulsar la cooperación económica, cultural y de seguridad entre dos de los polos de poder más influyentes en el Sistema Internacional en la actualidad.

Por su parte, la Iniciativa de la Franja y la Ruta ha sido calificada como el proyecto del siglo, inspirada en la Ruta de la Seda. El nuevo proyecto se traza objetivos más ambiciosos que su referente histórico, ya

que no solo retoma su espacio geográfico de comercio; sino que lo amplía al resto del mundo como vía para promover la cooperación y la ganancia compartida de forma más expedita. Atendiendo a ello, en su programa oficial se reconocen cinco objetivos básicos: la coordinación de políticas, la conectividad de las instalaciones, el comercio, la integración financiera y la movilidad. En palabras del presidente Xi Jinping, la iniciativa se propone “impulsar la articulación de un nuevo tipo de relaciones internacionales y la estructuración de una comunidad de destino compartido para toda humanidad” (En Pereira, 2022a, 142).

De esta manera, constituye un proyecto de relevancia global al incentivar el fortalecimiento de la cooperación económica, la conectividad inter e intra regional y el desarrollo sostenible. Esto es, mediante la promoción y el desarrollo de una red de proyectos de infraestructura que se extienden a varias regiones del mundo. Con lo cual se busca fomentar el comercio y estimular diferentes formas de conectividad, sobre la base de las prioridades económicas y los ejes estratégicos de desarrollo de China; así como la innovación, la coordinación, la sostenibilidad ambiental, la apertura económica y el destino compartido.

Resulta relevante apuntar que la Franja y la Ruta representa en la actualidad un desafío a la hegemonía de Estados Unidos ya que ofrece una alternativa frente al orden unipolar. A través de esta iniciativa, se generan flujos comerciales más rápidos y una mayor interacción entre los países involucrados. En correspondencia, China ha logrado expandir su influencia económica y política a nivel global mediante la cooperación financiera y comercial, colocándose en una posición mucho más sólida en la arena internacional. Al tiempo que contribuye a la estrategia trazada en función de mejorar las condiciones de vida de sus habitantes. En este sentido, la variable Estados Unidos, debe ser considerada como parte de las proyecciones y estrategias en virtud a su influencia a nivel global y el rol que podría desempeñar en el tránsito hacia la multipolaridad.

Por tanto, puede afirmarse que se plantea una nueva configuración espacial cuyo alcance abarca desde el ámbito nacional, regional, hasta el global, en sinergia tanto con la política interna y externa del país. En virtud a ello, su impacto podría transformar el panorama económico y geopolítico a nivel mundial, favoreciendo la tendencia a la multipolaridad. En tal sentido, no solo se toman en cuenta los objetivos de desarrollo nacionales chinos, sino también los intereses de los países miembros bajo el principio

de la autodeterminación, el respeto a la soberanía y las particularidades de cada una de las naciones que intervienen.

Otro importante hito a destacar en la apuesta del gobierno chino por la multipolaridad y el multilateralismo, es el grupo de países conocido como Grupo de los 77 + China. Este surge el 15 de junio de 1964 como resultado de la “Declaración Conjunta de los Setenta y Siete”, la cual se emitiera al final de la primera sesión de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD), en Ginebra. Asimismo se establece derivado de un grupo del Movimiento de Países no Alineados en representación de los países en desarrollo y del Sur Global. En la actualidad cuenta con una membresía heterogénea, no sólo en cuanto al área geográfica que abarca, sino también en cuanto a costumbres, culturas y economías.

Desde dicha perspectiva, se considera la organización de concertación más grande y diversa en el ámbito multilateral. El grupo también ha sido activo en la promoción de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y ha emitido declaraciones sobre temas como la erradicación de la pobreza, la reducción de la desigualdad, el cambio climático, entre otros. Una de las iniciativas emprendidas en este sentido es el Global Digital Compact, propuesto en la Agenda Común del Secretario General de las Naciones Unidas, António Guterres. Su objetivo es garantizar que las tecnologías digitales se utilicen de manera responsable y en beneficio de todos. También aborda desafíos como la brecha digital existente entre los países desarrollados y en vías de desarrollo y fomenta un entorno digital seguro e inclusivo.

Además, el Grupo constituye un actor clave en la promoción de la cooperación Sur-Sur y el diálogo Norte-Sur; comprometido a promover enfoques multilaterales, democráticos y transparentes para la gobernanza digital, con el objetivo de facilitar una gobernanza más justa, equitativa y efectiva. Su principal interés es lograr una transformación en las relaciones de poder establecidas en el mundo unipolar moderno mediante un cambio del orden económico internacional neoliberal, hacia un orden multipolar democrático, equitativo y sostenible. Unido a que representa un importante eslabón para hacer frente a los intereses expansionistas imperialistas, fomentando la solidaridad y la cooperación internacionales en pos de impulsar el desarrollo continuo de sus integrantes, principalmente, mediante la cooperación desde y para el Sur Global. De esta manera, se sostiene que:

Debemos buscar mecanismos que conduzcan a otras narrativas y acciones, que surja un nuevo paradigma multipolar que nos ayude a pensar diferente, que busquemos una paz verdadera y no hipócrita; una solidaridad sin límites que nos ayude en la salida de este laberinto unipolar. El Grupo de los 77 más China puede ser el iniciador a nivel global de esa transición [...] El camino hacia la multipolaridad constituye una oportunidad para los países miembros del Grupo de los 77 más China, porque presupone un mayor acercamiento entre aquellos que necesitan de mejor y mayor desarrollo (Padilla, 2023, 6).

En estrecha relación a la apuesta china a la multipolaridad y el multilateralismo, debe referirse también su pertenencia a los BRICS. Inicialmente estuvo compuesto Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica, que constituían naciones con un gran potencial de crecimiento y desarrollo en el escenario internacional. En agosto de 2023, se anuncia la incorporación de 6 nuevos miembros a partir de 2024: Argentina, Egipto, Etiopía, Irán, Arabia Saudita y Emiratos Árabes Unidos; aunque en diciembre del mismo año el presidente argentino Javier Milei descartó la incorporación de Argentina. En conjunto, los BRICS representan alrededor del 40,8% de la población mundial, con extensos territorios y grandes cantidades de recursos naturales. Además, los países BRICS representan aproximadamente el 23% de la economía global, el 18% de las transacciones de mercancías y el 25% de la atracción de inversión extranjera, el 25,7% del PIB mundial, el 16,1% de las exportaciones y el 14,9% de las importaciones globales; constituyendo una fuerza notable en la economía mundial (Giménez, 2024).

De tal modo busca impulsar el desarrollo de sus miembros a través de la cooperación y el financiamiento de proyectos conjuntos. Donde la incorporación de nuevos miembros busca ampliar la influencia del bloque en el Sur Global, constituyendo en la actualidad, un importante eslabón en el proceso de transición hacia la multipolaridad. En dicho proceso China desempeña un rol decisivo, apostando por la coordinación de las políticas macroeconómicas en contraste a los ODS, lo cual, además, constituye parte integrante de su estrategia de desarrollo nacional. En virtud a ello, para China, los BRICS constituyen la plasmación de una alternativa de gobernanza basada en la búsqueda del desarrollo como plataforma para impulsar una nueva propuesta de seguridad global. La misma incluye programas de cooperación como la construcción de un mundo abierto, trazar una visión de desarrollo compartido, enfrentar los desafíos globales y medioambientales más apremiantes, salvaguardar la equidad y la justicia de

la sociedad internacional y profundizar las asociaciones dentro del bloque de economías emergentes.

Por su parte, en estrecha relación a los mecanismos antes abordados, debe referirse también la Iniciativa para el Desarrollo Global (GDI) de China. La misma fue propuesta por Xi Jinping el 21 de septiembre de 2021 en el debate general de la 76ª sesión de la Asamblea General de las Naciones Unidas. Esta propuesta se ha convertido en una parte integral de la estrategia de China para establecerse como líder en la gobernanza global. Su objetivo fundamental es promover la implementación de la Agenda 2030 de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sostenible mediante la búsqueda de una reconfiguración del sistema internacional.

La GDI está comprometida con un desarrollo global que ofrezca beneficios para todos, entiéndase: equilibrio, coordinación, inclusión, cooperación beneficiosa bajo el principio del destino compartido y la prosperidad común. Se ocupa de necesidades apremiantes de los países en desarrollo, como la reducción de la pobreza, la seguridad alimentaria, la industrialización y la conectividad digital. Asimismo, promueve la cooperación práctica y el intercambio de conocimientos; así como la creación de plataformas de cooperación en todos los ámbitos y asociaciones internacionales. Vale resaltar que más de 100 países y organizaciones han expresado su apoyo a la iniciativa.

En efecto, la cooperación internacional es uno de sus principales pilares, en especial la cooperación Sur-Sur, lo que ha generado un aumento en la influencia de China no solo en el sistema internacional, sino que adquiere especial relevancia en África, Asia y América Latina. A partir de ello, la GDI cuestiona el principio de la competencia para ganar poderío internacional, lo que genera rivalidad entre las potencias. China, en cambio, ha demostrado ser capaz de cooperar y establecer alianzas, para el beneficio colectivo.

Sobre dicha base, la Iniciativa de Desarrollo Global China, ha tenido un impacto significativo en la reconfiguración del sistema multipolar, al contribuir a consolidar la posición de China como un actor clave en la gobernanza global. Como resultado ha generado un aumento en la influencia del Gigante Asiático en el sistema internacional, sobre todo en el Sur Global, favoreciendo el intercambio de conocimientos en materia de desarrollo y beneficiando ampliamente a los países en desarrollo. A saber, esta iniciativa favorece vías de financiamiento y participación activa china en modelos de cooperación y organizaciones internacionales

para la innovación y el desarrollo de capacidades. Atendiendo a lo antes expuesto, se prevé que mediante los mecanismos abordados, entre otros, China continuará avanzando en cuanto a su potencial de cooperación; persiguiendo la convergencia de los beneficios con otros países y regiones en áreas como la liberación y facilitación de la inversión comercial, el comercio electrónico, la interconexión de los mercados financieros y el desarrollo de la innovación.

Conclusiones

Un mundo multipolar se hace cada vez más necesario. Bajo ese paradigma, China constituye un pilar fundamental dentro de la transformación que experimenta hoy el orden internacional. Su gestión, basada en el principio de ganancias compartidas, la concepción de infraestructuras y la implementación de políticas no agresivas hacia el medio ambiente, en conjunción con el cumplimiento de los Objetivos del Centenario y los ODS; le ha permitido el fortalecimiento de alianzas estratégicas convirtiéndose en un eje medular dentro del tablero geopolítico actual.

Asimismo, dirige acciones conjuntas hacia sectores claves para el desarrollo global como la industrialización, informatización, innovación, productividad, expansión e internacionalización de su modelo. Todos estos elementos han sido esenciales para impulsar la nueva etapa del desarrollo; contribuyendo al fortalecimiento de lazos en pos de la multipolaridad. En ese contexto, China ha implementado un enfoque que favorece la cooperación multilateral, dando mayor participación a los países emergentes en sus iniciativas de desarrollo.

Mediante los proyectos abordados en el presente estudio, a los que se unen otros organismos de concertación y estrategias de desarrollo, China se construye y consolida como una importante plataforma de cooperación Sur-Sur. Se entretejen vínculos para el desarrollo conjunto de los mercados emergentes y de los países en vías de desarrollo, apuntando hacia esquemas que amenazan la continuidad del orden geopolítico unipolar. Asimismo, el modelo chino mantiene un compromiso con el desarrollo global, en función de obtener beneficios económicos y sociales bajo el principio de la sostenibilidad y la construcción de una civilización ecológica.

De este modo, la República Popular China, ha devenido en la actualidad un eslabón esencial para el impulso de la cooperación

internacional. Su emergencia y posicionamiento constituyen sin duda un desafío para los modelos tradicionales de poder y hegemonía; al tiempo que suponen un cambio de paradigma de las Relaciones Internacionales y en los enfoques regionales entendidos geográficamente. De este modo, la gestión china en favor del multilateralismo con énfasis en el llamado Sur Global, resulta indispensable para transitar hacia un sistema multipolar dentro de la actual configuración de fuerzas del Sistema internacional.

Referencias

Casals Llano, Jorge (2023). El Nuevo orden global: amenazas y oportunidades. *Cuadernos Nuestra América. Nueva época*. 05, 68-79.

García Linera Álvaro (2021). La globalización neoliberal en crisis. *Cuba-debate*, 30 de agosto, Recuperado 16-01-2026 de: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2021/08/30/la-globalizacion-neoliberal-encrisis>

Giménez, José (2024). Qué son los BRICS y quiénes lo integran. *Chequeado*, 3 de enero. Recuperado 16-01-2026 de: <https://chequeado.com/el-explicador/que-son-los-brics-elbloque-de-paises-a-los-que-ingresara-la-argentina-en-2024/>

González Sáez, Ruvislei (2020). El Quinto Pleno del XIX Comité Central del Partido Comunista abre una nueva etapa para China. En Merino, G. et al. (coord.), *Transiciones del Siglo XXI y China: China y perspectivas post pandemia II*, Buenos Aires: CLACSO, 41-52.

González Sáez, Ruvislei (2023). Medio ambiente en China: Impactos y respuestas del Partido y el Gobierno. *Centro de Investigaciones de Política Internacional (CIPi)*. Recuperado de: www.cipi.cu/medio-ambiente-en-china-impactos-y-respuestas-del-partido-y-gobierno/

Herrera, Remy; Long, Zhiming; y Tony Andréani (2023). ¿Está China transformando el mundo?. *Revista Política Internacional*, V(1), 183-190.

Liu, Xuedong; y Juan González García (2021). El XIV Plan Quinquenal 2021-2025: reto para el nuevo modelo de desarrollo económico de China. *México y la Cuenca del Pacífico*, 10(30), 57-81.

Merino, Gabriel; Bilmes, Julián; y Amanda Barrenengoa (2021). *Crisis de hegemonía y ascenso de China. Seis tendencias para una transición*. Buenos Aires: Instituto Tricontinental de Investigación Social.

Otero Iglesias, Miguel (2022). La prosperidad común y la circulación

dual: el nuevo modelo de desarrollo de China. Análisis del Real Instituto Elcano (ARI), 7, 1-9. Recuperado de: <https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/la-prosperidad-comun-y-lacirculacion-dual-el-nuevo-modelo-de-desarrollo-de-china/>

Padilla Torres, Mario Antonio (2023). El Grupo-77 más China, en el tránsito hacia un mundo. *Cuadernos de Nuestra América. Nueva Época*. 08, 82-90.

Pennaforte, Charles; Schierholt, Kássia; y Henrique Benjamin (2022). La era de Xi Jinping y las distintas caras del proyecto geopolítico chino en el sistema-mundo contemporáneo: algunas percepciones. *Revista Política Internacional*, IV(2), 53-64.

Pereira Hernández, Carlos Miguel (2022b). China: gobernanza, institucionalidad y Estado de Derecho. *Revista Política Internacional*, IV (3), 62-80.

Pereira Hernández, Carlos Miguel (2022a): La reemergencia de China frente a la globalización neoliberal y el desafío de la conformación de un mundo multipolar. *Cuadernos de Nuestra América. Nueva Época*. 05, 118-151.

Pereira Hernández, Carlos Miguel (2022c). Las reformas en China y las teorías contemporáneas. *Cuadernos de Nuestra América. Nueva Época*. 03, 100-113.

Regalado Florido, Eduardo; y Elda Molina Díaz. (Coord.) (2021). *China y sus relaciones internacionales*. Mérida: Asociación Venezolana de Estudios sobre China (AVECH) / CEAA / ULA – Centro de Investigaciones de Política Internacional (CIPI, Cuba).

Ríos, Xulio (2021). La prosperidad común de Xi Jinping. *Observatorio de la Política China*.

30 de setiembre. Recuperado el 16-01-2026 de: <https://politica-china.org/areas/sociedad/laprosperidad-comun-de-xi-jinping>

Rivas Garay, Alejandro (2020). Made In China 2025: La Visión del Gigante Asiático, Objetivos Industriales y la relación comercial con América Latina y Chile. *ResearchGate*, recuperado de: DOI:10.13140/RG.2.2.28021.81121

Rubiolo, María Florencia (2010). El multilateralismo estratégico en la política exterior de China. Estudios de caso: el Foro Regional de ASEAN y la disputa por las islas Spratly. *Colombia Internacional*, 72, 29-52.

Rodríguez Hernández, Leyde E. (2022). Configuración multipolar del sistema internacional del siglo XXI. *Revista Política Internacional*, IV(1), 108-124.

Schulz, Juan Sebastián. (2022). Crisis sistémica del orden mundial, transición hegemónica y nuevos actores en el escenario global. *Cuadernos de Nuestra América. Nueva Época*. 03, 34-50.

Talin, Benjamin (2021). Gran estrategia de China. Made in China 2025 (MIC 25). *More than Digital*. 14 de enero. Recuperado el 16-01-2026 de: <https://morethandigital.info/es/gran-estrategia-dechina-made-in-china-2025-mic25/>.

Capítulo 2

Las relaciones estratégicas entre América Latina y el Caribe con la Federación de Rusia

Strategic relations between Latin America and the Caribbean with the Russian Federation
Relações estratégicas entre a América Latina e o Caribe
com a Federação Russa

Yosmany Fernández Pacheco (ISRI)

RESUMEN: El documento analiza la evolución de las relaciones estratégicas entre Rusia y América Latina y el Caribe (ALC) desde la era soviética hasta la actualidad. Tras un periodo de declive post-soviético, la presidencia de Vladimir Putin marcó un intento de reactivación de estas relaciones basado en el realismo pragmático, la cooperación selectiva y el desafío al orden unipolar. El análisis se centra en los pilares fundamentales de esta relación durante el siglo XXI: la diplomacia y el alineamiento geopolítico (multipolaridad), la cooperación militar y de seguridad, la energía y la economía (aunque con un comercio relativamente limitado), y la diplomacia cultural, incluyendo la expansión de la Iglesia Ortodoxa como expresión del “Alma Rusa”. La invasión rusa a Ucrania en 2022 y las consiguientes sanciones han introducido un nuevo dinamismo, caracterizado por el pragmatismo económico de ALC (buscando productos clave como fertilizantes) y tensiones geopolíticas, donde la región reafirma principios como la no intervención frente a las presiones de alineamiento.

PALABRAS CLAVES: Relaciones Rusia-América Latina, Diplomacia Cultural, Multipolaridad, Guerra en Ucrania

ABSTRACT: This document analyzes the evolution of strategic relations between Russia and Latin America and the Caribbean (LAC) from the Soviet era to the present. Following a period of post-Soviet decline, Vladimir Putin’s presidency marked an attempt to revitalize these relations based on pragmatic realism, selective cooperation, and challenging the unipolar order. The analysis focuses on the fundamental pillars of this relationship in the 21st century: diplomacy and geopolitical alignment (multipolarity), military and security cooperation, energy and economics (albeit with relatively limited trade), and cultural diplomacy, including the expansion of the Orthodox Church as an expression of the “Russian Soul.” Russia’s 2022 invasion of Ukraine and subsequent sanctions

have introduced a new dynamic, characterized by LAC's economic pragmatism (seeking key products like fertilizers) and geopolitical tensions, where the region reaffirms principles such as non-intervention in the face of alignment pressures.

KEYWORDS: Russia-Latin America Relations, Cultural Diplomacy, Multipolarity, War in Ukraine

RESUMO: Este documento analisa a evolução das relações estratégicas entre a Rússia e a América Latina e o Caribe (ALC) desde a era soviética até o presente. Após um período de declínio pós-soviético, a presidência de Vladimir Putin marcou uma tentativa de revitalizar essas relações com base no realismo pragmático, na cooperação seletiva e no desafio à ordem unipolar. A análise concentra-se nos pilares fundamentais dessa relação durante o século XXI: diplomacia e alinhamento geopolítico (multipolaridade), cooperação militar e de segurança, energia e economia (embora com comércio relativamente limitado) e diplomacia cultural, incluindo a expansão da Igreja Ortodoxa como expressão da “Alma Russa”. A invasão russa da Ucrânia em 2022 e as subsequentes sanções introduziram uma nova dinâmica, caracterizada pelo pragmatismo econômico da ALC (buscando produtos-chave como fertilizantes) e por tensões geopolíticas, onde a região reafirma princípios como a não intervenção diante das pressões de alinhamento.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Rússia-América Latina, Diplomacia cultural, Multipolaridade, Guerra na Ucrânia

Introducción

Las relaciones estratégicas entre la Unión Soviética (URSS) y América Latina y el Caribe (ALC) constituyen un capítulo fundamental en la historia de las relaciones internacionales del siglo XX. Este análisis examina su evolución desde los primeros contactos en la década de 1920 hasta el año 2000, destacando tres fases clave: la etapa inicial de influencia ideológica (1920-1958), el apogeo durante la Guerra Fría (1959-1991) y el declive postsoviético (1991-2000). Aunque Rusia como Estado independiente sólo surgió en 1991, se analiza su

continuidad histórica con la herencia soviética, utilizando fuentes académicas actualizadas que reinterpretan este proceso desde perspectivas críticas y multidisciplinarias.

Las relaciones estratégicas entre Rusia y América Latina y el Caribe (ALC) han experimentado una reconfiguración profunda desde que Vladimir Putin asumió la presidencia de la Federación Rusa en el año

2000. Tras el colapso de la Unión Soviética y el declive de la influencia rusa en la región durante la década de 1990, el mandato ha representado un esfuerzo consciente por recuperar relevancia geopolítica en un contexto de multipolaridad emergente. Este ensayo analiza los cinco pilares esenciales que han estructurado estas relaciones durante los gobiernos de Putin (2000-2008, 2012-2024), destacando su evolución, logros y limitaciones. A diferencia de la etapa soviética (marcada por vínculos ideológicos y subsidios masivos), la estrategia rusa contemporánea se caracteriza por una combinación de realismo pragmático, cooperación selectiva y aprovechamiento de las grietas en el orden unipolar liderado por Estados Unidos (Sunkel et al., 2023).

La relevancia de este análisis radica en que, mientras actores como China han incrementado su presencia económica en ALC, Rusia ha consolidado un nicho estratégico en ámbitos sensibles como la seguridad, la energía y la diplomacia multilateral. Este enfoque responde a la visión de un mundo multipolar, donde ALC funciona como un espacio para desafiar la hegemonía occidental y diversificar alianzas en un escenario de creciente confrontación con Occidente (Fernández & Vargas, 2022).

Dentro de los intereses nacionales de la Federación de Rusia en materia de política exterior, destaca la promoción de los valores espirituales y morales tradicionales rusos. En este marco, la Diplomacia Cultural (DC) juega un papel crucial, ya que contribuye a preservar el patrimonio cultural e histórico del pueblo multinacional de la Federación de Rusia. Por su parte, para ALC, la DC es igualmente trascendental, pues promueve la diversidad cultural, la inclusión y la tolerancia. De esta forma, es evidente la coincidencia entre los objetivos trazados por la Federación de Rusia en su acción diplomática cultural y las políticas desarrolladas por varios países de la región latinoamericana en este ámbito.

Bajo la administración de Vladimir Putin se ha experimentado un despertar del Alma Rusa (AR), que en el marco de las relaciones internacionales ha impactado las relaciones rusas con ALC a través de tres dimensiones principales: 1) como fundamento ideológico para construir alianzas basadas en valores compartidos, 2) como herramienta de diplomacia cultural y religiosa, y 3) como narrativa para legitimar cooperación estratégica en un contexto de confrontación con Occidente.

La “Operación Militar Especial” (OME) rusa en Ucrania, iniciada en febrero de 2022, y el paquete de sanciones económicas y diplomáticas sin precedentes impuesto por Occidente a Rusia, han creado un punto de

inflexión en las relaciones internacionales. El impacto en las relaciones de ALC con Moscú es multifacético, caracterizado por una combinación de pragmatismo económico, reafirmación de principios de no intervención y soberanía, y presiones geopolíticas divergentes.

Antecedentes históricos de las relaciones estratégicas entre Rusia y América Latina y el Caribe: Periodo soviético y transición hasta el año 2000.

Etapas iniciales: La influencia ideológica y el Komintern (1920-1958)

Los primeros vínculos entre la URSS y ALC se establecieron a través del Komintern (Tercera Internacional Comunista), creado en 1919 para fomentar revoluciones socialistas globalmente. Durante este periodo la URSS impulsó la creación de partidos afines en México (1919), Chile (1922) y Cuba (1925), aunque su influencia fue limitada por la hegemonía estadounidense en la región (Pérez, 2020).

Durante la Segunda Guerra Mundial, la URSS estableció relaciones diplomáticas con México (1924), Chile (1943) y Brasil (1945), principalmente para obtener materias primas estratégicas (Méndez, 2018). Luego de concluida la Guerra, la política de “contención” estadounidense y la dependencia económica de ALC hacia Occidente restringieron el alcance soviético. En 1947, el Acta de Chapultepec marginó a la URSS de la Organización de Estados Americanos (OEA) (Fernández, 2015). Este periodo sentó las bases para una relación asimétrica: mientras la URSS buscaba expandir su ideología, ALC permaneció bajo la esfera de influencia estadounidense, con excepciones como la neutralidad de México durante la Guerra Fría (García, 2019).

Apogeo durante la Guerra Fría (1959-1991): Cuba como eje estratégico

La Revolución Cubana (1959) marcó un quiebre histórico, convirtiendo a Cuba en el principal aliado de la URSS en ALC. Este vínculo incluyó una importante cooperación económica y energética, mediante lo cual la URSS compraba el 90% del azúcar cubano a precios 5 veces superiores al mercado internacional, aportando USD 4,000 millones anuales en subsidios (equivalente al 25% del PIB cubano) (Sunkel, 2021).

Gracias a esto la Isla logró avanzar en su infraestructura estratégica, esto está evidenciado en el financiamiento de centrales eléctricas, refinerías y sistemas de transporte (Bértola & Ros, 2017).

ALC también fue receptora de apoyo militar y geopolítico desde la URSS. Un ejemplo paradigmático fue la Crisis de los Misiles (1962) en Cuba. Con el despliegue de misiles nucleares en Cuba, demostrando la disposición soviética de apoyar a Cuba ya a confrontar a EE.UU. en su “patio trasero” (Pérez, 2020).

Es también importante señalar la colaboración en conflictos revolucionarios y de liberación nacional en la región latinoamericana. Así será el apoyo a la guerrilla sandinista en Nicaragua (1979-1990), incluyendo USD 3,000 millones en armas (Méndez, 2018). Además de la asesoría militar a Salvador Allende en Chile (1970-1973) y al Frente Farabundo Martí en El Salvador (Fernández, 2015).

En varios momentos las relaciones también fueron sustentadas en una diplomacia multilateral. Cuba y otros aliados latinoamericanos respaldaron sistemáticamente a la URSS en la ONU, bloqueando resoluciones críticas hacia Moscú (García, 2019). Lo que se suma al desarrollo de una intensa agenda dentro de los intercambios culturales y educacionales que han puesto en alto el buen desarrollo de la diplomacia cultural. Programas de becas (más de 100.000 estudiantes latinoamericanos en la URSS) y difusión de medios como Radio Moscow en español (Real Instituto Elcano, 2022).

No obstante, esta alianza era asimétrica y dependiente de los contratiempos geopolíticos de la Guerra Fría. ALC aportaba legitimidad diplomática, mientras la URSS proporcionaba recursos sin exigir reformas políticas profundas (Sunkel, 2021). La perestroika de Gorbachev (1985-1991) aceleró su deterioro al reducir subsidios y priorizar el acercamiento a Occidente.

Declive postsoviético (1991-2000): El vacío estratégico

Con la disolución de la URSS en 1991, Rusia heredó relaciones prácticamente nulas con ALC. Durante el gobierno de Borís Yeltsin (1991-1999): se mostraría un colapso económico y diplomático, evidenciado en la caída del comercio bilateral. El intercambio cayó de USD 4,200 millones (1990) a USD 420 millones (1998), un 90% menos (CEPAL, 2020). Para Cuba la pérdida de su principal mercado y aliado desembocó en el

fin de subsidios energéticos, el envío de alimentos y de materias primas desencadenaron el “Periodo Especial” en la isla (Villegas, 2019).

Durante los años 90 se mantuvieron estrategias de cooperación residual. Rusia mantuvo acuerdos limitados con Venezuela, como la venta de helicópteros Mi-17 en 1997, y Perú con aviones Su-25 en 1996, aunque sin coherencia estratégica. En el ámbito de la diplomacia

Rusia no se opuso a la firma del ALCA (1994) ni a la expansión de la OTAN, reflejando su desinterés por ALC (Real Instituto Elcano, 2022).

Hacia 1999, con la llegada de Vladimir Putin al poder, se comenzó a dar una reconfiguración paulatina surgiendo señales de reactivación de las relaciones. Así se puede mostrar con la visita de Putin a Brasil en el año 2000, siendo el primer viaje de un líder ruso a ALC desde 1991, anunciando cooperación energética. En el caso de Cuba se comenzarían a dar importantes pasos en varias esferas de la economía y el desarrollo científico, además de comenzar un proceso de renegociación de la deuda. Este periodo de los años 90 reflejó una ruptura con el legado soviético, donde Rusia priorizó su integración a Occidente, dejando un vacío que China y la Unión Europea aprovecharían en el siglo XXI (Bértola & Ros, 2017).

Los Pilares Esenciales de las Relaciones Estratégicas entre Rusia y América Latina y el Caribe durante el Mandato de Vladimir Putin (2000-2025)

Diplomacia y Alineamiento Geopolítico: Construyendo un Frente Multipolar

El primer pilar de las relaciones rusas con ALC durante el mandato de Putin ha sido el alineamiento diplomático en foros internacionales, orientado a debilitar la hegemonía estadounidense y promover una visión multipolar del orden global. Desde su primer discurso ante la Asamblea Federal en 2000, Putin definió a Rusia como contrapeso al unipolarismo, y ALC se convirtió en un espacio privilegiado para implementar esta estrategia (Méndez, 2021).

Rusia ha priorizado la consolidación de alianzas con gobiernos de izquierda o nacionalistas que comparten su escepticismo hacia Estados Unidos. Venezuela, bajo Hugo Chávez (1999-2013) y Nicolás Maduro, se erigió como el principal socio estratégico, seguido por Cuba, Nicaragua y

Bolivia durante el gobierno de Evo Morales (2006-2019). En 2004, Putin visitó Caracas, La Habana y Managua, firmando 20 acuerdos bilaterales que sentaron las bases de una cooperación estructural (Villegas, 2022). Estos vínculos no sólo respondieron a intereses económicos, sino a una convergencia ideológica en torno a la defensa de la soberanía nacional y la crítica al intervencionismo occidental.

Además, Rusia se integró activamente a mecanismos regionales como la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) y el ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América). En 2010, Putin fue invitado como orador principal a la Cumbre de la CELAC en Caracas, donde declaró: “Rusia ve en América Latina un socio natural para construir un mundo más equilibrado” (Real Instituto Elcano, 2023, p. 12). Este acercamiento permitió a Moscú proyectar influencia sin incurrir en costos económicos elevados, aprovechando la infraestructura diplomática ya existente en la región.

Un componente clave ha sido el apoyo diplomático recíproco en organismos multilaterales. Entre 2000 y 2021, países de ALC respaldaron a Rusia en el 78% de las resoluciones críticas en la ONU, especialmente en temas como Crimea (2014) y Siria (Fernández & Vargas, 2022). A cambio, Rusia bloqueó iniciativas occidentales contra Venezuela en el Consejo de Seguridad de la ONU, como la propuesta de sanciones en 2017. Este intercambio refleja una lógica de complementariedad estratégica: mientras ALC obtiene respaldo para sus posiciones soberanistas, Rusia rompe su aislamiento tras las sanciones occidentales (García Linera, 2023).

No obstante, este alineamiento no ha sido uniforme. Países como Brasil y México han mantenido posturas de neutralidad crítica, especialmente tras la invasión a Ucrania en 2022. Según datos de la ONU, solo 6 de los 33 países de ALC votaron en contra de la resolución que condenaba la ocupación rusa (CEPAL, 2024). Este matiz subraya que, pese a los esfuerzos rusos, la región no constituye un bloque cohesionado, sino un espacio de alianzas tácticas.

Otro elemento ha sido la promoción conjunta de una narrativa antiimperialista que cuestiona el dominio occidental en tecnologías estratégicas. Rusia ha respaldado iniciativas latinoamericanas para desarrollar sistemas de pago alternativos al dólar, como el Sistema Unitario de Compensación Regional (SUCRE) del ALBA, y ha impulsado el uso del rublo en transacciones bilaterales con Venezuela y Cuba (CEPAL, 2024). Además, en foros como la CELAC, Putin ha defendido la “soberanía

tecnológica” como derecho de los Estados, alineándose con demandas regionales para reducir la dependencia de EE.UU. en áreas como internet y defensa (Sunkel et al., 2023).

Este pilar diplomático ha sido fundamental para posicionar a Rusia como alternativa en un contexto de creciente fragmentación global. Sin embargo, su impacto real sigue limitado por la debilidad económica rusa y la dependencia estructural de ALC hacia los mercados occidentales, lo que restringe la capacidad de Moscú para ofrecer incentivos materiales comparables a los de China o Estados Unidos (Bértola & Lossio, 2022).

Cooperación Militar y de Seguridad: Proyectando Poder en el “Patio Trasero” de EE.UU.

El segundo pilar es la cooperación militar y de seguridad, que ha permitido a Rusia reinsertarse en ALC como proveedor clave de armas y aliado estratégico en temas de defensa. Entre 2000 y 2021, el comercio de armas rusas con la región alcanzó USD 15,000 millones, convirtiendo a ALC en el tercer mercado exportador de Moscú, detrás de India y China (García Linera, 2023).

Venezuela ha sido el principal cliente, adquiriendo sistemas como 24 cazas Sukhoi Su-30MK2 (USD 800 millones en 2006); 100 tanques T-72B1 (USD 300 millones en 2011); misiles S-300 (USD 400 millones en 2010) (Villegas, 2022). Estos acuerdos no solo generaron ingresos para la industria militar rusa (como Rosoboronexport), sino que reforzaron la capacidad operativa de gobiernos aliados para resistir presiones externas. En el caso venezolano, el 60% de su arsenal pesado proviene de Rusia, lo que ha sido clave para su supervivencia ante sanciones estadounidenses (Fernández & Vargas, 2022).

Además, Rusia ha ofrecido transferencia tecnológica limitada, como la fabricación conjunta de helicópteros Mi-17 en Perú (2005) o la instalación de radares de vigilancia en Nicaragua (2014). Estos proyectos, aunque modestos, simbolizan un compromiso más allá de las ventas puntuales, reforzando la percepción de Rusia como socio confiable en seguridad (Méndez, 2021).

Un área de creciente relevancia ha sido la cooperación en inteligencia y ciberseguridad. En 2008, Rusia reactivó parcialmente la base de señales electrónicas en Lourdes (Cuba), cerrada en 1994, para monitorear comunicaciones en el Caribe (Sunkel et al., 2023). Asimismo,

tras el escándalo de Edward Snowden (2013), Ecuador y Bolivia firmaron acuerdos con Moscú para fortalecer sus capacidades de vigilancia digital, utilizando tecnologías como el sistema SORM-3 (Real Instituto Elcano, 2023).

Estos vínculos reflejan una convergencia de intereses en controlar narrativas internas y resistir injerencias externas. Para Rusia, ALC funciona como laboratorio para probar tecnologías de vigilancia antes de implementarlas en otros escenarios; para los países receptores, representa una herramienta para consolidar el control estatal (García Linera, 2023). No obstante, esta cooperación ha generado críticas por su impacto en derechos humanos, especialmente en Nicaragua, donde el sistema ruso ha sido usado para reprimir protestas (CIDOB, 2022).

Desde 2013, Rusia ha incrementado su presencia naval en el Atlántico Sur, realizando ejercicios conjuntos con Venezuela y Cuba. En 2019, la fragata Admiral Gorshkov y el submarino Kazan navegaron cerca de las costas venezolanas, en un gesto simbólico de desafío a la Séptima Flota estadounidense (Villegas, 2022). Estos movimientos, aunque limitados en escala, envían un mensaje claro: Rusia está dispuesta a proyectar poder en espacios tradicionalmente dominados por EE.UU.

Además, en 2023, Rusia y Nicaragua firmaron un acuerdo para establecer una base naval en el Pacífico, permitiendo el despliegue de buques rusos en aguas centroamericanas (CEPAL, 2024). Este hito marca un resurgimiento de la proyección militar rusa en ALC, aunque su implementación práctica dependerá de la estabilidad del gobierno nicaragüense y de la respuesta estadounidense.

Energía y Economía: La Asimetría de un Vínculo Estratégico

El tercer pilar se centra en la cooperación energética y económica, que, pese a su limitado volumen comercial, ha sido crucial para sostener relaciones estratégicas en contextos de sanciones internacionales. La alianza energética con Venezuela ha sido el eje central. A través de la empresa estatal Rosneft, Rusia ha invertido USD 17,000 millones en el sector petrolero venezolano desde 2006, incluyendo créditos petroleros por USD 11,000 millones (2006-2019), garantizados con entregas futuras de crudo.

Estos acuerdos permitieron a Venezuela eludir parcialmente las sanciones estadounidenses, mientras Rusia obtuvo acceso a reservas probadas de 300,000 millones de barriles. No obstante, la caída de la

producción venezolana (de 3.2 a 0.7 millones de barriles diarios entre 2008 y 2021) redujo el retorno económico para Moscú, transformando estas inversiones en un costo geopolítico más que en una oportunidad comercial (CEPAL, 2024).

Argentina en 2022, firmó un acuerdo para construir la cuarta central nuclear Atucha III, con financiamiento ruso al 85% (USD 8,000 millones). Este proyecto, aunque retrasado, refuerza la imagen de Rusia como socio tecnológico avanzado (Real Instituto Elcano, 2023). Estos proyectos no solo generan ingresos para Rosatom (la corporación nuclear rusa), sino que posicionan a Moscú como alternativa a occidentales en tecnologías de doble uso, reforzando su influencia a largo plazo.

Pese a estos avances, el intercambio comercial total apenas alcanzó USD 17,000 millones en 2021, equivalente al 1.2% del comercio exterior ruso (CEPAL, 2024). Este bajo volumen refleja una dependencia asimétrica donde Rusia exporta principalmente armas y tecnología;

ALC, materias primas como café y soja. A todo esto, hay que sumar el impacto de sanciones tras 2014, las cuales complicaron los flujos comerciales por la exclusión de SWIFT, obligando a mecanismos de trueque (Bértola & Lossio, 2022).

Esta asimetría limita la capacidad de Rusia para competir con actores como China, cuyo comercio con ALC superó los USD 450,000 millones en 2021. No obstante, Putin ha optado por una estrategia de nicho, enfocándose en sectores críticos donde Occidente es vulnerable, como la energía en contextos de sanciones (Fernández & Vargas, 2022).

Tecnología y Ciencia más Allá de lo Militar

El cuarto pilar abarca la cooperación científica y tecnológica, un área de creciente relevancia en la estrategia rusa hacia ALC. Rusia ha firmado acuerdos con Ecuador, Bolivia y Nicaragua para implementar sistemas de vigilancia digital, como el Sistema Integrado de Monitoreo Satelital (2018), basado en tecnología GLONASS (sistema ruso de navegación). En 2021, Venezuela lanzó el satélite Anáhuac-2, desarrollado con apoyo ruso, para mejorar comunicaciones militares (García Linera, 2023). Estos proyectos, aunque modestos, simbolizan un esfuerzo por crear dependencia tecnológica en aliados clave.

A través del programa Ciencia sin Fronteras, Rusia ha ofrecido 5,000 becas anuales a estudiantes latinoamericanos en áreas como física nuclear

e inteligencia artificial. Además, ha establecido centros de investigación conjuntos, como el Laboratorio Ruso-Venezolano de Nanotecnología (2015), aunque su impacto práctico ha sido limitado por la fuga de cerebros en la región (Sunkel et al., 2023).

Desarrollo de la diplomacia cultural un pilar esencial en la realización entre países hermanos

Como necesario inicio cabe establecer una claridad en lo que se refiere a la DC. En tal sentido es reconocido que ya desde el siglo XIX los Estados se sirvieron de la cultura para difundir una imagen positiva de sus países en el exterior, buscando simpatías políticas en el extranjero, así como mantener una imagen de prestigio en el entorno internacional. El componente cultural en la política exterior establece un clima de cooperación propicio a los negocios e inversiones, de ahí que la cultura haya sido una herramienta utilizada por los Estados para mantener su condición de potencia.

Es también señalado que el adjetivo cultural atrae y seduce debido a que no posee una carga de “interés” per se como sucede con las relaciones económicas y políticas. Esto se sustenta en que la DC se sitúa en el ámbito de los valores y tradiciones; en las manifestaciones artísticas y culturales que expresan la identidad de una nación. De esa forma se pudiera definir la DC como el conjunto de estrategias y actividades llevadas a cabo por el Estado (y/o sus representantes) en el exterior a través de la cooperación cultural, educativa y científica, promoviendo los valores y la cultura del país en el exterior. (Rodríguez Barba, 2015, 38)

Es necesario destacar que la DC juega un rol importante para cultivar relaciones de confianza entre países por medio del intercambio y cooperación cultural. Además, que el intercambio de ideas y de información, entre otros aspectos permite un mutuo entendimiento para trabajar así por soluciones eficientes y contribuir a un desarrollo más sostenible. En la actualidad, se ha convertido en una herramienta clave para la promoción del diálogo intercultural, la resolución pacífica de conflictos y el desarrollo sostenible. Los estados, las organizaciones internacionales y las instituciones culturales utilizan diferentes herramientas para promover la cultura, como la organización de exposiciones de arte, festivales de cine y música, talleres de danza y teatro, entre otros. Además, la tecnología ha permitido llegar a un público más amplio y diverso en todo el mundo.

También es necesario señalar que la cultura ha sido utilizada como arma de colonización y sometimiento de pueblos. La cultura ha formado parte del denominado Poder Blando (Soft Power), siendo esgrimido por determinadas naciones para incidir en las acciones o intereses de otros valiéndose de medios sutiles, como su cultura, su modelo social o sus valores políticos. La colonización cultural, la guerra cultural o la cultura de cancelación son métodos empleados principalmente por potencias imperialistas y que pretenden mantener su hegemonía. Un ejemplo actual son las acciones desplegadas contra todas las expresiones artísticas representativas de la cultura rusa, acciones enmarcadas en una cultura de la cancelación que también se inscriben dentro de las sanciones contra la nación eslava, adoptadas ya desde 2014.

Sobre este asunto el mandatario ruso, Vladimir Putin, afirma que los intentos de cancelar a Rusia y de abolir su cultura serán en vano. En un mensaje destinado a los participantes del festival Tavrida Art, realizado en 2019 cerca de la ciudad de Sudak, en la península rusa de Crimea, declaró “Todos los intentos de abolir nuestra cultura, de abolir a Rusia, serán en vano. Esto es simplemente una estupidez. Y los que piensan lo contrario, por desgracia para ellos, no han aprendido las lecciones de la historia. Pero la historia la hacen las personas”. (Putin afirma que los intentos de cancelar a Rusia y de abolir su cultura serán “en vano”. 2022, 2)

Putin ha enfatizado que, en una serie de Estados, sobre todo en los occidentales, el fenómeno de “la cultura de la cancelación” se ha convertido en “la cancelación de la cultura”. Así mismo ha precisado que el término engloba el ostracismo público, el boicot e, incluso, el silencio total, el olvido de los hechos evidentes, de los libros, de los nombres de las figuras públicas históricas y modernas, de los escritores, simplemente de personas que no encajan, no caben en los patrones modernos, por más absurdos que sean a la hora de la verdad. En varias ocasiones se ha mostrado la importancia de la cultura rusa con un gran valor y una contribución invaluable a nivel mundial. Sin embargo, en la actualidad, se están llevando a cabo esfuerzos para excluir a toda una nación milenaria, conduciendo a la discriminación de todo lo relacionado con Rusia. Acciones que ha quedado demostrado se realizan con pleno convenio y con la incitación de las élites gobernantes.

La Diplomacia Cultural como unión los pueblos eslavos y de América Latina

La Diplomacia Cultural (DC) ha sido utilizada para reforzar lazos de largo plazo. Rusia ha promovido la enseñanza del idioma con 12 centros de la Fundación Russkiy Mir en ALC, con 20,000 estudiantes anuales; intercambios artísticos mostrados en la gira latinoamericana de la Ópera de Bolshói en el 2019 y festivales culturales en Cuba y Nicaragua (Real Instituto Elcano, 2023). Estos esfuerzos, aunque menores que los chinos o estadounidenses, buscan crear una élite receptiva a la narrativa rusa en el futuro.

Un importante ejemplo de la DC entre Rusia y ALC es el Festival cultural de Latinoamérica y el Caribe en Rusia. Su última edición se ha llevado a cabo del 19 al 27 de julio del presente año, en diferentes espacios abiertos de la capital rusa. La directora de la Casa de América Latina, Yulia Surílova, al recibir a los asistentes a la presentación del festival ratificó los resultados de la edición de 2024, en la cual el festival se consolidó como la mayor plataforma para la difusión de la cultura latinoamericana en Moscú.

El programa incluyó espectáculos musicales y de danza, exposiciones nacionales, presentaciones gastronómicas, proyecciones de cine, conferencias y talleres que reflejan la diversidad cultural de los países de América Latina y el Caribe. De esa forma se mostró la presencia de agrupaciones musicales y artistas de Argentina, Bolivia, Colombia, Cuba, Ecuador, Guatemala, México, Perú, República Dominicana y Venezuela.

Los invitados pudieron disfrutar de clases magistrales de bailes como tango, salsa, bachata, kizomba y rumba. Igualmente, asistirán a talleres de creación de joyería, máscaras, abanicos pintados a mano y otros recuerdos artesanales. Para los niños se organizará una aventura titulada “Aldea Indígena” y actividades de pintura facial.

La consolidación del nuevo liderazgo cultural, político y económico del sur global también reside en sus lenguas. Así lo afirma Rubén Darío Flórez, presidente del Instituto Cultural León Tolstói de Colombia, quien destaca que el mundo multipolar requiere una polifonía lingüística que desafíe la hegemonía de las lenguas coloniales (RT, 2025). Es cada vez más necesario, en un mundo multipolar, superar la hegemonía lingüística colonial mediante el intercambio cultural, educativo y literario entre regiones como América Latina y Eurasia.

Reforzamiento de los lazos culturales con Cuba

En los años 2000, con el ascenso de Putin, el acercamiento entre Cuba y la Federación Rusa experimentó un relativo resurgimiento en el ámbito de la colaboración e intercambio cultural. En tiempos recientes, estos intercambios han ido en aumento y se han profundizado cada vez más. Un ejemplo de ello es la participación de Cuba en el X Foro Internacional de Culturas Unidas de San Petersburgo, celebrado del 12 al 14 de septiembre de 2024. Este evento reunió a diversos países que discutieron simultáneamente temas relacionados con la cooperación cultural. El tema principal de esta décima edición fue “Cultura del siglo XXI: ¿soberanía o globalismo?”, con el objetivo de revitalizar el debate sobre la importancia de intensificar la cooperación cultural para preservar la soberanía. El programa del foro se estructuró para que los responsables de las políticas culturales de los gobiernos y figuras culturales de diferentes países discutieran abiertamente temas de interés común. Entre los temas debatidos se encontraban los peligros de la homogenización cultural, los formatos actuales de cooperación internacional, el papel de las tradiciones en el fortalecimiento de la confianza social y la ética del uso de tecnologías modernas en la cultura.

El ministro de Cultura de Cuba, Alpidio Alonso Grau, al intervenir en el evento, agradeció la invitación de su homóloga rusa, Olga Lubíмова, y enfatizó que la Política Cultural de la Revolución, basada en el diálogo con escritores y artistas, ha preservado y desarrollado la cultura nacional. Además, declaró: *“Si deseamos reforzar el papel de la cultura para la construcción de la paz, deben desaparecer las medidas coercitivas unilaterales contrarias al derecho internacional”*. Durante la participación de Cuba en el Foro de San Petersburgo, se trabajó en la concreción de compromisos globales orientados al fomento de políticas culturales que promuevan el desarrollo sostenible y reconozcan el valor de la cultura como su principal catalizador. Asimismo, se destacó que Cuba apoya la creación de un Objetivo de Desarrollo Sostenible específicamente dedicado a la cultura (Triana, 2024, 3).

Evidencia de este compromiso son las palabras de la ministra de Cultura rusa, Olga Lubíмова, quien, al revisar el cumplimiento de los acuerdos intergubernamentales con Cuba en el sector de Arte y Cultura, expresó: *“Estamos en condiciones de relanzar nuestras relaciones culturales y elevarlas al nivel de nuestras relaciones políticas”*. Los encuentros entre ambos ministros de Cultura se llevaron a cabo en un clima fraterno y de

mutuo entendimiento, identificándose perspectivas para incrementar la colaboración entre ambos países. Por su parte, Alpidio Alonso, ministro de Cultura de Cuba, añadió: “Estamos en condiciones de relanzar nuestras relaciones culturales y elevarlas al nivel de nuestras relaciones políticas” (Triana, 2024, 3).

El Impacto del Alma Rusa en las Relaciones entre América Latina y el Caribe con Rusia

El Alma Rusa en la Diplomacia Cultural hacia América Latina y el Caribe

Como señala Ledeneva (2021, 78), *“el Alma Rusa (AR) funciona como un marco cognitivo que permite a Rusia presentarse no sólo como una potencia geopolítica, sino como portadora de una alternativa civilizatoria al modelo occidental liberal”*. La proyección del AR en ALC se ha materializado principalmente a través de iniciativas de diplomacia cultural y educativa que buscan crear vínculos de identificación simbólica con gobiernos y élites receptivas. A diferencia de la Unión Soviética, que priorizó la difusión ideológica comunista, la Rusia putinista ha enfatizado elementos culturales y espirituales que resuenan con ciertos sectores de la región.

El elemento más tangible del AR en ALC ha sido la expansión de la Iglesia Ortodoxa Rusa, particularmente en países con gobiernos proclives. Según datos del Patriarcado de Moscú, el número de parroquias ortodoxas en ALC aumentó de 15 en 2000 a 85 en 2023, con concentración en Venezuela, Nicaragua y Cuba (Patriarcado de Moscú, 2022). Este crecimiento no es espontáneo, sino el resultado de una estrategia bien estructurada para reforzar vínculos con la región.

En el caso de Venezuela tras la visita de Putin en 2014, se inauguró la Catedral de San Nicolás en Caracas, la más grande de América Latina, financiada en un 70% por Rosneft. La Iglesia Ortodoxa Venezolana, creada en 2015, reporta 50,000 fieles y mantiene estrechos vínculos con el gobierno de Maduro (Gómez, 2021). Otro ejemplo es Nicaragua, que en 2019, el gobierno de Ortega reconoció oficialmente a la Iglesia Ortodoxa como institución religiosa, permitiendo su participación en programas sociales y educativos (CIDOB, 2022).

La expansión ortodoxa sirve múltiples propósitos: crea una red de influencia institucional, proporciona canales para la asistencia humanitaria

(como el programa “Pan y Sal” de ayuda alimentaria), y establece un vínculo simbólico con la narrativa espiritual del Alma Rusa. Como señala Pérez (2023, 134), *“la ortodoxia funciona como un ‘cable de fibra óptica’ que transmite la narrativa del Alma Rusa a través de instituciones con credibilidad local”*.

Rusia ha implementado múltiples iniciativas educativas diseñadas para transmitir elementos del AR a nuevas generaciones latinoamericanas. Estos programas no buscan convertir a los latinoamericanos al “rusismo”, sino crear una élite receptiva a la narrativa cultural rusa. Como explica Méndez (2021, 89), *“la diplomacia cultural rusa apunta a formar una ‘comunidad de sentido’ que comparta la visión de un mundo multipolar basado en civilizaciones distintas, no en valores universales occidentales”*.

Narrativa Antiimperialista y Soberanía Cultural

El AR se ha entrelazado con discursos antiimperialistas ya existentes en ALC, presentando a Rusia como aliado natural en la defensa de la soberanía cultural. Putin ha recurrido frecuentemente a esta narrativa en sus discursos ante foros latinoamericanos:

Rusia y América Latina comparten la experiencia de resistir la imposición cultural. Ambos valoramos la diversidad de caminos de desarrollo y rechazamos la idea de que existe un único modelo válido para toda la humanidad (Putin, 2018, citado en Real Instituto Elcano, 2023, 24).

Esta narrativa resuena particularmente en países como Venezuela, Bolivia y Nicaragua, donde los gobiernos han adoptado discursos de “descolonización del pensamiento” (Gudynas, 2022). La Fundación Russkiy Mir ha patrocinado múltiples conferencias en ALC sobre “soberanía cultural en tiempos de globalización”, reuniendo a intelectuales rusos y latinoamericanos alrededor de esta temática (Sunkel, 2022).

Reforzando las relaciones a través de la convergencia de valores comunes

Más allá de la diplomacia cultural, el AR ha servido como fundamento ideológico para construir alianzas estratégicas con gobiernos latinoamericanos que comparten ciertos valores o percepciones del orden internacional. Un aspecto clave ha sido la alineación en valores sociales

conservadores, presentados como parte del Alma Rusa y opuestos al “liberalismo occidental decadente”. En 2013, Rusia aprobó la ley contra la “propaganda homosexual”, seguida por iniciativas similares en Nicaragua (2017) y Venezuela (2019) (Gómez, 2021). Estas políticas no son meramente coincidentes, sino el resultado de una coordinación

ideológica. Evidencia de ello lo constituyó la Conferencia Internacional “Valores Tradicionales para un Mundo Multipolar”, organizada conjuntamente por Rusia y Nicaragua en 2018, reunió a representantes de gobiernos latinoamericanos y grupos conservadores globales (CIDOB, 2022). Expertos rusos han asesorado a legisladores nicaragüenses y venezolanos en la redacción de leyes que protegen la “familia tradicional” (Pérez, 2023).

Esta convergencia en valores tradicionales ha creado un vínculo ideológico que trasciende intereses económicos inmediatos. Como señala Fernández y Vargas (2022, 572), *“mientras China ofrece oportunidades económicas, Rusia ofrece legitimidad ideológica a gobiernos que se presentan como defensores de valores nacionales frente a la presión occidental”*.

Narrativa de Resistencia Soberanista

El Alma Rusa incluye una narrativa de resistencia frente a las presiones externas, que resuena con la experiencia histórica latinoamericana. Putin ha cultivado esta identificación mediante referencias constantes a la “resistencia espiritual” rusa frente a las sanciones occidentales, presentándola como paralela a la lucha latinoamericana contra el intervencionismo estadounidense (Tsygankov, 2022).

Esta narrativa se materializa en discursos como el de 2022, cuando Putin afirmó: “Al igual que América Latina ha resistido décadas de injerencia, Rusia defenderá su soberanía frente a quienes pretenden imponer su voluntad. Nuestra resistencia espiritual es parte del mismo fenómeno histórico” (citado en Sunkel, 2022, 102).

Esta identificación simbólica ha sido particularmente efectiva en Venezuela, donde el gobierno de Maduro ha adoptado retóricamente la narrativa de “resistencia espiritual” rusa para fortalecer su legitimidad interna (Villegas, 2023). La Fundación para el Estudio del Alma Rusa, creada en Caracas en 2020, organiza conferencias que comparan la experiencia venezolana con la “resistencia espiritual” rusa durante las sanciones (Gómez, 2021).

Civilizaciones contra Imperios

Un componente fundamental del Alma Rusa en política exterior es la visión de un mundo organizado en civilizaciones distintas, no en Estados-nación bajo un orden liberal universal. Esta perspectiva, inspirada en el pensamiento de Samuel Huntington pero reinterpretada desde una óptica rusa, ha encontrado eco en ciertos círculos intelectuales latinoamericanos (Trenin, 2022).

En 2019, el Ministerio de Asuntos Exteriores ruso patrocinó la publicación de “América Latina y el Caribe: Una Civilización en Busca de su Alma”, un libro coeditado por académicos rusos y latinoamericanos que propone una identidad civilizatoria regional opuesta al “imperialismo cultural occidental” (Real Instituto Elcano, 2023). Este tipo de iniciativas busca crear una base ideológica compartida que vaya más allá de los intereses pragmáticos inmediatos.

Impacto de la Operación Militar Especial en Ucrania y las sanciones de Occidente

Impacto Económico-Comercial: Pragmatismo y Disrupciones

El comercio entre ALC y Rusia, aunque modesto en comparación con otros socios (China, EE.UU., UE), se ha visto afectado significativamente por las sanciones financieras y logísticas. Las transacciones enfrentan obstáculos en pagos (exclusión de bancos rusos de SWIFT), transporte marítimo (seguros, rutas) y acceso a ciertas tecnologías. Esto ha impactado exportaciones latinoamericanas clave a Rusia como carne (Paraguay, Argentina), frutas (Ecuador, Chile), café (Brasil, Colombia) y azúcar (Cuba) (CEPAL, 2022).

ALC enfrenta presiones inflacionarias agravadas por la interrupción de suministros rusos de fertilizantes, combustibles y trigo. Rusia era un proveedor crucial de fertilizantes para gigantes agrícolas como Brasil (cerca del 20% de sus importaciones) y Argentina. La escasez y el aumento de precios amenazan la seguridad alimentaria regional y los costos de producción (FAO, 2022). Países importadores netos de energía (Caribe) también sufren por los altos precios globales del petróleo y gas.

A pesar de las sanciones, algunos países buscan mantener o incluso ampliar relaciones económicas específicas por pragmatismo. Venezuela y

Nicaragua, aliados políticos de Rusia, profundizan su cooperación energética y económica. Brasil, bajo Bolsonaro, evitó condenar explícitamente a Rusia inicialmente, enfatizando la necesidad de importar fertilizantes. Argentina exploró mecanismos de pago alternativos para mantener el comercio (Tokatlian, 2022). Sin embargo, la viabilidad a largo plazo depende de la capacidad de sortear sanciones secundarias y de la evolución del conflicto.

Las sanciones generaron algunas oportunidades puntuales: sustitución de exportaciones agrícolas ucranianas (ej. trigo argentino), venta de productos latinoamericanos a Rusia a precios con descuento, y posible interés ruso en invertir en sectores no sancionados en países aliados. Sin embargo, estas oportunidades son marginales frente a los desafíos globales y los riesgos asociados.

Impacto Político-Diplomático: Neutralidad, Principios y Presiones

La región mostró una notable diversidad en su voto sobre las resoluciones condenatorias a Rusia en la ONU. Países como México, Argentina, Chile, Colombia, Costa Rica y Perú votaron a favor. Otros, como Bolivia, Cuba, El Salvador, Honduras y Nicaragua, votaron en contra o se abstuvieron (junto con Brasil). Esto refleja tradiciones de política exterior (no intervención, multipolaridad), alianzas ideológicas históricas (Cuba, Nicaragua, Venezuela) y cálculos pragmáticos (Brasil) (Serbin, 2023).

La mayoría de los países de ALC, independientemente de su voto, enfatizaron el respeto a la soberanía, la solución pacífica de controversias y la necesidad de diálogo. Rechazaron explícitamente las sanciones unilaterales por considerarlas contrarias al derecho internacional y perjudiciales para economías terceras, argumentando que afectan desproporcionadamente a las poblaciones más vulnerables (CELARE, 2022). Esto representa una defensa de su autonomía en política exterior frente a las presiones de alineamiento con Occidente.

La OME ha exacerbado las tensiones geopolíticas globales, colocando a ALC en una posición incómoda. Estados Unidos y la UE presionan para aislar a Rusia, mientras que Rusia busca mantener y ampliar su influencia en la región como contrapeso. Esto fuerza a los países latinoamericanos a navegar un panorama internacional más polarizado, donde sus opciones de política exterior son más riesgosas (Russell & Tokatlian, 2023).

Conclusión

Las relaciones estratégicas entre la URSS/Rusia y ALC entre 1920 y 2000 evidencian una dinámica de ciclos de intensificación y abandono, determinada por los intereses geopolíticos del sistema internacional bipolar y su posterior colapso. Durante la Guerra Fría, Cuba funcionó como eje central para proyectar influencia, combinando subsidios económicos, cooperación militar y diplomacia cultural. Sin embargo, la dependencia unilateral hacia la URSS dejó a la región vulnerable al colapso soviético, acelerando su reorientación hacia nuevos actores.

Hacia el año 2000, Rusia carecía de una estrategia coherente para ALC, aunque los cimientos soviéticos —especialmente en Cuba y Venezuela— sentarían las bases para su resurgimiento en el siglo XXI (Sunkel, 2021). Este análisis subraya cómo las relaciones internacionales en ALC han estado históricamente mediadas por la competencia entre potencias globales, con consecuencias duraderas en su desarrollo autónomo.

Los pilares analizados (diplomacia multipolar, cooperación militar, energía, tecnología y cultura) han definido una relación estratégica entre Rusia y ALC durante el mandato de Putin, caracterizada por su pragmatismo y asimetría. A diferencia de la etapa soviética, Moscú ha priorizado vínculos selectivos con gobiernos afines, enfocándose en sectores de alto impacto geopolítico más que en volumen comercial. Este enfoque ha permitido a Rusia posicionarse como alternativa en un mundo fragmentado, aunque su sostenibilidad enfrenta desafíos tras la guerra en Ucrania.

La dependencia de ALC hacia Occidente en comercio y finanzas limita la capacidad de Rusia para ofrecer beneficios tangibles, mientras su propia debilidad económica tras las sanciones reduce su margen de maniobra. No obstante, en un escenario de prolongada confrontación con Occidente, estos pilares podrían consolidarse como parte de una estrategia de resistencia mutua, especialmente en países bajo sanciones como Venezuela y Nicaragua. Hacia 2025, la evolución de estas relaciones dependerá de factores como la estabilidad del régimen putinista, la respuesta occidental a la cooperación ruso-latinoamericana y la capacidad de la región para equilibrar múltiples alianzas sin incurrir en costos excesivos.

Las relaciones rusas con ALC bajo Putin reflejan una estrategia de nicho en un tablero geopolítico global, donde la relevancia simbólica supera con creces el impacto material. Su éxito no se mide en volúmenes de comercio, sino en la capacidad de Moscú para insertarse en grietas del

orden unipolar, reforzando su narrativa como actor indispensable en un mundo multipolar.

El Alma Rusa ha tenido un impacto significativo, aunque limitado y asimétrico, en las relaciones entre Rusia y América Latina y el Caribe durante el período postsoviético. A diferencia de enfoques puramente económicos o geopolíticos, el Alma Rusa ha proporcionado un marco ideológico y cultural que ha permitido a Rusia construir relaciones de mayor profundidad con gobiernos latinoamericanos. Este impacto se manifiesta principalmente en tres dimensiones: 1. Como fundamento para la diplomacia cultural y religiosa, especialmente a través de la expansión de la Iglesia Ortodoxa y programas educativos. 2. Como narrativa ideológica que legitima alianzas estratégicas basadas en valores compartidos, particularmente en el ámbito de los valores tradicionales y la resistencia soberanista. 3. Como herramienta para construir una identificación simbólica entre Rusia y ciertos países de ALC en el marco de un mundo multipolar.

La OME y las sanciones occidentales han transformado profundamente el contexto de las relaciones entre ALC y Rusia. Si bien los lazos políticos e ideológicos persisten con algunos países (Cuba, Nicaragua, Venezuela), para la mayoría de la región la relación se está volviendo más pragmática y circunscrita a intereses económicos específicos (acceso a fertilizantes, mercados para productos agropecuarios) y cooperación técnica en áreas no sancionadas.

La región ha reafirmado con fuerza su rechazo a las sanciones unilaterales y su compromiso con los principios de no intervención y solución pacífica de controversias. Sin embargo, las presiones económicas globales (inflación, seguridad alimentaria) y las dificultades prácticas impuestas por las sanciones limitan el margen de maniobra. ALC buscará diversificar sus socios económicos y fuentes de suministros críticos para reducir vulnerabilidades, mientras intenta mantener su autonomía diplomática en un mundo cada vez más polarizado.

La relación futura con Rusia dependerá de la evolución del conflicto, la efectividad y duración de las sanciones, y la capacidad de los países latinoamericanos y caribeños para negociar espacios de cooperación mutuamente beneficiosa sin incurrir en costos geopolíticos prohibitivos. La tendencia apunta hacia una relación más selectiva y menos ideológica, centrada en nichos de oportunidad dentro de un marco global marcado por la incertidumbre.

Referencias

- Bértola, L., & Lossio, O. (Eds.). (2022). *La nueva presencia de potencias no occidentales en América Latina*. Universidad de la República.
- Bértola, L., & Ros, J. (2017). *Historia económica de América Latina y el Caribe: De la independencia al siglo XXI*. Fondo de Cultura Económica.
- Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELARE). (2022). América Latina y el Caribe ante la guerra en Ucrania: Entre principios, pragmatismo y presión. [https://celare.org/analisis/america-latina-caribe-guerra-ucrania-principios-pragmatism o-presion/](https://celare.org/analisis/america-latina-caribe-guerra-ucrania-principios-pragmatism-o-presion/)
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2020). Relaciones comerciales entre Rusia y América Latina (1990-2000): Un análisis histórico. Naciones Unidas. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45678>
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2022). Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿Cómo enfrentar esta nueva crisis? (Informe Especial No. 11). <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/47923>
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). (2024). Mecanismos de pago alternativos en el contexto de sanciones internacionales. Naciones Unidas. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48912>
- CIDOB. (2022). Rusia y América Latina: Intereses estratégicos en un escenario global cambiante (Documento de análisis nº 212). https://www.cidob.org/publicaciones/analisis_de_ciudad
- Fernández, E. (2015). La política exterior soviética hacia América Latina (1945-1991). *Revista Española de Ciencia Política*, 40, 78–95. <https://doi.org/10.18042/cep.40.05>
- Fernández, E., & Vargas, C. (2022). Las relaciones entre Rusia y América Latina en un contexto de multipolaridad. *Foro Internacional*, 62(3), 567–589. <https://doi.org/10.24201/fi.v62i3.1234>
- García, L. (2019). El papel de la KGB en América Latina durante la Guerra Fría. *Análisis de Política Exterior*, 13(2), 112–130. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3456789>
- García Linera, A. (2023). Cooperación Sur-Sur en seguridad: El rol de Rusia en América Latina. *Revista de Relaciones Internacio-*

nales de la UNAM, 45(87), 1–23. <https://doi.org/10.22201/ci-riec.24486918e.2023.87.65432>

Gómez, L. (2021). *La expansión ortodoxa en América Latina: Estrategia religiosa de la política exterior rusa*. Editorial Ciencias Sociales.

Gudynas, E. (2022). El pensamiento crítico latinoamericano y su relación con las narrativas rusas. *Revista Latinoamericana de Pensamiento Social*, 15(2), 105-122. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6543210> (DOI no encontrado)

Ledeneva, A. (2021). *The Russian Soul of International Relations: Values, Identity and Power*. Cambridge University Press.

Malia, M. (2022). *Russia Under Western Eyes: From the Bronze Horseman to the Lenin Mausoleum* (2nd ed.). Harvard University Press.

Méndez, J. C. (2018). De la Guerra Fría al colapso soviético: Las relaciones entre la URSS y América Latina. *Revista de Historia Internacional*, 12(3), 45–67. <https://doi.org/10.24197/eri.12.3.2018.45-67>

Méndez, J. C. (2021). *Rusia y América Latina: Estrategias de cooperación en tiempos de cambio global*. Tecnos.

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). (2022). El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022. Adaptación de las políticas alimentarias y agrícolas para hacer las dietas saludables más asequibles. FAO. <https://www.fao.org/documents/card/es/c/cc0639es>

Patriarcado de Moscú. (2022). Informe anual sobre la expansión de la Iglesia Ortodoxa en el extranjero. <https://patriarchia.ru/statistics/>

Pérez, R. (2020). *Cuba y la URSS: La alianza estratégica (1960-1991)*. Editorial Ciencias Sociales.

Pérez, R. (2023). Diplomacia cultural rusa en América Latina: Estrategias y resultados. *Revista de Relaciones Internacionales*, 47(1), 129-150. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7654321>

Real Instituto Elcano. (2022). Relaciones entre Rusia y América Latina: Antecedentes históricos (1959-2000) (Informe de análisis nº 89). <https://www.realinstitutoelcano.org/publicaciones/analisis-89/>

Real Instituto Elcano. (2023). Informe sobre la presencia de Rusia en América Latina (2000-2023) (Serie Análisis, nº 150). <https://www.realinstitutoelcano.org/publicaciones/analisis-150/>

- Russell, R., & Tokatlian, J. G. (2023). América Latina frente a la guerra en Ucrania: Neutralidad, pragmatismo y el fin de la “larga paz”. *Anuario Internacional CIDOB*, 2023, 85-94. https://www.cidob.org/es/publicaciones/serie_de_publicacion/anuario_internacional_cidob/anuario_internacional_cidob_2023
- Serbin, A. (2023). La guerra en Ucrania y América Latina y el Caribe: ¿Cambio de paradigma o continuidad? En M. A. Garretón & C. Fuentes (Eds.), *América Latina en un mundo en crisis* (pp. 127-146). FLACSO-Chile / RIL Editores.
- Shirayev, E., & Zubok, V. (2021). *Russian Civilization in the Khrushchev Era and Its Legacy*. Bloomsbury Academic.
- Shlapentokh, V. (2020). *Public and Private Life of the Soviet People: Changing Values in Post-Stalin Russia*. Indiana University Press.
- Sunkel, G. (2021). Rusia y América Latina: Una relación histórica desde la perspectiva del Sur Global. CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gkf9w3>
- Sunkel, G. (2022). Rusia y América Latina: ¿Aliados en un mundo multipolar? CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1gkf9w3>
- Sunkel, G., Mollo, S., et al. (2023). Rusia y América Latina: ¿Aliados en un mundo multipolar? CLACSO. na edición revisada o un volumen distinto)
- Suslov, M. (2023). *Russia's Soft Power in the Post-Soviet Space: Cultural and Religious Dimensions*. Palgrave Macmillan.
- Tokatlian, J. G. (2022, 22 de marzo). Rusia, Ucrania y América Latina: Tres escenarios posibles. Nueva Sociedad. <https://nuso.org/articulo/rusia-ucrania-y-america-latina-tres-escenarios-posibles/>
- Trenin, D. (2022). *What Does Russia Think? The Kremlin's Evolving Ideology*. Carnegie Endowment for International Peace.
- Triana, A. (2024). Cuba y Rusia impulsan relanzamiento de las relaciones culturales. <https://www.lajiribilla.cu>
- Triana, A. (2024). Interviene ministro de cultura de Cuba en Foro de las Culturas Unidas de San Petersburgo. <https://www.lajiribilla.cu>
- Tsygankov, A. P. (2022). *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity* (4th ed.). Rowman & Littlefield.
- Villegas, A. (2019). Cuba y el colapso soviético: El impacto del “Periodo

Especial” en las relaciones internacionales. Editorial Ciencias Sociales.

Villegas, A. (2022). Rusia y Venezuela: Historia de una alianza estratégica en tiempos de sanciones. Editorial Alfa.

Villegas, A. (2023). Rusia y Venezuela: Historia de una alianza estratégica en tiempos de sanciones*. Editorial Alfa.

Economía mundial en turbulencias: ¿ha quedado obsoleta la teoría económica convencional para explicar las disrupciones del siglo XXI?

Global economy in turmoil: Has conventional economic theory become obsolete in explaining the disruptions of the 21st century?

Uma Economia Mundial Turbulenta: A Teoria Econômica Convencional Tornou-se Obsoleta para Explicar as Rupturas do Século XXI?

Ricardo Leyva Pérez (ISRI)

RESUMEN: Reflexionar sobre la crisis de ideas intrínseca al pensamiento convencional para explicar científicamente las disrupciones de la economía mundial del siglo XXI, constituye el propósito central del presente artículo. La actual transición inter-sistémica hacia la Multipolaridad encabezada por China, Rusia y otros actores estatales emergentes, coloca en entredicho no solo la hegemonía unipolar estadounidense y de sus aliados tradicionales trasatlánticos heredada desde finales del siglo XX, sino también, la incapacidad de los pseudocientíficos defensores del Imperialismo neoliberal tanto para analizar racionalmente como readaptar el sistema de manera formal a las nuevas complejidades emanadas de las megatendencias disruptivas globales, especialmente en el terreno económico. Tales disrupciones advierten, entre otras cuestiones, que el “mainstream economics” no padece de ceguera epistémica por error, sino, por diseño Ideoclasista, en detrimento del análisis científico y la capacidad de transformación revolucionaria de la realidad.

PALABRAS CLAVES: Economía Política, pensamiento económico convencional, Imperialismo, crítica marxista, Economía Mundial y Sur Global.

ABSTRACT: The central purpose of this article is to reflect on the crisis of ideas intrinsic to conventional thinking in order to scientifically explain the disruptions of the global economy in the 21st century, this constitutes the central purpose of this article. The current intersystemic transition toward Multipolarity, spearheaded by China, Russia, and other emerging state actors, calls into question not only the unipolar hegemony of the United States and its traditional transatlantic allies inherited since the end of the 20th century, but also the inability of the

pseudoscientific defenders of neoliberal Imperialism to rationally analyze how to formally readapt the system to the new complexities emanating from disruptive global megatrends, especially in the economic field. Such disruptions warn, among other things, that mainstream economics does not suffer from epistemic blindness by mistake, but rather, by ideoclassical design, to the detriment of scientific analysis and the capacity for revolutionary transformation of reality.

KEYWORDS: Political Economy, conventional economic thought, Imperialism, marxist criticism, World Economy and the Global South.

RESUMO: Este artigo visa refletir sobre a crise de ideias inerente ao pensamento convencional para explicar cientificamente as rupturas da economia mundial do século XXI. A atual transição intersistêmica rumo à multipolaridade, liderada pela China, Rússia e outros atores estatais emergentes, questiona não apenas a hegemonia unipolar dos Estados Unidos e seus aliados transatlânticos tradicionais, herdada do final do século XX, mas também a incapacidade dos proponentes pseudocientíficos do imperialismo neoliberal de analisar racionalmente e adaptar formalmente o sistema às novas complexidades decorrentes das megatendências globais disruptivas, especialmente na esfera econômica. Tais rupturas sugerem, entre outras coisas, que a economia dominante não sofre de cegueira epistêmica por engano, mas sim por desígnio ideológico e classista, em detrimento da análise científica e da capacidade de transformação revolucionária da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Política, pensamento econômico convencional, imperialismo, crítica marxista, economia mundial e Sul Global.

Introducción

[...] Son ustedes los que tienen la última palabra. Es nuestra esperanza en esta reunión y en este momento en que adquieren precisamente los conocimientos que se tienen en la economía mezclados estrechamente con la política, los únicos que pueden orientarnos, los que pueden dar respuestas al mundo. Ha llegado la época verdaderamente de la Economía Política, porque los políticos tienen que ser economistas y los economistas tienen que ser políticos [...]

Fidel Castro Ruz (1926-2016)

Reflexionar sobre la crisis de ideas intrínseca al pensamiento convencional para explicar científicamente las disrupciones de la economía mundial del siglo XXI, constituye el *propósito central* del presente artículo.

El mundo atraviesa una *transición inter-sistémica* desde el orden unipolar liderado por Estados Unidos (post-1991) hacia un escenario multipolar, donde potencias como China, Rusia, India y bloques regionales disputan cuotas mayores de poder en la geopolítica internacional.

Un proceso de rebalance de fuerzas¹ donde el tratamiento del tema por parte de académicos, organismos especializados y la literatura científica indican de forma general la existencia de incongruencias, incertidumbres, división de criterios, polémicas y opiniones encontradas, sobre todo, en lo concerniente a las tendencias disruptivas de la economía mundial, de la crisis del sistema capitalista de proporciones inimaginables que alberga en su vientre, sin solución posible bajo los estrechos límites de la racionalidad convencional², así como su reflejo en el campo teórico.

Dicho de otro modo, la transición hacia la multipolaridad revela que la economía global ya no puede analizarse con las lentes del siglo XX o de períodos precedentes; expone con claridad meridiana los vacíos epistémicos presentes en la teoría económica ortodoxa —anclada en supuestos de estabilidad, racionalidad individual, crecimiento ilimitado, mercados autorregulados, entre otros principios fundacionales de funcionamiento— para interpretar una realidad social cada vez más compleja.

Las macrotendencias desafían en más de un aspecto a los supuestos universales difundidos por el pensamiento económico convencional en su devenir lógico e histórico (según la clasificación marxista: clásico y vulgar, así como sus remanentes inmediatos neoclásico, keynesiano, síntesis neoclásica, el neoliberal monetarista, etc.), lo que refleja un profundo empantanamiento de las ciencias económicas y de los científicos como personificación de la misma, en especial, los economistas políticos.

Al igual que Morales (2004), sostenemos la tesis de que Marx realizó una crítica científica fundacional del capitalismo válida para el análisis de esta sociedad en su devenir histórico y, por ende, el rescate del enfoque crítico de la Economía Política de la mano del sujeto social responsable del cambio es una tarea de primer orden hoy.

1 Fenómeno vinculado fundamentalmente a las transformaciones intrínsecas al Capitalismo contemporáneo, así, como a la agudización de su sistema de contradicciones, unido, a la reconfiguración de las fuerzas internacionales liderada por la emergencia de China.

2 Cuando hacemos alusión al término “*racionalidad convencional*”, específicamente en el terreno económico político, hablamos del paradigma dominante difundido tanto por los voceros de la academia como en las políticas económicas hegemónicas prevalecientes en los principales países capitalistas del orbe. Hablamos de un consenso dominante, al mismo tiempo reconocido con los símiles “*pensamiento ortodoxo*”, “*pensamiento tradicional*” o “*mainstream economics*” (Molina, 2007 y 2022).

Metodología de la Investigación utilizada:

Las reflexiones contenidas en el presente ensayo teórico-crítico, tienen como base metodológica la concepción materialista y dialéctica de la historia. Ofrecemos un marco analítico robusto acerca de las peculiaridades de la transición inter-sistémica hacia la Multipolaridad -sobre todo de aquellas “turbulencias” económicas que marcan el pulso de la misma-, develando entre otras lecciones, las fallas epistémicas y socioclasista intrínsecas al pensamiento económico convencional durante su devenir lógico e histórico en función de la comprensión científica del mundo, y que hoy constituye expresión subjetiva directa de la profundización de la crisis estructural capitalista.

La transición Inter-sistémica hacia la Multipolaridad en el siglo XXI: un esbozo general sobre el tortuoso rediseño del nuevo orden global

El viejo mundo se muere. El nuevo tarda en aparecer. Y en ese
claroscuro surgen los monstruos
Antonio Gramsci (1891-1937)

La centuria XXI, al cierre de su primer cuarto de siglo, denota que asistimos a una *transición inter-sistémica* hacia la Multipolaridad con una posible culminación inexacta en el tiempo, según los criterios divergentes mostrados por las estadísticas mundiales, los reportes de los organismos globales y la copiosa bibliografía científica suscitada al respecto desde los cuatro puntos cardinales del planeta.

El orden al que nos dirigimos, cuyas raíces más profundas se remontan al contexto de alta globalización neoliberal, está repleto de condicionantes para volver a todos tan vulnerables como capaces de alterar la estabilidad internacional. A todas luces, la rivalidad y competitividad entre EE.UU. y China es el epicentro de ese cambio que está moldeando un sistema internacional hoy en transición (Morrillo, 2022).

Se trata de una puganza planetaria resultante de la pugna establecida entre el Occidente geopolítico con el fin de intentar frenar su declive hegemónico relativo frente al ascenso paulatino, pero firme, de un grupo de países de economías emergentes disgregados entre las distintas áreas geográficas del mundo con el gigante asiático como líder de la manada.

Entre otros factores, la variable temporalidad aparece como una función dependiente de los cambios profundos, complejos y dinámicos

asociados al rebalance de los poderes mundial en marcha desde los umbrales del tercer milenio, así como sus principios rectores. En plena consonancia con ello, Dallanegra (1998) nos recuerda que al calor de las circunstancias “las modificaciones están produciéndose a una velocidad superior a las aceptables para la estabilidad sistémica”.

En ese mismo sentido, Arrighi y Silver (2001) destacan que, “a medida que la competencia interestatal e interempresarial y los conflictos entre fuerzas sociales superan la capacidad ordenadora de las estructuras existentes y que surgen nuevas estructuras intersticiales que desestabilizan aún más la configuración dominante del poder, el desorden tiende a autorreforzarse, amenazando con una ruptura total del sistema”.

A tales efectos, Morrillo (2022) afirma que se dan pasos hacia un sistema internacional más fraccionado, en el cual los bloques económicos divergen de las alianzas políticas, derivando en un orden de mayor naturaleza disruptiva y, por tanto, con mayor tendencia a la inestabilidad. No obstante, la polaridad que se están generando no son de la misma morfología que en la Guerra Fría.

Sobre lo anterior, Casals (2022) explica que a diferencia de *transiciones inter-sistémicas* precedentes, “la ruptura total del sistema significa en el actual contexto donde el mundo se «desglobaliza» o, como otros señalan, en el que la globalización se «regionaliza», retornar a una «nueva» Guerra Fría (al margen de las ideologías) de consecuencias inciertas para la vida en la Tierra en cualquiera de sus manifestaciones. Pues, a decir del secretario general de la ONU, António Guterres, «la perspectiva de una guerra nuclear ahora entra dentro de las posibilidades», lo que nos pone al borde del exterminio”.

La gravedad de las palabras que contiene la cita precedente nos lleva a retener el aliento por unos segundos. El mundo en que vivimos se muestra más violento e incierto cada día a causa de la redistribución gradual de las fuerzas impulsado por las complejidades circunscritas al nuevo reordenamiento geopolítico global en pleno desarrollo.

Por ejemplo, existe un consenso casi unánime entre los especialistas en el tema, de que los conflictos militares *ruso-ucraniano* como el episodio reciente entre *Irán e Israel* pueden transitar hacia el Armagedón atómico (Boron, 2024).

De este modo, se anuncia una catástrofe mundial de proporciones apocalípticas como expresión directa del alto grado de descomposición alcanzado por la barbarie civilizatoria en el siglo XXI, donde la ley de la

selva le permite a las “bestias” más fuertes ser al mismo tiempo jueces, jurado y verdugos de toda la humanidad de conjunto.

Megatendencias económicas globales que desbordan los modelos tradicionales de pensamiento

Lo que de por sí nos interesa, aquí, no es precisamente el grado más o menos alto de desarrollo de las contradicciones sociales que brotan de las leyes naturales de la producción capitalista. Nos interesan más bien estas leyes de por sí, estas tendencias, que actúan y se imponen con férrea necesidad.

Carlos Marx (1818-1883)

La actual *transición inter-sistémica* marcada por el declive relativo de los factores de fuerza que históricamente sustentaron al *Occidente* geopolítico colectivo -especialmente a los EE. UU.- y el ascenso gradual de China, ha generado un desorden global que se manifiesta en tensiones geopolíticas y transformaciones económicas disruptivas.

No en balde, Milanovic (2020) afirma que “los períodos de transición hegemónica suelen ser eras de guerras comerciales y guerra reales. La economía global actual refleja esta turbulencia, donde lo disruptivo se normaliza”.

Ahora bien, de modo sucinto, cómo se refleja todo este “desorden” en las macrotendencias disruptivas que de manera entrelazadas reconfiguran la economía mundial:

En primer lugar, el ciclo reproductivo capitalista contemporáneo está matizado por un estancamiento en las tasas de crecimiento de la economía mundial y similar pronóstico se aprecia al menos en el corto plazo. Como promedio, durante los últimos cuatro decenios este indicador muestra cifras que no rebasan al 4%³. Ver Tablas 1 y 2 y Gráfico 1.

3 La Economía Mundial en los últimos 44 años exhibe una tasa de crecimiento promedio del 3.4% (IMF WEO, 2024).

Tabla 1 - Tasa de crecimiento promedio del PIB real mundial por grupos de países expresada en por ciento (%) 1980-2024

Años	1980-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2019	2020-2024
Mundo	3.2	3.1	3.9	3.8	2.9
Economías desar- rolladas	3.1	2.7	1.8	2.0	1.7
Economías en desarrollo y mercados emergentes	3.3	3.7	6.1	5.1	3.7

Nota:

*Las tasas de crecimiento promedio del PIB mundial durante los decenios 60 y 70 del siglo pasado fueron del 5.3% y 4.7%, respectivamente.

Fuente: International Monetary Fund. World Economic Outlook. Database October 2024 y Update April 2025.

La convergencia de un grupo de factores multicausales estructurales y de naturaleza coyuntural no sólo propiciaron un desempeño económico global anémico en las últimas décadas (en particular desde la *Gran Recesión* del año 2008), sino también, según los expertos condicionan un desempeño semejante para el futuro próximo.

Entre otros elementos, sugerimos no perder de vista: 1) persiste el movimiento cíclico y cada vez más periódico de la lógica reproductiva capitalista⁴; 2) el carácter sistémico de la crisis económica capitalista de alta globalización neoliberal; 3) la especulación financiera continúa siendo el sello distintivo del modelo de acumulación global, lo que evidencia el carácter parasitario, rentista y en descomposición del Imperialismo contemporáneo (al respecto profundizaremos más adelante); 4) el impacto prolongado de la pandemia COVID-19 en cadenas de suministro por todo el orbe⁵; 5) disrupciones por conflictos geopolíticos; y 6) las guerras

4 Si durante el siglo XIX los ciclos de reproducción del capital acontecían con una periodicidad entre 7 y 10 años, en la actualidad apenas como promedio logran llegar a los tres años de duración (Cobarrubia, 2024).

5 Sobre todo, hablamos del retorno a la estanflación mundial. Las nuevas tensiones geopolíticas, el conflicto de Ucrania, una recuperación desigual tras la pandemia, la obstrucción de las cadenas de suministro, así como el alza de los precios de los productos básicos, abren paso a un

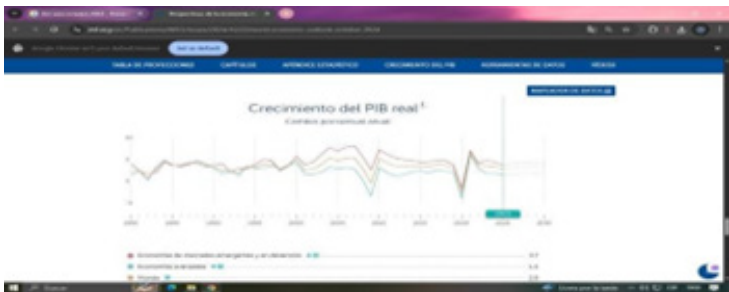
comerciales entre los EE.UU. y China, pero también entre el primero con sus aliados tradicionales.

Tabla 2 - Proyección de las tasas de crecimiento del PIB real mundial por grupos de países expresada en por ciento (%) 2024-2030

Años	2024	2025	2026	2030
Mundo	3.3	2.8	3.0	3.1
Economías desarrolladas	1.8	1.4	1.5	1.7
Economías en desarrollo y mercados emergentes	4.3	3.7	3.9	4.0

Fuente: International Monetary Fund. World Economic Outlook. Database Update, April 2025.

Gráfico 1 - Crecimiento del PIB real Cambio porcentual anual 1980-2030



Fuente: Idem.

Lo dicho hasta aquí, sintetiza a grandes rasgos el límite alcanzado por la estrategia de expansión capitalista neoliberal en los momentos actuales con graves implicaciones en el funcionamiento del modelo de acumulación global.

Asistimos a la fase de postración más depresiva en la evolución cíclica característica del desarrollo capitalista (Castro, 1983). Su histórica naturaleza exclusiva, excluyente y depredadora se refuerza en la actualidad, así como la incapacidad de ofrecer un mundo mejor para la humanidad.

Al mismo tiempo, no pocos expertos señalan, que el proceso de desaceleración progresivo que hoy exhibe la economía mundial podría ser mucho mayor si no existiese la pujanza planetaria de las economías

periodo de inflación alta y bajo crecimiento simultáneos a partir del segundo semestre de 2021 (Gill y Nagle, 2022).

emergentes, especialmente, hablamos de las implicaciones de China y el grupo BRICS. Ver Tabla 3.

Tabla 3 - Tasa de crecimiento promedio del PIB real de los países miembros del grupo BRICS expresada en por ciento (%) 1991-2030

Países	Años					Proyecciones		
	1991-2000	2001-2010	2011-2020	2021-2023	2024	2025	2026	2030
Brasil	2.5	3.7	0.3	3.7	3.4	2.0	2.0	2.5
Rusia	-2.9	4.8	1.2	2.9	4.1	1.5	1.9	1.2
India	5.6	7.5	5.4	8,8	6.5	6.2	6.3	6.5
China	7.9	10.5	6.8	5.7	5.0	4.0	4.0	3.4
Sudáfrica	1.8	3.5	0.7	2.4	0.3	1.0	1.3	1.8

Fuente: International Monetary Fund. World Economic Outlook, April 2009, October 2010, October 2019 and April 2025.

Como se observa, la *transición inter-sistémica* en marcha hacia un nuevo orden internacional, de un lado, implica una redistribución del poder mundial encabezado por las potencias emergentes, así, como la creación de condiciones sistémicas favorables en los diferentes aspectos de la vida social para los países en desarrollo. Sin embargo, en lo concerniente al dominio global estadounidense y de sus aliados occidentales tradicionales en el sistema de relaciones internacionales, significa el debilitamiento progresivo, especialmente, en el ámbito económico.

En *segundo lugar*, la estructura del PIB mundial se ha modificado. Más del 50% del crecimiento económico global es generado a través del sector servicios, y, entre estos, muy especialmente los cuaternarios, dedicados a elaborar y aplicar el contenido *soft* para las nuevas redes basadas en las tecnologías de la información y las comunicaciones (TIC) (Grobart, 2010).

Todo ello también favoreció el espectacular crecimiento del mercado financiero desregulado a escala planetaria, lo que constituye, al unísono, otro de los sellos más inminentes del actual contexto de Globalización neoliberal.

Las transformaciones acontecidas en las finanzas desde décadas precedentes, revolucionaron su dinámica y reforzaron su papel protagonista en las relaciones económicas internacionales más allá de la propia expansión experimentada por la economía y el comercio mundial. Paralelamente, la creciente integración de los mercados de capital como una de las tendencias más significativas del sector financiero y de la economía mundial conllevó a la instauración de un mercado global como parte consustancial del proceso de globalización de la actividad económica (García, 2023).

La reaparición del fantasma de la crisis de sobreacumulación capitalista en las postrimerías de los años 60 e inicios de los 70 del siglo pasado y que se extiende hasta el presente, ahora de carácter estructural, sistémico, global, sincrónico, de alcance multidimensional, describe la continuidad del movimiento zigzagueante del ciclo económico capitalista.

Al desregularse toda la vida económica nacional e internacional bajo el sustrato neoliberal monetarista, como práctica habitual la oligarquía financiera transnacional comenzó a reacomodar en la esfera especulativa de la economía una buena parte de la “sobreacumulación” de capitales proveniente de la “época dorada del capitalismo”.

Hablamos de la necesidad tanto lógica como histórica que tiene el capitalista - como personificación del capital- de autoacrecer el capital, sin embargo, para hacerlo, requiere a partir de las condiciones del nuevo contexto abandonar la producción de bienes y servicios creadores de riquezas (Casals, 2014)⁶.

La existencia de una sociedad mundial “posmoderna”, “sin fronteras” de ningún tipo e interconectada cada vez más entre sí por los adelantos de la III RCT, favorecen el alucinante desarrollo del mercado financiero especulativo en relación a su universalidad, inmediatez, inmaterialidad y permanencia en los tiempos actuales.

Es así, que los tan mentados algoritmos con el aditamento de la Inteligencia Artificial constituyen hoy la herramienta más utilizada en el mercado financiero internacional, y por ende en el terreno especulativo⁷. El 75% del volumen transado mundialmente es efectuado mediante el “*trading algorítmico*” (Tocalchier, 2019).

6 En palabras de Marx (1980), “*El capital tiene horror a la ausencia de ganancia o a la ganancia demasiado pequeña como la naturaleza tiene horror al vacío*”.

7 En tiempos recientes, la IA sumó a la tecnología informática conocida como “*machine learning*”, al desarrollo del mercado financiero especulativo global. Una técnica de autoaprendizaje informático que optimiza la eficacia de procedimiento mediante un gran número de repeticiones a gran velocidad (Tocalchier, 2019).

Ahora bien, veamos hasta qué punto el sistema está gobernado por la tiranía mundial del capital financiero y cómo ha logrado aventajar a su antecesor, el capital productivo:

1. En 1973 las transacciones diarias en el mercado financiero eran de aproximadamente 15 000 millones de USD; en 1986 se aproximaban a los 200.000 millones de USD (Soberón, 2012 y 2015), y hoy superan de conjunto los 20 billones de USD, de los cuales se estima que no menos del 95% guarden alguna relación con la economía real (Forex, 2021, Drehmann y Sushko, 2022, BIS, 2023 y SIFMA, 2024).
2. La economía financiera es entre 5-10 veces mayor a la economía real, pero no genera empleos ni bienes tangibles.
3. El 90% de Forex y el 70% de los derivados son pura especulación, mera espuma (Forex, 2021, Drehmann y Sushko, 2022, BIS, 2023 y SIFMA, 2024).
4. Mientras la economía real crece ~2-3% anual, los mercados financieros se multiplican a un ritmo alucinante sin relación alguna con la producción de bienes y servicios en el mundo (IMF, 2025). Aún con la dificultad que supone su volatilidad, los cálculos sitúan el volumen mundial de las transacciones financieras en más de cien veces lo producido en bienes y servicios (no financieros).
5. En los mercados cambiarios se ejecutan diariamente operaciones cuyo monto en un día supera el doble del volumen total de IED de un año en todo el mundo (UNCTAD, 2024); en tres días es superior a las reservas internacionales en divisas de todos los países; y en cinco días mayor que el valor de las exportaciones de bienes y servicios que se realizan en todo el Orbe durante un año (IMF 2024 y UNCTAD, 2024)

Al respecto, Pérez (2009) esclarece que la alta globalización financiera de la economía mundial percibida a todas luces hoy, refleja la adaptación y el ajuste del mecanismo económico capitalista a las nuevas exigencias de valorización del capital, o sea, un cambio en el patrón de acumulación hacia uno sesgadamente rentista.

Al mismo tiempo, el proceso de alta “financierización” de la economía mundial (que se refleja en el mayor alcance, poder y hegemonía del capital financiero), potenció una dinámica económica inestable y basada en la formación y el estallido de burbujas especulativas, que impulsó

el surgimiento de un ciclo de crisis financieras cada vez más acelerado en el período 1982-2007 ocurrieron seis crisis sucesivas –la crisis de la deuda latinoamericana de los años ochenta, la recesión de 1990-1991; la de México (1994); la del Sudeste asiático (1997); la de Rusia, Brasil, Argentina (1998-2001); la recesión de 2001-2002 y la crisis de la burbuja inmobiliaria de 2007-2008 –, es decir, un promedio de una crisis cada tres años (Cobarrubía, 2024).

En otras palabras, hablamos de varios procesos recurrentes de crisis cíclicas originadas en la esfera especulativo-financiera que terminaron por arrastrar a todo el conjunto de la economía real con efectos demoledores.

En *tercer lugar*, la actual reestructuración económico-social capitalista, significa un acrecentamiento de la fragmentación del proceso productivo de manera temporal y espacial; se “descentraliza el trabajo” cada día más.

La expresión “adiós al trabajo”⁸, sobre la cual se discute interminablemente en el gremio académico desde diversas posiciones teórico conceptuales, metodológicas e ideopolíticas, pero tan popular su uso en nuestros días, constituye un intento por falsear los vínculos económicos y socioclasistas antagónicos que se esconden tras la tupida “maleza” que distingue la relación “capital-trabajo” en nuestros días.

El actual proceso objetivo de “miniaturización” de toda la economía en su conjunto a escala nacional e internacional, permite, que una pequeña fracción de trabajo vivo con un alto valor agregado en conocimiento científico-técnico ejecute prácticamente toda una “fábrica moderna”: informatizada, automatizada y con una reconversión tecnológica prácticamente de carácter permanente para enfrentar la aguda competencia, y al mismo tiempo, produzca como es obvio en tiempo récord un torrente de medios de producción, bienes de consumo (materiales e intangibles) y servicios para satisfacer una cada vez más exigente demanda social.

Consecuente con lo desentrañado en la *tercera tendencia*, en *cuarto lugar*, el “catecismo” neoliberal, la existencia de un nuevo paradigma tecnoeconómico y, en general, el uso intensivo del conocimiento científico en la economía contemporánea tampoco libró al ser humano del flagelo del desempleo.

8 Constituye una actualización teórica del enfoque neoclásico sobre la “productividad total de los factores de la producción”. En esencia, supone que todo el capital, y, no solo el trabajo asalariado, crea la riqueza social. Pero, la visión “postmodernista” de la misma añade, que, el conocimiento científico es también fuente de ganancia.

Al respecto, las estadísticas globales refieren que en la actualidad existen a 475 millones de desempleados en todo el orbe, y, si sumamos a esta cifra el gigantesco número de personas que se subemplean de un modo u otro, el cómputo se amplía exponencialmente arribando a los 2000 millones de trabajadores (OIT, 2023 y 2024)⁹.

En *quinto lugar*, como síntesis del paradigma tecno-económico enarbolado por la III RCT y que contribuyó a dar origen a la “nueva economía”, también falló “increíblemente” en generar altas tasas de “productividad del trabajo”.

Si durante el Capitalismo premonopolista, este indicador de manera promedio se comportó con una tasa de crecimiento del 1% anual, y, durante la II Revolución Industrial alcanzó el 2.3% (Sánchez, 2009), en la actualidad, sin embargo, sólo exhibe el anémico resultado del 1%, colocando en tela de juicio la efectividad del uso generalizado de las nuevas TIC en el resto de toda la economía.

Asimismo, deseamos subrayar, que al analizar la descomposición de la productividad laboral en las principales economías desarrolladas hallamos otra tendencia contradictoria. Si en los últimos tres decenios del siglo XX el ordenador había producido una “revolución” en la producción de ordenadores mostrando como promedio un crecimiento del 18% (Sánchez, 2009), no obstante, el sector de la denominada “tecnología de punta” presenta una profunda contracción tendencial hoy, lo que influye de manera desfavorable al interior del conjunto de las economías nacionales, y, por ende, a nivel global (United Nations, 2020).

Al respecto, el Premio Nobel en Economía Robert M Solow¹⁰ arribó a la misma conclusión que C. Marx sobre el límite de la racionalidad capitalista, pero 100 años antes y por caminos diferentes.

Desde finales de la década de los años 80’ del siglo pasado, el economista estadounidense advierte que el patrón científico-técnico asumido por la comunidad científica en los países capitalistas avanzados una década antes transcurría en un escenario contradictorio; anunciaba

9 La Organización Internacional del Trabajo (OIT) indica que la perspectiva mundial del mercado laboral se ha deteriorado considerablemente en los últimos años. Entre otros factores: las nuevas tensiones geopolíticas, el conflicto de Ucrania, una recuperación desigual tras la pandemia y la obstrucción de las cadenas de suministro crearon condiciones propias de un episodio de estancamiento, el primer periodo de inflación alta y bajo crecimiento simultáneos desde la década de 1970 (OIT, 2024).

10 Robert Merton Solow (1924-2023) fue un economista estadounidense especialmente conocido por sus trabajos sobre teoría del crecimiento económico. En 1987 recibió el Premio Nobel de Economía.

así la paradoja de la “productividad del trabajo” bajo los efectos del nuevo contexto (Solow, 1987).

En *sexto lugar*, diversas instituciones económicas internacionales y académicos dedicados al estudio del comercio mundial, de forma general coinciden en afirmar que aún persisten las tendencias observables entre 1990-2007 (Quirós, 2021).

No obstante, debemos precisar que buena parte de las cualidades inherentes a la actual transición *inter-sistémica* funcionan como contratendencias con respecto a las regularidades más sobresalientes del comercio internacional heredadas desde finales del siglo XX. Por su alcance y profundidad, desafían los principios fundacionales del liberalismo comercial o, lo que es igual, a los fundamentos generales y esenciales del modo de producción capitalista en cuestiones de economía.

A nuestro juicio, el impacto demoledor de la manifestación más reciente de la crisis estructural capitalista para el conjunto de la economía mundial entre los años 2008-2009; el crecimiento económico de China y su impacto en el sistema de relaciones económicas y políticas internacionales; la crisis de hegemonía estadounidense, junto al unilateralismo y el proteccionismo comercial instaurado por la administración de Donald Trump (1946-) y sus correlatos a nivel global; la “reorganización de las cadenas de valor global”; las afectaciones a la apertura, integración y cooperación a nivel mundial; la estanflación a escala planetaria; las afectaciones de la pandemia de COVID 19 detonada globalmente en 2020; el reciente conflicto bélico entre Rusia y Ucrania y sus consecuencias; unido a la agudización de otras problemáticas globales, entre otros fenómenos de carácter multidimensional, apuntan todos a un aparente proceso de “desglobalización” o de crisis de la globalización.

Hablamos de una reconfiguración de la globalización, sobre todo en el ámbito subjetivo, no en su esencia, como expresión de cambios en sus formas concretas de manifestación en el proceso de acumulación capitalista en las condiciones del imperialismo contemporáneo y de reforzamiento de la ley del desarrollo económico y político desigual (Quirós y Molina, 2024).

En *séptimo lugar*, la acentuación del desarrollo desigual como reflejo de una Globalización neoliberal asimétrica.

El desenvolvimiento lógico e histórico de las leyes y contradicciones socioeconómicas objetivas del modo de producción capitalista (sobre todo en la fase imperialista evolutiva de éste), propiciaron, por un lado, que

el Capitalismo se convirtiera en un sistema hegemónico de dominación global. Del otro, sin embargo, al régimen del capital le es inherente un desarrollo desigual tanto al interior como fuera de él. No en balde, esta peculiar manera de expresarse el carácter global capitalista es lo que V. Lenin (1870-1924) denominó “*desarrollo desigual del Capitalismo*”.

De ahí, que un fenómeno tan complejo, de profundas raíces históricas, coloniales, económico-sociales, políticas, culturales, etc., requiera reflexiones diferentes que contribuyan a concebir el enfoque totalizador e integral del mismo en medio de un contexto de crecientes desafíos globales.

De existir dudas sobre las afirmaciones ventiladas en los dos últimos párrafos, recordemos que el credo ortodoxo imperialista neoliberal esparcido a los cuatro vientos desde los decenios 70' y 80' por todo el orbe, pero con mayor fuerza a partir del desmoronamiento de las experiencias socialistas en los países del centro-este europeo en la última década del siglo XX, prometió erradicar el añejo abismo entre el centro y la periferia del sistema mediante el “derrame” de la riqueza hacia los países menos adelantados.

Al igual que sus predecesores, los apologistas neoliberales acudieron a la hiperbolización del Capitalismo como el mejor de los regímenes posibles en la Tierra y, por ende, continuaron sustentando el argumento de que el fenómeno del subdesarrollo no constituye un apéndice natural al desenvolvimiento capitalista.

Existen pruebas abrumadoras acerca del descalabro histórico que trajo consigo el abuso consciente de la realidad por parte de los ideólogos del “*mercado perfecto autorregulado*”, en lo concerniente al incumplimiento de la promesa en cuestión. Como en el pasado, en los últimos 50 años la expansión capitalista neoliberal reinsertó a las economías periféricas en función de la dinámica hegemónica metropolitana, agudizando las deformaciones estructurales y en consecuencia el ensanchamiento de asimetrías Norte-Sur.

Se trata de una situación preocupante como bien advierte la directora general del FMI, Kristalina Georgieva, “*Las divergencias corren el riesgo de aumentar, si no actuamos*” (FMI, 2021).

Por último, en **octavo lugar**, el impacto disruptivo del cambio climático en la economía mundial.

La crisis climática, entendida como el desajuste violento en las variables del clima provocado por el hombre en su irracional e indiscriminada

interacción con la naturaleza que ocasiona anualmente cuantiosas pérdidas a la biodiversidad del planeta en sus diferentes manifestaciones (Pichs, 2008), dejó de ser un riesgo futuro para convertirse en un shock económico presente.

Existe una copiosa literatura e informes especializados que documentan el impacto de los desastres naturales en los momentos actuales, así como su posible y nada halagüeña trayectoria futura. Con mucha incertidumbre, la economía mundial emite un aviso brutal de que se reconfigura forzosamente.

Los efectos multidimensionales más demoledores del cambio climático en la actualidad no son advertencias aisladas, sino, avisos importantes sobre un fenómeno que también es otro talón de Aquiles de la Globalización neoliberal, pero no cualquiera.

En todo caso, hablamos de una disrupción asimétrica desde sus raíces y en materia de impactos, si tomamos como punto de partida el razonamiento del desarrollo socioeconómico y político desigual capitalista. Por tanto, el clima no solo recalibra la productividad, sino que profundiza las brechas de todo tipo entre Centro-Periferia.

En pocas palabras, el cambio climático no es un problema más a tratar en la agenda internacional, pues ha dejado de ser una amenaza lejana para convertirse en un disruptor económico inmediato. Más allá de redefinir a ganadores y perdedores en tiempo real, es el eje que fractura los cimientos del sistema.

Dicho a la luz de C. Marx en el siglo XXI, la crisis climática encarna de forma absoluta los límites históricos alcanzados por el capital en la contemporaneidad; afectaciones que actúan como remanentes disruptivos por todo el orbe, refleja la incompatibilidad entre el crecimiento ilimitado capitalista y los fundamentos biofísicos de la economía global o, lo que es igual, la lógica de acumulación infinita colapsa ante las barreras del planeta desarticulando las bases mismas de la globalización económica.

Insuficiencias del pensamiento convencional ante las tendencias disruptivas de la economía mundial del siglo XXI

Tan pronto se trata de la teoría general de la Economía Política, no se puede creer ni una sola palabra de ninguno de los profesores de Economía Política capaces de cumplir los más valiosos trabajos en el terreno de las investigaciones prácticas especiales. Porque

esta última es, en la sociedad contemporánea, una ciencia tan de partido como la gnoseología. Los profesores de Economía Política no son, en general, más que sabios recaderos de la clase capitalista, y los profesores de Filosofía no son más que sabios recaderos de los teólogos.

Vladimir Ilich Lenin (1870-1924)

Luego de conocer a grandes rasgos las principales tendencias disruptivas de la economía global en el siglo XXI, podemos asegurar que no solo la visión epistemológica y clasista marxista-leninista sobre los fundamentos generales y esenciales de la Economía Política del modo de producción capitalista es tan útil hoy como hace 100 años atrás, sino también, que desde la comunidad científica defensora del Capitalismo, instituciones económicas internacionales, la literatura académica, los medios informativos especializados, políticos de renombre, entre otros actores importantes, reconocen la presencia de limitaciones en el pensamiento tradicional para tratar los problemas más perentorios asociados a la lógica del capital en la contemporaneidad.

A continuación, abordaremos algunos de los ejemplos más ilustrativos vinculados a la afirmación anterior: El Premio Nobel de Economía en 2001, J. Stiglitz (1943-), en su libro “El malestar en la globalización” (2002), considera que el pensamiento tradicional dominante (basada en el equilibrio walrasiano, mercados eficientes y el “laissez-faire”, entre otros supuestos teóricos), es incapaz de explicar las crisis financieras recurrentes; la persistencia de la pobreza y la desigualdad; así como el fracaso de las reformas neoliberales en países en desarrollo.

En el texto “*La era de las turbulencias*” (2007), el economista estadounidense de origen judío que fue presidente de la Reserva Federal de EE.UU. entre 1987-2006, A. Greenspan (1926-), arriba a conclusiones similares a las de J. Stiglitz en lo concerniente a las fallas presentes en la teoría económica dominante para explicar las actuales complejidades que caracterizan a la economía internacional.

Por otra parte, el economista francés T. Piketty (1971-) en “*El Capital en el siglo XXI*” (2013) hace notar las limitaciones del pensamiento económico convencional, sobre todo en lo relacionado con la desigualdad en la dinámica capitalista contemporánea.

De igual forma, el importante e influyente financiero húngaro-estadounidense, figura polémica en la política mundial y uno de los

principales responsables de la crisis especulativa financiera asiática (1997-1998), G. Soros (1930-), también se ha mostrado en contra de la teoría económica convencional, especialmente en lo que respecta a su incapacidad para explicar la dinámica de los mercados financieros y la economía global en general.

Al mismo tiempo, en el “*Financial Times*” (FT), “*The Harvard Business Review*” (HBR) y “*The Wall Street Journal*” (WSJ), destacan análisis de figuras prominentes como M. Wolf (1946-)¹¹, G. Tett (1967-)¹², L. Summers (1954)¹³, P. Krugman (1953-)¹⁴, R. Henderson (1980)¹⁵ e incluso el propio G. Soros sobre las insuficiencias de la teoría económica convencional para explicar los desafíos más puntuales de la economía global, especialmente tras la crisis financiera de 2008, la pandemia y la inflación post-COVID.

Sus cuestionamientos explícitos a la narrativa tradicional en materia de teoría económica se centran en las consideraciones epistemológicas y elementos de política económica siguientes: 1) exceso de matematización de la ciencia; 2) modelos “elegantes” pero desconectados de la realidad; 3) se ignora muchas veces el poder corporativo; 4) ceguera ante la desigualdad; y 5) falta de enfoque interdisciplinario de la ciencia.

Al unísono, algunos reportes seriados y discursos de las máximas personalidades distintivas, tanto del Banco Mundial como el FMI muestran patrones comunes sobre el enjuiciamiento crítico en cuestión.

El núcleo duro de las principales preocupaciones se enfocan en las siguientes ideas: 1) los modelos tradicionales “sobrestiman la racionalidad individual” y “subestiman los factores institucionales”; 2) los episodios recientes de crisis sistémica no solo colocaron en entredicho la fragilidad de los supuestos convencionales sobre “globalización estable” y “crecimiento equilibrado”, sino además, demostraron ser incapaces de prever el colapso financiero de 2008 o la COVID-19, en última instancia tienden a tratar los “shocks” como eventos exógenos, sin integrar variables interdisciplinarias para su estudio; 3) supuestos como competencia perfecta o racionalidad de los agentes económicos resultan ser insuficientes e ignoran la desigualdad y el poder desmedido del mercado; y 4) rigidez metodológica cuantitativa ¹⁶.

11 Editor económico jefe del “Financial Times”.

12 Editora de EEUU del “Financial Times”.

13 Columnista del “Financial Times” y exsecretario del Tesoro de EE.UU.

14 Economista, columnista y Premio Nobel de Economía estadounidense.

15 Profesora de la “Harvard Business School”.

16 Para ampliar, ver: “Rethinking Macroeconomic Policy” (2018) y el Informe “Global

Entretanto, otros organismos internacionales como la OMC (Organización Mundial del Comercio) y la OCDE (Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico), que históricamente han mantenido una postura común en defensa ciega del Capitalismo global, así como alineados a sus principios fundacionales de manera ortodoxa, en años recientes especialmente tras las crisis globales y tensiones geopolíticas muestran una mirada menos rígida.

Como regularidad, distinguimos puntos de contacto con los cuestionamientos que hoy sustentan el Banco Mundial y el FMI acerca de las insuficiencias del enfoque convencional de la economía¹⁷.

La Unión Europea (UE), por su parte, también ha incorporado un discurso crítico con el dogmatismo intrínseco a los postulados del libre mercado similar a lo abordado hasta aquí. Sin lugar a dudas, el Discurso sobre el “*Estado de la Unión 2021*” presentado por Ursula von der Leyen (Presidenta de la Comisión Europea) y el Informe del Parlamento Europeo (2022) que lleva por nombre “*On the future of EU trade policy*”, constituyen entre tantas otras existentes, dos evidencias fehacientes que apuntalan la afirmación anterior¹⁸.

No menos irrelevante, la CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) desde una perspectiva estructuralista latinoamericana también aborda los límites del pensamiento ortodoxo neoliberal en función de entender las principales tendencias de la economía mundial actual, y en consecuencia la región encuentre modos más eficientes de reinserción en una dinámica tan compleja¹⁹.

Lo tratado hasta aquí a grandes rasgos, de un lado, implica reconocer que el marco teórico conceptual, metodológico e ideopolítico tradicional

Economic Prospects” (2022), ambos elaborados por el Banco Mundial. Del FMI, por su parte, exhortamos revisar los reportes “Neoliberalism: Oversold?” (2016) y “The Rise of Corporate Market Power” (2019), respectivamente.

17 Ver, para ampliar: De la Directora General de la OMC, Ngozi Okonjo-Iweala y del Secretario General de la OCDE, Mathias Cormann, con motivo del Foro de Davos/2022 que responden a los títulos: “Trade and Geopolitics in a Post-Pandemic World” y “Globalisation Revisited”. De igual modo, sugerimos revisar el Informe sobre el Comercio Mundial 2023 elaborado por la OMC, unido al reporte de la OCDE “The Future of Capitalism” (OCDE, 2022), respectivamente. Disponibles en: <https://www.wto.org/> y <https://www.oecd.org/forum>

18 El contenido de ambos reportes se hallan disponibles en: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_21_4701 y https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0404_EN.html

19 Recomendamos las lecturas de las fuentes siguientes: Bárcena, A. (2018). “La ineficiencia de la desigualdad”. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42727-ineficiencia-la-desigualdad> y Salazar-Xirinachs, J.M. (2023). “Hacia una globalización renovada”. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/discurso/jose-manuel-salazar-xirinachs>

resultan ser insuficiente para comprender las complejidades subyacentes al Capitalismo en materia de contradicciones, interdependencia, dinamismo y disrupciones económicas en el siglo XXI.

Del otro, nos lleva a concordar con la opinión de Buschholz (1993) cuando expresó: “Los temas de política económica que debatimos actualmente (las políticas comerciales, inflación, el adecuado papel del gobierno, la erradicación de la pobreza y los medios para elevar las tasas de crecimiento económico) fueron discutidos por economistas durante más de dos siglos. Muchas de las políticas económicas de nuestros días, tanto las buenas como las malas, son el resultado de aquellos economistas del pasado. Y solo pueden comprender muchos de los debates sobre política económica quiénes estén familiarizados en cierta medida, con las ideas de los primitivos economistas.”

No caben dudas que para interpretar con mayor claridad a los economistas contemporáneos precisamos de antemano sumergirnos en los fundamentos epistemológicos generales y esenciales de las principales escuelas de pensamiento, cuyos exponentes más destacados no sólo avanzaron en el desarrollo de la ciencia a partir de conocimientos preexistentes, sino, cuando al tomar a estos como punto de partida los sistematizaron mediante la polémica y debates teóricos (Molina, 2010).

De lo contrario, lejos de hacer nuevas contribuciones científicas en el orden teórico-práctico a la historia del Pensamiento Económico o de la Economía Política terminamos estancados en un callejón sin salida.

Desde la perspectiva marxista-leninista sostenemos el argumento de que a partir de la segunda mitad del siglo XIX la Economía Política Burguesa abandonó definitivamente la línea científica ricardiana (que había llevado a la cúspide el estudio del origen y desarrollo de la categoría *valor-trabajo*), para refugiarse en el carácter acientífico y apologético de los microfundamentos epistemológicos correspondientes a la racionalidad neoclásica con sus posteriores remanentes hasta nuestros días; cuyas fuentes originarias las hallamos en los aspectos gnoseológicos y metodológicos vulgares, así como ideoclasistas presentes en parte de las obras de W. Petty (1623-1687), F. Quesnay (1694-1774), A. Smith (1723-1790), junto a las contribuciones de D. Ricardo (1772-1823), y que posteriormente tanto R. Malthus (1766-1834) como J. Say (1767-1832), entre otros, hicieron extensivo en sus respectivos quehaceres la defensa a ultranza del régimen capitalista.

De este modo, la comunidad “científica” tuvo ante sí dos tareas cruciales, como las ha tenido siempre: 1) hacer funcionar mediante recetas prácticas al único modo de producción existente universalmente, el Capitalismo; y 2) la necesidad de soslayar o negar abiertamente la contundente crítica a la sociedad capitalista realizada por C. Marx en *El Capital* (Morales, 2004).

Dicho de otro modo, en una sociedad dividida en clases las ciencias sociales, especialmente la Economía Política, tienen un carácter clasista. En consecuencia, desde el materialismo dialéctico e histórico defendemos la tesis de que las relaciones económicas no son neutrales, sino, están mediadas por la ideología dominante que con el paso del tiempo tiende a enmascarar el conjunto de contradicciones socioclasistas, y con ello justifica y reproduce la estructura de poder existente.

En el devenir lógico e histórico de la Economía Política de contenido burgués podemos apreciar, que es una “ciencia” concebida para servir de base racional a la clase burguesa, actuar sobre la sociedad, predecir “científicamente” los hechos económicos e incluso producirlos, crearlos, modificarlos, en función de esos intereses.

Es así, que cuando un Estado establece una política económica a priori y demanda a posteriori que la Economía Política justifique “científicamente” esa política económica, provoca el carácter apologetico y dogmático de esta ciencia, predisponiendo el resultado final de la investigación a lo que ya está decidido por política oficial (Molina, 2010).

Lo dicho hasta aquí, no solo refuerza la idea del determinismo de la función ideológica con respecto a la cognoscitiva, metodológica y práctica en el campo de la Economía Política, sino que hablamos del peligro que entraña para el desarrollo de la ciencia y por ende del progreso social, la praxis sistemática de sobredimensionar la primera con respecto a las demás funciones como una necesidad histórica. En otras palabras, la ideología hegemónica asegura que el sistema de relaciones de producción se mantenga sin cuestionamiento masivo, condicionando cómo se entienden y practican las demás funciones económicas.

Significa entonces, que la ideología “filtra” a conveniencia tanto el marco teórico conceptual, la metodología, así como el aparato categorial por medio del cual se expresa la ciencia; selecciona lo que es “válido” o “científico” en correspondencia con la necesidad de legitimar a la superestructura política dominante junto a la estructura económica que supedita, “desconociendo” todo enfoque disidente a la lógica del capital.

De ese modo, la ciencia se transforma en un importante instrumento de reproducción ideológica y los científicos en sus “sicofantes”, a decir de C. Marx.

Para precisar de una vez, el fetichismo mercantil y la transfiguración de las relaciones capitalistas de producción son un fenómeno dialéctico e histórico, objeto de alta fetichización epistémica por parte del saber científico al servicio del capital, la cual presenta a los fenómenos y a las categorías económicas de forma estática, ahistóricas, vacías de contenido social y contradicciones; expresa su incapacidad para reflejar adecuadamente el proceso dialéctico del conocimiento de la compleja realidad económico-social.

De ahí, que el amplio abanico de agentes económicos defensores del *status quo*, como “regla de oro” han privilegiado enfoques funcionales al capital durante siglos. Todos, de conjunto, utilizan la “censura estructural” para amordazar a la ciencia.

En consecuencia, durante el transcurso del modo de producción capitalista, las diferentes doctrinas y concepciones teóricas fruto del pensamiento tradicional sólo se limitan a proponer recetas para ajustar de manera superficial el mecanismo de funcionamiento a las nuevas condiciones histórico concretas con la finalidad última de restablecer las proporciones económicas que garanticen la reproducción del capital social tanto a nivel nacional como internacional, o sea, antídotos transitorios a las “entropías” que emanan del carácter contradictorio de la propiedad privada capitalista durante los períodos de libre concurrencia, monopolista privada, monopolista estatal, monopolista transnacional, así como en la etapa actual de alta globalización financiera neoliberal.

Al respecto, Molina (1991) esclarece que la solución es formal, porque no transforma revolucionariamente las relaciones de propiedad privada capitalista, sólo las adapta o ajusta al nuevo grado de socialización de la producción. No por ser formal este tipo de solución reformista deja de ser importante. El Capitalismo y sus sujetos económicos -y dentro de ellos sus científicos sociales e ideólogos- han demostrado tener una gran capacidad de adaptación a las nuevas circunstancias históricas.

Bajo esta lógica racional el mundo contemporáneo se nos muestra como una inmensa *caverna* ensombrecida por las apariencias, similar a la interpretación epistemológica subyacente en el recurso metafórico utilizado por el filósofo griego Platón en la antigüedad. Desde las metrópolis del Capitalismo mundial sus portavoces no hacen otra cosa

que construir una realidad blanqueada; realizan continuas reformulaciones teóricas difundiendo la imagen y el mensaje de uniformidad universal en un planeta cuajado de contrastes en los diferentes aspectos de la vida social.

A manera de conclusiones

El tránsito hacia la *Multipolaridad* en el siglo XXI apunta ser el doloroso alumbramiento de un nuevo patrón civilizatorio en oposición a la lógica exclusiva, excluyente y depredadora impuesta por el capital.

Un proceso signado de incertidumbres, si tenemos en cuenta la rápida evolución de la política internacional, el aumento de las tensiones y los conflictos en todo el orbe. Rivalidades de todo tipo generadoras de caos y creatividad al mismo tiempo, las que hacen “doblar las campanas” de la III. G. M. con alto contenido nuclear.

El desastroso hegemonismo monopolar encabezado por los EE.UU. desde fines del siglo pasado, organizado a través de normas e instituciones multilaterales con todas sus imperfecciones y limitaciones cede paso gradualmente a un mundo dividido en varios centros de poder liderado por China, Rusia y otros actores estatales emergentes. Esto desencadena una bifurcación sistémica en todos los aspectos de la vida social del planeta; en especial, inestabilidades que redefinen los fundamentos de la economía global. Como sentencia Stephens (2012), arribamos “*al final del final de la historia*”.

A tales efectos, las “turbulencias” económicas actúan como un espejo implacable; revelan las grietas y limitaciones fundamentales presentes en el pensamiento convencional para su análisis en función de readaptar de modo formal el sistema capitalista a las peculiaridades del nuevo contexto transicional.

En otras palabras, como en el pasado, el “*mainstream economics*” puede explicar “*el juego dentro de las reglas*”, pero fracasa en explicar “cómo cambian las reglas del juego” o cómo factores no económicos las distorsionan; falla en el propósito fundamental de proporcionar un entendimiento útil y soluciones efectivas para las turbulencias del siglo XXI.

En este sentido, comprendemos que el complejo camino de la transición no es solo un fenómeno político, sino un cambio estructural en la economía mundial para el cual la racionalidad epistémica convencional ha quedado profundamente desfasada. La pregunta central del ensayo:

¿ha quedado obsoleta la teoría económica convencional para explicar las disrupciones del siglo XXI? encuentra una respuesta contundente en la realidad.

En resumen, enfatizamos que los estudios de Economía Política reclaman hoy más que nunca el tratamiento crítico, transdisciplinario e integral de manera tal que la ciencia logre expresar de forma abstracta los principios y regularidades objetivas que rigen el desarrollo social. Hablamos de una macrocomprensión teórica que de manera dialéctica C. Marx aportó sobre el modo de producción capitalista para todos los tiempos.

Referencias

Afanasiev, Victor. (1988). *Etapas del desarrollo de la Economía Política*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.

Álvarez Acosta, María E. (2022). *Las potencias regionales mesorientales: ¿redefinición de su alcance en el mapa de poder global? Ponencia presentada en la VII Conferencia de Estudios Estratégicos*. Recuperado de <https://www.cipi.cu/wp-content/uplo>

Arrighi, Giovanni & Silver, Beverly J. (2001). *Caos y orden en el sistema-mundo moderno*. Madrid: Editorial Akal, S.A, .

Bank for International Settlements (BIS). (2023). *Annual Economic Report June 2023. Promoting global monetary and financial stability*. BIS.

Bank for International Settlements (BIS). (2024). *Annual Economic Report 2024*. BIS.

Baró Herrera, Silvio. (2019). *El subdesarrollo: una visión crítica desde la Economía Política*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.

Bayón, Marta (Coord.). (2013). *Pensamiento Económico Universal*. La Habana: Editorial Félix Varela.

Blaug, Mark. (1995). *Teoría Económica en retrospectiva, 5ta Edición*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Boron, Atilio. (2024). La guerra en Ucrania y el fin del viejo orden internacional en Monereo. M y otros. *¿Hacia la Tercera Guerra Mundial?*, Editorial El Viejo Topo, 2024

Buschholz, Tood G. (1993). *Nuevas ideas económicas de ayer*. Buenos

Aires: Editorial El Ateneo.

CADTM. (2020). *Norte/Sur, países en desarrollo/países desarrollados: ¿Exactamente, de qué estamos hablando?*. CADTM.

Casals Llano, Jorge. (2015). *Clasificación de las megatendencias. Conferencia impartida en el Curso de Postgrado Problemas Actuales de la Economía Mundial*. La Habana: Instituto Superior de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” (ISRI). Casals Llano, Jorge. (02 de 09 de 2022). ¿El «viejo» orden y el nacimiento del «nuevo»? Recuperado de <https://rebellion.org/el-viejo-orden-y-el-nacimiento-del-nuevo/>

Casals Llano, Jorge. (2014). El Marxismo, el capitalismo del siglo XXI y la crisis de ideas en la “economía oficial”. *Revista Semestral Política Internacional XXI (Enero-Junio/2014)*. Disponible en: www.isri.cu/publicaciones203.

Castaño, Salas, Héctor. (2008). *Entender la economía. Una perspectiva epistemológica y Metodológica*. La Habana: Editorial Félix Varela.

Castro Ruz, Fidel. (1983). *La Crisis Económica social del Mundo*. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2009). *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2008-2009: Crisis y espacios de cooperación regional*. CEPAL.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) (2016). *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe. La región frente a las tensiones de la globalización*. CEPAL.

Cobarrubia Gómez, Faustino. (2024). Crisis global: el desafío del crecimiento y el desarrollo. *Revista Temas de Economía Mundial. Nueva Época II No.46 septiembre 2024*. Disponible en: <http://www.ciem.cu/publicaciones/2024/Temas%20de%20Econom%C3%ADa%20Mundial%20No.46.pdf>

Colectivo de Autores. (1981). *Crítica a la Teoría Económica Burguesa*. La Habana: Editorial Nuestro Tiempo.

Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) (2024). *Informe sobre el comercio y el desarrollo 2024: Repensar el desarrollo en la época del descontento*. UNCTAD.

Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD) (2024). *Informe sobre las inversiones en el mundo. Facilitación de las inversiones y gobierno digital*. UNCTAD.

Cuevas, José M. (2024). ¿Qué son los BRICS? Recuperado de <https://www.elordenmundial.com>

Dallanegra Pedraza, Luis. (1998). *El orden mundial del siglo XXI: una teoría sobre el poder y el orden mundial desde una perspectiva realista-sistémica-estructural*. Buenos Aires: Ediciones Universidad.

Datosmacro.com. (2023). Recuperado de <https://datosmacro.expansion.com/paises/grupos/brics>

Delgado Díaz, Carlos. (1999). El cambio de racionalidad y la matematización del saber. *Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia Vol. 1/No. 1/1999*. Disponible en: <https://revistas.unbosque.edu.co>

Dieterich, Heinz. (2000). *Crisis en las ciencias sociales*. La Habana: Casa Editora Abril.

Dobb, Maurice. (2000). *El elemento ideológico en la teoría económica*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

Drehmann, Mathias & Sushko, Vladyslav (2022). The global foreign exchange market in a higher-volatility Environment. *Bank for International Settlements (BIS) Quarterly Review, December 2022*. Disponible en: <https://www.bis.org/pub>

Ekelund, Robert B Jr & Hébert, Robert. (2006). *Historia de la teoría económica y de su método, Tercera Edición*. Madrid: Editorial Mc Graw Hill.

Engels, Federico. (1979). *Antidürring*. La Habana: Editorial Pueblo y Educación.

Ernst & Young Global. (2015). *Informe sobre Megatendencias para 2015: Entender el mundo en constante movimiento*. Recuperado de <https://www.ey.com/mx>

Fondo Monetario Internacional (FMI) (2021). *Comunicado de prensa No. 21/47. La Directora Gerente del FMI, Kristalina Georgieva, insta al G-20 a tomar medidas contundentes para contrarrestar una "peligrosa divergencia"*. FMI.

Foreign Exchange (Forex) (2021). *Forex trading statistic*. Forex.

García Ruiz, Mercedes. (2023). Finanzas internacionales: tendencias, problemas apremiantes e impacto en los países subdesarrollados. *Revista Cubana de Economía Internacional Vol.10 No.2, Mayo-Octubre de 2022*. Disponible en: <http://www.rcei.uh.cu/>

Gill, Indermit & Nagle, Peter. (2022). *La inflación podría causar estragos*

en los pobres del mundo. Recuperado de <https://blogs.worldbank.org/es/voices/la-inflacion-podria-causar-estragos-en-los-pobres-del-mundo>

Greenspan, Alan. (2009). *La era de las turbulencias. Aventuras en un nuevo mundo*. Barcelona: Ediciones B, S. A.

Grobart Sunshine, Fabio. (2010). Cambios en el modelo de reproducción capitalista. Problemas globales en Colectivo de Autores. *Economía Internacional*, T1. La Habana: Editorial Félix Varela, 2010.

Guadarrama González, Pablo. (2018). *Para qué sirve la epistemología a un investigador y un profesor*. Bogotá: Editorial Magisterio.

Gutiérrez Quintanilla, Ayuban. (2017). Las crisis económicas. Un acercamiento teórico. *Revista Economía y Desarrollo Año XLVIII – Vol. 158 – No. 1 – Enero-Junio de 2017*.

Henderson Rebecca. (2018). Why the World Economy Needs a New Paradigm. *Harvard Business Review*. Disponible en: <https://www.hbr.org>.

International Monetary Fund (IMF) (2011). *New growth drivers for low-income countries*. IMF. International Monetary Fund (IMF) (April 2009). *World Economic Outlook*. IMF. International Monetary Fund (IMF) (April 2023). *World Economic Outlook*. IMF. International Monetary Fund (IMF) (April 2025). *World Economic Outlook*. IMF. International Monetary Fund (IMF) (October 2010). *World Economic Outlook*. IMF International Monetary Fund (IMF) (October 2019). *World Economic Outlook*. IMF International Monetary Fund (IMF) (October 2024). *World Economic Outlook*. IMF.

Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE). (2025). *Panorama Estratégico 2025*. IEEE.

Katouzian, Homa. (1982). *Ideología y método en economía*. Madrid: H. Blume Ediciones.

Kohan, Néstor. (2004). *El Capital: historia y método*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales. Krugman, Paul. (2009). The End of Economic Theory?. *Harvard Business Review*. Disponible en: <https://www.hbr.org>

Lenin, Vladimir Ilich . (1960). “*Materialismo y Empiriocriticismo*”. En *Lenin, V. Obras Completas, T XIV*. Buenos Aires: Cartago.

Lenin, Vladimir Ilich. (2010). *El Imperialismo fase superior del capitalismo*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.

Márquez, Humberto. (2010). La gran crisis del capitalismo neoliberal.

Revista Scielo. Recuperado de https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-0063201000020_0004

Martínez Martínez, Osvaldo. (2009). *Crisis Global y Pensamiento del Ché sobre Economía Internacional*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.

Marx, Carlos. (1971). *Fundamentos de la crítica de la Economía Política (esbozo de 1857-1858), VI*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.

Marx, Carlos. (1980). *El Capital*, T3. La Habana: Editorial Ciencias Sociales. Marx, Carlos. (1980). *El Capital*, T1. La Habana: Editorial Ciencias Sociales.

Merino, Gabriel E, Regueiro, Lourdes & Tadeu Wagner (Coords.) (2022). *China y el nuevo mapa del poder mundial. Una perspectiva desde América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Milanovic, Branco. (2020). *Capitalismo, nada más: El futuro del sistema que domina al mundo*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial.

Molina Molina, Ernesto. (2007). *En busca de una teoría crítica para el desarrollo de América Latina*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

Molina Molina, Ernesto. (2010). *La defensa del capitalismo en el pensamiento económico occidental: breve ensayo crítico*. La Habana: Material Inédito.

Molina Molina, Ernesto. (2014). *Ensayo crítico sobre las teorías del desarrollo*. Publicaciones del instituto Superior de Relaciones Internacionales (ISRI).

Molina Molina, Ernesto. (2022). *Hacia una Economía Política desde el Sur*. Ciudad de Panamá: Ruth Casa Editorial.

Molina Molina, Ernesto. (1991). La crisis de la economía política burguesa contemporánea y su sistema categorial. En M. B. (Compiladora), *Crítica a las teorías económicas burguesas II*. La Habana: Universidad de la Habana.

Monereo Pérez, Manolo. (2024). ¿Estamos ante el inicio de una Tercera Guerra Mundial? en Monereo. M y otros. ¿Hacia la Tercera Guerra Mundial?, Editorial El Viejo Topo, 2024

Morales Domínguez, Esteban. (2004). La economía política marxista.

Reflexiones para un debate en Colectivo de Autores. *La economía política marxista retos de un tercer milenio*, Editorial Félix Varela. Morillo, J. (Julio, 2022). *La guerra en Ucrania, otro paso hacia el orden multipolar*. Recuperado de <https://observatorio.cisde.es/actualidad/la-guerra-en-ucrania-otra-paso-hacia-el-orden-multipolar/>

Muñoz Gonzáles, Roberto, Vissetaca, Bonifácio & Muñoz, González, Nibian. (2024). Los BRICS en las dinámicas de la economía internacional y la construcción de un mundo multipolar”. *Revista Encrucijada Americana*, Vol 16 Núm. 1 (2024). Disponible en: <https://www.encrucijada-americana.uahurtado.cl>.

Nervo Codato, Adriano. (2006). Leyendo a Marx a la luz de Marx: la relación entre economía y política en los textos de los años cincuenta. *Revista Herramienta No. 31 Marx/2006*. Disponible en: <https://www.academia.edu>

Organización Internacional del Trabajo (OIT). (2023). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Tendencias 2023 (Resumen Ejecutivo)*. OIT.

Organización Internacional del Trabajo (OIT). (2024). *World Employment and Social Outlook: Trends 2024*. OIT.

Organización Mundial del Comercio (OMC) (2008). *Informe sobre el Comercio Mundial 2008. El comercio en un mundo en proceso de globalización*. OMC. Organización Mundial del Comercio (OMC). (17 de Junio de 2021). *OMC Servicios –portada*. OMC.

Organización Mundial del Comercio (OMC). (2023). *Informe sobre el Comercio Mundial 2023. La reglobalización para un futuro seguro, inclusivo y sostenible*. OMC.

Pérez Soto, Olga. (2009). *Internacionalización del capital: una respuesta socialista*. La Habana: Félix Varela.

Pichs Madruga, Ramón. (2008). *Cambio Climático Globalización y Subdesarrollo*. La Habana: Científico-Técnica.

Piketty, Thomas. (2014). *El capital en el siglo XXI*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). (2020). *Informe sobre Desarrollo Humano “La próxima frontera: El desarrollo humano y el Antropoceno”*. PNUD.

Quirós Santos, Jonathan. (2021). *El comercio internacional se expandió en el 2021, pero sus perspectivas son mucho menores para el 2022. Informe sobre la Evolución de la Economía Mundial 2021*. Recuperado de <http://www>.

ciem.cu/

Quirós Santos, Jonathan M & Molina, Suárez, Andy. (2024). Apuntes al más reciente debate sobre la globalización”. *Revista Política Internacional | Volumen VI Nro. 3 julio-septiembre 2024*. Disponible en: <https://rpi.isri.cu/rpi>.

Quirós Santos, Jonathan M & Otros. (2024). La reconfiguración del orden económico internacional y la hegemonía de Estados Unidos: opciones y desafíos para América Latina y el Caribe (Informe de Investigación 2023 -PNAP). *Revista Temas de Economía Mundial No. 45 Marzo 2024*. Disponible en: <http://www.ciem.cu/>.

Roberts, Michael. (2022). ¿El capitalismo está viviendo una crisis sistémica o tiene una salida para su crisis? Recuperado de <https://cronicon.net/wp/el-capitalismo-esta-viviendo-una-crisis-sistemica-o-tiene-una-salida-para-su-crisis/>

Roberts, Michael. (2023). *El mundo en depresión económica: un análisis marxista de la crisis. Cuaderno No 4 Instituto Tricontinental de Investigación Social*. Recuperado de <https://thetricontinental.org/es/dossier-cuaderno-4-crisis-economicas/>

Rodríguez Hernández, Leyde E. (2022). “Configuración multipolar del sistema internacional del siglo XXI”. *Revista Política Internacional | Volumen IV Nro. 1 enero-marzo de 2022*. Disponible en: <https://rpi.isri.cu/rpi>

Sánchez Noda, Ramón. (2009). *La nueva economía y el conocimiento*. La Habana: Félix Varela.

Securities Industry and Financial Markets Association (SIFMA). (2023). *2023 Capital Markets Fact Book Statistic. Executive Summary*. SIFMA

Securities Industry and Financial Markets Association. (SIFMA). (2024). *2024 Capital Markets Fact Book Statistic. Executive Summary*. SIFMA.

Soberón Valdés, Francisco. (2015). *Diccionario de términos e instituciones del sistema financiero internacional*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales. Solow, Robert (12th de July de 1987). We'd Better Watch Out. *New York Times*. Recuperado de <https://www.standupeconomist.com/pdf/misc/solow-computer-productivity.pdf>

Soros, George. (2008). The Crisis and What to Do About It. *The Wall Street Journal*. Recuperado de <https://wsj.com>

Soros, George. (2013). How to Save the Euro. *The Wall Street Journal*. Recuperado de <https://wsj.com>.

Soros, George. (1999). *La crisis del capitalismo global: La sociedad abierta en peligro*. Madrid: Editorial Debate.

Stephens, Phil. (2012). *El desorden mundial: La crisis del poder global y el declive del orden internacional*. Editorial Península.

Stiglitz, Joseph E. (2002). *El malestar de la globalización*. Madrid: Editorial Taurus.

Summers, Lawrence H. (2019). The age of stagnation. *Financial Time*. Recuperado de <https://www.ft.com>.

Tett, Gillian. (2021). "The silo effect in economics". *Financial Time*. Recuperado de <https://www.ft.com>.

Tocalhier, Javier. (2019). *Inteligencia Artificial al servicio de la especulación financiera: Algoritmos del crimen organizado*. Recuperado de <https://www-cubadebate-cu.cdn.ampproject.org>

Wolf, Martin. (2020). "Why economists failed to predict the pandemic crisis". *Financial Time*. Disponible en: <https://www.ft.com>.

World Bank. (2022). *International Debt Report 2022: Updated International Debt Statistics*. World Bank.

World Bank. (2023). *World Development Indicators (WDI)*. World Bank.

World Economic Forum (WEF). (2024). *Global Risk Report 2024: Three risk we aren't talking enough about*. WEF.



Eje 2: Economía Política, integración y bloques regionales

Capítulo 4

El carácter político de la inflación: Un análisis desde el gobierno Milei en Argentina

The political nature of inflation: An analysis from the Milei government in Argentina

A natureza política da inflação: uma análise a partir do governo Milei na Argentina

Félix Pablo Friggeri (ICAL)

RESUMEN: Este trabajo busca profundizar -reconociendo la complejidad y multicausalidad del tema- en la afirmación del carácter político de la inflación. Este carácter se ubica, principalmente, dentro de lo que se denomina “puja distributiva” entendida en relación al tipo de lucha de clases que se da en la región y, especialmente, en Argentina. Se destaca la importancia del empresariado como sujeto formador de precios; de la formación oligopólica del mercado; y de la relación entre inflación y dolarización. Se analiza cómo debe entenderse el triunfo electoral de Javier Milei y sus medidas de gobierno en relación a esta problemática: la inflación como instrumento disciplinador de las mayorías populares y como dinámica de una masiva transferencia de ingresos en favor de LOS SECTORES CONCENTRADOS.

PALABRAS CLAVE: inflación; Argentina; Milei; puja distributiva; capitalismo mafioso

ABSTRACT: This work seeks to delve deeper—acknowledging the complexity and multiple causes of the issue—into the assertion of the political nature of inflation. This nature is primarily situated within what is termed the “distributive struggle,” understood in relation to the type of class struggle occurring in the region and, especially, in Argentina. The importance of the business sector as a price-setting agent is highlighted, as is the oligopolistic formation of the market and the relationship between inflation and dollarization. The analysis examines how Javier Milei’s electoral victory and his government policies should be understood in relation to this problem: inflation as a tool for disciplining the popular majorities and as a dynamic of massive income transfer to concentrated sectors.

KEYWORDS: inflation; Argentina; Milei; distributive struggle; mafia capitalism

RESUMO: Este artigo busca aprofundar-se — reconhecendo a complexidade e as múltiplas causas do problema — na afirmação da natureza política da inflação. Essa natureza situa-se principalmente no âmbito do que se denomina “luta distributiva”, entendida em relação ao tipo de luta de classes que ocorre na região e, especialmente, na Argentina. Destaca-se a importância do setor empresarial como agente formador de preços, assim como a formação oligopolista do mercado e a relação entre inflação e dolarização. A análise examina como a vitória eleitoral de Javier Milei e suas políticas governamentais devem ser compreendidas em relação a esse problema: a inflação como instrumento disciplinador das maiorias populares e como dinâmica de transferência maciça de renda em favor de setores concentrados.

PALAVRAS-CHAVE: inflação; Argentina; Milei; luta distributiva; capitalismo mafioso

Introducción

En Argentina, la problemática de la inflación es uno de los ejes determinantes de su política interna y ocupa un lugar destacado y peculiar en los estudios económicos. Multifacética y con una serie de componentes que toman variada importancia según las distintas coyunturas históricas, el desafío de entenderla plenamente y de enfrentarla efectivamente está presente en la vida académica y política del país. La cantidad y pluralidad de enfoques en ambos ámbitos da una base para su análisis y para continuar esta búsqueda.

Propongo aquí -sin pretensión de un análisis exhaustivo de todos los componentes de esta problemática- algunos elementos para destacar la importancia y centralidad de su carácter político. Este carácter está ligado, principalmente, a aspectos de lo que se ha venido llamando “puja distributiva”. Propongo reubicar este concepto en el contexto de una problemática laboral que ha ido variando y de un capitalismo financierizado que asume características de “capitalismo mafioso”. Junto al carácter político de la inflación quiero destacar en este análisis su carácter deliberado y su utilización hostil a las mayorías populares como arma para debilitar sus estructuras organizacionales. Entiendo que aquí están los ejes claves de comprensión de esta problemática.

Indudablemente, el triunfo electoral de Javier Milei, en noviembre de 2023, y su inicio de gobierno renuevan la centralidad de esta temática. Me animo a afirmar que fue la inflación la gran llave que posibilitó este triunfo, con un acento en el nexo entre inflación y dolarización. Esta reflexión está centrada en la Argentina actual, pero también espero que

sirva, por lo menos en algunos de sus elementos, para analizar otras situaciones, particularmente de nuestra región latinoamericana-caribeña, porque, aunque la situación argentina tiene fuertes especificidades en este tema, muchos de los elementos analizados pueden ser vistos en la historia económica de otros países de la región.

Dedico este trabajo a la querida compañera Doctora Nidia María Alfonso Cuevas, quien con su gestión en el ISRI y su trabajo acompañado de una enorme amabilidad aportó inmensamente para la concreción de este libro.

Explicaciones predominantes y secundarizadas

La Argentina es, posiblemente, un lugar privilegiado para analizar el problema de la inflación. En principio, creo que puede entenderse por inflación “el aumento generalizado y sostenido de los precios” (Dvoskin y Feldman, 2020, 46) y comparto, algo fuertemente repetido, que “la inflación es un fenómeno pluricausal” (Piva, 2015, 36; cf. tb. Trajtenberg, 2015). También entiendo que puede sostenerse que “pese a la relevancia de este fenómeno, no hay un consenso generalizado respecto a las causas del proceso inflacionario argentino; del mismo modo, tampoco se percibe una idea en común en relación con las políticas necesarias para enfrentar dicha inflación” (De la Vega, Zack y Calvo, 2022, 20). Este análisis no pretende negar esta pluricausalidad sino remarcar aspectos que entiendo como centrales y que no siempre son suficientemente destacados. Sin embargo, esta impronta pluricausal fortalece la posibilidad de que sean destacados aspectos que -aún teniendo dosis de realidad- pueden no ser los más importantes y, por lo tanto, su resaltado puede cumplir una función de ocultamiento de los factores que pueden ser centrales. Este uso ideológico de la pluricausalidad de la inflación por parte de sectores académicos ligados a las derechas políticas aparece como bastante habitual. Veremos más abajo como la emisión monetaria, el déficit fiscal y las luchas sindicales por el valor del salario, principalmente comprendidas como “distorsiones” de un mercado en el que supuestamente jugarían “libremente” la oferta y la demanda, son aspectos que las derechas procapitalistas eligen destacar como explicaciones causales primordiales ocultando los elementos que, en este trabajo, considero centrales.

En principio, comparto fuertemente la afirmación, hecha ya hace unos años, de que “la causa determinante de la inflación no es económica”

sino que “se encuentra en la política” y que está ligada a “la concentración de la riqueza” (Briscioli, 2014), o sea que, por lo menos, “no se trata de un fenómeno estrictamente económico” (Chitarroni, 2015, 1). En esto, una de las claves está en entender que el fenómeno de la inflación tiene sujetos, no es un hecho mecánico del supuesto libre juego de la oferta y la demanda, como intenta presentar el discurso hegemónico de la economía capitalista.

Predominante en el liberalismo económico tradicional y exacerbada por su reaparición en la versión neoliberal-monetarista, es la explicación que prioriza la relación del fenómeno inflacionario a la emisión monetaria. Alejandro Vanoli (2017, 83-84) recuerda que uno de los supuestos claves de la propuesta monetarista es que, para combatir la inflación, “basta con reducir la expansión monetaria” y afirma que la atribución de una causalidad exclusivamente monetaria de la inflación “no tiene sustento empírico”. Desde este supuesto monetarista se suele pasar al ámbito de las políticas públicas colocando al déficit fiscal como blanco principal de las políticas económicas¹. Esta es, básicamente, la interpretación fundamental de la inflación de todas las “derechas” políticas.

La otra explicación bastante habitual insiste en la importancia de los costos. Esta postura tiene variantes en sus enfoques, algunas claramente marcadas por lo que Mario Rapoport (2010, 1) define como un “matiz ideológico” y que aparecen como propuestas de justificación del fenómeno. Rapoport sostiene -retomando dichos del periodista económico Enrique Silberstein-, que toda la discusión sobre la inflación se dirige “al incremento de los costos, o sea al aumento de sueldos y salarios” y que “jamás se ha combatido la inflación diciendo que se debe al crecimiento de las ganancias”. La realidad del hecho de que la inflación tenga que ver mucho más con el incremento de la ganancia empresarial, mediante la manipulación de precios, que con la presión sindical para el aumento salarial se evidencia en que los procesos inflacionarios van acompañados de dinámicas de concentración de la riqueza, y en esto es clave la conformación monopólica y/o oligopólica de la economía argentina. Tomando esta inversión del acento en el análisis que proponen Silberstein y Rapoport, en lugar de insistir en la influencia de las luchas salariales como propulsora inflacionaria, colocho

1 La relación entre déficit fiscal y emisión monetaria se establece -en la explicación neoliberal- atribuyendo el déficit fiscal a la decisión de aumentar los “gastos”, principalmente en el orden social, que puede realizar un gobierno, para lo cual recurriría a la emisión de moneda para poder solventarlos. La simplificación deliberada de esta explicación olvida que la causa mayor de los déficits fiscales es la obligación del pago de la Deuda Externa (Bekerman, 1988).

el énfasis en dos elementos centrales que hacen a una mirada mucho más popular de la “inflación por costos”: la dinámica de aumento de ganancias en un contexto empresarial oligopolizado y la incidencia del tipo de cambio (básicamente del precio del dólar estadounidense) como influenciadores claves del fenómeno inflacionario políticamente analizado. En este primer apartado trataré del primer elemento, dejando el segundo para el último apartado del artículo.

El tema del papel de monopolios y oligopolios en el fenómeno inflacionario es clave y, a la vez que evidencia quienes son los “sujetos” de este fenómeno, demuestra la falsedad de presupuestos básicos dominantes en el análisis capitalista como son el “libre juego de la oferta y la demanda” y la “competencia”². La explicación está relacionada con la capacidad de fijar el margen de ganancia a través de lo que llaman “poder de mercado”. Hay que partir de una “premisa principal para explicar la inflación” y es “que las empresas son las que determinan los precios” (Telechea, 2024). Es que “los precios varían hacia la suba (nunca a la baja) en función de la decisión política de las pocas empresas ‘formadoras de precios’ por ramas de producción, en su gran mayoría transnacionales” y esta decisión es seguida por las empresas pequeñas y medianas y por esto hay que entender que la inflación es fundamentalmente “una toma de decisión política del poder económico concentrado que incluye los medios de comunicación, en el marco de un mercado excesivamente oligopolizado” (Briscioli, 2012). Comentando la política económica de Milei, el periódico británico *The Guardian* (2025) sostenía que el “[...] ‘laissez-faire’ a menudo se traduce como ‘laissez-nous faire’: permitir que los intereses corporativos operen con una supervisión mínima”. Para el caso de la Argentina posconvertibilidad, Manzanelli y Schorr (2013) sostienen que hay una “inflación oligopólica” que se evidencia porque el aumento de precios fue encima del promedio general en las ramas que tenían mayor nivel de concentración y que esta capacidad de fijar los márgenes de ganancia vino acompañada de una baja tasa de reinversión de utilidades y de una reanudación de la dinámica de fuga de capitales. Rapoport (2010, 12-13) sostiene que esto se da especialmente “en épocas de demanda creciente” y que la opción que se da en un contexto de “competencia oligopólica” es “mantener los precios elevados y las cantidades limitadas”. De esta forma, en el impulso por aumentar sus ganancias los oligopolios dejan de lado la posibilidad de aumentar las

2 Esto explica la insistencia de los propagandistas del capitalismo dominante en que la concentración de la riqueza económica no tendría que ver con la inflación. Una muestra es un artículo de uno de sus medios sobre el tema, puede verse en Porcella, 2024.

ganancias centrándose en la expansión de la producción (Chitarroni, 2013, 54). Un estudio realizado por el Centro de Economía Política de Argentina (CEPA) (2024) acerca de la incidencia de los monopolios -defendidos por Milei (Franco, 2024)- en la economía argentina reciente, muestra los grados de concentración de productos básicos para la canasta familiar en Argentina durante el comienzo de este gobierno, junto a otros rubros totalmente monopólicos (chapas, polietileno, aluminio, cemento, etc.) que tienen incidencia en el costo de la vida. A esto se suma la tendencia concentradora en la distribución, donde el 40% de las ventas se concentra en seis grupos supermercadistas. La relación entre concentración e inflación había sido trabajada también por Manzanelli y Amoretti (2022, 6) quienes entienden a esta conformación concentrada (o “competencia imperfecta”) como “la forma más típica de mercado en la economía argentina”. Además, el mismo trabajo del CEPA muestra la concentración en el comercio exterior, donde el 90% de las exportaciones de granos y oleaginosas están relacionados solamente con diez empresas. En su análisis de la política económica de Milei y en el hecho de que, después de un brutal choque, la tendencia inflacionaria disminuyó, Briscioli (2024) sostiene: La inflación puede bajar transitoriamente hambreado a la sociedad, pero recrudecerá porque las causas que la generan tienen un alto contenido político: el enorme poder de un reducido grupo de empresas oligopólicas “formadoras de precios” para posicionarse como beneficiarias excluyentes del plan Milei-Caputo que, a pesar de la aguda caída de ventas usufructúan obscenas ganancias.

En cuanto a la forma de encarar el combate a la inflación, una de las propuestas repetidas por la ortodoxia liberal es trabajar para disminuir la demanda. Esto se relaciona con la convicción de que valdría la pena, al tener el combate a la inflación como principal objetivo, aceptar la posibilidad de frenar el crecimiento. La parte de realidad que tiene este planteo es que el aparato productivo tiene que lograr capacidad de respuesta en una oferta adecuada cuando se realizan políticas efectivas de estímulo a la demanda agregada y que, en caso contrario, puede haber resultados inflacionarios (Piva, 2015, 36). Pero los sectores más heterodoxos plantean combatir la inflación con crecimiento y algunas posturas toleran cierta dosis de inflación acompañando estos procesos de crecimiento y aumento del nivel de empleo (Asiain y Malic, 2022, 7). Los datos de la historia argentina muestran que los modelos industrializadores y “proteccionistas” fueron contundentemente más exitosos que los liberales (CEPA, 2024) en este intento. Entendiendo que la inflación no es un fenómeno, en principio, deseable porque en la puja distributiva generalmente las posibilidades de

perder de los trabajadores son, la mayor de las veces, mayores que las de ganar, una política popular tendría que convivir con sabiduría y capacidad comunicacional con ciertas dosis de inflación. Sobre todo, en la búsqueda de una política de pleno empleo, como ya estaba presente en los históricos planteos de “la Curva de Phillips” (Rapoport y Brenta, 2010:13-14)³.

El planteo de Milei -sobre todo el inicial-, impulsó un proceso de “estanflación” -inflación con freno al crecimiento- como objetivo económico, cuando ésta es considerada como una desgracia mayor en la economía. En esto se distingue de la realidad del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner cuya inflación promedio fue mucho menor a la del gobierno de Milei (Serrano Mancilla y Donda, 2024) y, también, al desempeño económico del gobierno de Alberto Fernández donde hubo inflación pero también crecimiento (Fontevicchia, 2024).

Explicaciones del carácter político

La propuesta de este artículo es destacar -dentro del reconocimiento de la pluricausalidad- el carácter político de la inflación. Una de las explicaciones que más claramente puede remitir a este carácter es la que destaca la causalidad predominante de la llamada “puja distributiva”. Dependiendo de cómo se interprete, se puede decir que, en cuanto explicación de un fenómeno considerado, generalmente, como económico, no tiene ese carácter en forma pura, ni tampoco primaria, sino que es primordialmente política. Así tenemos que “el papel del conflicto distributivo debe ser considerado como uno de los ejes del debate respecto de las causas de la inflación y los mecanismos para controlarla” (Trajtenberg et al., 2015, 181). Sobre todo, si entendemos que, a través de ella, queda más clara la dimensión conflictiva a la que responde. Es que “la inflación es un fenómeno esencialmente conflictivo y la experiencia demuestra que no resulta neutro ni en términos de la distribución del ingreso ni de la distribución del poder político” (Piva, 2015, 36). Se puede expresar esta dimensión diciendo que “no es otra cosa que la lucha de

3 Recordemos que William Phillips, economista estadounidense ligado al keynesianismo, había publicado en 1958 un famosísimo artículo en el cual quedó expresado lo que se difundió como “la curva de Phillips”. En él Phillips sostenía la relación inversa entre tasa de desempleo e inflación, o sea cuando más desempleo menos inflación y viceversa. Phillips explicaba así la necesidad de admitir cierto grado de inflación con el fin de evitar el desempleo. Pero los monetaristas -que en aquel entonces se oponían a Phillips- utilizaron luego este planteo para proponer la “tasa natural de desempleo” (Milton Friedman) y el NAIRU (Edmund Phelps) a los que me refiero más abajo.

clases” (Chitarroni, 2015, 1), aunque las características de esta lucha en Argentina las analizo un poco más abajo. Este carácter conflictivo viene unido a cierta imprevisibilidad de las derivaciones de la puja:

[...] ya sea en la Argentina o en cualquier parte del mundo, la inflación [...] no es más ni menos que el reflejo de una persistente incompatibilidad de reclamos de las distintas clases sociales sobre cómo debe distribuirse el excedente económico [...]. En particular, entre la clase trabajadora, que exige incrementos de sus salarios nominales para alcanzar un cierto salario real objetivo, y la clase capitalista, que busca preservar los niveles de rentabilidad que considera “normales” trasladando los incrementos de costos a los precios de venta. Una particularidad de este fenómeno es que, a priori, no es posible determinar qué parte hará prevalecer su posición en la puja. Ello dependerá de las condiciones políticas, históricas e institucionales consideradas. (Dvoskin y Feldman, 2020, 46)

Este primer elemento causal indicado conviene que se piense articulado en “interacción compleja” con la “inflación de costos” y con la “inflación oligopólica” (Piva, 2015, 39). En cuanto a la inflación de costos, la explicación se politiza más en cuanto se la relaciona con el problema de la dolarización, como es tratado más abajo.

El hecho de que la inflación sea un instrumento del poder oligárquico en la puja distributiva está relacionado a que es un fenómeno que produce ganadores y perdedores. Esto porque, como ya lo destaca Keynes, la repercusión del hecho inflacionario en las distintas clases sociales no es la misma. A algunos daña y a otros beneficia. Entre los que ganan podemos ver a buena parte del empresariado para el cual:

[...] la inflación es una fuente de ganancias, por una doble vía: en primer lugar, si la tasa de inflación excede a la tasa de interés, ésta última se hace negativa en términos reales convirtiendo al crédito en una transferencia neta de riqueza. Pero, en segundo lugar, en el tiempo que media entre el momento de las compras y el de las ventas, los precios se incrementan y el empresario recibe una ganancia inesperada. (Kicillof y Nahón, 2006, 4)

Otro elemento de los mecanismos de ganancia empresarial muy utilizado en Argentina, especialmente desde el aumento de la financierización neoliberal, es la llamada “bicicleta financiera”, un mecanismo especulativo de obtención de ganancias que se hizo tradicional en los gobiernos de derecha en Argentina⁴.

4 Sobre la “bicicleta financiera” en Argentina puede verse: Rebossio, 2024; Rovelli, 2024; Stagnaro, 2025; Tigani, 2025.

Los sectores más perjudicados por la inflación son claramente los más pobres “pues tienen posibilidades muy limitadas de protegerse contra ella” (Rochon y Rossi, 2007, 85). Con Milei “la estampida inflacionaria de diciembre y enero pulverizó el poder adquisitivo de sueldos y jubilaciones” (Bercovich, 2024). Por eso, es clave entender a la inflación como un fenómeno en gran parte deliberado⁵, y no solo como una consecuencia del supuesto libre juego de oferta y demanda en el mercado. La inflación no es solo un fenómeno económico, es la consecuencia de acciones deliberadas que tienen sujetos: “La premisa principal para explicar la inflación es partir de la idea de que las empresas son las que determinan los precios, aplicando un margen de ganancia por sobre sus costos” (Telechea, 2024).

Las primeras medidas de Milei provocaron una “inflación construida” (Briscioli, 2024) mediante una mayúscula devaluación y desregulación de precios (Bercovich, 2024). Cabe preguntarse entonces ante el hecho de que “Milei más que triplica la inflación de Guzmán y más que duplica la de Massa. ¿Es este un plan antiinflacionario o un plan adrede inflacionario con un propósito ulterior: estabilizar por efecto de una depresión de la economía para posteriormente dolarizar o bimonetizar la economía?” (Fontevéchia, 2024). Este carácter deliberado hace pensar en el objetivo político que hay detrás de la producción del fenómeno.

Este aparece como la generación de una transferencia brutal de ingresos desde las mayorías populares hacia los sectores concentradores de riqueza, lo cual es efectivamente un inmenso negocio para los grupos dominantes, pero también opera como un violento disciplinamiento de esas mayorías en la línea de la “violencia de mercado” que efectivizada está acompañada por la amenaza de utilizar la “violencia de estado”.

En este caso, como ha pasado con otras experiencias de afirmación de los poderes concentrados, la devaluación -en un contexto de ajuste sin miras de crecimiento productivo- produce efectos buscados de disciplinamiento. Inmediatamente:

[...] se traslada a todos los precios de la economía no sólo a través de las importaciones que se encarecieron un 40%, sino a otros precios influidos indirectamente por costos externos y aún de aquellos bienes y servicios con costos 100% locales que no ameritarían alzas, dada la importante dolarización de los precios de los últimos 40 años. (Vanoli, 2017, 82-83)

5 Esto mismo pasa, muy especialmente en los procesos neoliberales, con el fenómeno del desempleo. No es un accidente, es un objetivo.

La creación deliberada de inflación potencia su poder disciplinador por su articulación con la flexibilización laboral, mediante la cual se debilitan los derechos de los trabajadores y su capacidad organizativa a nivel sindical. La puja distributiva recrudece en su conflictividad cuando los procesos de crecimiento hacen crecer el empleo y cuando hay “condiciones institucionales favorables para los trabajadores” (Dvoskin y Feldman, 2020, 46). Entonces los sectores concentrados utilizan la inflación como arma de dominación y disciplinamiento, ya que “el poder económico inicia el proceso inflacionario no bien surge una demanda potenciada por mayores ingresos salariales” y esta actitud es seguida por “las empresas pequeñas y medianas”, así resulta una “inflación instalada intencionalmente” y que “irá deteriorando el salario real” (Briscioli, 2024). La consolidación neoliberal fue cambiando las condiciones que favorecían a los trabajadores. Si bien, a partir de 2005, hubo una recuperación del salario real por encima de la inflación, esto era válido para sectores formalizados que representaban 15,6% del conjunto de los asalariados y 10,5% del total de las fuerzas laborales (Lo Vuolo, 2006, 14-15). Por esto, para entender más ampliamente la “puja distributiva” hay que tener en cuenta el fenómeno creciente y duradero, tanto de la informalidad como del desempleo, características que no son un accidente sino una parte de la conformación neoliberal. Por eso, al carácter deliberado de la inflación hay que vincular otra característica capitalista, fundamentalmente de su versión neoliberal monetarista, que es el carácter deliberado del desempleo. Los dos fenómenos suelen ser presentados como algo indeseado, y en todo caso como un “accidente” cuando en realidad ambos son utilizados como instrumentos para favorecer la acumulación concentrada a costa de las mayorías populares. Recordemos cómo ideas como la “tasa natural de desempleo” (con Milton Friedman) y el NAIRU (con Edmund Phelps) fueron tan emblemáticas que valieron dos premios Nobel de economía⁶. La importancia dada a estos dos planteos muestra la centralidad deliberada del tema de la inflación y, desde ella, el tratar de justificar el sacrificio masivo que significa una política deliberada de creación de desempleo. Para el caso del gobierno de Milei esta “ofensiva contra el trabajo” tiene como “distintivo”, principalmente, “su velocidad” (Rameri y Lozano, 2024).

6 “La tasa natural de desempleo” propuesta por Friedman -Nóbel de Economía en 1976- sostenía que si hay menos desempleo de una determinada tasa habrá inflación y el NAIRU ((non-accelerating inflation rate of unemployment) de Phelps -Nóbel de Economía en 2006- siguió también esa idea.

Para la más completa comprensión del actual fenómeno inflacionario conviene ubicarlo en el contexto de lo que propongo denominar como “capitalismo mafioso”⁷. Dentro de una economía que se organiza, desde los grandes actores que son los principales impulsores del accionar inflacionario, mucho más como predatoria que como productiva. Responde a unas “lógicas de acumulación desplegadas por los núcleos concentrados del capital” (Schorr, 2023, 92).

Pero también es importante entender la “puja distributiva” actual fuertemente relacionada con el tipo de lucha de clases que se da en la Argentina. Hay una definición de ella que puede discutirse pero que tiene, por lo menos, una enorme dosis de realismo. Es la comprensión de la misma que hacía John William Cooke (2010, 89-90): la lucha de clases en Argentina se configura en forma concreta como peronismo contra antiperonismo. El antiperonismo (y/o derecha capitalista) experimentó su histórico primer triunfo con Mauricio Macri⁸. Ahora, electoralmente, logró otro triunfo un poco más amplio, pero quizás más que la otra vez, en una mezcla de interpretaciones de las promesas del candidato con aspiraciones populares. Pero sí es real que:

La derrota política del peronismo dejó sin intermediario a los polos que animan la puja distributiva y exacerbó la confrontación entre clases sociales. Las fuerzas del capital que respaldan a Milei actúan como si ellas hubieran sido plebiscitadas en las urnas y tuvieran la anuencia social para extremar sus márgenes de rentabilidad antes de que se acabe el mundo (Genoud, 2024).

El antiperonismo, históricamente incapaz de articularse políticamente para enfrentar elecciones sin restricciones, aunque ha logrado avances en ese sentido mediante la creación del PRO y la pérdida de identidad radical transformada ya totalmente en un brazo auxiliar de las derechas en todo el país, ha superado con éxito una coyuntura. Pero la sostenibilidad de la misma no es segura. Eso lo saben los mismos grandes grupos que apoyan, pero como tienen una dinámica principalmente predatoria y financiera y no productiva, el objetivo primero es aprovechar al máximo el tiempo en que el gobierno dure para hacer un proceso masivo y acelerado de acumulación.

7 Para este concepto ver Friggeri, 2019; 2021.

8 “Desde el siglo XX, es la primera vez en la Argentina que un partido de centro-derecha y con buenas relaciones con los sectores económicos dominantes, gana sin fraudes las elecciones presidenciales y sin estar impulsado al poder por los golpes militares” (Neffa 2022:17)

Inflación y dolarización: armas de dominación

Retomo aquí uno de los componentes de la llamada inflación por costos cuyo análisis quedó pendiente más arriba. Es el de su relación con el tipo de cambio y está vinculado con la sobreestimada importancia que presenta el dólar estadounidense en la Argentina más reciente. De hecho, la economía argentina se caracteriza por una “dolarización parcial” que la convierte en una “economía bimonetaria” y que incide en que “el traspaso del tipo de cambio a los precios (*pass through*)” se presenta como “particularmente elevado” (Bona, 2024, 19). La relación tipo de cambio e inflación es destacada por algunos autores, como Vernengo y Perry (2017) que la relacionan con la crisis de la balanza de pagos con la que tiene que ver la presión alcista de la tasa de interés que es típica de las políticas monetaristas, y como Zack, Montané y Kulfas (2017:18) que, destacan, especialmente su preponderancia en el corto plazo y en la dinámica inercial de la inflación. Esta causalidad del dólar con respecto a la inflación se relaciona con la importancia de las expectativas, sobre todo, en el caso argentino, relacionadas a devaluaciones⁹. Una utilización de esta causalidad es la que provoca procesos de presión que se manifiestan en las “corridas” al dólar y que aumentan lo que se conoce como “brecha cambiaria”, que sería la diferencia entre el valor oficial del dólar y su valor en mercados negros. Esos procesos son uno de los recursos de los capitalistas concentrados en el país para presionar sobre las políticas económicas (Vanoli, 2017, 79).

El fenómeno de la inflación ha estado fuertemente unido al del proceso de dolarización de la economía argentina. La relación de estos dos temas fue uno de los elementos de la campaña de Milei: prometía frenar la inflación y dolarizar totalmente la economía. En el proceso de relacionamiento entre inflación y dolarización podemos ubicar como hito fundamental a la desregulación financiera que impuso la dictadura militar de 1976 en coherencia con su objetivo de instalar el neoliberalismo en el país. Esta fue una de las medidas económicas básicas del gobierno dictatorial (Wierzba y Golla, 2005, 4).

9 Aquí es importante tener en cuenta la explicación conocida como de la “inflación estructural” que se presenta a sí misma como “no monetaria” y que tiene un gran peso en el pensamiento heterodoxo argentino y cuenta como referente habitual a Julio Olivera (1964). Este autor destaca especialmente la importancia de la resistencia a la baja de los precios una vez que suben en el contexto de condiciones desiguales para el desarrollo capitalista. Esta explicación contiene elementos centrales que están vigentes aunque conviene actualizarla con el tipo de estructura productiva que se fue gestado desde la Dictadura Militar con sus características de desindustrialización, reprimarización y financierización (Schorr, 2023, 92).

Con el ámbito financiero desregulado, la inflación -y muy especialmente los episodios de hiperinflación- fueron pensados como instrumentos de disciplinamiento social, como una aplicación -junto a otras como el desempleo- de la “violencia de mercado” que acompañó a la “violencia de estado” (Corradi, 1996). La idea de las medidas disciplinarias violentas es hacer un ejercicio “pedagógico” que quede grabado en la memoria y condicione futuras conductas. La Argentina vivió -y vive- una de las experiencias más fuertes y dramáticas en ese sentido. Este disciplinamiento buscó centrar la mirada económica en el tema inflacionario. Hubo un hecho previo a la dictadura, que ayudó a legitimar parcialmente en la población estas imposiciones y fue el proceso hiperinflacionario que se dio en el gobierno de Isabel Perón. La dictadura logró instalar el período fundante del predominio neoliberal en nuestro país, pero su operativización fue relativamente incompleta. Vendría una segunda etapa, concretada especialmente con la presidencia de Carlos Menem, que también fue precedida por un período hiperinflacionario emblemático en el país.

Los eventos hiperinflacionarios operaron como “quiebres” frente a lo que podría pensarse como una relativa “normalidad”. La imagen de la desesperación por la enorme dificultad para organizarse para poder cubrir los gastos básicos; de los saqueos a los supermercados; del desabastecimiento; del no poder realizar el menor cálculo de organización económica, marcó la memoria popular con el miedo a recaer en eso. Schvarzer (1994, 592) recordaba que “uno de los miembros del establishment local señaló [...] que la hiperinflación duraría poco tiempo, pero sus efectos permanecerían; la memoria colectiva queda tan marcada con ella” y que pasados los años “la imagen del hambre y de los saqueos populares justificaba la política económica que los siguió; ese argumento, al parecer, era aceptado por buena parte de la sociedad”. Esta memoria, trabajada desde distintas formas -principalmente con los medios de comunicación concentrados- fue imponiendo la centralidad del tema inflacionario y su utilización como justificación de una política en contra de las demandas populares. A los hechos de 2001 también se los intentó utilizar de esta forma. Y esto se actualizó, en una construcción con una base relativa en la realidad, pero organizadamente alentada desde los medios de comunicación hegemónicos y desde gran parte de las redes sociales, en el fenómeno más reciente de la elección de Milei¹⁰.

10 El exministro de economía de Macri, Alfredo Dujovne, comparando la situación en que triunfó electoralmente Menem y la que se dio en el triunfo de Milei, sostenía que el pensamiento

Este miedo a la inflación en la “memoria disciplinada” construye también una especie de “fetichismo del dólar”. La relación entre el dólar y la inflación forma, por un lado, parte del análisis que explica la inflación por los costos, cuando muchos autores insisten en la centralidad dentro de ellos del tipo de cambio (Telechea, 2024). La economía argentina pasaría a ser tan exageradamente condicionada por el dólar que se afirma la existencia de una economía bimonetaria.

Inflación y dolarización cumplen un papel clave en los procesos paralelos y complementarios de distribución regresiva de la riqueza y de disciplinamiento de las organizaciones populares. Esto por presencia y/o por amenaza de presencia, como fue en el caso de la convertibilidad de la que podríamos decir que tuvo una presencia eminente de la dolarización justificada en la contención de la inflación. Los dos temas tienen un nexo con otro que se transformó ya en estructural: la creación de Deuda Externa. Es que la presión para que sea primordial en la política económica ordenar todo para garantizar el pago de los compromisos de deuda “distorsionó el equilibrio económico de la Argentina y abrió el camino a la elevada inflación que caracterizó al país, y a toda la región” y estos desequilibrios “alentaban a su vez la fuga de capitales, la evasión impositiva y otras respuestas no menos perversas de los agentes del sector privado que agravaban las tendencias hacia el desequilibrio” (Schvarzer, 1994, 594-595)

En ese proceso de desequilibrio, cuenta también la desarticulación de lo que se comprendió eventualmente como “Burguesía Nacional”. Aunque el valor y la importancia de este tipo de burguesía es muy discutible, si se entendió que la resistencia a los sectores ligados a la agroexportación y a la articulación con las multinacionales estaba integrada por el movimiento obrero y por la burguesía nacional, la desarticulación de ese sector facilitaría la dominación más plena de sectores más concentrados y sin ningún compromiso de oposición a una estructuración oligárquica. De todas formas, la atención a los conflictos interoligárquicos es siempre necesaria para estar atentos a las grietas del bloque dominante, aunque también es cierto que la característica de oligarquía diversificada es algo que matiza el peso de esos conflictos y el grado de explicabilidad que pueden contener.

Consideraciones finales

El trabajo tiene como objetivo aportar a la claridad de la afirmación del carácter político de la inflación. Para eso comienzo reconociendo la complejidad y multicausalidad de este tema y la diversidad de sus interpretaciones. El carácter político lo ubico principalmente dentro de lo que se denomina “puja distributiva” pero entendiendo en ella, principalmente, la responsabilidad de los sujetos que determinan la formación de los precios buscando aprovechar el fenómeno inflacionario para aumentar el porcentaje de sus ganancias e impulsando deliberadamente este fenómeno. Este hecho es mucho más posible y profundo cuando la economía se va concentrando y presenta características oligopólicas como es actualmente el caso argentino. De esta forma la inflación se convierte en un arma en manos de los poderes concentrados capaz de producir procesos de acumulación de riquezas en esos sectores empobreciendo a las mayorías populares. El triunfo electoral de Javier Milei en Argentina y su ascensión a la presidencia del país, renuevan la centralidad de este tema porque su campaña y la centralidad de sus medidas de gobierno tuvo al problema de la inflación como uno de sus núcleos. Se puede afirmar que el fenómeno inflacionario fue la llave de su triunfo.

En el primer apartado presento brevemente las explicaciones predominantes en la ortodoxia económica sobre la inflación y otras que son secundarizadas -en gran parte por opciones ideológicas- y que ayudan a comprender el carácter político y deliberado de este fenómeno, carácter no exclusivo pero sí fundamental para su análisis. En la presentación de las explicaciones ortodoxas predominantes, recuerdo que la más utilizada -sobre todo por la ortodoxia monetarista- pasa por criticar la emisión monetaria y ligarla, en políticas públicas, al déficit fiscal. Además, esta explicación también pasa por parcializar el análisis del papel de los costos, ligando la inflación, prácticamente con exclusividad, a las luchas por aumentos salariales. Destaco aquí dos aspectos de lo que pueden considerarse “costos”: los aumentos en el margen de ganancia empresarial y la relación con el tipo de cambio. El primer aspecto es, generalmente, silenciado y tiene que ver con el impulso deliberado a la inflación por parte de sectores más poderosos; el segundo tiene que ver con un tema muy citado por Milei, el de la dolarización de nuestra economía. También, en la línea de las expectativas de inflación este segundo aspecto opera como instrumento político para forzar crisis, especialmente mediante el impulso -tristemente tradicional en Argentina- a las famosas “corridas” hacia la

moneda extranjera y la tendencia a una economía bimonetaria. En cuanto a las formas de combatirla la más utilizada por la ortodoxia es tratando de provocar la depresión de la demanda lo cual viene acompañado de medidas de ajuste generalmente, sobre todo con la excusa del equilibrio fiscal. Esto aparece fuertemente en la gestión de Milei. Frente a esto, hay posturas más heterodoxas que plantean que habiendo crecimiento económico es tolerable un cierto grado de inflación. Por contraste, es muy grave cuando se presentan escenarios de “estanflación”, o sea caída productiva más inflación, como es en el gobierno de Milei, marcadamente en sus primeros tiempos.

En un segundo apartado analizo más específicamente lo que presento como carácter político central de la inflación que consiste en la predominancia de los sectores más poderosos en la puja distributiva articulada con la inflación por costos (principalmente por aumento de la ganancia empresarial, por el empuje del dólar y por la utilización de mecanismos financieros, teniendo a la “bicicleta” como uno de los más usados). Así la puja distributiva presenta ganadores y perdedores, donde especialmente en mercados oligopólicos, como es actualmente la Argentina, la posibilidad de imponerse de los sectores concentrados es mayúscula. El carácter político del fenómeno inflacionario va, entonces, unido a su carácter deliberado donde es utilizado como instrumento, como arma, no solo para imponerse en la puja distributiva sino para presionar por cambios políticos, inclusive caída de gobiernos populares. De todas formas, en la puja pueden presentarse fenómenos de conflictos interoligárquicos, aunque la concentración de poder y la diversificación de las oligarquías que se acentuó en la Argentina, disminuyen la importancia de esa posibilidad.

En el tercer apartado trabajo específicamente la relación entre inflación y dolarización. Si bien las características apuntadas para el fenómeno inflacionario pueden, en parte, ser relacionadas a procesos históricos anteriores, la afirmación del neoliberalismo con su acento en la desregulación financiera profundizó aspectos ya existentes y también generó algunas más novedosas. El fenómeno inflacionario, y especialmente los episodios de hiperinflación, generan una “memoria” en la experiencia de las poblaciones y de los distintos actores de la economía que es utilizada para presionar por una permisividad hacia la quita de regulaciones a los sectores concentrados en nombre de una supuesta libertad de mercado. La desregulación del ámbito financiero incluye una tendencia a liberar de condicionamientos la presencia del dólar estadounidense en la economía, abriendo puertas para el endeudamiento, para la dolarización de los distintos

ámbitos económicos, para el lavado de dinero y para la fuga de capitales. Todo esto, al ser el dólar manejado fundamentalmente por grandes sectores concentrados extranjeros y por sus asociados de las oligarquías locales, favorece ciclos de transferencia de renta desde los sectores populares hacia los de poder concentrado. Así, entiendo, que sin negar la pluricausalidad, ni el carácter específicamente económico, del fenómeno inflacionario y de muchas de sus dimensiones, es estrictamente necesario afirmar su carácter principalmente político y deliberado dentro de la puja distributiva -a la que tenemos que relacionar con la lucha de clases- para sincerar el análisis del problema y la búsqueda de respuestas al mismo. Esto es muy importante porque el fenómeno inflacionario funciona como arma de los sectores más poderosos para trabar, deslegitimar y, muchas veces, provocar la caída de procesos políticos con mayor atención a las realidades populares. Vale esto para la Argentina, casi emblemáticamente, pero también vale, por lo menos, para toda nuestra región latinoamericana y caribeña que vive continuamente estas situaciones.

Referencias bibliográficas

Asiain, Andrés y Estanislao Malic (2022). *Introducción a la macroeconomía: Los dilemas de las economías periféricas a la luz de las principales corrientes del pensamiento*. Avellaneda: Undav Ediciones.

Bekerman, Marta (1988). Ajuste externo y déficit fiscal. Una visión del caso argentino. En *Anales de la Asociación Argentina de Economía Política - 23º Reunión Anual*, La Plata: Asociación Argentina de Economía Política, pp. 107-138.

Bercovich, Alejandro (2024). La estampida inflacionaria empieza a redibujar el mapa del poder económico. *elDiarioAR*, 4 de febrero, https://www.eldiarioar.com/economia/estampida-inflacionaria-empieza-redibujar-map-a-economico_1_10893203.html

Bona, Leandro (2024). Financiarización subordinada en la Argentina: sus características en el siglo XXI. *CEO*, 10(20):17-41.

Briscioli, Roberto (2014). Inflación y política. *Página/12*, 23 de febrero. <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-7480-2014-02-23.html>

Briscioli, Roberto (2024). Sobre el “money-overhang” y el cepo cambiario. *Página/12*, 8 de diciembre. <https://www.pagina12.com.ar/788064-so->

bre-el-money-overhang-y-el-cepo-cambiario

CEPA (2024). El discurso del presidente Milei en Davos : datos falsos y marco teórico atrasado. *CEPA*, 18 de enero. <https://centrocepa.com.ar/informes/461>

-el-discurso-del-presidente-milei-en-davos-datos-falsos-y-marco-teorico-atrasado Cooke, John William (2010). *Peronismo y revolución*. Buenos Aires: Biblioteca Popular.

De la Vega, Pablo; Zack, Guido; y Jimena Calvo (2022). *Un análisis de los determinantes de la inflación en Argentina*. Buenos Aires: Fundar.

Dvoskin, Ariel y Germán Feldman (2022). Aspectos generales y específicos de la inflación argentina. *Voces en el Fénix*, 22(88):45-

Dvoskin, Ariel y Germán Feldman (2015). Política cambiaria, distribución del ingreso y estructura productiva. (2015). En Bárcena, Alicia; Prado, Antonio y Martín Abeles (eds.), *Estructura productiva y política macroeconómica. Enfoques heterodoxos desde América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, pp. 63-

Fidanza, Ignacio (2024). Entrevista a Nicolás Dujovne. “Argentina va a financiar su gasto con impuestos, eso es una novedad económica de primer orden”. *LaPolíticaOnline*, 30 de noviembre, <https://www.lapoliticaonline.com/entrevista/argentina-va-a-financiar-su-gasto-con-impuestos-eso-es-una-novedad-macroeconomica-de-primer-orden/>. Acceso 2-12-24.

Fontevicchia, Jorge (2024). ¿Estanflación o depresión? *Perfil*, 27 de enero. <https://www.perfil.com/noticias/columnistas/estanflacion-o-depresion-por-jorge-fonte-vecchia.phtml>

Franco, Liliana (2024). Gira por EEUU: Javier Milei volvió a defender los monopolios en una charla en Stanford. *Ámbito Financiero*, Buenos Aires, 29 de mayo. <https://www.ambito.com/politica/gira-e-uu-javier-milei-volvio-defender-los-monopoli-os-una-charla-stanford-n6006702>, Consulta: 20/07/2025.

Friggeri, Félix Pablo (2019). El capitalismo mafioso y el gobierno de Mauricio Macri en la Argentina. *Abordajes UNLaR*, 7(13), 30-59.

Friggeri, Félix Pablo (2021). Primitive Accumulation, Mafia Capitalism, and the Campesino Population in Paraguay. *Latin American Perspectives*, 236, 48(1), 126-144.

Genoud, Diego (2024). El abismo de Milei. *LaPolíticaOnline*, 28 de

enero. <https://www.lapoliticaonline.com/diego-genoud/diego-genoud-el-abismo-de-milei/>

Keifman, Saúl N. (2022). La inflación argentina: causas, costos y soluciones posibles. *Voces en el Fénix*, 22(88):8-

Keifman, Saúl N. (2022). La inflación argentina en el Siglo XXI: orígenes del fenómeno y problemas de la estabilización. *Voces en el Fénix*, 22(88):50-

Kicillof, Axel y Cecilia Nahón (2006) *Las causas de la inflación en la actual etapa económica argentina: un nuevo traspié de la ortodoxia. Documento de Trabajo N° 05*. Buenos Aires: CENDA.

Manzanelli, Pablo y Leandro Amoretti (2022). Régimen de alta inflación, oligopolios y grupos económicos. Buenos Aires: FLACSO Argentina

Neffa, Julio C. (2022). Modos de desarrollo y políticas de empleo 2015-2019. En Neffa, Julio César; Brown, Brenda; Balagna, Mercedes y Luis Castillo Marín. *Empleo, desempleo y políticas de empleo*. Buenos Aires: CONICET, pp. 9-91.

Olivera, Julio H. (1964). La inflación estructural y el estructuralismo latinoamericano. *Estudios Económicos*, 3(5/6):55-72.

Piva, Adrián (2015). La inflación argentina (2002-2013) I. *Realidad Económica*, 293:34-62.

Porcella, Virginia (2024). Cae un mito: la concentración económica no es la causa de la inflación en la Argentina, según el Banco Mundial. *Infobae*, 25 de febrero. <https://www.infobae.com/economia/2024/02/25/cae-un-mito-la-concentracion-economica-no-es-la-causa-de-la-inflacion-en-la-argentina-segun-el-banco-mundial/>

Rameri, Ana y Claudio Lozano (2024). Argentina: la disputa del salario. *Coyunturas*, febrero. <https://coyunturas.com.ar/la-disputa-del-salario/>

Rapoport, Mario (2010). Una revisión histórica de la inflación argentina y de sus causas. *Aportes de Economía Política en el Bicentenario de la Revolución de Mayo*.

Rapoport, Mario y Noemí Brenta (2010). Crisis económica mundial: ¿el desenlace de cuarenta años de inestabilidad? *Problemas del Desarrollo*, 163(41): 7-24.

Rebossio, Alejandro (2024). La “bicicleta financiera”: especulación con dólares en Argentina genera rentabilidad récord para los inversores. *elDia-*

rioAR, 17 de diciembre. https://www.eldiarioar.com/sociedad/bicicleta-financiera-especulacion-dolares-argentina-genera-rentabilidad-record-inversores_1_11908830.html

Rochon, Louis-Philippe y Sergio Rossi (2007). Metas de inflación, desempeño económico y distribución del ingreso.

Rovelli, Horacio (2024). Carry trade y extractivismo. *El cohete a la luna*, 1 de diciembre. <https://www.elcohetelaluna.com/carry-trade-y-extractivismo/>

Schorr, Martín (2023). Democracia, economía y captura del Estado. *Nueva Sociedad*, 308:88-98.

Schvarzer, Jorge (1994). La reforma económica en la Argentina: ¿qué fuerzas sociales y para qué objetivos? *Revista de Economía Política*, 14(4):587-608.

Serrano Mancilla, Alfredo y Mariana Donda (2024). La inflación en la era Milei. *CELAG*, 19 de noviembre. <https://www.celag.org/la-inflacion-en-la-era-milei/>

Stagnaro, Randy (2025). Los mercados festejan la bicicleta de Milei y Caputo y cae el riesgo país. *Tiempo Argentino*, 7 de enero. https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/los-mercados-festejan-la-bicicleta-de-milei-y-caputo-y-cae-el-riesgo-pais/

Telechea, Juan Manuel (2024). El péndulo inflacionario. *Anfibia*. <https://www.revistaanfibia.com/el-pendulo-inflacionario/>

The Guardian (2025). The Guardian view on Argentina's austerity year: painful cuts, rising poverty and a geopolitical gamble. 12 de enero. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2025/jan/12/the-guardian-view-on-argen-tinas-austerity-year-painful-cuts-rising-poverty-and-a-geopolitical-gamble>

Tigani, Pablo (2025). La bicicleta financiera en Argentina, una nutrida historia de auge y crisis. *Página/12*, 5 de enero. <https://www.pagina12.com.ar/794288-la-bicicleta-financiera-en-argentina-una-nutrida-historia-de>

Trajtenberg, Luis; Valdecantos, Sebastián; y Daniel Vega (2015). En Bárcena, Alicia; Prado, Antonio y Martín Abeles (eds.), *Estructura productiva y política macroeconómica. Enfoques heterodoxos desde América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, pp 163-190.

Vanoli, Alejandro (2017). Argentina: del crecimiento con inclu-

sión y desinflación (2015) a la recesión inflacionaria y excluyente (2016). *Ola financiera*, 10(26):77-108. <http://dx.doi.org/10.22201/fe.18701442e.2017.26.59302>

Vernengo, Matías y Nathan Perry (2017). Exchange Rate Depreciation, Wage Resistance and Inflation in Argentina (1882-2009). *Economic Notes* by Banca Monte dei Paschi di Siena SpA, 9999(9999):1-20

Zack, Guido; Montané, Martín; y Matías Kulfas (2017). *Una aproximación a las causas del proceso inflacionario argentino reciente*. Documentos de trabajo del Instituto Interdisciplinario de Economía Política IIEP (UBA-CONICET) 2017-19, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas, Instituto Interdisciplinario de Economía Política IIEP (UBA-CONICET).

Capítulo 5

Dos visiones de integración en el contexto regional Puebla-Tlaxcala, México

Two Visions of Integration in the Puebla-Tlaxcala Regional Context, Mexico
Duas Visões de Integração no Contexto Regional de Puebla-Tlaxcala, México

Luis Ricardo Cabrera Cortés (ICAL)

RESUMEN: El texto analiza el proceso histórico de la integración latinoamericana desde una perspectiva crítica y situada, reconociendo que no puede entenderse sólo como un proyecto económico o institucional, sino como una construcción política, cultural y territorial impulsada por los pueblos. A partir del pensamiento crítico latinoamericano, se propone una lectura que contrapone la integración neoliberal, centrada en el libre comercio y la dependencia, a las experiencias emancipatorias que buscan la soberanía, la justicia social y el buen vivir. Se destaca el papel de los movimientos sociales, indígenas y campesinos como actores fundamentales en la defensa de los territorios, la naturaleza y los sistemas de vida comunitarios, frente al avance del capital global. La integración, entendida desde el Sur, aparece como un proceso en disputa, donde el territorio se convierte en espacio de resistencia, memoria y reexistencia frente a las formas de reproducción del capital.

PALABRAS CLAVE: Integración latinoamericana; resistencia; Puebla-Tlaxcala; Valle Puebla-Tlaxcala

Abstract: This text analyzes the historical process of Latin American integration from a critical and situated perspective, recognizing that it cannot be understood solely as an economic or institutional project, but rather as a political, cultural, and territorial construction driven by the people. Drawing on Latin American critical thought, it proposes an interpretation that contrasts neoliberal integration, centered on free trade and dependency, with emancipatory experiences that seek sovereignty, social justice, and buen vivir (living well). It highlights the role of social, Indigenous, and peasant movements as fundamental actors in the defense of territories, nature, and community-based ways of life against the advance of global capital. Integration, understood from the Global South, emerges as a contested process, where territory becomes a space of resistance, memory, and re-existence in the face of the forms of capital reproduction.

KEYWORDS: Latin American integration; resistance; Puebla-Tlaxcala; Puebla-Tlaxcala Valley

RESUMO: Este texto analisa o processo histórico de integração latino-americana a partir de uma perspectiva crítica e situada, reconhecendo que não pode ser compreendido apenas como um projeto econômico ou institucional, mas sim como uma construção política, cultural e territorial impulsionada pelo povo. Baseando-se no pensamento crítico latino-americano, propõe uma interpretação que contrapõe a integração neoliberal, centrada no livre comércio e na dependência, com experiências emancipatórias que buscam soberania, justiça social e bem-viver. Destaca o papel dos movimentos sociais, indígenas e camponeses como atores fundamentais na defesa dos territórios, da natureza e dos modos de vida comunitários contra o avanço do capital global. A integração, entendida a partir do Sul Global, emerge como um processo contestado, onde o território se torna um espaço de resistência, memória e reexistência diante das formas de reprodução do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Integração latino-americana; resistência; Puebla-Tlaxcala; Vale de Puebla-Tlaxcala

Introducción

Este capítulo aborda la integración de los sistemas productivos bajo el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) desde la experiencia mexicana y de qué manera su operatividad ha afectado a las dinámicas socioculturales y económicas de los pueblos rurales, urbanos y periurbanos de las regiones culturales del centro de México. En seguida, se muestra cómo la capacidad organizativa de los pueblos ha sido una reacción de defensa por mantener una forma de vida e identidad territorial basada en el sistema milpa en contra de los efectos del proceso de integración de los sistemas productivos. Es por ello que se pondrá énfasis en algunas experiencias de resistencia llevadas a cabo después de la Pandemia de 2020 en el Valle Puebla-Tlaxcala.

El modelo de integración en Norteamérica

América Latina comparte rasgos en común, estuvo bajo mandato ibérico desde el siglo XV, oficialmente se hablan lenguas romances (portugués, español y francés), es habitada por poblaciones mestizas, indígenas, afrodescendientes y europeas; también presenta una geografía diversa, se ubica entre los océanos Pacífico y Atlántico, tiene la cordillera

más larga del planeta, Los Andes; el desierto más seco, el Atacama; la selva con mayor biodiversidad, la Amazonía; el límite norte lo marca el Río Bravo con los Estados Unidos y al sur se extiende hasta la Tierra del Fuego.

A lo largo de su historia, la región latinoamericana ha planteado muchas formas de llevar a cabo la integración. En el siglo XIX surgieron los Estados nación latinoamericanos y con ellos la intención de impulsar modelos de integración regional; el primero de ellos fue la Gran Colombia propuesta por Simón Bolívar, con la intención de extenderla a todo el subcontinente con el discurso emitido en el Congreso de Panamá en 1826. En el siglo XX, también hubo intentos por unificar la región; no obstante, fueron marcadas las diferencias entre los países por conflictos como la Guerra del Pacífico, la de la Triple Alianza y la del Chaco.

Con la entrada del modelo neoliberal en 1970, la integración tomó otro rumbo, el de la unión de mercados que promovió la libre circulación de mercancías, aunque, en algunos casos, también se impulsó el tránsito de personas, se crearon parlamentos regionales y se practicó la cooperación técnica y científica (Morales, 2015). Este esquema fue implementado por el Cono Sur, MERCOSUR, los países sudamericanos, UNASUR, los países andinos, CAN, centroamericanos, SICA y caribeños, CARICOM.

Por otro lado, México tiene una experiencia particular con respecto a la integración. Con casi dos millones de kilómetros cuadrados y con salida a los dos océanos, lo que hoy es México fue la sede del virreinato de la Nueva España, una entidad territorial que administró las posesiones ibéricas del hemisferio norte en regiones tan diversas entre sí como Centroamérica, el Caribe, Asia y Norteamérica. Con la independencia de México en 1821 se perdió la relación con Cuba, Santo Domingo, Puerto Rico y las Filipinas; por su parte, Centroamérica decidió conformar otra entidad política; a pesar de este desmembramiento, sí se retuvieron las posesiones del norte como Texas, Alta California y Santa Fe ¹.

En el siglo XX, después de la Constitución de 1917, surgió el partido hegemónico que gobernó el país por 70 años ininterrumpidos, el Partido de la Revolución Institucional (PRI) que controló gran parte de la vida pública de México por medio de instituciones como la Secretaría de Educación Pública, el Seguro Social, la Secretaría de Economía, así como,

1 El territorio se redujo después de la intervención estadounidense, 1846-1848; posteriormente, se impuso una monarquía con el Segundo Imperio, 1863-1867; de ahí que los procesos de formación del Estado-nación fueran convulsos hasta 1917, de tal suerte que la inserción política y económica de México se aproximó más a Norteamérica que al resto del subcontinente (Saxe-Fernández, 1995).

la creación de Petróleos Mexicanos o la Comisión Federal de Electricidad. Bajo este contexto, México transitó de un modelo de crecimiento por sustitución de importaciones en 1940 a uno de libre mercado hacia la década de 1970, lo que liberalizó el mercado y lo expuso a una relación dependiente con los Estados Unidos.

A partir de la segunda mitad del siglo XX, las ciudades fronterizas tomaron relevancia, puesto que no sólo se convirtieron en un lugar de paso hacia los Estados Unidos, sino en uno de habitabilidad, como sucedió con Ciudad Juárez, Nuevo Laredo o Tijuana, donde hubo un constante flujo de personas que iban y venían a trabajar, vivir o hacer turismo. Como habitante en México, se observa que la integración con su contraparte norteamericana ha seguido un interés comercial, es decir, no se ha promovido una libre circulación de personas, sino una integración de sistemas productivos para ampliar su modelo de libre mercado, contrario a otras experiencias de integración en América.

Según análisis del Banco Interamericano de Desarrollo (2023), los principales factores que posicionan a Norteamérica como una región privilegiada para el desarrollo de cadenas regionales de valor incluyen: (1) el aumento de los costos laborales en China; (2) la ventaja logística y de transporte por la cercanía geográfica; (3) los avances tecnológicos en procesos productivos; (4) los bajos precios energéticos; y (5) la creciente importancia de centros urbanos como núcleos de diseño y manufactura.

Es de mencionar que, las cadenas regionales de valor surgieron con la liberalización del comercio y las políticas económicas neoliberales iniciadas a finales de 1970. Esta nueva composición económica atrajo gradualmente nuevas empresas subsidiarias cuya característica fue la apertura comercial, privatizaciones y desregularizaciones internas, factores que otorgaron un papel fundamental al mercado en el bienestar social de Norteamérica (Pimentel & Córdova, 2013).

La época neoliberal en México

Con el gobierno de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) se impulsó la entrada del país a la zona de libre comercio de Norteamérica. El primero de enero de 1994 se firmó el Tratado de Libre Comercio de América del Norte, conocido por el TLCAN. En la práctica, este modelo de integración comercial ha abastecido a los Estados Unidos de petróleo, materias primas, productos agrícolas y manufactura. Por otra parte, a

Canadá y México han llegado productos de alto nivel de especialización. También circulan productos agrícolas estadounidenses gracias a una economía primaria consolidada y subsidiada por el gobierno de dicho país.

La posición de México significó un trampolín para otras empresas procedentes de la Unión Europea y Asia para entrar al mercado estadounidense. A partir de la década de 1960, Alemania y Japón impulsaron una cadena de abastecimiento de productos con alto valor tecnológico en los sectores automotriz, farmacéutico y químico. El trabajo de Huberto Juárez Núñez (2005) menciona que la industria automotriz, posicionó a México como uno de los principales productores y exportadores de autos a nivel mundial, generando empleo directo para más de un millón de personas a través de su amplia cadena de suministro, especialmente en estados como Guanajuato, Puebla, Coahuila, Nuevo León y Aguascalientes. La fabricación de automóviles forma una cadena de valor, no sólo regional, sino global, cuya característica principal es el ensamblaje de los vehículos en la fase de producción, aunque incluye la investigación, el desarrollo y la comercialización del vehículo.

En el 2000, el país dio un cambio político que rompió con 70 años de gobierno priista; el presidente elegido fue el panista Vicente Fox (2000-2006), quien prometió otra forma de gobierno. Sin embargo, la política económica continuó reproduciendo el modelo de crecimiento mediante la tecnificación del campo con el impulso a la microempresa y estímulos al pequeño empresario como créditos para que se volvieran competitivos.

Esta política económica se mantuvo con el gobierno del panista Felipe Calderón (2006-2012), sólo que esa vez el país tuvo que lidiar con otro factor adverso, la espiral de violencia generada por el inicio de la Guerra contra el Narcotráfico, declarada en diciembre de 2006, y que hasta 2024 ha dejado a más de 400 mil muertos. Durante el sexenio de Enrique Peña Nieto (2012-2018), México continuó con una economía fuertemente dependiente de su relación comercial con Estados Unidos, país que recibió el 82 % de sus exportaciones (Saxe-Fernández, 2019).

La poca efectividad de las políticas económicas en el campo sumadas a la creciente inseguridad, afectaron a la producción agrícola y obligó a cientos de miles de campesinos a desplazarse, aquellos que se quedaron tuvieron que cambiar su producción hacia la ilegalidad como sucedió con la aparición de campos de amapola en la Montaña de Guerrero, estableciendo un modelo de esclavitud y semiesclavitud en el cual, los campesinos se vieron obligados a dar su mano de obra a cambio de cierto

grado de seguridad, quedando atrapados en un sistema de extorsiones que continúa funcionando.

Ante esta situación y desde la década de 1980, movimientos sociales alzaron la voz bajo un llamado en contra de las formas de reproducción del capital que promovía el gobierno mexicano y las multinacionales. El primero de enero de 1994 el Ejército Zapatista de Liberación Nacional, (EZLN) tomó la ciudad de San Cristóbal de las Casas, en la región de los Altos de Chiapas, cuestionando el modelo de crecimiento propuesto por el gobierno salinista, el cual privatizó las empresas públicas y fomentó la compraventa del sistema territorial del ejido en 1992.

Así mismo, el movimiento luchó por la desmitificación de los grupos indígenas del país, vistos como sujeto-objeto por el gobierno el cual los instrumentalizó cuando “más les convino” a través del Instituto Indigenista o el INAH. En respuesta, el gobierno del PRI entabló mesas de negociación con el EZLN presionado por el poder mediático debido a que el levantamiento se había vuelto popular entre la clase media mexicana, atizado por el recorrido de las caravanas por las principales ciudades del país, en resumidas cuentas, la gente simpatizó desde el ámbito urbano con el movimiento antisistémico perteneciente al ámbito rural. De igual forma, los diarios como la Jornada abrieron sus suplementos a las ideas de personajes del movimiento como lo fue el Subcomandante Marcos, quien manejaba un discurso ligado a la historia y realidad del México rural e indígena (Arrellano & Santoyo, 2001).

De estos procesos surgieron los Acuerdos de San Andrés Larrainzar en 1996, en donde el gobierno mexicano se comprometía a hacer cumplir una serie de puntos en favor de los campesinos y los pueblos originarios de todo el país. En la práctica, estos puntos no se acataron del todo; siguió la represión por parte del gobierno a través de las acciones del ejército, de los paramilitares y del narcotráfico. Eventos como la Masacre de Aguas Blancas en Guerrero en 1995 y la Matanza de Acteal en Chiapas en 1997 dejaron a medias los puntos por cumplir como una de las tantas deudas históricas hacia los pueblos indígenas.

Con la elección presidencial de 2018, se dio comienzo al periodo conocido como la Cuarta Transformación de la Vida Pública de México (4T) dirigida por el izquierdista Andrés Manuel López Obrador. En este periodo se abogó por tener una buena relación con los Estados Unidos y una redistribución del capital generado por la explotación de hidrocarburos, los impuestos y el *nearshoring* hacia los grupos menos favorecidos mediante

programas sociales bajo el lema “Primero los Pobres”. Aunque este plan económico funcionó, fue mermado por la pandemia del coronavirus en 2020, y el ambiente de inseguridad que aún se mantiene, a lo que México replanteó la manera de relacionarse con sus vecinos del norte.

Bajo el gobierno de D. Trump se cuestionó por qué México absorbía los trabajos de maquila e industria que Estados Unidos podría hacer, sin tomar en cuenta las facilidades que representaba para que las empresas se instalaran en México. En 2019 se replanteó el TLCAN y se rehízo en 2020 bajo el nombre de Tratado entre México, Estados Unidos y Canadá (T-MEC). Este punto de inflexión mostró la necesidad de mantener los lazos comerciales con los vecinos naturales del norte, toda vez que México, a pesar de contar con 14 tratados de libre comercio, no ha ejercido una parcería comercial de estas dimensiones.

A principios de 2023 los líderes de América del Norte se juntaron en Ciudad de México para replantear otra vez el modelo de integración puesto que, los temas que trataron no tuvieron que ver solamente con el comercio sino con un plan de seguridad fronterizo ante los constantes flujos migrantes provenientes de Sudamérica, Centroamérica y el Caribe, además de África y el este de Europa. Derivado de estos encuentros, México reafirmó su rol de “contención” hacia los Estados Unidos endureciendo sus políticas migratorias en la frontera sur con Guatemala y en los aeropuertos.

Con la segunda elección de D. Trump en noviembre de 2024, los gobiernos de Norteamérica se comportaron de manera diferente. Por una parte, Justin Trudeau, el anterior primer ministro de Canadá, fue de inmediato a entrevistarse con Trump para evitar una imposición arancelaria, pero obtuvo una respuesta negativa. Por el contrario, la reacción del gobierno de la 4T fue reservarse, optando por un ambiente de apertura a la negociación con la intención de contener los aranceles a los productos mexicanos. La consigna trumpista fue clara: se necesitaba parar el flujo de personas que arribaran a los Estados Unidos, así como detener el tráfico de estupefacientes que, de acuerdo con el gobierno estadounidense, ha generado estragos en su sociedad. Además de esta serie de demandas, D. Trump retomó su plan de “repatriación” de las empresas estadounidenses a territorio nacional.

En resumidas cuentas, la integración norteamericana no sólo está pasando por una crisis causada por la ineffectividad del T-MEC, sino por la permisibilidad de los gobiernos de México y Canadá que acatan lo que la Casa Blanca solicita constantemente. Para muestra: en la reciente cumbre

del grupo de los siete países más industrializados (G7), celebrada en Canadá en donde México fue invitado, la presidenta Claudia Sheinbaum (2024-2030), asistió con el propósito de entrevistarse con el recién elegido primer ministro canadiense, Mark Carney, al igual que con D. Trump, sin embargo, esto no fue posible porque el mandatario estaba ocupado en mantener sus posiciones geopolíticas en el Medio Oriente ante la escalada del conflicto entre Irán e Israel en junio de 2025.

La situación del maíz transgénico en México

México importa entre el 40% y el 50% de los alimentos que consume, el 80% del arroz, cerca del 70% del trigo, el 90% de la soya y 18 millones de toneladas de maíz amarillo (2023) para forraje y alimentos procesados desde los Estados Unidos. Grandes corporaciones alimentarias como Monsanto controlan la producción, distribución y comercialización de alimentos; si bien, la agricultura campesina produce gran parte de los alimentos frescos que se consumen, el gobierno mexicano no presta apoyos necesarios para su rentabilidad.

A pesar de esto, México fue autosuficiente en maíz hasta que en 1980 las políticas al campo comenzaron a favorecer a grupos empresariales, dando la “estocada final” con la entrada en vigor del TLCAN en 1994, cuando se incrementaron las importaciones baratas y se desplazó la producción nacional. Desde la década de 1980, México adoptó un modelo económico neoliberal que implicó: Reducción del gasto público rural, eliminación de subsidios agrícolas (semillas, fertilizantes, maquinaria, crédito), privatización de empresas estatales del campo como la Comisión Nacional de Subsistencias Populares (CONASUPO) en 1999, que garantizaba precios y la compra directa de granos a campesinos (MAPA, s.f.).

Con el desmantelamiento de la banca para el desarrollo rural, los campesinos quedaron sin apoyos, enfrentando mercados internacionales desiguales sin protección ni crédito. Además, con la reforma al artículo 27º constitucional de 1992 se permitió la venta de tierras ejidales, eliminando el principio de inalienabilidad del ejido, toda vez que, se impulsó la individualización y mercantilización de la tierra además de que, abrió el campo a la inversión privada, debilitando formas colectivas de organización, a lo que comunidades ejidales vendieron o perdieron tierras,

acelerando la desigualdad agraria y promoviendo otro tipo de economías de gran capital como el turismo y la construcción (Gallardo, 2003).

De manera tal, que el campo mexicano se abrió al libre comercio con sus contrapartes norteamericanas, sin protecciones para los pequeños productores, al mismo tiempo que EUA subsidió fuertemente a sus agricultores (maíz, trigo, leche), por lo que los productos importados llegaron a México más baratos que los producidos localmente, en consecuencia, los campesinos no pudieron competir ante la caída de los precios de los productos agrícolas, por esta razón muchos abandonaron la fase de producción.

Con el apoyo público hacia las agroempresas, a pesar de recortes generales, grandes agroexportadores de productos como el aguacate, jitomate, caña, por mencionar algunos, siguieron recibiendo apoyos e incentivos fiscales, afectando a las regiones campesinas e indígenas que recibieron menos inversión y atención pública (Juárez & Ramírez, 2006). En la década de 1990, la desigualdad estructural entre el agroempresariado moderno y el campesinado tradicional provocó la migración rural hacia los Estados Unidos y la pérdida gradual de la mano de obra.

El empobrecimiento del campo mexicano desde 1992 fue causado por el desmantelamiento deliberado de un modelo de Estado campesino en favor de un modelo agroindustrial orientado al mercado global, aunque es importante reconocer que en medio de esta crisis, gran parte de los campesinos e indígenas han resistido, defendido sus territorios, sus semillas y su cultura alimentaria a través de movimientos sociales, lo que hoy fundamenta las propuestas de agroecología, soberanía alimentaria y justicia territorial.

Fue en 1998 cuando se declaró una moratoria al cultivo comercial de maíz transgénico, aunque no al genéticamente modificado (GM); no fue sino hasta 2013 que se presentó una demanda colectiva ciudadana para impedir su liberación comercial. En 2020, el gobierno de López Obrador emitió un decreto para eliminar gradualmente el uso de glifosato y maíz transgénico para consumo humano en México para 2024, sin embargo, los Estados Unidos presentó una queja formal bajo el capítulo 9 del T-MEC (sobre medidas sanitarias y fitosanitarias), argumentando que: “La prohibición mexicana al maíz transgénico carece de base científica y viola los compromisos del tratado.”

Por su parte, la Casa Blanca argumentó que el marco jurídico del T-MEC establece que las medidas sanitarias deben estar basadas en evidencia

científica y evaluación del riesgo, alegando que México no presentó pruebas concluyentes de que el maíz genéticamente modificado (GM) dañe la salud humana, sin tomar en cuenta otras formas de riesgo como lo referente al patrimonio biocultural. De igual modo, Estados Unidos sigue vociferando que la medida mexicana discrimina sus productos.

Por su parte, México defiende que su decreto no es una barrera comercial, sino una medida de precaución para proteger: a), la salud pública, ante dudas sobre efectos del glifosato y los transgénicos, b), la diversidad genética del maíz nativo y su patrimonio biocultural, c), la soberanía alimentaria. También, sostiene que existen estudios científicos alternativos que justifican una postura precautoria y que tiene derecho a establecer sus propias políticas alimentarias. En agosto de 2023, EE. UU. solicitó formalmente el establecimiento de un panel de resolución de disputas bajo el T-MEC, se espera que este panel emita un fallo en 2024 o 2025.

Actualmente la población mexicana consume el maíz transgénico deliberadamente en el jarabe de maíz de alta fructosa, en el almidón de maíz, aceite de maíz y harinas industriales. La gente desconoce el consumo de transgénicos debido a que la entrada del maíz transgénico fue “silenciosa”, sin etiquetado, desde 1994. Además de esto, se suma el desconocimiento alimentario que persiste en la población ante la falta de políticas de salud pública por parte de las autoridades sanitarias en poblaciones clave.

Mientras tanto, comunidades indígenas y campesinas que producen y consumen maíces nativos, han conservado formas autónomas, agroecológicas y culturales de alimentación, pese a esto, también han sido absorbidas por el sistema alimentario, alterando su dieta y su relacionalidad con el entorno. A razón de que la expansión del maíz transgénico atenta no solo contra la salud, sino contra la diversidad biocultural del país, el cual siempre se encuentra en constante conflicto por la tierra y los recursos naturales .

Lo referente a la producción del maíz se ha vuelto un motivo de lucha y es el punto de partida de otras problemáticas socioambientales en el Valle Puebla-Tlaxcala y en torno a los volcanes; de suerte tal que, la defensa del territorio ha comenzado, primero por mantener y luego recuperar los recursos naturales, ante el uso indebido del agua y el suelo en favor de los grandes capitales, además del acaparamiento de predios y terrenos, factores que atentan contra un modelo ancestral basado en el sistema milpa.

Caracterización de los actores territoriales en el Valle Puebla-Tlaxcala

Mesoamérica fue una región histórica en lo que hoy es México y parte de Centroamérica que contó con un sistema complejo de organización social y política que sigue vigente hasta nuestros días. Los pueblos mesoamericanos tenían características en común: a), rendían culto a un panteón de dioses relacionados con la guerra, aguas, fertilidad, muerte, maíz, b), la relación con el territorio se basaba primordialmente en la agricultura, c), los cerros eran considerados como grandes depósitos de agua donde construyeron adoratorios, d), conocían las posiciones de los astros, e), poseían dos calendarios, uno lunar y otro adivinatorio, y f), elaboraron un complejo sistema hidráulico para gestionar dicho recurso ².

El conocimiento del tiempo fue vital para saber el momento en que caerían las primeras lluvias y cuánto durarían los meses de sequía. En este sentido, los calendarios fueron bastante precisos siguiendo un sistema de cuentas lunares. Asimismo, se elaboraron los calendarios adivinatorios que explicaban el destino de los humanos y de los dioses. Cabe aclarar que el tiempo no fue lineal, sino que tomó otras formas, regido en parte por el sistema milpa, la luna y las observaciones de otros elementos físicos que se movían en paralelo, pero a ritmos distintos³.

Durante la elaboración de los talleres comunitarios en el municipio de Ixtenco, al nororiente del VPT, se establecieron calendarios agrofestivos con base en el tiempo y el espacio, a lo que la gente explicó: el territorio ha cambiado bastante, con la llegada de la modernidad, no obstante, hay tradiciones que se han quedado dentro de la memoria colectiva y que se activan en cierto tiempo del año, con el inicio de las lluvias la última semana de mayo, el día de los muertos la primera semana de noviembre, cuando se bendicen los campos, el 15 de mayo, o el mismo día de San Juan, el 24 de junio. El tiempo sirvió de guía para entender el ciclo del

2 La agricultura con base en el maíz permitió que se acumularan excedentes que dieron paso a una extensa red de comercio y formación de sociedades teocráticas, a lo que dio paso al florecimiento de civilizaciones mesoamericanas como la olmeca, teotihuacana, maya, zapoteca o mexicana.

3 A forma de acotación, existen los calendarios agrofestivos que son una forma de representación del tiempo, visto desde la modernidad como una manera cíclica para la reproducción del capital, sin tomar en consideración los saberes de los pueblos originarios y otras formas de concebir el tiempo. Un ejemplo de sincretismo en el tiempo fue la adaptación del calendario mariano y judeocristiano a las festividades mesoamericanas.

maíz, aunque cada pueblo posee su propia dinámica y tiene una relación íntima con la milpa.

Gracias a los saberes, que perduraron a través de la época colonial y republicana, se conservó el sistema milpa, todo un entramado complejo de alimentación que tiene por epicentro el maíz, pero también incluye en su producción la calabaza, chiles, huitlacoche, quelites e insectos, entre otras especies alimenticias. De manera que, la milpa es más que un pedazo de tierra, en realidad es un territorio vivido y una forma de territorialidad con base en la relacionalidad con el espacio el cual está en constante transformación, a partir de un reordenamiento acelerado que menosprecia las prácticas bioculturales. La milpa representa la identidad de los pueblos mesoamericanos y que subsiste, no solamente en el ámbito rural, sino en el ámbito urbano y periurbano, lo que hace particular a las ciudades del Centro y sur de México.

En este punto, es necesario dejar en claro la participación de las mujeres, quienes han jugado un rol primordial al momento de generar y preservar el sistema milpa; ellas han seleccionado las especies nativas de la milpa. Cuando seleccionan el maíz, van al molino y lo nixtamalizan para generar la masa; van a casa a echar la tortilla en el comal; mediante este axioma biocultural preservan los saberes ancestrales y lo transmiten en el ámbito del hogar. Es gracias a esto que las cocineras tradicionales se han vuelto guardianas del territorio físico, pero también temporal, cuyo fin es dar valor al sistema milpa y, por ende, a la preservación de la variedad genética del maíz criollo.

La Zona Metropolitana (ZM) de Puebla-Tlaxcala se encuentra en el centro-orienté de México y es la cuarta aglomeración urbana más grande del país, sólo por detrás de la Ciudad de México (centro), Monterrey (norte) y Guadalajara (occidente). Cuenta con una población de 3,3 millones de habitantes distribuidos en 43 municipios entre los estados de Puebla y Tlaxcala (INEGI, 2020). Las unidades territoriales con las que cuenta la ZM son estados y municipios; no obstante, hay otras formas de representación que incluyen a los pueblos originarios, las juntas auxiliares y los barrios antiguos, formas de habitabilidad que son distintas a las colonias y que son poco entendidas por los gobiernos, en conflicto con estas desde un plano socioterritorial.

Estas delimitaciones sólo existen en la Ciudad de México con los pueblos y barrios originarios. En el Valle Puebla-Tlaxcala existen dos familias lingüísticas originarias: los nahuas, 90 %, y los otomíes, 10 %,

quienes viven en torno a las altas montañas y alrededor de la ciudad. De igual modo, hay grupos indígenas migrantes en la urbe, quienes pertenecen a otros troncos lingüísticos y son procedentes del resto del estado de Puebla y del sur del país, sobre todo de Oaxaca, Guerrero y Chiapas.

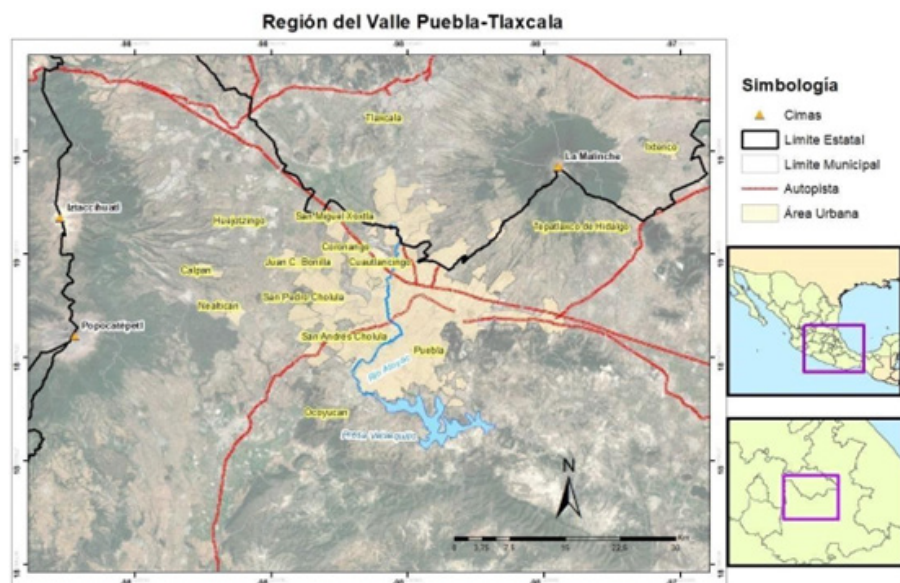
Podría decirse que, de entre todos los pueblos, Cholula es el epicentro indígena del valle; se encuentra al poniente, a los pies del volcán Popocatepetl e Iztaccíhuatl; como parte de su particularidad, cuenta con dinámicas propias que se remontan a la época prehispánica. Cabe mencionar que el ecoentorno de Cholula fue propicio para la agricultura, donde se asentaron poblaciones hace más de 9 mil años; además, se domesticó el maíz, o al menos se encontró el teocintle, maíz no domesticado, procedente del Valle de Tehuacán (Instituto Nacional de Antropología e Historia).

Los recursos naturales siempre han sido importantes para los pueblos del valle, dando sustento y organización social-comunitaria, con base en el reconocimiento de los ríos, bosques, cerros, volcanes, animales y minerales presentes en la zona. El río Atoyac juega un papel crucial en el desarrollo de los pueblos ya que atraviesa el VPT, tiene afluentes y tributarios que conforman la Cuenca del Balsas que termina en el océano Pacífico. Los mantos freáticos también han sido sobreexplotados por embotelladoras como la Planta de Bonafont en el municipio de Juan C. Bonilla, anteriormente se bombardearon las nubes para evitar las lluvias por parte de la armadora Volkswagen Puebla en Cuautlancingo, ambas al poniente; también, el cambio climático ha impactado en la zona y ha generado consigo una afectación irreversible en los Glaciares de los Volcanes. El VPT está enclavado dentro del sistema volcánico transversal el cual es un corredor de volcanes que va desde la costa Pacífica hasta el Golfo de México⁴.

El río y los volcanes son elementos bioculturales que se expresan a través de los alimentos y plantas: tal es el caso del agave y lo que se extrae de éste como lo es el aguamiel y el pulque. A pesar de que Cholula mantiene su origen prehispánico en su traza urbana, se sabe que fueron borradas las tradiciones y técnicas alimentarias. Tal como sucedió con muchos pueblos mesoamericanos, las tradiciones como la ingesta de bebidas psicotrópicas para fines rituales fue prohibida durante la Colonia por el cabildo español, no obstante, se han mantenido la preparación y consumo de bebidas

4 Es indisoluble el desarrollo de los pueblos del VPT con la presencia y actividad volcánica, en concreto con la emisión de ceniza y la captación de agua durante la época estival; la más húmeda del año por la cantidad de huracanes, frentes fríos y tormentas tropicales, gracias a sus cimas.

como el pulque cuya connotación ahora es festiva. Durante la Colonia los campesinos produjeron el pulque de manera masiva pues era bastante demandado, no obstante, con la expansión del Estado mexicano, además de la llegada de la industria cervecera, se perdieron muchos de los axiomas bioculturales como el empleo de raíces, al igual que, el aditamento de algunos hongos en las bebidas (Ashwell, 2015).



Fuente: Elaboración propia

En este sentido, se considera el concepto de relacionalidad que propone Arturo Escobar, quien critica el pensamiento moderno occidental y pone sobre la mesa alternativas al desarrollo. Se plantea como la aceptación de mundos dentro de uno mayor a través del reconocimiento de las identidades, los territorios y las prácticas sociales, en contraposición de una ontología dualista que ha forjado el pensamiento moderno que separa el sujeto/objeto, naturaleza/cultura o lo humano/no humano con el fin de ordenarlo para su reproducción.

En otra perspectiva Gilberto Giménez (1999), menciona que el territorio constituye por sí mismo un “espacio de inscripción” de la cultura y, por lo tanto, equivale a una de sus formas de objetivación, de ahí que, la cultura dota de identidad al territorio y la alimentación la propicia. La cultura alimentaria surge de la caza, la recolección, la agricultura y la crianza de animales, en este sentido, el sistema milpa es una forma de vida

entre los habitantes del VPT. Los gobiernos municipales y ayuntamientos en complicidad con las armadoras, constructoras e inmobiliarias han presionado para que la tierra se transforme en unidades productivas o habitacionales, es decir, se nota el constante desplazamiento de la milpa hacia el exterior de la zona metropolitana, es decir, hacia las áreas rurales.

Las resistencias, luchas, cuestionamientos desde la base comunitaria

El contexto económico poblano de la segunda mitad del siglo XX se basó por el asentamiento de fábricas de maquila al norte del VPT, en torno al río Atoyac, de manera tal que, la industria textil fue decisiva. En 1968 se destinaron 300 hectáreas para la construcción de la planta automotriz alemana de Volkswagen, por lo que fue necesario el suministro de energías fósiles y minerales para su construcción. Tiempo después, en 1973 llegaron empresas proveedoras para la gran armadora dando paso a un clúster contiguo a la carretera México-Puebla.

En los últimos años, aparecieron otras formas de expresión para la defensa del maíz, no solamente como forma de lucha o de protesta, sino que se han organizado fiestas, encuentros, conversatorios sobre el uso y preservación de las especies de maíz originario, multicolor, criollo no sólo en el valle, sino en las laderas de las montañas. Uno de estos eventos es el *ngo ro dethā* o fiesta del maíz celebrado en el municipio tlaxcalteca de Ixtenco (nororiente), donde se propone el resguardo, así como la transmisión de saberes con base en el maíz, donde participan las cocineras tradicionales, activistas, académicos, campesinos, artesanos, bordadoras, entre otros actores territoriales procedentes principalmente del pueblo otomí-yumhu, aunque también de otros pueblos de Puebla y Tlaxcala.

Del lado sur del valle, las inmobiliarias encabezadas por el grupo inmobiliario Proyecta expanden el Desarrollo habitacional de Lomas de Angelópolis en el municipio de Ocoyucan. El modo de operar es similar al gobierno, amedrentamiento de la gente, expropiación de terrenos, extorsión por vía de terceros y dándoles poco dinero por sus terrenos. De tal manera que, los corporativos trabajan en conjunto con la ilegalidad, denominándolos “carteles inmobiliarios”, en consecuencia, los sicarios y extorsionadores han propiciado el desplazamiento de los pueblos originarios.

De igual modo, el gobierno de Puebla continúa criminalizando, mediante la fabricación de delitos, las luchas legítimas bajo el título de “daño a la propiedad privada” y “despojo agraviado”. El caso del pueblo de Xoxtla (norponiente) ilustra la forma de acusación que lleva a cabo el gobierno estatal y sus empresas afines, con la detención del defensor/activista del agua Renato Romero el 1 de julio de 2025, por parte de la empresa Concesiones Integrales, quien lo denunció. No obstante, hubo resistencia ante esta detención por parte de las comunidades, a través de los Cholutecas Unidos en Resistencia y la Asamblea Nacional por el Agua, la Vida y el Territorio, por lo que tres días después el compañero fue liberado.

Por el lado de la gentrificación, desde la llegada de la planta Volkswagen Puebla se han adquirido terrenos por parte de compradores de otros sitios quienes han reconvertido el área, provocando el encarecimiento del suelo. La mercantilización del espacio y la transformación del territorio en función de un grupo poblacional específico, ante una empresa tan grande como la VW y sus proveedoras, han propiciado la aparición de un perímetro urbanístico y comercial en pleno corazón de las tierras de los pueblos originarios, como sucede con el Desarrollo Inmobiliario Lomas de Angelópolis, al sur del VPT, además de demandar el agua de los mantos freáticos y los escurrimientos de los volcanes del pueblo de Nealtican (poniente).

A pesar del panorama, los pueblos no están aislados, en México persiste una relación cercana entre las sociedades españolas, mestizas, afrodescendientes e indígenas, a tal grado que muchas familias son producto de ese crisol de culturas. Aunque no se puede dejar a un lado el racismo estructural, el cual ha fragmentado la sociedad generando “varios Méxicos”, y reubicándolos espacialmente, la solidaridad por las causas prevalece a través de la lucha compartida, tal y como sucede con la defensa del maíz, encabezada por Cholutecas Unidos en Resistencia, organizando foros en la ciudad, archivando sus propios mapas, generando arte y conciencia, resistiendo mediante la palabra, tejiendo redes con otros colectivos y asociaciones de otras regiones que comparten experiencias similares.

Caso similar sucede con el basurero de intermunicipal de Cholula y Calpan (poniente) donde el pueblo nahua se ha organizado, no únicamente como un espacio geográfico, sino como un entramado de relaciones ecológicas, culturales, sociales y espirituales, lo cual refuerza las propuestas como la autonomía territorial, el cuidado del mundo y

las transiciones civilizatorias (OCSA, 2023). La reacción de la población vecina del basurero frente al gobierno, tanto estatal como municipal, que vierte los residuos indiscriminadamente en el suelo, muestra el accionar comunitario, de manera que, subyace un sentipensar latente que propone nuevas utopías. En este sentido, las redes comunitarias alzan la voz y tienen un impacto regional, cuya forma es entrelazada.

Figura 1. Panorámica del impacto ambiental del basurero intermunicipal Cholula-Calpan Fotografía: Xosué Martínez | Labcdos, 2025



En la actualidad los indígenas son parte de un grupo mestizo, pero el ser mestizo también es formar parte de un grupo indígena, porque se mantienen los vínculos con el pasado, es decir, subyace una biomemoria. En México no se habla de pureza racial, hace mucho que todo se ha diluido; en cierto o mayor grado, hay más influencia indígena, europea o africana, dependiendo de la zona de la que hablemos, ya sea la sierra, los valles, la costa o los mismos sectores dentro de la ciudad. Las formas de relacionalidad con el territorio proponen formas “creativas” para la defensa de éste, las cuales tienen que rearmarse frente al gran capital y la integración de sistemas productivos como lo representa el T-MEC que desde una escala internacional socava la identidad territorial a una escala local y regional.

Los grupos indígenas no son estáticos, sino que se mueven a través del espacio, cuando migran o se desplazan al trabajo para buscar mejores oportunidades de vida. Contrariamente a lo que se piensa y al

discurso eurocentrista de las “ciudades multiculturales” que se conforman con personas de sitios lejanos, el VPT es una región intercultural, donde cada día, llegan no sólo extranjeros o mexicanos de otros estados, sino mujeres tzotziles procedentes de Chiapas quienes viven en la junta auxiliar de San Felipe Hueyotlipan. Otro ejemplo es la fuerte comunidad que han conformado los pueblos mazatecos en la junta auxiliar de San Pablo Xochimehuacán, ambas zonas ubicadas al norte de la Ciudad. Aunque, su establecimiento responde al desplazamiento sistemático generado por la violencia y la pobreza estructural.

Reflexiones finales

La integración no tiene que hablarse desde el nivel de los Estados o empresas, puesto que los pueblos lo llevan a cabo, de hecho, no sucedía desde la época de los movimientos revolucionarios de 1910 un acercamiento regional. Las integraciones “desde arriba” plantean un beneficio al gran capital de los Estados y al bienestar de las sociedades del Norte Global, de forma que, este esquema ha permitido que el Estado trabaje de cerca con las empresas y, para el caso mexicano, también con la ilegalidad.

El uso de las herramientas digitales ha representado una forma de valorar las subjetividades del territorio y de la gente, coadyuvando a que más personas se acerquen a las causas de lucha o asistan a las celebraciones regionales como las fiestas, las ferias y las asambleas comunitarias para activar los axiomas bioculturales. A través de las redes sociales, se da seguimiento a lo referente al maíz, asimismo, se suman voces disidentes ante los abusos del gran capital como una forma de asedio constante.

La transformación del territorio está ocurriendo de una forma acelerada y violenta, bajo el respaldo de un marco jurídico internacional dentro del T-MEC, el cual defiende formas para la reproducción del capital y aseguran su modo de sobrevivencia, por efecto está el despojo y el desplazamiento de las poblaciones locales que se asientan en y alrededor de las grandes urbes. Como menciona Manzanal (2007), el dilema de la modernidad y la conectividad de ciudades globales como México y recientemente Puebla, obligan a sus autoridades que se planteen un modelo de crecimiento económico lineal ligado con los Objetivos del Milenio del PNUD sin tomar en cuenta las redes de ancestralidad y territorialidad de la gente.

La realidad es que América del Norte contiene sociedades de consumo que dejan una alta huella de carbono. Contrario a esta aseveración, las poblaciones latinas de estados como California protestan contra las políticas migratorias de D. Trump, el cual busca separar y controlar a la población bajo un discurso de segregación racial. En resumidas cuentas, Norteamérica experimenta un movimiento constante de población, de Sur a Norte y Norte a Sur, aunque desigual en sus prácticas económicas. Ante la situación fronteriza, los pueblos están conscientes del uso y relación con el territorio, la confrontación contra de los grandes capitales que genera un despojo sistemático y pérdida de identidad territorial.

Otro hallazgo es la singularidad del Valle Puebla-Tlaxcala y algunos municipios que se encuentran adyacentes clasificados como periurbanos, donde todo el tiempo hay transformaciones, que transitan y convergen en la ciudad de Puebla como polo de desarrollo. En este sitio confluyen ideas, capitales, productos, lo no humano, los actantes, y formas de pensamiento que se alejan de un antropocentrismo. Tampoco se han tomado en cuenta los nodos secundarios relacionados con la economía regional e indígena que cuentan con sus propias dinámicas económicas, culturales, políticas y sociales. Por lo que la gente expresa otras formas para la producción del espacio.

La academia es un ámbito propicio para la investigación, transmisión y socialización de ideas, no puede decirse que es algo ajeno o que se encuentra en otra dimensión de lo que pasa en la región estudiada. Hoy más que nunca las investigaciones que se han llevado a cabo se han vuelto participativas, fomentando los foros, utilizando metodologías, haciendo rupturas epistemológicas, denunciando lo que sucede gracias a la conformación de equipos interdisciplinarios. En este momento, los actores territoriales pueden mover la balanza un poco más hacia su lado, ante un capital agresivo y un TLCAN que usa la violencia como herramienta para su expansión. Las sinergias regionales han tomado otra figura, una más flexible, con causa en común asentada en su ancestralidad.

Referencias bibliográficas

Arellano, M. (2014). Dictan auto de formal prisión a defensores del territorio cholulteca. *LADO B*. 15 de octubre. Recuperado de <https://www.ladobe.com.mx/2014/10/dictan-auto-de-formal-prision-a-defensores-del-territorio-cholulteca/>

Arellano Sánchez, José y Margarita Santoyo Rodríguez (2001). “Los nuevos sujetos sociales del neozapatismo”, en *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*, Núm. 24, Año 8, enero-abril de 2001, págs. 91-139.

Ashwell, Ana María. (2015). Cholula, ciudad sagrada. Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH).

Beltrán Beltrán, Santos (2013). “Espacio y capitalismo: la crisis capitalista, el territorio y las resistencias sociales”, en *CIENCIA POLÍTICA*, Núm. 16, pp. 138-167.

Emilia Ismael-Simental, Anne Kurjenoja, Alberto López Cuenca & Leandro Rodríguez Medina (2022). Building the city through culture: Puebla's cultural urban assemblage (1987-2017), *Social & Cultural Geography*, 23(1), 101-119.

Escobar, Arturo, Michal Osterweil y Kriti Sharma (2025). Relacionalidad: una política emergente de la vida más allá de lo humano. Buenos Aires: Tinta Limón.

Gallardo Zúñiga, R. (2003). Reforma constitucional de 1992. El surgimiento del nuevo Derecho Agrario mexicano. *Estudios Agrarios*, 9(22), 187-216.

Giménez, Gilberto (1999). Territorio, cultura e identidades. La región sociocultural, en *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, Época II, Vol. V, Núm. 9, junio 1999, págs. 25-57.

Hernández Cordero, Adrián; Kurjenoja, Anne Kristiina; y María Emilia Ismael Simental (comp.) (2018) Ciudad, capital y cultura. . Primera edición: 2018.

Houtart, François (2006). “Los movimientos sociales y la construcción de un nuevo sujeto histórico”. En Borón, Atilio A.; Amadeo, Javier; y Sabrina González (comp.) *La Teoría Marxista Hoy. Problemas y Perspectivas*, Buenos Aires, CLACSO, págs. 435-444.

Juárez, C., & Ramírez, D. (2006). Impacto del PROCAMPO y subsidios agrícolas en pequeños productores. En *Los financiamientos y subsidios a la producción agropecuaria en México y su impacto en la falta de autosuficiencia alimentaria*. Estudios Rurales.

Juárez Núñez, H. (2005). El auto global, desarrollo, cooperación y competencia. La industria proveedora de autopartes en México. *Economía, Teoría y Práctica*, (22), 115-154. Universidad Autónoma Metropolitana.

López Cuenca, A., & Frausto Cárdenas, F. L. (2023). Complejidad y dis-

puta territorial. Reensamblando el conflicto de Cholula, Puebla, México, 2014-2017. *región y sociedad*, 35, e1725.

Manzanal, Mabel (2007). "Territorio, poder e instituciones. Una perspectiva crítica sobre la producción del territorio", en Mabel Manzanal, Mariana Arzeno y Beatriz Nussbaumer (compiladoras) *Territorios en construcción. Actores, tramas y gobiernos: entre la cooperación y el conflicto*, Buenos Aires, Ediciones CIC- CUS, págs. 15-50.

MAPA. (s.f.). *Política agroalimentaria y de desarrollo rural en México*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

Morales, O. (2015). La industria maquiladora en México bajo el TLCAN 1993-2013. En L. Rojas Villagra (Coord.), *Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas* (pp. 103-127). CLACSO.

Observatorio de Conflictos Socioambientales (OCSA). (2023). *Maapeo de conflictos socioambientales en México: Informe anual*. Universidad Iberoamericana Ciudad de México.

Saxe-Fernández, John. (1995). *La compraventa de México: TLC y entrega de una nación*. Plaza & Janés.

Saxe-Fernández, John. (2019). *México global: el país subastado. Economía, poder y megaprivilegios*. Siglo XXI Editores.

Capítulo 6

Integración en Conflicto e Integración para la Resistencia: aportes para pensar los proyectos de integración en América Latina *Integration in*

Conflict and Integration for Resistance: contributions to thinking about integration projects in Latin America

Integração em contextos de conflito e integração para a resistência: contribuições para a reflexão sobre projetos de integração na América Latina

Macarena Mercado Mott (ICAL)

RESUMEN: El texto presenta algunas reflexiones que se esbozaron en la tesis de Maestría desarrollada entre los años 2015 y 2017 en el Programa de Posgrado Integración Contemporánea de América Latina (ICAL) en la Universidad Federal de Integración Latino-Americana (UNILA). La mencionada tesis tuvo por objetivo discutir la integración regional y su vínculo con el extractivismo en América Latina, incorporando al análisis la dimensión del conflicto. En esta oportunidad compartimos los recorridos conceptuales que nos permitieron comprender la integración como pieza de un modelo hegemónico, donde el desarrollo extractivista y las obras de infraestructura regional cobran relevancia al momento de comprender la proliferación de conflictos socio ambientales/ territoriales y la emergencia de organizaciones que, al calor de estas luchas, se articulan construyendo, política y epistémicamente, proyectos de integración contra hegemónica. Además presentamos algunas reflexiones en torno a un taller realizado con integrantes de las Asambleas anti extractivistas. En el mencionado taller, se problematizaron los proyectos de integración hegemónica “desde arriba” en conflicto con los proyectos de integración contra hegemónica contruidos “desde abajo” por la Unión de Asambleas Ciudadanas frente al modelo de desarrollo extractivista-exportador.

PALABRAS CLAVE: Integración - Extractivismo - Conflicto

Abstract: The text presents some reflections that were outlined in the Master's thesis developed between 2015 and 2017 in the Graduate Program for Contemporary Integration of Latin America (ICAL) at the Federal University of Latin American Integration (UNILA). The aforementioned thesis had the

objective of discussing regional integration and its link with extractivism in Latin America, incorporating the dimension of the conflict into the analysis. On this occasion, we share the conceptual paths that allowed us to understand integration as a part of a hegemonic model, where extractivist development and regional infrastructure works become relevant when understanding the proliferation of socio-environmental/territorial conflicts and the emergence of organizations that, in the heat of these struggles, are articulated building, politically and epistemically, integration projects against hegemonic. We also present some reflections on a workshop held with members of the anti-extractivist Assemblies. In the aforementioned workshop, the hegemonic integration projects “from above” in conflict with the counter-hegemonic integration projects built “from below” by the Union of Citizen Assemblies against the extractivist-exporter development model were problematized.

KEYWORDS: Integration - Extractivism - Conflict

RESUMO: O texto apresenta algumas reflexões que foram delineadas na dissertação de mestrado desenvolvida entre 2015 e 2017 no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A referida tese teve como objetivo discutir a integração regional e sua vinculação com o extrativismo na América Latina, incorporando à análise a dimensão do conflito. Nesta ocasião, compartilhamos os caminhos conceituais que nos permitiram entender a integração como parte de um modelo hegemônico, onde o desenvolvimento extrativista e as obras de infraestrutura regional tornam-se relevantes ao compreender a proliferação de conflitos socioambientais/territoriais e o surgimento de organizações que, no calor dessas lutas, articulam-se construindo, política e epistemicamente, projetos de integração contra hegemônicos. Apresentamos também algumas reflexões sobre uma oficina realizada com membros das Assembleias antiextrativistas. Na referida oficina, foram problematizados os projetos de integração hegemônicos “de cima” em conflito com os projetos de integração contra-hegemônicos construídos “de baixo” pela União das Assembleias Cidades contra o modelo de desenvolvimento extrativista-exportador.

Palavras chave: Integração - Extrativismo - Conflitos

Introducción

Llegará un momento donde todos podamos decidir qué tipo de país queremos, y cuando nosotros decidamos qué tipo de país queremos, vamos a saber con certeza qué recursos necesitamos para ese país. No para el país que dibujaron en otro lado, y que dibujaron los empresarios

acá. [...] Ellos tienen un mapa de la zonificación de los territorios, donde nosotros ya estamos zonificados. Ya saben qué sector va a proveer, cuál materia prima y cuánto para qué. ¿Para nosotros? No. Para que se vaya todo al primer mundo (Jenny Lujan, luchadora de las UAC, 2017).

En el libro *Las venas abiertas de América Latina*, Galeano se pregunta “¿Qué integración pueden realizar, entre sí, países que ni siquiera se han integrado por dentro?”. En el mismo libro, la palabra *Integración* aparece veintisiete veces. *Capitalismo* la supera apareciendo treinta y cuatro veces, y *Pueblos* le pisa los pies, escrita unas treinta y tres veces. ¿Será que la integración ha servido más para el *Capitalismo* que para los *Pueblos*? Aún así, no podemos negar – o invisibilizar- que esos *Pueblos* también se integran (e integraron) en sus formas Otras contra el capital.

Las discusiones sobre los modelos de desarrollo que los países proyectan y aplican y, las formas a través de las cuales prefieren integrarse con los países vecinos - o con el mundo, desde determinado lugar - vienen de larga data, teniendo un lugar privilegiado en los ámbitos académicos y políticos. Sin embargo, no siempre existen coincidencias entre los diferentes sectores interesados en el desarrollo e integración de los países, o mejor dicho, los intereses que motivan a cada sector, a veces, suelen ser antagónicos.

Los países de América Latina han atravesado diversos periodos históricos y coyunturas, donde tanto elementos internos como externos, han sido influyentes en la toma de decisiones domésticas en cada uno de ellos. Dictaduras, gobiernos neoliberales, gobiernos progresistas (también llamados neodesarrollistas o neoextractivistas), y las formas de integración regional que acompañaron esos modelos, han definido cuestiones de la política nacional y regional que han sido determinantes para la actualidad de la región.

En el presente trabajo problematizamos la integración regional y sus concepciones hegemónicas. Identificamos, e intentamos explicar, a esos proyectos de integración como modelos hegemónicos, los cuales operan para el desenvolvimiento de modelos de desarrollo hegemónico¹, generando una serie de conflictos.

1 Al revisar la historia de los modelos de integración podemos observar su vinculación con los modelos de desarrollo como la Industrialización por Sustitución de Importaciones o el Neoliberalismo, a partir de la comparación que realiza Palestini Céspedes (2012), donde expone los Regímenes de Integración Regional correspondiente a un Modo de Acumulación

Específicamente, nos centraremos en los modelos de integración para infraestructura vinculados a los modelos de desarrollo extractivista, propiciadores de conflictos socio ambientales/territoriales, a partir de los cuales, postulamos la emergencia de otras formas de construir –y concebir– la integración contra hegemónicamente, a partir de los movimientos socio ambientales/territoriales que emergen frente a estos modelos hegemónicos.

Cuando problematizamos los modelos de integración, no olvidamos la interacción que estos tienen con los modelos de desarrollo que cada país define para su política económica nacional y cómo a partir de la misma, decide cómo actuar en el escenario regional e internacional. Entendemos que los territorios locales, donde residen comunidades, enmarcadas en el territorio nacional de los Estados, se encuentran incluidos en una cadena de territorios regida por una lógica global, donde cada uno cumple una función en la región y en el mundo, debido a la división internacional/territorial del trabajo.

Si bien estos territorios se encuentran anexados a una lógica global, los impactos se vivencian fuertemente en lo local, donde otros actores, con sus respectivos intereses, aceptan o rechazan dichos impactos, que surgen como efecto de un uso determinado del territorio local, regido por intereses globales.

Cuando realizamos la investigación en la Maestría de ICAL, comenzamos definiendo nuestro espacio de estudio, localizándonos en el corazón de Sudamérica, en la “periferia de la periferia”, en el abastecimiento de alimentos y recursos –tanto naturales como humanos– que el capitalismo mundial necesita para seguirse reproduciendo. Nos paramos en el centro oeste suramericano donde se encuentra parte del territorio chileno, argentino, boliviano, peruano, paraguayo y brasilero, y donde hace más de veinte años, en el 1997, se constituyó una zona de integración que incluía a unidades subnacionales de los mencionados países; la llamada Zona de Integración del Centro Oeste Suramericano (ZICOSUR en adelante).

Entre esas unidades subnacionales se encontraban las provincias que comprenden al norte argentino. Una región caracterizada por su riqueza en cuanto recursos, pero entendida como la región “más pobre” y “menos desarrollada” del país. La Otra Argentina.

Capitalista determinado, los cuales poseen sus particularidades respecto a la forma y el contenido. Nosotros agregaremos la correspondencia entre el Modelo Extractivista-Exportador y la Integración para Infraestructura.

En los territorios del norte argentino, no sólo se han desarrollado interesantes procesos históricos y de luchas –pasadas y actuales– sino que también han sido objeto de deseo de varias empresas transnacionales² que, a través de sus inversiones, se han instalado –o lo han intentado– en la región para explorar, explotar y exportar esos recursos que caracterizan a las provincias nortenas.

Las unidades subnacionales que decidimos estudiar en esa oportunidad fueron elegidas por el extractivismo minero y por los proyectos de infraestructura que se discutieron en ZICOSUR y que se encontraban en los planos de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA en adelante), posteriormente incorporada al Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento (COSIPLAN en adelante) de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR en adelante).

De esta manera, profundizamos el análisis, observando las obras de infraestructura que se proponen desde la constitución de la IIRSA, para los territorios del noroeste argentino (NOA en adelante), específicamente los que incluían a los pasos fronterizos de las provincias argentinas con Chile: Catamarca (San Francisco), La Rioja (Pircas Negras), Jujuy (Jama) y Salta (Sico).

El recorte espacial fue repensado en varias ocasiones y considerando diferentes factores. Finalmente, definimos al NOA como territorio de estudio y acción. Esta región además de pertenecer a ZICOSUR y encontrarse en los planos de la IIRSA, pertenece a un país donde la última reforma de la Constitución Nacional, realizada en 1994, modifica algunas competencias de las provincias (unidades subnacionales) como por ejemplo: el dominio de los recursos naturales y el poder realizar relaciones exteriores. Mencionados elementos fueron llamativos para nuestra investigación, porque es precisamente desde los años 90, duramente la presidencia de Carlos Saúl Menem, que el extractivismo inicia su auge. En la actualidad, la normativa no ha sido modificada.

En síntesis, procuramos estudiar esta región como una pieza del gran rompecabezas que (des)arma el capitalismo, y la función que tenían (y tienen) estos territorios locales en las cadenas de valor global, entendiendo a quiénes interesa y a quiénes beneficia la ingeniería institucional, civil y comercial, pensada y desarrollada en la región.

2 Barrick Gold, Osisko Mining Corporation, Shandong Gold, Glencore.

Respecto al recorte temporal, también fue una cuestión que nos llevó cierto tiempo definir. Sin embargo, revisando trabajos que sirvieron de antecedentes a la investigación, encuentros de los bloques de integración abordados, cambios en los gobiernos de la región, modificaciones económicas a nivel internacional, y la emergencia de procesos y articulaciones de lucha y resistencia frente al modelo extractivista exportador, nos ayudaron a decidir cuál sería el periodo en el que enfocamos el estudio.

Propusimos abordar el periodo 2001 - 2016, partiendo de la última crisis económica y política de Argentina y, por lo tanto, rescatando los lineamientos de las políticas de Estado que profundizaron el extractivismo y la crisis misma de los años noventa desde la presidencia de Carlos Saúl Menem. De esta manera, no omitimos el papel crucial que ha tenido ésta administración presidencial para el capital extractivo, como para las políticas locales-globales de las unidades subnacionales de nuestro estudio, donde identificamos, lo que explica Aldo Ferrer (2012), como el momento donde se construyó el Estado neoliberal en Argentina, cuyas características respecto a los recursos naturales, aún perduran en la actualidad, a pesar de los cambios de gobiernos.

Entonces, el periodo de estudio, en realidad, comprendió desde los años 90 hasta mediados de la segunda década de los años 2000, buscando expresar la permanencia en el tiempo de las lógicas extractivistas que permearon al Estado argentino y a los modelos de integración para infraestructura en la región.

Argumentamos que la decisión de este recorte temporal se basó en el origen y desarrollo de la IIRSA (2000-2017), las reuniones ZICOSUR – Asia Pacífico, el desarrollo del extractivismo en Argentina (1994-2017), la fusión de IIRSA con UNASUR (2011), pariendo a COSIPLAN, la planificación y ejecución de los Corredores Biocénicos del NOA (2016-2017), la planificación y ejecución de obras contempladas en el Plan Belgrano (2015-2017) y el surgimiento y regionalización de la Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC en adelante) que lucharon contra los modelos de desarrollo e integración extractivo-exportadores, en la Argentina desde el año 2006 a la actualidad.

Metodología

El método definido para abordar la investigación fue de tipo cualitativo, debido a que las herramientas que nos presentaba este método

nos permitieron obtener datos importantes para la interpretación y análisis de los objetivos planteados.

Decidimos enfocarnos en el NOA, pensándolo como una región en sí, más que un conjunto de provincias, considerándolo como un territorio en disputa por sus características geopolíticas y culturales. Comenzamos a estudiar el NOA como un territorio usado hegemonícamente por actores como el Estado y determinadas empresas extractivas, configurando ese territorio para usos globales del capitalismo.

Mencionado territorio –conformado por las provincias de La Rioja, Catamarca, Tucumán, Santiago del Estero, Salta y Jujuy– también fue un territorio usado localmente por/para la resistencia. Así fue que nos propusimos el desafío de visibilizar esas formas antagónicas de uso del territorio, reivindicando a quienes construían esa resistencia desde/en el NOA. Al mismo tiempo, indagamos en cómo operaba el Estado en la producción extractiva del espacio, facilitando la apropiación hegemónica de la naturaleza por parte de las empresas extractivas y los proyectos de integración para infraestructura.

Las fuentes de información que nos ayudaron a comprender la realidad extractiva y de resistencia de la región fueron diversas. Desde bibliografía relacionada a la temática, producciones teóricas provenientes de la Ecología Política y la Geografía Crítica, como también escritos generados por militantes de los espacios de articulación, hasta documentales periodísticos, legislación y estadísticas, mapas, panfletos políticos, folletos y datos oficiales, vídeos institucionales y documentales de colectivos militantes, entre otros elementos. Reivindicamos tanto la pesquisa bibliográfica como la documental³, porque ambas abonaron el trabajo intelectual/militante de pensar la realidad a partir de lo que otras y otros han caminado, estudiado, reflexionado y compartido, contribuyendo a la construcción de un conocimiento que no es – o al menos no debería ser– propiedad privada de nadie.

En el itinerario de pesquisa, también hemos recorrido otros lugares que nos aportaron información para nutrir nuestras reflexiones.

3 A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, 32).

Al principio, lo denominamos pesquisa de campo⁴, pero al transcurrir el trabajo de leer-pensar-sentir-escribir, el escuchar y ver, se volvieron herramientas imprescindibles, como el ser parte y compartir con quienes son los y las protagonistas de la historia.

En ese sentido, realizamos un viaje hacia los territorios mineralizados del NOA, donde luego de subir y bajar de varios colectivos, bordear los cerros y escuchar tantas historias, es que comprendimos porque la consigna “*No a la mega minería, si a la vida*” tenía mucho más sentido del que pensábamos.

La visita a lugares como Andalgalá, Belén, Santa María, Amaicha, Nonogasta, Chilecito, Famatina, Tinogasta, Fiambalá, La Rioja Capital y San Fernando del Valle de Catamarca, durante el verano del año 2017, nos conectaron con esos territorios de resistencia, con las asambleas y con quienes le dan vida a las mismas y a esas luchas y territorios: los y las luchadores de cada pueblo.

Gracias al hospedaje solidario brindado por amigas/os y compañeras/os y, a las historias colectivas compartidas, llegamos a comprender la construcción de otras formas de vivir-hacer-pensar frente al capitalismo y sus diversas manifestaciones. No podemos denominar como entrevistas a los aportes que nos dieron, porque en realidad fueron conversaciones donde se dispusieron a compartir su vida con nosotros, sus anécdotas y las razones que motivaron a luchar y resistir.

Por último, pero no menos importante, otra oportunidad que sumó su montaña de arena a este trabajo, fue la posibilidad que nos dieron las Asambleas de participar en uno de sus Encuentros Nacional, trabajando en modalidad de Taller la *Infraestructura del Saqueo* y reflexionando sobre la integración y el extractivismo. En el último apartado del presente texto, compartimos la dinámica y reflexiones que tuvieron lugar en el Taller.

Entretejiendo enfoques

A partir de un diálogo entre la Ecología Política y la Geografía Crítica, intentamos construir unos lentes para contemplar/transformar la realidad extractiva y extranjerizada de nuestros territorios. Nos nutrimos de

⁴ A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (Fonseca, 2002).

estas vertientes teóricas para explicar lo que postulamos como *integración en conflicto*; planteo que realizamos al observar la presencia de modelos antagónicos de integración en la región; donde los modelos hegemónicos conviven con las lógicas extractivistas, potenciando la emergencia y proliferación de conflictos, y los modelos contra- hegemónicos surgen como consecuencia de mencionados conflictos.

Analizamos la integración en su relación con el modelo extractivista – exportador que se hace presente en la región en sus diferentes formas (minero, forestal, agrario e hidrocarburos), centrándonos, en esa ocasión, en el extractivismo minero, debido a la región que habíamos decidido como recorte espacial para nuestro estudio.

De esta manera, buscamos exponer la reciprocidad que existe entre los *modelos de integración hegemónicos*, específicamente los que tienen como principal objetivo la concreción de obras de infraestructura, y los *modelos de desarrollo extractivista*, percibiendo a ambos modelos como los responsables del desencadenamiento de conflictos socio-ambientales/ territoriales, a veces de forma directa y en otras ocasiones de forma indirecta, generando al mismo tiempo, modalidades de *integración contra-hegemónicas*, a partir de las resistencias que florecen en la disputa contra la extracción y exportación de nuestros *bienes comunes*.

Elaboramos estos análisis, desde una perspectiva que considera la multiescalaridad de los conflictos y la lógica global-local, respecto a la integración, el extractivismo y los movimientos que defienden –y disputan– el territorio, reafirmando que “lo local latinoamericano se constituye según una relación con un global hegemónico” (Alimonda, 2001).

Nos propusimos reflexionar sobre la apropiación política del concepto de *integración*, pensando cómo su significado se reconfigura y transforma en el campo conflictivo de las estrategias, hegemónicas y contrahegemónicas, de reapropiación de nuestra naturaleza latinoamericana, la cual se encuentra afectada por una constante colonialidad, apareciendo ante “el pensamiento hegemónico global y ante las elites dominantes de la región como un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes” (Alimonda, 2011).

Convocamos al enfoque de la Ecología Política, considerándolo un campo teórico-práctico que ha sabido explicar “no sólo los conflictos de distribución ecológica, sino el explorar con nueva luz las relaciones de poder que se entretajan entre los mundos de vida de las personas y el

mundo globalizado” (Leff, 2006, 22). La politización de la ecología, nos permitió problematizar a los actores en conflicto a partir de los procesos de significación, valorización y apropiación de la naturaleza, que se dan de forma antagónica, y donde pretendíamos incorporar la categoría de *integración* como parte del análisis.

En cuanto a la Geografía Crítica, sus reflexiones nos ayudaron a comprender a la naturaleza como parte de un espacio determinado que, como explica Santos (2008, 28), no es ni una cosa, ni un sistema de cosas, sino una realidad relacional: “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento”.

En un contexto de mundialización del capital, el espacio geográfico también atraviesa una mundialización, siendo designado un papel diferente a cada lugar. Por eso, la división internacional del trabajo, también es una división territorial, que organiza y jerarquiza a los territorios de acuerdo a sus funciones globales. Estos procesos van de la mano con la configuración territorial y la producción capitalista/extractivista del espacio, donde el *Estado* cumple el rol de *facilitador*, replicando esa lógica a nivel regional a través de los llamados procesos de integración.

Calderon-Contreras (2013) plantea que “el cambio ambiental está íntimamente correlacionado con procesos sociales y políticos a diversas escalas, y que para entender mejor cualquier problema ambiental es necesario vincular su análisis con las relaciones sociales de producción y la distribución del poder” (p. 562). El autor continúa, citando a Robbins, que es necesario “localizar sus problemas en un contexto local y regional. Para lograr este objetivo, la investigación basada en ecología política utiliza la denominada *cadena de explicación* para entender mejor, no sólo las diferentes escalas en las que un problema socioterritorial se desarrolla, sino también las redes de actores que participan en cada una de éstas” (p. 564).

El análisis basado en la consideración de las diversas escalas que involucra un conflicto relacionado al extractivismo, nos interesaba en ambas direcciones; global-local y local- global, debido a que entendíamos que “el examen de los procesos regionales y de los procesos basados en el lugar ofrece nuevas oportunidades para el entendimiento de diferencias y semejanzas de las políticas que acompañan la globalidad, desde las perspectivas económicas, ecológicas y culturales en sus diferentes niveles” (Escobar, 2011, 63). Por lo que nos propusimos estudiar los *impactos locales* de las *articulaciones globales hegemónicas*, como así también la *construcción*

de redes globales a partir de las resistencias locales, y cómo ambas entran en conflicto a partir de sus divergencias.

¿Integración extractivista?

El extractivismo es una categoría analítica con peso político, económico y epistémico. Aparece explicada en artículos de intelectuales comprometidos con las luchas socioambientales y en manifiestos de movimientos socioterritoriales de diversas latitudes. Por esto fue necesario comprender cuáles son las características de este modelo y como se vive-piensa- estudia-enfrenta en/desde América Latina.

Alvarez y Grigera (2013) exponen que un aspecto fundamental de la acumulación de capital y del modo de integración al mercado mundial de nuestros países pasa por la extracción y exportación de recursos naturales.

[...] una modalidad de acumulación que comenzó a fraguarse masivamente hace 500 años. Con la conquista y la colonización de América, África y Asia empezó a estructurarse la economía mundial: el sistema capitalista. Esta modalidad de acumulación extractivista estuvo determinada desde entonces por las demandas de los centros metropolitanos del capitalismo naciente. Unas regiones fueron especializadas en la extracción y producción de materias primas, es decir, de bienes primarios, mientras que otras asumieron el papel de productoras de manufacturas. Las primeras exportan Naturaleza, las segundas la importan [...]. (Acosta, 2012, 85)

La categoría de modelo extractivista-exportador, a veces sólo mencionado como modelo extractivista, es algo que se ha generalizado en América Latina y “que apunta a consolidar y ampliar aún más las brechas sociales entre los países del norte y del sur, basado en la extracción de recursos naturales no renovables, la extensión del monocultivo, la contaminación y la pérdida de biodiversidad” (Svampa, 2008, 4), teniendo como actores hegemónicos a las empresas transnacionales, a nivel global, y a los gobiernos, a nivel local.

La expansión del modelo extractivo-exportador, y los grandes proyectos de infraestructura como los contemplados en la IIRSA, se encuentra respaldada en una “ilusión desarrollista”, además de contar con bases normativas y jurídicas sentadas por las transformaciones que acontecieron en el Estado durante los años 90, visibilizando las continuidades, como así también las rupturas, del Consenso de Washington al Consenso de las Commodities (Svampa, 2011).

El primero, asentado sobre la valorización financiera y, el segundo, basado en la exportación de bienes primarios a gran escala. Si bien la explotación y exportación de bienes naturales no son actividades nuevas en la región, “en los últimos años del siglo XX, y en un contexto de cambio del modelo de acumulación, se ha venido intensificando la expansión de proyectos tendientes al control, extracción y exportación de bienes naturales, sin mayor valor agregado” (Svampa, 2011, 1).

Comprendemos al extractivismo como modelo de desarrollo, en su modalidad de inserción colonial, considerando que el pensamiento desarrollista, nacido en el capitalismo, se erigió en América Latina como un pilar fundamental de la CEPAL, al igual que sucedió con la integración. El “desarrollismo” comenzó a ocupar un lugar privilegiado en las propuestas que darían a la región la posibilidad de industrializarse para “salir del subdesarrollo”.

Esta idea hegemónica de desarrollo fue puesta en crisis por las críticas ambientalistas, provocando una revisión del paradigma de la modernización y cuestionando la visión productivista de desarrollo. Lo que provocó la modificación de la categoría, apareciendo el famoso “desarrollo sustentable”. Esa sustentabilidad era en realidad la preocupación de las corporaciones y los gobiernos por una posible escasez de materias primas, a lo que propusieron el avance y uso eficiente de tecnologías para garantizar un “desarrollo sustentable” (Svampa, 2014).

El nuevo ciclo revelado por Svampa (2014), también es explicado por Machado Aráoz (2013, 13), quien puntualiza que

[...] se aceleró el ingreso de grandes corporaciones ligadas a la exportación de materias primas; se incrementaron abruptamente las tasas de extracción de hidrocarburos, de yacimientos minerales, de recursos forestales y pesqueros; se expandieron las superficies de monocultivos de exportación; la radicación de fases industriales altamente contaminantes y/o intensivas en agua y energía, y los procesos de privatización y patentamiento de la diversidad biológica por parte de grandes laboratorios [...] Como un aspecto no menor, se avanzó, además, en el diseño de mega-obras de infraestructura y nuevos corredores transcontinentales (Plan Puebla-Panamá y la Iniciativa para la Infraestructura Regional Sudamericana –IIRSA) para asegurar la ‘conectividad’ de los territorios, la disponibilidad de agua y energía a los inversores y la plena movilidad de los ‘recursos naturales’.

La *ilusión desarrollista* es explicada por Bauer (2011), citando a Dussel, como una *falacia desarrollista*, lo que implica que la concepción de desarrollo que desarrolló Europa deberá ser asimilada por toda la

humanidad, de forma universal, lo que también implica la universalización de la razón occidental eurocéntrica, siendo al mismo tiempo un proceso racional-irracional, por la violencia y destrucción que conlleva, acumulando riqueza en un extremo y miseria, en el otro.

Dentro de la idea de desarrollo, también se encuentran las propuestas de infraestructura e integración, las cuales forman parte de las estrategias implementadas, cuyas “transformaciones implicaron una abrupta expansión territorial de las fronteras del capital sobre la vasta riqueza y diversidad ecológica de la región” (Machado Aráoz, 2013, 13).

Así, la exportación de la naturaleza es la base de un modelo económico y político que para el autor es necesario pensar y reflexionar a partir de sus orígenes, considerando al extractivismo como “producto histórico geopolítico de la diferenciación – jerarquización originaria entre territorios coloniales y metrópolis imperiales”; donde los primeros son considerados como meros espacios de saqueo y expolio para el abastecimiento de los segundos.

Al ser indisociable del capitalismo y la colonización, precisamos exponer el proceso de mercantilización y privatización de la naturaleza que desenvuelve el extractivismo impactando ambiental, económica, política, social, cultural y territorialmente. Sin embargo, el extractivismo, no sólo genera perjuicios al ambiente y por ende en la vida y alimentación de quienes habitan los territorios depredados por el modelo, también ataca otras formas de producción, de economía, y violenta directamente a quienes se resisten a que sus territorios sean ocupados y saqueados.

“La redefinición radical de las funcionalidades sociales y ecológicas de los territorios” (Machado Aráoz, 2009, 10), requiere pensar “[...] diversas clases y relaciones sociales que producen diferentes espacios y territorios. Por esa comprensión es que creemos que es importante utilizar una tipología de territorios. Relaciones y clases sociales producen diferentes territorios y espacios que se reproducen en permanente conflictualidad” (Fernandes, 2008, 3).

Fernandes también coloca la denominación de “transterritorios” a los que denomina como “un conjunto de territorios nacionales, entendido como espacio de gobernanza, en diferentes escalas. En los transterritorios, además de espacios de gobernanza, hay otros tipos de territorios, como la comunidad o las propiedades privadas comunitarias o capitalistas que producen conflictualidades por la disputa de los proyectos de desarrollo de la sociedad” (Fernandes, 2008, p. 3). Así expresa como esas conflictualidades

generan territorialidades de dominación (Ceceña, 2007) y territorialidades de la resistencia (Fernandes, 2008).

La categoría de conflicto fue fundamental en nuestro trabajo para analizar la emergencia de propuestas epistémicas y políticas de integraciones Otras. Cuando hablamos de conflictos, nos referimos a aquellos que fueron fruto de la apropiación extractiva de la naturaleza para su mercantilización. Conflictos que recibieron el apellido de “socio-ambientales”, por su dimensión social y ambiental, pero que también se caracterizaron como “territoriales”, por las disputas que tienen como principal motivación la defensa del territorio y la producción de formas de territorialización a partir de la resistencia.

La Unión de Asambleas Ciudadanas, quienes han inspirado este trabajo y, definen a sus procesos de resistencia como *luchas socioambientales, en defensa de la vida y los territorios*.

[...] estos conflictos socio-ambientales se plantean en términos de controversias derivadas de formas diversas —y muchas veces antagónicas— de valorización de la naturaleza, donde los valores políticos y culturales implicados desbordan el campo de la economía política, incluso de una economía política de los recursos naturales y servicios ambientales. (Leff, 2006, 22-23)

Para analizar los conflictos socio-ambientales/territoriales en el marco de la integración regional, contemplamos dos tipos de actores que valorizan de forma diferente a la naturaleza. Por “un lado, a los promotores de un emprendimiento extractivo, y por el otro, a quienes se oponen o denuncian”.

Según Gudynas, entre los primeros, se destacan las empresas, sean estas de actuación local o global, y los gobiernos, también en sus diferentes niveles (local, regional o nacional). Entre los que (se)resisten, se encuentran una diversidad de actores “desde comunidades campesinas o indígenas, pequeños agricultores, vecinos de ciudades, militantes en temas sociales o ambientales, etc. A su vez, éstos se articulan con otros actores locales que les apoyan desde la coincidencia en sus preocupaciones, la solidaridad o compromisos éticos” (Gudynas, 2014, 93).

Así, es que explicamos la decisión de que nuestro análisis sobre la integración se realice considerando la multiescalaridad de los conflictos -expuesta anteriormente- debido a que los actores que se encuentran involucrados, operan desde/en diferentes dimensiones. En la dinámica multiescalar, “lo global” y “lo local” se presentan como un proceso en el

que se cristalizan, por un lado, alianzas entre empresas transnacionales y Estados que promueven un determinado modelo de desarrollo y, por otro lado, resistencias de las comunidades locales que no comparten tal modelo, ni los estilos de vida que este impone (Svampa, 2008, 16).

La resistencia contra la apropiación capitalista de los territorios, la naturaleza y sus bienes comunes, también se caracteriza por la “dinámica de oposiciones, que resultan de diferentes valoraciones, percepciones o significados sobre acciones o circunstancias vinculadas con la sociedad y el ambiente, que discurre como un proceso que se expresa en acciones colectivas, donde los actores en oposición interaccionan entre sí en ámbitos públicos” (Gudynas, 2014, 87).

En este escenario, es donde podemos observar cómo las partes involucradas en el conflicto, además de estrategias, poseen concepciones antagónicas respecto al desarrollo –y la *integración*– que promueven la conflictividad. Esas concepciones diferentes se encuentran enmarcadas en racionalidades distintas, como lo explica Leff (2004) cuando expone que la racionalidad moderna es la racionalización económica del mundo, fundada en el proyecto científico de la modernidad y que ha llegado a los núcleos más íntimos de la naturaleza. Sin embargo, Leff (2004) continúa afirmando que los conocimientos basados en esa racionalidad que cosifica al mundo, desde una visión utilitarista e instrumental de la naturaleza, se encuentra en crisis y frente a la misma, emerge una racionalidad alternativa con carácter emancipatorio, crítico y transformador.

La racionalidad ambiental orienta las acciones sociales por los principios de la sustentabilidad, la autonomía, la autogestión, la democracia, la equidad y la participación. No es una racionalidad ecológica ceñida a los valores intrínsecos de la naturaleza que tanto reclaman el biocentrismo y el conservacionismo. De esta manera, las comunidades indígenas y campesinas están asociando sus luchas por legitimar sus derechos culturales con demandas por el acceso y la apropiación de la naturaleza, en las que subyacen estructuras de poder, valores culturales y estrategias productivas alternativas. La racionalidad ambiental orienta las acciones sociales por los principios de la sustentabilidad, la autonomía, la autogestión, la democracia, la equidad y la participación (Leff, 2004, 454).

Similar a lo postulado por Leff respecto a la racionalidad, Santos (1996) menciona la diferencia entre razón global y razón local, que podríamos identificar con los intereses –y actores– que entran en conflicto.

En el nivel global, las acciones, incluso las ‘desterritorializadas’, constituyen (la) norma de uso (o actuación) de los sistemas localizados de objetos (ubicados en cada lugar), mientras que en el nivel local, el territorio (en el que están la población y sus actividades), en sí mismo, constituye una norma para el ejercicio de las acciones. A partir de esos dos órdenes, se constituyen, paralelamente, una razón global (con el imperativo de la desregulación) y una razón local (los requerimientos de cada ciudad y región) que en cada lugar (del mundo) se superponen y, en un proceso dialéctico, unas veces se asocian y otras se enfrentan (Santos, 1996, 267).

Ante esta diversidad de luchas nos encontramos con un sujeto colectivo que no es homogéneo, y que incluso su potencialidad y fuerza ha estado abonada por la unión de esos pueblos afectados por el maldesarrollo. Ese “giro eco-comunitario” que nos presenta un “espacio en el cual convergen cada vez más la lucha de los movimientos campesinos, poblaciones indígenas y nuevos movimientos socioambientales” (Svampa, 2011, 185), todos en defensa del territorio y contra la mercantilización de la naturaleza y los bienes comunes que ésta provee.

Estos movimientos tienen algunas características en común, como la valoración del territorio como espacio de resistencia, la metodología de organización asamblearia, la multiescalaridad de los conflictos en los que se encuentran envueltos, la acción directa contra el Estado y las empresas transnacionales, además de “el cuestionamiento a un modelo de desarrollo monocultural y destructivo, y la exigencia de desmercantilización de los llamados “bienes comunes”. Estos procesos de movilización conducen a una concepción de la territorialidad, que se oponen radicalmente al discurso ecoeficientista y la visión desarrollista, propia de la narrativa dominante” (Svampa, 2008, 11).

Unión de Asambleas Ciudadanas

Por lo descrito anteriormente, es que hemos tomado la decisión de estudiar a la Unión de Asambleas Ciudadanas surgida en Argentina, a partir de los conflictos socio-ambientales/territoriales. Sus características de movimiento territorial anti extractivista, y sus formas de articulación en el tiempo y el espacio, hacían de la UAC un fenómeno político susceptible de conocer en lo académico, en lo personal y en lo político. En la investigación abordamos sus particularidades y la dimensión de la integración en relación a la construcción de vínculos para la resistencia.

La UAC es una instancia nacional de coordinación asamblearia que nace en el año 2006 en Argentina⁵. En el 2017, cuando se realizó esta investigación, se encontraba conformada por más de ochenta organizaciones sociales, territoriales, artísticas y asambleas socio-ambientales y/o ciudadanas de distintos puntos del país, de Chile y Uruguay (Cerutti y Silva, 2011, 2). Esta articulación se constituyó en una expresión del movimiento socio-ambiental, aunque sus miembros lo denominan como un movimiento en defensa del territorio, emergente en oposición a la expansión de un modelo basado en la reprimarización de la economía y la sobre-explotación de los recursos naturales.

Se proponía ser un espacio donde profundizar la unidad para la organización, un encuentro entre las luchas cotidianas de las distintas regiones del país frente a las megaminerías, las pasteras, las represas, las petroleras, los monocultivos, los agrotóxicos, la deforestación de bosques, la contaminación urbano industrial, la destrucción de los humedales, los megaemprendimientos inmobiliarios, los planes de integración para el saqueo, la privatización y extranjerización de la tierra, la expropiación de territorios a comunidades originarias, con sus avances depredadores del medio ambiente, la cultura y las comunidades. Entre sus consignas se encontraba el *NO a la Iniciativa para la Integración de Infraestructura Regional Sudamericana* (IIRSA) y *SI a la integración de los pueblos hermanos y articulación de las luchas* (Documento Oficial de la UAC, 2011, 9).

Este colectivo de colectivos, o “asamblea de asambleas”⁶, también se proponía luchar contra la criminalización y judicialización de la protesta social y la militarización de los territorios en conflicto (Documento Oficial de la UAC, 2011, 1), existiendo al mismo tiempo lazos de solidaridad con conflictos ocurridos en otras latitudes de América Latina y el Caribe.

5 Nació oficialmente (aunque ya se venía gestando) el 21 de julio de 2006 en Colonia Caroya, Córdoba. La idea de esa primera reunión más estructurada (antes habían impulsado una articulación de todas las asambleas que se oponían a la megaminería a cielo abierto, pero fue de manera más informal) fue generar una instancia de encuentro para colectivos de distintos puntos de la Argentina que llevaron a cabo diferentes luchas. Para armar la UAC, las asambleas se habían juntado en el Foro Nacional de Pueblos Autoconvocados Ambientalistas, pero que además se había armado a propósito de la Cumbre de Presidentes del Mercosur que se hizo en Córdoba. En ese momento, la gente de Córdoba fue anfitriona, pero además hubo representantes de asambleas de la Cordillera (la mayoría lucha contra los proyectos megaminerías) e integrantes de tres asambleas de las orillas del río Uruguay que ya se juntaban para oponerse a la instalación de las papeleras. La idea fue, desde un comienzo, que los encuentros fueran cuatrimestrales (Fiocheta, 2013).

6 Expresión presente en la convocatoria del 27º Encuentro de la Unión de Asambleas Ciudadanas. Disponible en: <http://27encuentrouac.blogspot.com.br/2016/11/convocatoria-27-encuentro-union-de.html>

Aranda (2015) dedica una sección a las Asambleas, resaltando el protagonismo de la Unión de Asambleas Ciudadanas en Argentina, la cual reúne a decenas de organizaciones y espacios asamblearios de todo el país. Destaca que si bien participan activistas contra pasteras, organizaciones campesinas, pueblos fumigados con agroquímicos, sobresalen los espacios de lucha contra la megaminería. Lo define como “un espacio de encuentro y articulación de luchas” donde “se gestan acciones que defienden el territorio, exigen derechos a gobiernos y enfrentan –en total desigualdad de condiciones– a las corporaciones extractivas más grandes del mundo” (Aranda, 2015, 424).

En la novena UAC, comenzó a discutirse la conformación de las regionales [...]. Surgió de aquellos que se vieron obligados a dar un paso adelante y ajustar la coordinación en territorios concretos. Así, a medida que se fueron fortaleciendo los vínculos se cristalizó la conformación de territorios regionales con repertorios de acción cada vez más específicos en concordancia con las particularidades de cada zona (Cerutti y Silva, 2011, 7).

De esta manera, fuimos tejiendo un marco de análisis que nos permitió explicar que “la lucha contra el extractivismo no se trata sólo de una lucha ambiental. Es una acción que cuestiona el paradigma de supuesto desarrollo, interpela al poder político y económico, y desnuda los límites conservadores de la democracia actual” (Aranda, 2015, 27).

“Asamblear el mundo”⁷

Repensar la integración para la resistencia contra el extractivismo es una tarea que entendemos, debemos hacerla desde esos territorios, escenarios de saqueo y resistencia. Pisar esos suelos, mirar esas paredes colmadas de denuncias contra Estado y empresas, oler el aroma que emana de los árboles autóctonos bajos los cuales las asambleas se reúnen y escuchar los cánticos de cada movilización que organizan en el pueblo, son las maneras que encontramos de sentir y pensar esas luchas, sus protagonistas y territorios.

Diciembre del año 2016 y enero del 2017, fueron meses colmados de días en donde el diálogo con luchadores/as fueron las principales formas de conocer sobre la situación del extractivismo en Argentina desde los años

7 Expresión acuñada en el Encuentro Nacional de la UAC en la provincia de La Rioja en el año 2017. Disponible en: <http://asambleasciudadanas.org.ar/2016/12/asamblear-el-mundo/>

90. La participación en talleres junto a quienes sienten-piensan-resisten el modelo de saqueo imperante, viajes a sus localidades de hábitat y lucha, al pie de los cerros cordilleranos, marchas⁸, panfleteadas⁹, cortes de ruta¹⁰ y encuentros, nos permitieron sentir en la piel la organización que despacito y desde abajo, se venía gestando en los rincones del NOA, en paralelo a toda Argentina, y simultáneo a cientos de procesos similares en América Latina y el Caribe.

Durante el Encuentro¹¹ que las asambleas realizaron en conmemoración de los 10 años de su conformación como Unión de Asambleas Ciudadanas, tuvimos la oportunidad de compartir un taller sobre “Infraestructura del saqueo”, presentando los Ejes de Integración y Desarrollo pensados en la IIRSA, su mutación al COSIPLAN, sus articulaciones con espacios como ZICOSUR y su vinculación con el Plan Belgrano Cargas. Pensar esa Infraestructura del Saqueo a sólo metros de la concreción de una de las obras que contempla y sentados sobre territorios ubicados en la provincia de La Rioja, nos permitió discutir y comprender el uso que pretenden dar a nuestros territorios.

Fue fundamental para la problematización de la integración regional, exponer cómo los proyectos de IIRSA atravesaban a Nuestramérica como puentes que pretenden conectar Océanos y no pueblos, para así, concluir pensando la integración desde las Asambleas de las cuales, los y las presentes eran parte y daban vida a esas Asambleas que han trascendido límites formales, conectando territorios y pueblos.

8 Durante el viaje a las comunidades participamos de movilizaciones en Santa María (Catamarca), Fiambalá (Catamarca) y en La Rioja (ciudad capital de La Rioja).

9 Además de participar en movilizaciones colaboramos con las asambleas en la difusión de actividades y de los peligros que significaban para el pueblo la instalación de nuevos proyectos mineros.

10 Durante nuestra estadía en Chilecito (La Rioja) y Nonogasta (La Rioja) acompañamos un corte de ruta organizado por la Asamblea el Retamo de Nonogasta, contra la Curtiembre contaminante que hace años contamina el agua y el aire del pueblo, generando altos índices de muertes y enfermedades en la población.

11 Tuvimos el honor de participar de Encuentros de discusión sobre la situación del extractivismo, en general, y de la minería, en particular, considerando los cambios de gobierno y la emergencia de nuevos conflictos.

Foto 1 - Momento del taller donde los participantes identifican los Ejes de Saqueo y Dependencia



Fuente: Archivo fotográfico de los caminos compartidos con quienes construyen la UAC Desde una construcción popular, con una razón ambiental antagónica a la razón moderna económica promotora del discurso desarrollista, un movimiento territorial como la Unión de Asambleas Ciudadanas edificaba concepciones críticas a la integración regional hegemónica, y pensaba las bases de “otra integración posible”, “desde abajo”.

Foto 2 - Reflexiones de miembros de la Unión de Asambleas Ciudadanas al finalizar el taller “Infraestructura del Saqueo” en el Encuentro Nacional de la UAC. Diciembre, 2016.



Fuente: elaboración propia a partir de las reflexiones de quienes participaron del taller.

Luego de exponer sus reflexiones sobre la integración, los y las invitamos a rodear la tela sobre la cual habíamos marcado al IIRSA y sus Ejes de Saqueo y Dependencia, y en conjunto concluimos pensando que para frenar ese avance del modelo extractivista, era indispensable la integración de los pueblos. En círculo, levantamos las cintas de colores que marcaban las venas abiertas de América Latina en la tela, y las usamos para unirnos a través de ellas. Para finalizar, invitamos a apropiarse de esa superficie y marcar ese territorio, ahora no por el IIRSA, sino por los sentires-pensares que compartimos en ese momento.

Foto 3 - Pintura colectiva posterior al taller



Fuente: Archivo fotográfico de los caminos compartidos con quienes construyen la UAC

Referencias bibliográficas

Acosta, A. (2012). Extractivismo y Neoextractivismo: dos caras de una misma monea. En: Más allá del desarrollo. Disponible en: http://rosalux.org.mx/docs/Mas_alla_del_desarrollo.pdf Acceso: 10 de junio de 2015.

Alimonda, H. (2011). La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. Em: La Naturaleza Colonizada. Ecología política y minería en América Latina. CLACSO. Alimonda, H. Una herencia en Comala (apuntes sobre ecología política latinoamericana y la tradición marxista). Ambiente y Sociedade – Ano IV – N°9 – 2001. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16874.pdf> Acceso: 2 de mayo de 2017.

Álvarez, L.; Grigera, J. (2013). Extractivismo y acumulación por desposesión. Un análisis de las explicaciones sobre agronegocios, megaminería y territorio en la Argentina de la posconvertibilidad. Theomai. .

Aranda; D. (2015). Tierra Arrasada. Petróleo, soja, pasteras y megaminería. Radiografía de la Argentina del siglo XXI. Editorial sudamericana. 2015.

Asamblea Riojana Capital (2013). Encuentro Regional Cuyo NOA de la UAC. 16 de septiembre. Disponible en: <http://comunicadosasamblea-riojanacapital.blogspot.com.br/2013/09/encuentro-regional-cuyo-noa-de-la-uac.html> Acceso 19 de marzo de 2017.

Bauer, C. (2011). Diccionario Crítico al Eurocentrismo. Otra herramienta del nuevo pensamiento emergente. Universidad Nacional de Córdoba.

Calderón-Contreras, R. (2013). Ecología política: hacia un mejor entendimiento de los problemas socioterritoriales. *Economía, Sociedad y Territorio*, XIII(42):561-569. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11126608009> Acceso: 6 de mayo de 2016.

Cancino Cadena, A.; Albornoz Herrán, C. (2007). La integración regional como instrumento de desarrollo para América Latina. *Colombia Internacional*, 66:120-146.

Ceceña, A. E. (2008). Políticas de Seguridad y Hegemonía en América Latina Epistemologías Insurgentes, Democracia y Emancipación. En *Jornadas por la Democracia. Emancipaciones en un contexto militarizado. Epistemologías insurgentes, seguridad*. Septiembre.

Ceceña, A.; Aguilar, P.; Motto, C. (2007). *Territorialidad de la dominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA)*. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica.

Cerutti, D.; Silva, M. (2011). Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC): Cinco años de resistencia y lucha socioambiental. *Estante Prisma*. 1(2)). Disponible en: <http://www.huma.unca.edu.ar/revistarena/images/stories/masimágenes/estantes/documents/NRO2-1-2011/PRISMA/Cerutti-Silva.pdf> Acceso: 10 de mayo de 2016.

Escobar, A. (2011). Ecología Política de la Globalidad y la Diferencia. En *La naturaleza Colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. CLACSO.

Galeano, E. (1971). *Las venas abiertas de América Latina*. Uruguay.

Gudynas, E. (2014). Conflictos y extractivismos: conceptos, contenidos y

dinámicas. *Decursos, Revista en Ciencias Sociales*, 27-28: 79-115. Disponible en: <http://extractivismo.com/wp-content/uploads/2016/07/Gudynas-ConflictosExtractivismosConceptosDecs14.pdf>

Gudynas, E. (2005). El “regionalismo abierto” de la CEPAL: insuficiente y confuso. *Observatorio Hemisférico*, 28 de septiembre. Disponible en: <http://www.integracionsur.com/americalatina/GudynasRegionalismoAbiertoIrc.pdf>

Gudynas, E. (2002). La Ecología Política de la Integración: reconstrucción de la ciudadanía y regionalismo autónomo. En Alimonda, H. (comp.), *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 137-152.

Gudynas, E. (2001). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. en AA. VV., *Extractivismo, política y sociedad*, Quito: CAAP-CLAES, 187-225.

Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume. Harvey, D. (2013). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.

Lander, E. (2004). ¿Modelos alternativos de integración? Proyectos neoliberales y resistencias populares. *Revista OSAL*, V(15).

Lander, E. (2014). El neoextractivismo como modelo de desarrollo en América Latina y sus contradicciones. Disponible en: <https://mx.boell.org/sites/default/files/edgardolander.pdf>

Leff, E. (2004). El Retorno del Orden Simbólico: La capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales del desarrollo sostenible. En Leff, E., *Racionalidad Ambiental: La reapropiación social de la naturaleza*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Leff, E. (2006). La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. En Alimonda, H., *Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO.

Machado Aráoz, H. (2009). Ecología política de la modernidad. Una mirada desde Nuestra América. 2009.

Machado Aráoz, H. (2015). Conflictos socioambientales y disputas civilizatorias en América Latina: Entre el desarrollismo extractivista y el Buen Vivir. Crítica y Resistencias. *Revista de conflictos sociales latinoamericanos*. 1(1).

Machado Aráoz, H. (2014). *Potosí, el origen. Genealogía de la minería contemporánea*. Mardulce.

Machado Aráoz, H. (2011). El auge de la minería transnacional en América Latina. De la Ecología Política del Neoliberalismo a la Anatomía Política del Colonialismo. En *La Naturaleza Colonizada. Ecología Política y minería en América Latina*. CLACSO.

Machado Aráoz, H. (2013). Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: Las paradojas de Nuestramérica en las fronteras del extractivismo. Disponible en: http://observatoriomendoza.com.ar/wp-content/uploads/2015/07/MACHADO_ARAOZ-Crisis_ecol%C3%B3gica_conflictos_socioambiental-es_y_orden_neocolonial.pdf. Acceso: 1 de julio de 2016.

Machado Aráoz, H. (2013). Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 34, pp. 11-43, Abril de 2013. ISSN 1676-8965 Disponible en: http://observatoriomendoza.com.ar/wp-content/uploads/2015/07/MACHADO_ARAOZ-Orden_neocolonial_extractivismo_y_ecolog%C3%ADa_pol%C3%ADtica_de_las_emociones.pdf. Acceso: 1 de julio de 2016.

Maia, Lucas (2015). Epistemologia política em Milton Santos: a noção de Estado. *Élisée. Revista de geografia da UEG*. Disponible en: <http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/4181/2843> Acceso 3 de junio de 2016.

Mercado Mott, M.; Guanaes, S. (2017). IIRSA y ZICOSUR en el Norte Argentino: ¿Infraestructura para La integración o integración para la infraestructura? *Revista Hegemonía*. N° 20.

Palestini Céspedes, S. (2012). Regímenes de Integración Regional: la construcción institucional de los mercados del sur global. *Revista de Sociología*, 27:55-78. <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/27/2703-Palestini.pdf>

Santos, M. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (2007). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo. EDUSP.

Santos, M. (2013). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. (2013). *Técnica, espaço e tempo: globalização e médio técnico-científico-informacional*. São Paulo. Editora da Universidade do São Paulo.

Seoane, J. (2011). Para uma cartografia del Modelo extractivo-exporta-

dor. Mapas de las resistências, desafíos de las alternativas. *Batalla de Ideas*. 2(2):34-53.

Seoane, J. (2001). De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y Futuro del movimiento anti- mundialización neoliberal. En: *Resistencias Mundiales. De Seattle a Porto Alegre*. CLACSO.

Silveira, M. L. (2011). Território usado: dinâmicas de especialização dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, XV(1).

Svampa, M. (2011b). Modelos de desarrollo, cuestión ambiental y giro ecoterritorial. En *La Naturaleza Colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

Svampa, M. (2014). ¿El desarrollo en cuestión? Algunas coordenadas del debate latinoamericano. En *Saltar la barrera. Crisis socio-ambiental, resistencias populares y construcción de alternativas latinoamericanas al neoliberalismo*. Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz / Fundación Rosa Luxemburgo.

Svampa, M. (2012). Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina. Disponible en: <http://maristellassvampa.net/archivos/ensayo59.pdf>

Svampa, M. (2008). La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes. Disponible en: <http://www.maristellassvampa.net/archivos/ensayo43.pdf>

Svampa, M. (2011). Pensar el desarrollo desde América Latina. Disponible en: <http://www.maristellassvampa.net/archivos/ensayo56.pdf>

Unión de Asambleas Ciudadanas (2012). Cuadernillo de la Unión de Asambleas Ciudadanas. “Construyendo Caminos Colectivos en Defensa de Nuestros Territorios”. Disponible en línea: <http://asambleasciudadanas.org.ar/wp-content/uploads/2012/09/CuadernilloUACpara-imprimir.pdf>. Consultado el 20-07-2015.

Unión de Asambleas Ciudadanas (2016). 10 años de luchas socioambientales. Asamblear el mundo. 16 de Diciembre. Disponible en: <http://asambleasciudadanas.org.ar/2016/12/asamblear-el-mundo/> Acceso 20 de marzo de 2017.

Zibechi, R. (2006). IIRSA: La integración a la medida de los mercados. Sección: Megainfraestructuras en profundidad. *Revista Ecología Política*. <http://www.ecologiapolitica.info/webAntiga/ep/31.pdf>

Capítulo 7

Problemas de integración en América Latina y el Caribe ¿seguiremos siendo el patio trasero de los Estados Unidos?

Integration problems in Latin America and the Caribbean: will we continue to be the backyard of the United States?

Problemas de integração na América Latina e no Caribe: Continuaremos sendo o quintal dos Estados Unidos?

Roberto Urgellés González (ISRI)

RESUMEN: La integración de América Latina y el Caribe ha sido un tema central en diversas investigaciones y debates a lo largo del tiempo, siendo un anhelo de importantes líderes como Bolívar, Martí, Chávez y Fidel Castro, quienes advirtieron que una región desunida sería vulnerable al dominio de potencias como Estados Unidos. Este trabajo destaca los problemas de integración que han caracterizado a la región, la necesidad de alcanzarla y las posibles alternativas para lograrlo. Se emplean métodos teóricos y empíricos como análisis- síntesis, el método histórico-lógico y entrevistas a informantes clave, que permitieron obtener resultados con rigor científico. Se realizó inicialmente una caracterización de la región, evidenciando su alto nivel de desigualdad y pobreza en contraste con su enorme potencial, para luego analizar el papel de Estados Unidos y la influencia de actores externos como China. Se concluye con los retos, desafíos y perspectivas de desarrollo que enfrenta la región.

Palabras claves: América Latina y el Caribe; Integración; Estados Unidos de América y otros actores externos.

Abstract: The integration of Latin America and the Caribbean has been a central theme in various research projects and debates throughout history, representing a long-held aspiration of important leaders such as Bolívar, Martí, Chávez and Fidel Castro, who warned that a disunited region would be vulnerable to the domination of powers like the United States. This work highlights the integration challenges that have characterized the region, the need to achieve it, and possible alternatives for doing so. It employs theoretical and empirical methods such as analysis-synthesis, the historical-logical method, and interviews with key

informants, which allowed for rigorous scientific results. The study begins with a characterization of the region, revealing its high levels of inequality and poverty in contrast to its enormous potential. It then analyzes the role of the United States and the influence of external actors such as China, concluding with the challenges, obstacles, and development prospects facing Latin America and the Caribbean.

Key words: Latin America and the Caribbean; integration; United States of America and other external actors.

RESUMO: A integração da América Latina e do Caribe tem sido um tema central em diversos projetos de pesquisa e debates ao longo da história, refletindo as aspirações de importantes líderes como Bolívar, Martí, Chávez e Fidel Castro, que alertaram que uma região desunida seria vulnerável à dominação de potências como os Estados Unidos. Este artigo destaca os problemas de integração que caracterizam a região, a necessidade de alcançá-la e possíveis alternativas para tal. Métodos teóricos e empíricos são empregados, incluindo análise-síntese, o método histórico-lógico e entrevistas com informantes-chave, o que permitiu a obtenção de resultados com rigor científico. Uma caracterização inicial da região foi realizada, destacando seu alto nível de desigualdade e pobreza em contraste com seu enorme potencial. O papel dos Estados Unidos e a influência de atores externos como a China são então analisados. O artigo conclui com os desafios, obstáculos e perspectivas de desenvolvimento que a região enfrenta.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina e Caribe; Integração; Estados Unidos da América e outros atores externos.

Introducción

América Latina y el Caribe es una región bendecida no solo por su clima y sus riquezas naturales, sino también por su cultura e historia. Fue cuna de insignes personalidades como Simón Bolívar, José Martí, Antonio José de Sucre, José de San Martín, Emiliano Zapata, Ernesto Guevara y Fidel Castro, entre otros, que dedicaron sus vidas a la independencia de nuestros pueblos. Sin embargo, a pesar de compartir similitudes en muchos aspectos, no ha logrado la tan anhelada integración que permita el desarrollo de sus pueblos y garantice el pleno gozo de los Derechos Humanos consagrados por la Carta de las Naciones Unidas; el papel jugado en ello por los Estados Unidos de América (EE.UU.) ha sido decisivo.

El objetivo de este trabajo es poner de relieve los problemas de integración que han caracterizado a América Latina y el Caribe, la necesidad de esta y las posibles alternativas para lograrlo. Para cumplirlo se emplearon métodos y técnicas de investigación, tanto teóricos, como empíricos, entre los que destacan el análisis, la síntesis, el método histórico-lógico y entrevistas a informantes clave. Su empleo combinado y racional permitió obtener resultados que cuentan con rigor científico.

Entre los resultados principales obtenidos se encuentran los análisis realizados en relación a los intentos de integración de la región y los obstáculos que lo han limitado, además de realizar análisis críticos sobre las valoraciones realizadas por importantes autores que han abordado el tema. Concluye la investigación con los retos, desafíos y alternativas de desarrollo para ALC, donde, a nuestra consideración, la región debe mirar hacia otras potencias como China y Rusia, estrechar sus relaciones a lo interno, además de atender a las necesidades cada vez más imperiosas de sus pueblos.

Para realizar la presente investigación se aplicaron un conjunto de métodos y técnicas que respondieron a dos etapas de la misma. Se emplearon el análisis histórico- lógico, la deducción- inducción, así como el análisis y la síntesis para establecer las principales tendencias que en la actualidad existen sobre el sistema categorial. La entrevista a informantes clave permitió constatar los elementos obtenidos sobre el objeto de estudio.

América Latina y el Caribe: pobreza, inequidad, riquezas y... ¿algo más?

Según definiciones de la ONU y otros organismos regionales e internacionales, conforman la América Latina y el Caribe (en lo adelante ALC) alrededor de 47 países (otras fuentes lo estiman en 46), agrupados en tres subregiones: América Central, América del Sur y el Caribe. Estos países se consideran como una región porque comparten características geográficas, culturales, históricas y lingüísticas; también por razones históricas y geopolíticas. Desde el punto de vista geográfico incluye a la mayoría de los países del continente americano.

La CEPAL (2024) estima que la población total de América Latina y el Caribe era de 663 millones en 2024, representando más del 63 % del total del continente americano, el cual contaba en esa fecha con un estimado de 1,045 millones de personas.

Organismos internacionales como el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) han dado cuenta de que América Latina y el Caribe es la región más desigual del mundo. Por su parte Ferriol (2010), citando informes de la CEPAL de 2000 y 2003, plantea que donde la inequidad ha sido una característica de la mayoría de los modelos de desarrollo que han predominado, que se refleja en estructuras económicas, sociales, de género y étnicas altamente segmentadas que se reproducen intergeneracionalmente; el modelo de globalización neoliberal ha acentuado la cuestión. El 10% más rico de la población en ALC recibe en promedio 12 veces más ingresos que el 10% más pobre, una brecha significativamente mayor que la de los países desarrollados.

Según la CEPAL alrededor de 172 millones de personas en la región no cuentan con suficientes ingresos para cubrir sus necesidades elementales, mientras que el porcentaje de la población en situación de pobreza en 2023 fue del 27,3% y la tasa de pobreza extrema alcanzó un 10,6%.

Por su parte, la pobreza en ALC ha afectado más a las mujeres que a los hombres en edad laboral y el porcentaje de niñas, niños y adolescentes en situación de pobreza ha sido considerablemente más alto que el de otros grupos etarios. La pobreza también es mayor en las zonas rurales (39,1%) que en zonas urbanas (24,6%).

Señala también la CEPAL que la distribución de la riqueza en ALC es significativamente más desigual que la del ingreso y expone que en 2021, el 10% de las personas de mayores ingresos concentraba el 66% de la riqueza total y el 1% más rico concentraba el 33%. Su informe de 2024 asegura que en la región persisten altos niveles de desprotección social. En 2022, 1 de cada 4 hogares (23,5%) carecía de acceso a la protección social, tanto contributiva como no contributiva, en 14 países de América Latina. Esta proporción se elevaba a 1 de cada 3 hogares (36,5%) en el quintil de menores ingresos y en áreas rurales (29%).

Según Dolores y Lucila (2022) el 50% más pobre de la población apenas accede al 10% de los ingresos, mientras que el 10% más rico concentra el 55%. En términos de riqueza, la concentración es aún mayor: el 10% más rico acumula el 77-80%, y el 50% más pobre el 1%”.

Acota la CEPAL que para avanzar en la erradicación de la pobreza se requiere establecer un estándar de inversión para la protección social no contributiva de entre 1,5% y 2,5% del PIB o entre 5% y 10% del gasto público total. En promedio, los Ministerios de Desarrollo Social de 20

países de América Latina y el Caribe gastaban en la protección social no contributiva 0,8% del PIB o 3% del gasto público total en 2022.

En tal sentido el autor considera que, en primer lugar, debe haber voluntad política para luchar contra la pobreza, cuestión que, a nuestro juicio sigue siendo asignatura pendiente en la mayor parte de los países de América Latina y el Caribe.

A pesar de que se plantea que “América Latina y el Caribe es una región dinámica, llena de oportunidades, que se transforma permanentemente frente a las adversidades y que el Banco Mundial colabora con los gobiernos, el sector privado y la sociedad civil en favor de la prosperidad y el desarrollo económico”, además de su “atractivo para los inversionistas extranjeros, ya sea por el dinamismo de sus mercados internos, su abundancia de recursos naturales o sus ventajas como plataforma de exportación a terceros mercados” (Rosales, 2014), lo cierto es que cada vez la región se sume en más pobreza producto de las políticas de los gobiernos de turno y especialmente de los EE.UU..

Según el Banco Mundial (2023) aunque ALC redujo la pobreza en las últimas décadas, sigue siendo la región más desigual del mundo. La concentración de la tierra y la riqueza en pocas manos limita el desarrollo inclusivo. El Banco Mundial para América Latina estimó que las soluciones a largo plazo para crear economías resilientes requieren de la creación de empleos de calidad. El mercado laboral de la región enfrenta el desafío de transformarse ante el desarrollo de nuevas tecnologías, sumado a otros retos como la baja productividad, las deficiencias en la educación y la brecha en las habilidades de los trabajadores.

Lo cierto que estas problemáticas existen y se encuentran estrechamente relacionadas, aunque es válido decir que la creación de “empleos de calidad” no puede lograrse si no se logran mejores niveles de desarrollo económico, sobre todo la industrialización de los Estados; de la misma manera mientras la brecha entre ricos y pobres siga ensanchándose, las oportunidades para la mayor parte de la población laboralmente activa serán menores. En cuanto a las “deficiencias en la educación” es lógico que existan y se mantengan mientras haya un abismo entre ricos y pobres; si no hay educación, no puede haber desarrollo de las fuerzas productivas.

Todo lo anterior responde a las diferencias de clase que se mantienen e incluso se han profundizado como resultado de la aplicación de políticas neoliberales aplicadas por gobiernos marcadamente antidemocráticos cuyos intereses han estado alineados con los de las grandes corporaciones.

Los problemas persistentes en cuanto al acceso a diferentes servicios, empleo, educación, salud y los recortes que se han manifestado en muchos países respecto del gasto social, para supuestamente rescatar la economía, así lo demuestran.

Pese a todo lo valorado hasta aquí, cabría preguntarse por qué ALC tiene una situación económica tan difícil cuando, analizada en su integralidad, tiene enormes potencialidades que la podrían ubicar entre las zonas de más rápido crecimiento a nivel global. Visto desde las particularidades se puede entender lo anteriormente expuesto. Como asegura Rosales (2014):

La abundante dotación de recursos naturales de la región constituye otro activo estratégico. En minería, por ejemplo, Chile es el mayor productor mundial de cobre, mientras que el Brasil es el tercer productor mundial de hierro. México es el primer productor de plata y el quinto de molibdeno y de plomo de mina. El Perú se ubica entre los primeros productores mundiales de plata, cobre, oro y plomo. El Estado Plurinacional de Bolivia es el cuarto productor de estaño de mina y el sexto productor de plata. Por su parte, Colombia es el séptimo productor de níquel refinado, Cuba es el octavo productor de níquel de mina y Jamaica, el séptimo productor de bauxita. Entre 1990 y 2012, aumentó en forma significativa la participación de la región en la producción mundial de oro, molibdeno de mina y cobre de mina, y también se incrementó, en menor proporción, la participación en el caso del cobre refinado (véase el cuadro IV.4). En materia energética, América Latina y el Caribe fue en 2012 la segunda región con mayores reservas petroleras probadas (después de Oriente Medio), equivalentes a un 20% del total. Estas se concentran principalmente en la República Bolivariana de Venezuela, que poseía el 88% de las reservas probadas de la región a fines de 2012 (British Petroleum, 2013). (Ver Anexo 3)

Agrega Rosales:

América Latina y el Caribe es también una destacada potencia agrícola, pues concentra el 52% de la producción mundial de soja, el 16% de la de carne y maíz, y el 11% de la de leche (véase el cuadro IV.5). Asimismo, posee un tercio de las reservas mundiales de agua dulce (véase el gráfico IV.5) y un 15% de la superficie agrícola mundial (véase el cuadro IV.6). Por otra parte, la región posee una gran reserva de biodiversidad, principalmente en la Amazonia. Seis de los 17 países denominados megadiversos en el mundo pertenecen a la región: Brasil, Colombia, Ecuador, México, Perú y Venezuela (República Bolivariana de Venezuela).

Debido a este conjunto de factores, la región, y América del Sur en particular, está llamada a desempeñar un rol estratégico en la seguridad alimentaria mundial durante las próximas décadas.

Y concluye: En síntesis, desde el punto de vista de su inserción económica internacional, la región presenta entre sus principales fortalezas un atractivo mercado interno y una abundante dotación de recursos naturales, tanto renovables como no renovables. Entre sus principales debilidades se cuentan una insuficiente inserción en la economía del conocimiento y una participación poco dinámica en el comercio internacional. Estos dos últimos aspectos están estrechamente vinculados, como lo muestra la prevalencia en la canasta exportadora regional de las materias primas y de las manufacturas basadas en bajos costos laborales.

Portillo (2012) coincide con otros autores (Ceceña, 2002; Lecay, 2005) en que:

ALC que no sólo es un subcontinente políticamente fragmentado, sino inmensamente rico en recursos naturales y materias primas, que lo convierten en un escenario propicio para las rivalidades de poder. En tal sentido, basta comprobar cómo la inversión en proyectos de explotación minera en América Latina y el Caribe es la mayor del mundo, con el 32% del total; América Latina y el Caribe es una de las regiones de bosques más importantes del planeta, pues posee cerca de un cuarto de la cubierta forestal, con unos 834 millones de hectáreas de bosques tropicales y 130 millones de hectáreas de otros tipos de bosques, tanto templados y secos, como costeros y montañosos; un país como Venezuela cuenta con el mayor depósito de crudo en el mundo, en tanto que los hallazgos de yacimientos de petróleo y gas en Brasil son cada vez más cuantiosos; la megadiversidad de varios países latinoamericanos y caribeños es notoria: Brasil tiene 55 mil plantas raras, Colombia 45 mil, México y Perú 20 mil cada uno, y Venezuela, Bolivia y Ecuador entre 15 y 20 mil cada uno; el denominado Sistema Acuífero Guaraní es uno de los reservorios de agua subterránea más grandes del mundo, encontrándose en el subsuelo de un área de alrededor de 1.190.000 km² (superficie mayor que las de España, Francia y Portugal juntas), por lo que también en un momento se lo denominó el Acuífero Gigante del Mercosur.

Según el PNUMA (2020) ALC posee el 60 % de la biodiversidad mundial, además, cuenta con grandes reservas de litio (Triángulo del litio: Argentina, Bolivia y Chile), así como un gran potencial en energía eólica, solar e hidroeléctrica.

Todo lo anterior demuestra que ALC tiene potencialidades para desarrollarse e incluso cooperar en el desarrollo de otras regiones, sin

embargo, ello no se ha logrado. Coincidimos con Portillo en que a las fortalezas [...] que presenta la región, se contraponen las lógicas debilidades derivadas de las rivalidades de poder que existen a lo interno de cada Estado y que dificultan su gobernabilidad y el desarrollo de sus sociedades, y su participación en los procesos de integración. Agrega que, a las rivalidades de poder en el territorio, a lo interno de los Estados [...], se unen las rivalidades que existen entre dichos Estados.

Nosotros agregaríamos que otra de las causas decisivas, que es transversal también a lo planteado por Portillo, es el dominio hegemónico que por años han mantenido los EE.UU.; ello lleva un análisis aparte.

Influencia de los Estados Unidos y otros actores externos en la región de ALC

Nadie puede negar que los EE.UU. han sido el principal causante de la situación económica de ALC. Años de explotación y saqueo de sus recursos naturales, así como la intervención sistemática en los asuntos internos de los países que no se han alineado a sus intereses, son las políticas más empleadas para mantener la hegemonía en la región.

Bolívar, José Martí, Hugo Chávez y Fidel Castro, alertaron de las apetencias imperiales sobre los países del área. Diversos instrumentos o mecanismos de dominación respaldan la tesis expuesta, destacando entre ellos la Doctrina Monroe (1823) que sentó las bases de la influencia norteamericana en la región y justificó y legalizó las intervenciones para contrarrestar la “influencia” europea, pero, sobre todo, para imponer su control (Grandin, 2015).

Los EE.UU tuvieron un papel decisivo en la desestabilización o derrocamiento de varios gobiernos democráticos que se contraponían a sus intereses, ejecutando o apoyando golpes de Estado, operaciones encubiertas, apoyo a fuerzas opositoras y presión económica, política y diplomática. Se pueden mencionar los casos de Guatemala en 1954 con el derrocamiento de Jacobo Arbenz; Nicaragua en la década de 1980 con el financiamiento de los contras para derrocar a Daniel Ortega; Brasil en 1964 y Chile en 1973 con el apoyo a los golpes de Estado contra Joao Goulart y Salvador Allende, respectivamente, entre otros. En lo que va del siglo XXI han apoyado acciones de todo tipo contra Venezuela, Bolivia, Argentina, Honduras y Cuba, fundamentalmente.

Herrera, citando a Hernández (2000) plantea que las ideas expansionistas de los EE.UU., expresadas en la teoría del Destino Manifiesto, han sido un factor limitante para el fortalecimiento de los procesos de integración, al anteponer sus intereses, procurando debilitar la posibilidad que América Latina y el Caribe, se constituyan en un bloque de poder único de negociaciones, frente a los países desarrollados, en el marco del comercio internacional y los temas propios de la región. En entrevistas realizadas a especialistas en esta materia (R. Sierra y J. C. Rodríguez, comunicación personal, 26 de septiembre de 2025) se pudo establecer plena coincidencia con estas ideas, señalando que esta una de las principales causas por las que aún no se logra una completa y efectiva integración regional.

Cobarrubias, *et al.* (2013), citando a Fernández y Hernández (2001) plantea que, a lo largo de casi dos siglos, el objetivo esencial de la política de Washington hacia América Latina y el Caribe ha consistido en afianzar su control y dominio en la región, guiado por la necesidad de articular tres intereses permanentes – vinculados al alcance y preservación de la hegemonía global– que a menudo confluyen y, en determinadas épocas prevalecen unos sobre otros. Estos intereses son [...]: la necesidad de proteger la seguridad nacional, el deseo de acomodar las demandas de su política interna y el manejo de la promoción del desarrollo económico norteamericano.

Coincidimos con Cobarrubias, *et al.* (2013) en relación a que “la capacidad norteamericana de presión directa en el área se ha debilitado bastante en años recientes”, pero al mismo tiempo en que el significado y las consecuencias para la región de la clarísima sombra norteamericana, nos invitan a no desestimar “su propensión a utilizar a América Latina como reserva estratégica y plataforma de relanzamiento, después de sus descalabros militares en Euroasia”. De hecho, consideramos que ALC pudiera ser la válvula de escape de la presión enorme que tiene la potencia nortea a raíz de los fracasos que ha experimentado sobre todo a partir de las medidas comerciales aplicadas por Trump.

Estamos de acuerdo igualmente en que el interés norteamericano en ALC continúa siendo poder asegurar una estabilidad “a bajo costo”, que impida tener que distraer capacidades y recursos de otras áreas que sí son vitales para el interés nacional estadounidense. Al respecto, se señala, que es interesante constatar cómo ahora en los documentos oficiales de este país se incluye la necesidad de apoyar políticas que generen más “inclusión

social” en la región (NSS, p.44), lo que implica el reconocimiento de que la pobreza y las desigualdades son una fuente potencial de inestabilidad, que indirectamente puede afectar también los intereses norteamericanos en la medida que incrementa fenómenos como la inmigración ilegal, el tráfico de drogas, el crimen organizado, la existencia de estados fallidos, o la consolidación de gobiernos anti-norteamericanos en el hemisferio.

Al referirse a “otras áreas que sí son vitales para el interés nacional estadounidense” se hace clara referencia a China y Rusia, sus dos principales preocupaciones tanto en Asia como en Europa, al representar un serio problema para su hegemonía mundial. Son ampliamente conocidas todas las acciones desplegadas en función de reducir la influencia de ambas naciones. La Estrategia de Seguridad Nacional de Estados Unidos de 2022 lo deja bien claro.

Respecto al impacto de las relaciones de China con ALC coincidimos con Rosales (2014) en que:

la irrupción de China en la economía mundial no solo ha alterado notablemente los patrones comerciales tradicionales de la región, sino que también ha influido de manera indirecta en sus esfuerzos de integración. Mientras al iniciarse el presente siglo China era el destino del 1% de las exportaciones de la región y el origen de menos del 2% de sus importaciones, en 2012 dichas participaciones llegaron al 9% y el 14%, respectivamente [...] Para algunos de ellos, China también se ha transformado en una de las principales fuentes de financiamiento externo. La disminución de la vulnerabilidad externa y de la dependencia comercial y financiera con respecto a los Estados Unidos ha otorgado crecientes grados de autonomía política a América del Sur, incluso en la formulación de sus estrategias de integración.

Estamos de acuerdo con Rosales (2014) en que los crecientes vínculos de China con el resto de Asia, África y América Latina han transmitido dinamismo económico a estas regiones, al constituirse dicho país en un mercado de creciente importancia para sus exportaciones; también coincidimos en que China y otras economías asiáticas están mostrando que la rápida convergencia de ingresos con las economías industrializadas es posible. Ello ha ocurrido justamente gracias a sus avances en el proceso por alcanzar una mayor densidad de su base productiva y tecnológica, en el que han llegado a jugar un rol importante como exportadores de ciertas manufacturas y servicios de creciente complejidad tecnológica.

Lo anterior no quiere decir que los países de ALC dependan completamente de China, sino que, en correspondencia con sus

características, posibilidades y recursos, busquen otras alternativas de desarrollo. Como plantea el propio Rosales, actúen en dependencia de la composición y estructura geográfica de su comercio, de su grado de participación en cadenas regionales o mundiales de valor y de su red de acuerdos comerciales, entre otros factores.

Según el informe *Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe 2024*, publicado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y citado por la agencia de noticias Xinhua, China ya se ubicaba como segundo mayor socio comercial de América Latina y esperaba ser el mercado de exportación de más rápido crecimiento para la región, agregando que, estadísticas publicadas por la Administración General de Aduanas de China, también mostraban este auge.

En 2024, el volumen total de comercio bilateral China-América Latina y el Caribe, se elevó a aproximadamente **518 mil millones de dólares**, con importaciones desde el Gigante Asiático hacia nuestra región superiores a 241 mil millones y una tasa de crecimiento notable en comparación con 2019 (46%), cuestión que respalda lo expuesto anteriormente.

Existen diversos ejemplos de la contribución del Gigante Asiático al desarrollo de la región, aplicando políticas justas y el denominado “ganar-ganar”. Según Günther (2025), veintidós países latinoamericanos se han adherido a la Iniciativa de la Franja y la Ruta, y las inversiones chinas en proyectos de infraestructuras regionales llenan el vacío que no cubren actualmente las empresas estadounidenses y europeas.

En ello coinciden Melany y Ariel (2024) quienes agregan que estos países también se han sumado al megaproyecto de China de infraestructura, zonas económicas especiales y áreas industriales y que Simultáneamente, durante este período las relaciones Asia-América Latina fueron ampliándose de lo estrictamente comercial a lo político e incluso a lo militar, especialmente con China.

Los acontecimientos acaecidos en los años recientes corroboran que se ha producido un cambio en Latinoamérica y el Caribe; que persiste la voluntad política de la mayoría de los gobiernos por mantener un espacio de coordinación, cooperación, y concertación, capaz de potenciar acciones en pos de avances en las numerosas aspiraciones comunes, identificables en una agenda propia, donde la defensa de la soberanía y la preservación de la paz constituyen ejes centrales. Se ha logrado mayor reconocimiento

mutuo y respeto recíproco, aceptando las diferencias entre las concepciones políticas, proyectos socioeconómicos y otras especificidades, a partir de sobreponer todas las motivaciones para la unión por encima de las divergencias (Oneida, 2017).

No es casual que actores foráneos hayan puesto interés en la región. Melany y Ariel (2024) plantearon que, además de China, actores como Rusia [...] han comenzado a ofrecer modelos alternativos a la democracia liberal. Según ambos autores, el grupo BRICS (Brasil, Federación Rusa, India, China y Sudáfrica) fue en años recientes, y continúa siendo en la actualidad, un referente de las relaciones Sur-Sur y un punto de apoyo de gran relevancia para América Latina. Aunque Brasil es el único país de la región que pertenece al colectivo, su presencia en él puede repercutir positivamente sobre otros países vecinos.

Brasil cuenta con prestigio y un alto nivel de influencia entre los países de ALC. El Gigante Sudamericano está llamado a forjar consensos y convertirse en mediador ante situaciones de conflicto. También podría convertirse en la voz de los pueblos de la región, contribuir activamente a la gobernanza de la misma y continuar promoviendo, con fuerza (como lo hace hasta ahora, enfrentando la hegemonía de los EE.UU.) un mundo multipolar.

A ello agregamos que, aunque Brasil es el único miembro pleno de este importante e influyente grupo, en la actualidad se encuentran como asociados Cuba y Bolivia, que se incorporaron en enero de 2025. También existen unas 30 naciones que han solicitado su incorporación, muchas de las cuales pertenecen a ALC. Está de más decir la significación y el impacto que está cobrando este grupo de países a nivel internacional. Pertenecer a tan importante organización constituiría un gran paso en pos de la independencia económica y comercial.

Pero no solo China y Rusia, e irónicamente Irán, rivalizan con EE.UU. [...]. También la India se ha convertido en el socio comercial más importante de Bolivia. Turquía, por su parte, ha desarrollado una relación dinámica con Venezuela. Además, Rusia vende fertilizantes a Brasil, que produce soja que se vende a China. Las rutas comerciales alternativas empiezan a conectar América Latina con otros destinos como Singapur (Günther, 2025). (Ver Anexo 4)

Sin embargo, estamos de acuerdo con Aileen Boada (SF) en que Estados Unidos sigue ejerciendo una fuerte influencia en la región mediante acuerdos de cooperación en seguridad y comercio, mientras que

China ofrece financiamiento y desarrollo de infraestructura sin condiciones políticas tan estrictas.

Lo anterior puede responder a lo planteado por Melany y Ariel (2024) en cuanto a que las dificultades para presentarse como un actor unificado en el escenario internacional, la inclinación histórica a mirar a otras potencias en lugar de a los países vecinos, así como sus diferentes estrategias de desarrollo limitan las capacidades de la región para alzarse como una entidad de peso en el orden internacional.

Estamos de acuerdo en que el proceso integracionista en Latinoamérica y el Caribe reviste una alta complejidad, por diversos factores: la multiplicidad de esquemas vigentes, limitaciones institucionales de los mismos e insuficientes coordinaciones entre ellos, heterogeneidad de objetivos y actores promotores, superposición de espacios de actuación y diferente prioridad otorgada al mercado regional o al extrarregional en la aplicación de mecanismos comerciales, financieros y de colaboración. A ello se adicionan los permanentes esfuerzos desintegradores de intereses foráneos (Oneida, 2017).

Los esfuerzos de integración en ALC.

Valora Rosales (2014) que la integración de ALC se ha vuelto indispensable en el contexto de una economía mundial que se estructura de manera creciente en torno a macrorregiones. Surge aquí entonces un vínculo sólido entre una estrategia de crecimiento con igualdad y la profundización del espacio económico regional. Agrega que, para llevar adelante una transformación productiva que contribuya a reducir las desigualdades, se requiere más y mejor empleo productivo y una mayor presencia de las pymes¹, de las manufacturas y de los servicios en las exportaciones. Estas características están mejor representadas en el comercio intrarregional que en cualquier otro tipo de comercio. Por tanto, resulta preciso establecer un entorno propicio para una mayor integración productiva entre las economías de la región.

Según Herrera (2017) la integración ha enfrentado distintos escenarios y problemas: políticas neoliberales, el consenso de Washington que promueve en los Estados privatizaciones, la reducción del sector público y en las inversiones sociales, la globalización, las crisis políticas, corrupción, desigualdad social, inseguridad, pobreza y la violación de

1 Se hace referencia a las pequeñas y medianas empresas.

derechos humanos y que esta debe convertirse en un espacio privilegiado para el diálogo y acuerdos políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales; así como para la defensa de la democracia; ser una caja de resonancia de las necesidades de las personas, en donde se adopten estrategias coherentes y sostenibles, que concreten los esfuerzos tanto comerciales, económicos y sociales, como de apertura de mercados, zonas de libre comercio, uniones aduaneras, eliminación de restricciones arancelarias, políticas fiscales, monetarias, acuerdos sociales, culturales, marcos normativos y mecanismos de coordinación suprarregional.

Diversas son las teorías que abordan el tema de la integración en ALC, no obstante, las más acertadas las exponen Cobarrubias, *et al.* (2013) y se resumen en tres grandes ciclos: El primer ciclo corresponde al genio de Bolívar, nació de ideas políticas avanzadas para su época que giraban en torno a la liberación del dominio colonial y del tipo de sociedades que debían surgir después de quebrado el régimen colonial, y encontró dos enemigos que hicieron fracasar el gran proyecto simbolizado en el Congreso Anfictiónico de Panamá: los imperialismos británico, el naciente norteamericano y el decaído español, y las oligarquías agrarias conservadoras afincadas en el monopolio de la tierra y la explotación compulsiva del trabajo, con su tendencia a la fragmentación y la alianza con poderes externos.

El segundo ciclo comenzó en los años de la Segunda Guerra Mundial, tuvo en la crisis económica de los años 30 y en la guerra sus factores objetivos impulsores y en la CEPAL su tanque pensante creador de una teoría de la integración que recurría a ideas económicas más que políticas. La teoría fue la llamada industrialización por sustitución de importaciones, la cual rápidamente encontró que las industrias nacionales eran incompatibles con las pequeñas escalas de producción a que las obligaban los reducidos mercados nacionales y era necesario integrar esos mercados.

A este segundo ciclo corresponden la creación de esquemas de integración como la ALALC, el Mercado Común Centroamericano, el Pacto Andino, la CARICOM, el Mercosur que surge en los años 80 en época ya neoliberal. Este segundo ciclo se caracterizó por esquemas de integración de corte comercialista, sin vínculos entre avance de la integración y avances sociales en cuanto a desigualdad, pobreza, exclusión, sin programas energéticos básicos, sin programas de infraestructura y sin defensas frente a las transnacionales. A estos esquemas el neoliberalismo les

propinó el golpe final al colocar a todos los países en la pugna por exportar hacia Estados Unidos y Europa y considerar secundarios a los mercados nacionales con relación al gran objetivo de “insertarse en el mercado mundial”.

El tercer ciclo de integración lo vivimos ahora y está caracterizado por la existencia de dos modelos de integración antagónicos, aunque coexistiendo dentro de UNASUR y la CEPAL: el modelo TLCAN y el modelo ALBA, en el contexto de una oportunidad histórica nueva para la región [...]. Esta oportunidad está dada por la imposibilidad actual de Estados Unidos y Europa para sustentar proyectos de asociación o integración con América Latina que alimenten el viejo vicio latinoamericano de esperar que los grandes proyectos vengan de allá y la relativa desconexión que la región pudiera alcanzar a partir de inventar sus propias estructuras económicas y sociopolíticas.

Agregan Melany y Ariel (2024) que no fue hasta finales del siglo xx e inicios del xxi cuando América Latina, al menos desde el punto de vista discursivo, comenzó a reivindicar cierta independencia. La emergencia de gobiernos de la llamada «ola rosa» comenzó a distanciar a algunos países de Washington, los cuales asumieron posturas de mayor autonomía dentro de sus territorios a través de diferentes fórmulas, como la nacionalización de recursos, nuevos vínculos con empresas extractivas, rechazo a la injerencia estadounidense, así como la creación de nuevas entidades de integración al margen del país norteamericano.

Estamos de acuerdo con lo planteado por Rosales en el documento “Integración regional: hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas”, de la CEPAL, elaborado en 2014, donde plantea que varios países han dado pasos significativos en la gobernanza de los recursos naturales y, en general, la capacidad técnica de los gobiernos ha crecido de manera notable. En tal sentido podemos afirmar once años después, que países como Venezuela, Bolivia y Nicaragua, han logrado mantener este control y ponerlos en función del desarrollo de sus sociedades, a pesar de la permanente agresividad de fuerzas externas donde destacan los Estados Unidos que otrora fue el gran beneficiario de esos recursos.

Sin embargo, no coincidimos plenamente con Rosales cuando agrega que junto con alcanzar una mayor madurez económica, América Latina y el Caribe ha ido consolidando sus avances democráticos y que existe una favorable perspectiva de mediano plazo para la región, por sus logros económicos, sus perspectivas de crecimiento, su amplia dotación

de recursos naturales y la expansión de sus mercados internos y sus clases medias. En tal sentido consideramos que los vaivenes en cuestiones relacionadas con la democracia y los casi constantes conflictos internos en una buena parte de los países de ALC, al menos hoy, es uno de los principales factores que obstaculizan los avances económicos y la integración.

Acota igualmente Rosales en el citado documento de la CEPAL, que los mencionados factores son los que permiten sostener que hay condiciones para que la nueva integración sea más sofisticada que intentos precedentes. Asegura que hoy (2014) mantienen su validez los argumentos clásicos en favor de la integración: el incremento de la eficiencia productiva, el aprovechamiento de las economías de escala, la ampliación de los mercados y el mayor espacio para la complementación económica y la provisión de bienes públicos regionales y que conservan su vigencia los beneficios de la integración en términos de la reducción de las situaciones de conflicto, la mayor resistencia a los choques externos y el aprovechamiento conjunto de oportunidades en la economía mundial. Algo similar ocurre con la necesidad de la acción colectiva para enfrentar los desafíos del cambio climático y la gobernanza de los recursos naturales compartidos.

En tal sentido, sin entrar a valorar la situación específica de 2014, podemos asegurar que en 2025, si bien se puede estar de acuerdo con que se han logrado avances en determinadas áreas², como es el caso de la acción conjunta para enfrentar el cambio climático, algunos de esos factores son grandes impedimentos para la integración, tal es el caso de las situaciones de conflicto tanto internos como externos.

Coincidimos en que, en los últimos cincuenta años, la región ha desarrollado varios proyectos y registrado algunos resultados interesantes en algunos casos, pero en general el sobredimensionamiento que se le ha otorgado al comercio y el abandono de los temas sociales, ha conducido reiteradamente al fracaso a varios de esos proyectos integracionistas (Cobarrubias, *et al.* 2013). Uno de los casos interesantes que se pueden mencionar entre estos mecanismos de integración lo constituyen el ALBA y la CELAC, que, a pesar de sus luces y sus sombras, han dado pasos importantes en este aspecto.

2 Recordemos también que América Latina y el Caribe fue proclamada Zona de Paz en la cumbre de la CELAC en 2014, gracias a la unidad alcanzada dentro de la diversidad. Es decir, que se han logrado avances en muchos frentes, pero aún existen importantes diferencias que han marcado las relaciones bilaterales de algunos estados.

J. C. Rodríguez (comunicación personal, 26 de septiembre de 2025) plantea que uno de los proyectos integracionistas más acabados e importantes de ALC lo constituye la CELAC, el cual tiene una visión más integral, diferente a otros procesos de integración en el área y por tanto es el que más ha avanzado. Por su parte, R. Sierra (comunicación personal, 26 de septiembre de 2025), plantea que la CELAC logró un amplio consenso en la región, llegando al punto de cambiar el escenario político regional y obligar a los Estados Unidos a ceder en disímiles cuestiones. Un ejemplo de lo anterior es que se permitió a Cuba, durante la administración de Barack Obama, participar en las Cumbres de las Américas realizadas en Panamá y Lima. También acotó que CELAC ha tenido relaciones con China, Rusia, India e incluso Europa, lo que refleja el nivel alcanzado.

La CELAC, Según Herrera (2017), ha propiciado un diálogo importante en temas sociales, ambientales, culturales y respeto a los derechos humanos, el cual debe trasladarse al escenario internacional para continuar impulsando un desarrollo económico que no esté alejado de la solución de los problemas de la población, a través de medidas concretas e integrales.

Sobre el ALBA, (fundada en 2004 y devenida Alianza Económica, Política y Social para los Pueblos de las Américas en 2009) reconoce Cobarrubias, *et al.* (2013) que “la singularidad de esa nueva propuesta integracionista son sus principios cardinales diametralmente opuestos a la integración precedente, la prioridad que le concede a las metas de desarrollo social y la proyección de unidad para enfrentar los grandes desafíos regionales y globales del siglo XXI”. Agrega que esta “apuesta fuertemente por la integración regional con principios alternativos a la integración capitalista y metas en las que prioriza la solución de la deuda social heredada del ciclo neoliberal”.

Cobarrubias, *et al.* (2013) se refiere a las anteriores alternativas de integración como dos corrientes de este proceso, pero agrega una tercera: la neoliberal.

Estamos de acuerdo con este autor en que algunos mecanismos de integración impulsados por la CEPAL (**ANEXO 5**) “llegan hasta nuestros (días) en un esfuerzo por sobrevivir al ataque neoliberal (ajuste estructural, apertura y reinserción en el mercado mundial y los Tratados de Libre Comercio de tipo neoliberal), pero mantienen cierta importancia como nichos “compensatorios” para el comercio de bienes subregional[...]”.

También coincidimos en que “algunos de estos mecanismos han sido subsumidos o fracturados por Tratados de Libre Comercio neoliberales como fueron los casos del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Estados Unidos más República Dominicana (CAFTA-DR), puesto en vigor desde el primer trimestre de 2006 en Centroamérica (excepto en Costa Rica que lo implantó en 2009) y en República Dominicana desde marzo de 2007”.

Varios países de ALC tienen Tratados de Libre Comercio, como son Chile, México, Colombia y Perú. Lo interesante de esto es que lo que persiguen los TLC “es consolidar la dominación de los países de Latinoamérica y el Caribe -ricos en recursos naturales estratégicos como energía, agua y biodiversidad fundamentalmente- y mano de obra barata, combinando la penetración económica y política con la presencia militar en el caso especial de Estados Unidos de América (CLACSO, 2013). También “la negociación por separado de Tratados de Libre Comercio de tipo neoliberal entre Colombia y Estados Unidos y entre Perú y ese mercado norteño (vigente este último desde agosto de 2008), así como la negociación de un acuerdo similar con la Unión Europea de parte de esas dos naciones sudamericanas”.

Lo que sí es real es que la crisis y el fracaso de las recetas neoliberales han traído consigo la revitalización de los movimientos sociales en varios países y la emergencia de cambios políticos en Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguay, Bolivia y Ecuador, cuyos gobiernos pretenden trazar nuevos derroteros en política social. También agrega que uno de los paradigmas centrales del neoliberalismo es la privatización de los servicios sociales básicos como condición imprescindible para aumentar su eficiencia, y la relegación del Estado a funciones de promotor, regulador y financista Ferriol (2010).

Más allá de los retrocesos en democracia experimentados en países como Ecuador y Argentina, se puede señalar el caso específico de Brasil, país con una enorme importancia para la integración regional y que podría tener un papel esencial en esta. Recordemos que, durante el gobierno de Jair Bolsonaro la región de ALC vivió uno de los períodos más difíciles de la era moderna. Su alianza (más bien subordinación) con el gobierno norteamericano le granjearon el apelativo de “el Trump del trópico”. Sin embargo, la llegada de Lula a la presidencia dio una nueva esperanza a la región.

Estamos de acuerdo en que Brasil ha experimentado un ascenso como potencia emergente en el sistema internacional. [...] reconoce el nuevo liderazgo que comienza a cumplir el gigante sudamericano tanto en los grandes temas internacionales, como en los asuntos del hemisferio. Autoridades norteamericanas incluso han sugerido la posibilidad de “delegar” en Brasil el manejo de algunos temas regionales en el futuro, pero un acomodo al nuevo papel internacional que comienza a ejercer este país no será fácil y sin controversias. Brasil tiene su propia agenda, y muchas veces ésta no coincide con los intereses norteamericanos (CLACSO, 2013).

Agrega Cobarrubias, *et al.* (2013) que el país sudamericano, cada vez más activo e influyente en los foros mundiales [...] es visto y tomado hoy día como un actor central en temas de energía, cambio climático, no proliferación y la Ronda Doha en las negociaciones comerciales.

Sin embargo, su oposición a la entrada de Venezuela a los BRICS constituyó un duro golpe para la integración, ya que el país bolivariano es otra pieza clave que puede impulsar tan anhelado objetivo. En tal sentido, aunque el detonante de estos desencuentros lo constituyó la cuestión electoral en Venezuela, donde Lula criticó la transparencia de los resultados de las elecciones presidenciales de julio de 2024, ya existían tensiones entre ambas naciones, relacionadas fundamentalmente con la inhabilitación de las candidatas opositoras María Corina Machado y Corina Yoris.

Esperamos que más allá de las diferencias políticas, se logre consenso en temas comunes y ambas naciones contribuyan a la unidad de los países de ALC.

Pese a todo lo valorado hasta el momento, coincidimos en que, independientemente de los diversos pactos y acuerdos firmados, la región de América Latina y el Caribe no ha avanzado lo suficiente en materia de integración para el desarrollo (CLACSO, 2013). podemos decir que 12 años después no se ha avanzado mucho más.

Melany y Ariel (2024) citando a Russell y Tokatlian (2009) plantean que la disminución relativa de la participación de ALC en la economía mundial, su creciente fragmentación y los distintos problemas que la iban afectando la situaron en un escenario que ponía en duda su estabilidad política y su desarrollo económico futuro. Agregan que, según Van Klaveren, (2012) esta falta de relevancia no implicó que sus relaciones con los Estados Unidos no fueran intensas. De hecho, el papel de la región en el orden unipolar quedó circunscrito, en gran medida, a su condición de «patio trasero» del país vecino.

Consideramos que, si hoy la situación no es tan crítica como en 2009, ya que se han diversificado las relaciones económicas de la región con diversos países, entre los que sobresalen China y Rusia, aún se mantienen muchas de las condiciones descritas y continuamos siendo el “patio trasero” de EE.UU.

Según Oneida (2017) es necesario superar el fraccionamiento que implican los esquemas subregionales en las relaciones comerciales, porque se precisa avanzar hacia el multilateralismo a lo interno de Latinoamérica y el Caribe, para revalorizar las potencialidades del tamaño del mercado regional.

Rosales (2014) refiriéndose al quinquenio 2015- 2020, planteó que si no se invertía más esfuerzo para progresar en innovación, productividad y modernización de la política industrial, la región transitaría en torno a tasas de crecimiento del 3% al 4%, claramente insuficientes para la magnitud de sus desafíos. Por ende, [...] era preciso aumentar la productividad, cerrar las brechas en infraestructura y orientarse más al mercado regional. Valoró la necesaria reforma del sistema monetario internacional, la crucial temática del cambio climático, el incremento de las desigualdades, la irrupción de acuerdos comerciales megarregionales que se negocian al margen de la normativa de la OMC aspirando a definir las nuevas reglas del comercio, y la debilidad de los gobiernos y de la política frente a los poderes financieros, entre otros aspectos. Concluyó Rosales planteando que el espacio privilegiado para el debate de estas cuestiones es el multilateral. En tal sentido coincidimos plenamente ya que, como se ha planteado en el marco de la CELAC de manera reiterada, hay que lograr la unidad dentro de la diversidad.

Hoy es una realidad la transformación, aún en ciernes, pero sólida, de algunos mecanismos impulsados por China y Rusia para cambiar esta realidad.

Retos, desafíos y alternativas de desarrollo para ALC

Rosales (2014) exponía que la cooperación regional o subregional en el ámbito del desarrollo productivo debería tener un claro sesgo hacia la construcción de capacidades productivas y tecnológicas en las economías menos adelantadas, pudiendo operar para ello distintos instrumentos, como los fondos estructurales, el financiamiento de la banca multilateral y de desarrollo, y las alianzas con empresas inversionistas extranjeras que

facilitaran el acceso a capacitación, tecnología y cadenas de valor y de distribución. Resumió que lo relevante era asegurar que las economías menos adelantadas contaran con un apoyo externo que permitiera a sus empresas insertarse y ascender en las cadenas de valor, y a sus trabajadores elevar su productividad y sus salarios.

Aquí debemos remarcar la importancia de las alianzas con empresas foráneas como las asiáticas, especialmente de China.

Además de lo expuesto, Rosales propuso otras dimensiones complementarias para la integración productiva regional: 1) la cooperación financiera regional; 2) hacia una agenda regional de cooperación digital; 3) infraestructura física de transporte y logística; 4) fortalecimiento de la integración energética; 5) integración social y 6) medio ambiente y recursos naturales.

También coincidimos con Rosales en que, para la mayoría de los países de la región, el comercio intrarregional posee características que lo hacen cualitativamente superior a las exportaciones dirigidas a otros mercados. Para la gran mayoría de ellos, el mercado latinoamericano resulta el más propicio para la diversificación exportadora, ya que es, a considerable distancia del resto, el que absorbe el mayor número de productos exportados.

A nuestro juicio, sin embargo, aún no se aprovechan estas potencialidades, especialmente porque no hemos logrado integrarnos, de manera efectiva, como región, amén de otros obstáculos como los problemas logísticos y de infraestructura; las barreras arancelarias y los factores políticos y financieros, fundamentalmente.

Como ya planteábamos anteriormente, una alternativa para solucionar esta situación lo constituyen las alianzas con empresas de países como Rusia, India y China.

Coincidimos plenamente en que “América Latina y el Caribe llegan al siglo XXI como un espacio geográfico que desempeña un importante papel en el mundo globalizado y multipolar, muy diferente al residual o marginal que jugaban a comienzos del siglo XX. Como parte de ese papel destacan los siguientes aspectos: a) la participación de países como Argentina, Brasil y México en el Grupo de los 20 (G-20), grupo que representa el 80 por ciento de la población del mundo y genera casi el 85% del Producto Bruto Mundial (PBM); b) la creciente presencia en el escenario internacional de Brasil que junto con Rusia, China, India y Sudáfrica forman los llamados países BRICS” (Portillo, 2012).

En este segundo aspecto, relacionado con la presencia de países del área en los BRICS, podemos decir que, en la actualidad, además de Brasil que es miembro pleno, se encuentran como asociados Cuba y Bolivia que se incorporaron en enero de 2025. De unas 30 naciones que han solicitado su incorporación, una parte importante pertenecen a ALC. Está de más decir la significación y el impacto que está cobrando este grupo de países a nivel internacional. Pertenecer a tan importante organización constituiría un gran paso en pos de la independencia económica y comercial y daría un enorme impulso a la integración latinoamericana y caribeña.

Se coincide con Herrera (2017) cuando plantea que:

La integración requiere de real voluntad política de los gobiernos de América Latina y el Caribe para acordar una agenda integral que abarque los temas del desarrollo humano sostenible con enfoque de derechos humanos: la economía, el comercio, problemas sociales, ambientales, energéticos, de comunicaciones, seguridad, migratorios, la institucionalidad, su estructura, mecanismos de coordinación, recursos para su funcionamiento, entre otros.

Hace falta mirar hacia adentro de los Estados y responder a las necesidades de la población; hacer un alto para buscar una estrategia que permita sacar ventaja de la diversidad del sistema; [...]. Mientras se mantenga la fragmentación y la multiplicidad de órganos de integración, muchos de los cuales tienen a los mismos actores, será difícil tener una agenda común.

Se tiene que ser capaz de atender los temas de conflicto, centrado en los factores que unen, desde la solidaridad y hermandad de los pueblos, con agendas de concertación propias, con mecanismos eficientes y eficaces para la resolución pacífica de conflictos y consolidar las instancias diplomáticas para evitar que se profundicen reclamaciones entre los Estados latinoamericanos y caribeños.

Los sistemas de integración tienen el reto de propiciar agendas y adoptar políticas públicas regionales que impacten las políticas nacionales en temas sociales como: pobreza, salud, educación, vivienda, agua, respeto a los pueblos indígenas, afrodescendientes y minorías étnicas, los migrantes, refugiados, víctimas de violencia en todas sus formas y la especial atención a problemas estructurales como la desigualdad y la exclusión social.

Otro de los principales retos de los procesos de integración de América Latina y el Caribe, es superar la crisis política y de gobernanza que existe en la mayoría de los países, que lesiona la credibilidad de la población

de las verdaderas intenciones de sus principales líderes, especialmente en Centro y Suramérica.

Por si fuera poco, en la actualidad, las amenazas arancelarias de Trump, y sus políticas en materia de migración y narcotráfico, podrían desestabilizar las economías de varios países de la región, aumentando las tensiones económicas y sociales (Sahd K., 2025).

Jaime Eyzaguirre (2025) plantea, por su parte que, en relación a los riesgos políticos, su informe 2025 vuelve a revelar que el principal es la inseguridad, crimen organizado y narcotráfico[...]. El segundo lugar es ocupado por la corrupción estructural, seguido por la nueva ola migratoria y deportaciones masivas, que registró un avance sustancial (3º); democracia sin *delivery* y avance del autoritarismo (4º), desinformación y polarización tóxica (5º), persistencia inflacionaria (6º), agravamiento del cambio climático (7º), auge del proteccionismo (8º) irrelevancia regional (9º) y, por último, escalada de conflictos bélicos(10º).

Con ello coincide el Índice de Riesgo Político de América Latina 2024, editado por el Centro de Estudios Internacionales de la Universidad Católica de Chile. Este refiere que los gobiernos latinoamericanos enfrentan la amenaza “del crimen organizado, la corrupción sistémica y el populismo autoritario”, que erosiona el Estado de derecho y la calidad de las democracias en la región, y complica la gobernabilidad.

Saez (2008) enumera otros problemas de integración en ALC como: 1) incumplimiento de compromisos y debilidad de los mecanismos de solución de controversias; 2) lenta incorporación de las normas acordadas en los esquemas de integración (especialmente MERCOSUR); 3) débil institucionalidad, y en consecuencia, gestión de la integración; 4) ausencia de coordinación y colaboración en el plano de las políticas macroeconómicas y 5) ausencia de un tratamiento operativo de las asimetrías en el nivel de desarrollo de sus integrantes. Más de 17 años después mantenemos problemas similares.

Coincidimos con Sáez en que el proceso de integración debe buscar el fortalecimiento de la democracia y el respeto a la soberanía de los pueblos; es un imperativo político y ético trascender prácticas de favorecer intereses foráneos para trabajar por las sociedades en la solución de los problemas sociales, culturales y ambientales, procurando políticas públicas que aseguren un desarrollo humano sostenible. De igual forma se debe seguir consolidando las relaciones con otros países iberoamericanos,

de la Unión Europea y Asia, donde algunos ya participan en calidad de observadores.

Según la CEPAL (2025) la región no solo debe invertir más, sino que debe invertir mejor. Esto pasa por adoptar nuevas tecnologías, promover iniciativas *clusters* y buenas prácticas de negocios, fomentar profundas mejoras en el proceso de acumulación de capital y aprovechar adecuadamente el capital social y ambiental de las economías.

Conclusiones

La integración de ALC es una necesidad inaplazable y de ella depende la supervivencia de millones de seres humanos. Aunque la región tiene enormes potencialidades que la podrían ubicar entre las zonas de más rápido crecimiento a nivel global, es considerada por diferentes organismos internacionales, como la más desigual del mundo.

En este trabajo se ponen de relieve los problemas de integración que han caracterizado a ALC, la necesidad de esta y las posibles alternativas para lograrlo. Se demuestra que los Estados Unidos constituyen uno de los principales obstáculos para la integración, pues siguen considerándola como su patio trasero.

América Latina y el Caribe cuentan con las condiciones necesarias para integrarse y sobre esa base desarrollarse; su riqueza en recursos naturales, la similitud en cultura e idiosincrasia, el enfrentamiento a problemas comunes y sobre todo, la convivencia bajo un esquema de desarrollo impuesto por los EE.UU, son factores que pudieran acelerar la transformación, todo ello siempre que exista voluntad política.

Este estudio se limitó a abordar temas generales sobre la integración de ALC, así como el papel de los EE.UU. al respecto, sin embargo, nuevos estudios podrían abarcar los mecanismos de integración que existen hoy, sus ventajas, limitaciones y retos, así como las principales causas que inciden en que estos procesos no hayan logrado la efectividad necesaria para que se concrete una verdadera y definitiva integración no solo desde lo económico, sino también en lo político, lo social y lo cultural.

Por último, sería interesante profundizar en el pensamiento integracionista de líderes como Fidel Castro, Hugo Rafael Chávez Frías, Néstor Kischner y Luis Inacio Lula Da Silva, quienes han contribuido, desde sus visiones particulares, a unir a los pueblos de nuestra ALC.

Referencias bibliográficas

Álvarez Figueroa, Oneida (2017) Cuba en la integración latinoamericana y caribeña. CIEI, CLACSO.

Ayuso, Anna (2022) Cuba, entre América Latina y el Caribe: un modelo de inserción internacional sui géneris. Barcelona Centre for international Affairs Susanne Gratius Universidad Autónoma de Madrid (UAM) en <https://www.cidob.org/publicaciones/cuba-entre-america-latina-y-el-caribe-un-modelo-de-insercion-internacional-sui>.

Barragán, Mélangy, Universidad de Valencia y Sribman, Ariel Universidad de Buenos Aires (2024) El Ajedrez Geopolítico de América Latina En El Nuevo Orden Multipolar. Barcelona Centre for international Affairs en <https://www.cidob.org/publicaciones/el-ajedrez-geopolitico-de-america-latina-en-el-nuevo-orden-multipolar>. Boada García, Aileen SF América Latina y su inserción en el mundo: desafíos geopolíticos y diplomáticos. Blog internacionalista, Redacción CIBEI en <https://fundacioncibei.org/america-latina-y-su-insercion-en-el-mundo-desafios-geopoliticos-y-diplomaticos>

CEPAL (2014) Hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas ONU.

CEPAL (2025) Informe sobre las proyecciones de crecimiento de América Latina y el Caribe en 2025 en <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-revisa-la-baja-proyecciones-crecimiento-america-latina-caribe-2025>.

CEPAL (2008). La integración en busca de un modelo: los problemas de convergencia en América Latina y el Caribe, en <https://www.cepal.org/es/publicaciones/4432-la-integracion-busca-un-modelo-problemas-convergencia-america-latina-caribe> ..

CEPAL (2014). Integración regional: hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas, en <https://www.cepal.org/es/publicaciones/36733-integracion-regional-estrategia-cadenas-valor-inclusivas>.. Cobarrubia, Faustino; Martínez, Osvaldo; Pérez, José. A.; Quirós, Jonathan; Bullón, Mariano; Kindelán, Gueibys; Andrés, Guillermo “Retos actuales de la integración de América Latina y el Caribe” (CLACSO, 2013) Centro de Investigaciones de la Economía Mundial, La Habana, Cuba.

Da Silva Guevara, Gisela (2020) Geopolítica latinoamericana: mirando al mundo desde el Sur. Universidad Externado Colombia.

Dannemann, Victoria (2024) América Latina en aguas turbulentas en

<https://www.dw.com/es/am%C3%A9rica-latina-en-aguas-turbulentas/a-68963142> .

De la Mata, Dolores y Berniell, Lucila (2022) Desigualdad y baja movilidad social en América Latina y el Caribe” en <https://www.caf.com/es/blog/desigualdad-y-baja-movilidad-social-en-america-latina-y-el-caribe>.

De la Mora, Luz María (2023) La permanente búsqueda de la integración en América Latina y el Caribe. CEPAL en <https://www.cepal.org/es/publicaciones/69116-la-permanente-busqueda-la-integracion-america-latina-caribe>.

Eyzaguirre, Jaime (2025) Artículo en Diario Financiero en <https://centroestudiosinternacionales.uc.cl/opinion/6859-america-latina-2025-comienzo-de-la-reconfiguracion-politica>

Ferriol, Ángela (2009) Política Social: una perspectiva comparada entre América Latina y Cuba. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitoria, Brasil.

Grandin, G (2015) The empire of necessity: Slavery, Freedom and deception in the new world. Metropolitan Books.

Günther Maihold (2025) La nueva geopolitización de América Latina. Política América Latina. En <https://www.dw.com/es/la-nueva-geopolitizaci%C3%B3n-de-am%C3%A9rica-latina/a-71424739>.

Herrera M., Luis Carlos (2017) Artículo Proceso de integración de América Latina y el Caribe. Revista de Ciencias Sociales, Universidad de Costa Rica.

OPEP (2013) Annual Statistical Bulletin.

Portillo, Alfredo (2012) La dinámica geopolítica de América Latina y el Caribe en el contexto de la globalización.

Saez, Sebastián (2008) La integración en busca de un modelo: los problemas de convergencia en América Latina y el Caribe. División de Comercio Internacional e Integración. Santiago de Chile.

Sahd K., Jorge (2025) Desafíos cruciales para el futuro de América Latina en el 2025 en <https://acento.com.do/editorial/desafios-cruciales-para-el-futuro-de-america-latina-en-el-2025-9444005.html>.

Schoultz, L. (1998) Beneath the United States: A history of U.S Policy Toward Latin American. Harvard University Press. Stiglitz, J (2002) Globalization and its discontents. W.W. Norton and Company. Statistical

Review of World Energy 2013 (BP) en <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/statistical-review-archive.html>.

Anexo 1. Entrevista semiestructurada a informantes clave

Guía de entrevista: Consideraciones acerca de la integración de América Latina y el Caribe.

- Potencialidades de la region para una integración efectiva.
- Papel de los Estados Unidos en los procesos de integración de ALC.
- Retos y perspectivas en la integración de ALC.

Anexo 2. Informantes clave

1. Embajador Rogelio Sierra Díaz (Cuba)
2. Embajador José Carlos Rodríguez Ruiz (Cuba).

Anexo 3: Reservas totales de petróleo de ALC en 2012 (por países)

No.	País	Reservas probadas (%)
1	Venezuela	78.5
2	Brasil	9.5
3	México	4.5
4	Ecuador	2.0
5	Argentina	1.5
6	Colombia	1.3
7	Perú	0.4
8	Trinidad y Tobago	0.3
9	Bolivia	0.2
10	Chile	0.1
11	Otros países de ALC	1.7
Total de las reservas mundiales para 2012		1.65 billones de barriles

Total de las reservas de ALC para 2012	341 mil millones
Porcentaje de las reservas de ALC a nivel mundial	20.7 %

Nota: Tabla elaborada por el autor con datos de BP Statistic Review of World Energy y el Boletín Estadístico Anual de 2013 de la OPEP.

Anexo 4. Tabla comparativa de los principales socios de ALC

País	actividad	Antes		Después
China	Inversiones principales	Minería, petróleo (Venezuela Ecuador)	soja, y	Infraestructura (puertos, carretera, energía), tecnología, energía renovable.
				Préstamos <i>megaprojects</i> .
				Panamá, Ecuador, Argentina, Brasil, Chile y otros.
	Comercio	AL exportaba materias primas e importaba manufacturas.		China se convirtió en el primer o segundo socio comercial de varios países de ALC.
Rusia	Inversiones principales	Limitada. Recompra de deuda soviética, venta de armamento (Venezuela)		Energía (nuclear, gas, petróleo), proveedor de energía nuclear y seguridad. Argentina, Venezuela, Brasil.
	Comercio	Ínfimo. Intercambio comercial muy bajo.	Se mantiene bajo, pero hay relaciones estratégicas en sectores esenciales: fertilizante, trigo, armamento. Creciente cooperación energética.	

India		Inversiones principales	Muy limitada. Algunas inversiones en energía e industria farmacéutica.	Expansión en energía, Tecnologías de la Información, agroindustria farmacéutica. Brasil, Venezuela y otros.
		Comercio	Limitado. Se concentraba en el petróleo y algunos productos agrícolas.	Se creció de forma sustancial. Mercado importante para aceite de soja y petróleo de la región. Se mantiene un crecimiento progresivo.

Anexo 5. Tabla comparativa CELAC-ALBA

Elementos a comparar	CELAC (Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños)	ALBA (Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América)
Fundación y objetivos de su creación y visión	Fundada en 2011 con el objetivo de convertirse en un espacio de diálogo y concertación política de los países de la región, promover la integración y el Desarrollo sostenible y representar a toda ALC (sin la presencia de EE.UU y Canadá). Representa el esfuerzo por crear un organismo latinoamericano y caribeño, alejado de las potencias extraregionales.	Creada en 2004 por Hugo Chávez y Fidel Castro con el objetivo de promover la integración basada en la cooperación y la complementariedad económica, crear mecanismos de comercio justo y fomentar proyectos sociales en áreas como salud y educación. Se concibe como contraposición al ALCA y a la influencia de los EE.UU en la región.

Principales características	Cuenta con un enfoque incluyente ya agrupa a todos los países de la region, independientemente de su ideología; no es un bloque económico; hace énfasis en la unidad dentro de la diversidad y sus decisiones se toman por consenso.	Tiene un carácter o enfoque ideológico por su orientación antiimperialista; se centra en proyectos de cooperación energética y social, fundamentalmente; crea fondos conjuntos para el Desarrollo.
Composición	Está compuesto por todos los países de ALC	Aunque está abierto a todas las naciones de ALC, fue fundada por Venezuela, Cuba, Bolivia y Nicaragua. Posteriormente se sumaron: San Vicente y las Granadinas, Antigua y barbuda, Santa Lucía, Dominica, Granada y San Cristóbal y Nieves. Eran miembros y se retiraron: Ecuador (Lenín Moreno) y Honduras (Xiomara Castro).

A inspiração do Estado westfaliano para o processo da consolidação da Integração regional latino-americano ou a continuidade de práticas coloniais e colonialistas?

The Inspiration of the Westphalian State for the Consolidation of Latin-Afro-American Regional Integration or the Continuity of Colonial and Colonialist Practices?

¿La inspiración del Estado westfaliano para la consolidación de la integración regional latinoamericana-afroamericana o la continuidad de las prácticas coloniales y colonialistas?

Mamadou Alpha Diallo (ICAL)

RESUMO: Esta reflexão questiona se a consolidação da integração regional latino-americana deve se inspirar no modelo de Estado Westfaliano ou em culturas políticas pré-coloniais. Argumenta-se que o modelo europeu de Estado e de integração é uma barreira, pois é calcado no liberalismo, escravismo e colonialismo, promovendo um legado racista e desintegrador. Tal herança resultou na exclusão da maioria da população e na desarticulação social e humana nos Estados nacionais. A hipótese central é que o desenvolvimento da integração passa pelo resgate e valorização das práticas socioculturais, econômicas e políticas das comunidades “tradicionais” — indígenas (Maias, Astecas, Incas) e afro-diaspóricas. Estas sociedades pré-coloniais possuíam organizações complexas, baseadas em solidariedade, consenso, e profundo respeito pela natureza e pelas pessoas, contrariando os conceitos europeus de selvageria. Portanto, o fortalecimento da América Latina exige o combate ao eurocentrismo e a descolonização do saber e do poder, buscando modelos próprios e inclusivos, fundamentados em valores comunitários e democráticos que nasçam das raízes históricas locais, visando a autonomia e a dignidade humana.

Palavras chaves: Estado; Integração Regional; raça, Eurocentrismo, silenciamento, apagamento.

Abstract: This reflection questions whether the consolidation of Latin American regional integration should be inspired by the Westphalian state model or by pre-colonial political cultures. It argues that the European model of state and integration is a barrier, as it is based on liberalism, slavery, and colonialism, promoting a racist and disintegrating legacy. This heritage resulted in the exclusion of the majority of the population and in the social and human disarticulation of nation-states. The central hypothesis is that the development of integration involves the rescue and valorization of the sociocultural, economic, and political practices of “traditional” communities—indigenous (Mayans, Aztecs, Incas) and Afro-diasporic. These pre-colonial societies possessed complex organizations, based on solidarity, consensus, and profound respect for nature and people, contradicting European concepts of savagery. Therefore, strengthening Latin America requires combating Eurocentrism and decolonizing knowledge and power, seeking its own inclusive models, based on community and democratic values that arise from local historical roots, aiming for autonomy and human dignity.

KEYWORDS: State; Regional Integration; race, Eurocentrism, silencing, erasure.

RESUMEN: Esta reflexión cuestiona si la consolidación de la integración regional latinoamericana debe inspirarse en el modelo estatal westfaliano o en las culturas políticas precoloniales. Argumenta que el modelo europeo de Estado e integración es una barrera, ya que se basa en el liberalismo, la esclavitud y el colonialismo, promoviendo un legado racista y desintegrador. Esta herencia resultó en la exclusión de la mayoría de la población y en la desarticulación social y humana de los Estados-nación. La hipótesis central es que el desarrollo de la integración implica el rescate y la valorización de las prácticas socioculturales, económicas y políticas de las comunidades “tradicionales”: indígenas (mayas, aztecas, incas) y afro diaspóricas. Estas sociedades precoloniales poseían organizaciones complejas, basadas en la solidaridad, el consenso y un profundo respeto por la naturaleza y las personas, lo que contradecía los conceptos europeos de salvajismo. Por lo tanto, fortalecer América Latina requiere combatir el eurocentrismo y descolonizar el conocimiento y el poder, buscando modelos inclusivos propios, basados en valores comunitarios y democráticos que surgen de raíces históricas locales, y que aspiran a la autonomía y la dignidad humana.

PALABRAS CLAVE: Estado; Integración regional; raza, eurocentrismo, silenciamiento, borrado.

Introdução

Pensar os processos de integração regionais em qualquer parte do mundo significa reavaliar os pontos fortes e pontos fracos do chamado Estado na ordem Westfaliano que é um sistema que se espalhou pelo mundo como o arcabouço para uma ordem internacional baseada em Estados abrangendo múltiplas civilizações e regiões (Kissinger, 2015). Seria uma coincidência o surgimento do Estado westfaliano no mesmo período que se lançou as bases do Mundo Atlântico hoje as Américas? No mundo Atlântico, as Américas se constituíram a partir da destruição colonial de Estados que funcionavam na base de processos seculares de solidariedade e de integração: Maias, Astecas e Inca. Por que não deveriam os processos de integração regionais latino-americanos inspirar-se nas culturas políticas, espirituais, religiosas, econômicas culturais e linguísticas dos povos Maias, Incas e Astecas por exemplo? Considerando que seria incomum uma história que começa no lugar errado chegar às conclusões certas (French, 2022), entende-se que seria difícil consolidar uma integração latino-americana baseada no modelo europeu. Assim, se é verdade que *“las raíces del regionalismo latinoamericano se confunden con el nacimiento de los Estados de la región”* (Van Klaveren & López Giral, 2023), a inspiração veio das resistências ao colonialismo, das lutas para a independência e das organizações sociopolíticas, culturais e econômicas anteriores a colonização, por isso, a ideia de integração se confunde com os processos de resistência ao colonialismo europeu. O modelo europeu de Estado e de processos de integração são calcados nas ideias do liberalismo, que é desde sua origem, uma ideologia de classe ao serviço de um pequeno grupo de homens brancos intimamente ligados às políticas mais “iliberais” que são a escravidão, o colonialismo, o genocídio, o racismo e o desprezo do povo (Losurdo, 2014, 4).

O objetivo desta reflexão é mostrar que a consolidação da integração regional latino-americana passa pelo resgate e valorização das práticas políticas, econômicas e socioculturais das comunidades ditas “tradicionais”¹(indígenas e afro-diaspóricas), assim como o reconhecer e combater o legado do Estado Escravocrata, Colonial e Racista. Como pode-se falar de integração regional, se o próprio Estado nacional é desintegrado social, política, econômica, cultural e principalmente, humanamente? Como pode-se falar de uma integração regional, se mais da metade da população

1 Coloca-se esta palavra entre aspas pois, entende-se que ela é uma invenção colonial para inferiorizar as formas autóctones de organização social, política e cultural.

é excluída, econômica, política, cultural, social e humanamente em seus respectivos estados? Se a integração regional busca um fortalecimento autônomo da América Latina, como podemos buscar modelos na Europa que sequestrou e sequestra ainda a autonomia desta região? Assim, Omotunde (2000), observa que “é habitual fazer *um balanço da conquista europeia das Caraíbas, da América, de África* e do comércio de escravos em termos de genocídio, perdas humanas, deportações e danos econômicos. No entanto, muitas vezes esquecemos que os pensamentos racistas que germinaram neste período ainda estão vivos e ainda prejudicam consideravelmente a constituição de uma visão histórico-cultural objetiva da história de África em geral e dos povos negros em particular” (Omotunde, 2000, 6). Logo, quando academicamente fala-se de formação, fortalecimento do Estado e da integração regional, nossas mentes euro-formatadas nos levam ao silenciamento cúmplices dos principais problemas do Estado e da integração regional que é, a herança do escravismo e do colonialismo. Este silenciamento, nos faz importar os modelos europeus da colonização, que como bem lembra Aimé Césaire (1971), trabalham para descolonizar o colonizador, o embrutecer, o degradar, lhe acordar instintos adormecidos, o levar à cobiça, à violência, ao ódio racial, ao relativismo moral [...]. Ou seja, modelos que fazem do Estado e das suas instituições um monstro desumanizante e bárbaro cujos traços e marcas estão presentes em toda a América latina, alimentando diversos bancos de dados como o da violência.

Parte-se da hipótese de que o desenvolvimento da integração regional latino-americana passa pelo reconhecimento e a valorização dos aportes afro-diásporos e indígenas em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Assim, argumenta-se, que um dos grandes problemas ou barreiras da integração regional latino-americano está na herança do modelo europeu de Estado, de sociedade e de governança, que traz consigo a herança escravocrata, colonial e racista dos impérios europeus. Metodologicamente, a reflexão é baseada numa análise qualitativa e uma revisão bibliográfica, além de uma análise histórica. Estruturalmente o texto está organizado em três partes além da introdução e das considerações finais.

A primeira parte objetiva analisar a organização política, social, cultural dos povos da América Latina antes da chegada do colonialismo, no intuito de mostrar como ela pode ser a base ou a inspiração da integração regional, além de ser uma forma de resistência ao colonialismo. A segunda parte versa sobre o estado westfaliano e os efeitos da sua implantação em termos sociocultural, político e econômico. A terceira e última parte do

texto versa sobre os desafios da integração latino-americana, partindo da ideia de que “o fortalecimento da integração regional latino-americana passa pelo combate e erradicação dos vícios do Estado westfaliano, escravocrata e colonial”.

As organizações políticas, sociais, culturais dos povos da América Latina antes da chegada do colonialismo

No mundo atual quando se fala de Estado remete diretamente às unidades políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas iniciadas há quinhentos anos, com a revolução comercial ou mercantilismo, que corresponde com a fase da expansão europeia. Segundo Visentini e Pereira (Visentini & Pereira, 2008), no século XV o mundo ainda era dividido em pólos regionais autônomos, quase sem contatos entre si. (Historia Mundial Contemporânea - Historia Contemporânea I - 3”) Entre estes pólos, podemos mencionar os Astecas, os Maias, os Incas, a Cristandade da Europa Ocidental, o mundo árabe-islâmico, a Pérsia, a China, o Japão, a Índia e impérios da África Negra como Zimbábue.

Estes pólos serão suplantados pela ideia de Estado moderno, que o mundo toma como modelo e que, na atualidade parece ser a única forma de organização social, política, cultural e geopolítica aceita como viável. Segundo Bobbio (Bobbio, 1985, 33), foi Max Weber, que viu no processo de formação do Estado moderno um fenômeno de expropriação por parte do poder público dos meios de serviço como as armas, fenômeno que caminha lado a lado com o processo de expropriação dos meios de produção possuídos pelos artesãos por parte dos possuidores de capitais. Desta observação deriva, segundo Bobbio, a concepção weberiana, hoje tornada “*communis opinio*”, do Estado moderno definido mediante dois elementos constitutivos: ***a presença de um aparato administrativo com a função de prover à prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força (grifo nosso)***. Considerando estes dois elementos constitutivos, não seria justo afirmar-se que os pólos regionais (Astecas, Maias e Incas), eram Estados do tipo moderno? A Europa terá realmente inventado o Estado dito moderno e suas instituições? Por que as organizações sociais, políticas, religiosas das Américas pré-colombianas, por exemplo, apesar de seus aparatos administrativos e monopólio legítimo do uso da força não são vistos como Estados “modernos”?

O roubo da história ou o silenciamento do passado

Academicamente, estamos acostumados a pensar o Mundo a partir do século XV, tendo o expansionismo, a narrativa e os documentos europeus como referência “cientificamente” construída e, portanto, aceita. É neste sentido que o mundo passa dos pólos regionais autônomos no século XV, ao sistema europeu onde a cristandade como polo europeu se transforma positivamente enquanto todos os outros, passam a ser considerados sistemas arcaicos, atrasados, incapazes, enfim, não civilizados.

Desde então que a Europa se coloca como a única civilização que tem história digna de ser seguida, reproduzida e copiada. Neste sentido, Jack Goody (2006) ao intitular seu livro: **“O roubo da história: como a Europa impôs a narrativa do seu passado ao resto do mundo”**² resume e sintetiza bem como a Europa conseguiu a façanha de ser a única “civilizada” e incumbida a civilizar os outros. Segundo Goody, o continente europeu reivindica a invenção de uma série de instituições extremamente importantes tais como a democracia, o Capitalismo, o mercado, a liberdade, o individualismo, mas também a ciência, a filosofia, a religião (cristianismo). No entanto, essas são instituições encontradas em um grande número de outras sociedades humanas, principalmente, aquelas que preponderavam antes do despertar europeu no século XV tais como os Astecas, os Maias, os Incas para citar somente as da região que nos interessa aqui.

No caso dos incas, Civita, Rosenwald, & Portante, (1998), observam que:

No início do século 16, no auge de seu poder, os incas, uma elite de poucos milhares de indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico, dominavam um dos impérios mais vastos da época. Seus domínios abarcavam mais de quatro mil quilômetros, ao longo da cordilheira dos Andes, no território que hoje se estende desde a fronteira sul da Colômbia até Santiago do Chile e o noroeste da Argentina. Os incas chamavam seu país de Tahuantinsuyu, “os quatro Cantos”, nome que refletia a divisão oficial em quatro áreas, tendo Cuzco como centro. Nesse território vivia, em submissão total aos incas, uma população que, segundo estimativas, compreendia de sete (7) a nove (9) milhões de pessoas de mais de cem grupos étnicos. Desafiando as teorias clássicas convencionais acerca das condições necessárias para que uma civilização atinja um alto grau de evolução, os extraordinários incas

2 Tradução própria do título original em francês : Le vol de l'histoire: Comment l'Europe a imposé le récit de son passé au reste du monde”

prosperaram sem conhecer a roda, nem a escrita. Com sua força de vontade e aplicando sua penetrante inteligência para tirar o melhor partido da energia humana, eles criaram, em menos de cem anos, uma sociedade de organizações mais complexa que o mundo já conheceu (Civita, Rosenwald, & Portante, 1998, 10-11).

As informações trazidas por estes autores são bem valiosas na medida em que mostram a existência de instituições, além de uma organização que, visto o tamanho do território e da população, pressupõe a existência de um aparato administrativo capaz e preocupados em prover serviços públicos, uma legitimidade e certamente “um monopólio da força ou de uso da violência (se necessário), satisfazendo as condições weberianos de Estado. Segundo Civita, Rosenwald e Portante (1998), graças aos enormes efetivos que conseguiram mobilizar- por vezes muitas centenas de milhares de homens – e à qualidade de suas armas de curta e de longa distância, os incas, dispunham antes da chegada dos espanhóis, da mais formidável força armada da América pré-colombiana. O que comprova a existência de Estados organizados, social, política, econômica e militarmente nas Américas pré-colombianas, que foram destruídos a partir da chegada dos colonos europeus.

Outra informação importante da citação está na divisão administrativa (quatro cantos), que denota uma descentralização do poder e da gestão pública, certamente, fonte da criação de uma sociedade de organizações complexas e de prosperidade. No entanto, vale ressaltar que a ideia do “monopólio da força ou de uso da violência como condição definidora do Estado” veio das práticas violentas desumanas e desumanizantes da colonização europeia. Esta premissa de “monopólio da força e de uso da violência” que veio da experiência violenta que antecedeu a transformação da cidade estado em Estado europeu a partir da conferência de paz de Westfália em 1648. Portanto, condicionar a existência do Estados ao “monopólio da força e de uso de violência, bases fundantes da colonização e dos colonizadores é, em si só uma prova de que homens políticos e militares que se consideram civilizadas e civilizadoras, usaram meios de terror contra populações das primeiras nações que despertariam a repulsa de pessoas verdadeiramente civilizadas (Paul, 2006). Na opinião de Paul, A natureza de sociedade autóctone das américas em geral e especificamente os Mi'kmaq, que professava a partilha e a liberdade de expressão, havia alcançado um nível tão alto de equidade na área dos direitos humanos que não conhecia nem a ganância nem a intolerância. Como se pode julgar uma população com estes valores antes de 1492 (chegada de Colombo às

Américas), como bárbaras e não civilizada, será que se as sociedades ditas “tradicionais” fossem tão “selvagens” quanto alegaram os colonizadores europeus, a colonização seria possível? As linhas a seguir nos permitem responder a estas perguntas pelo menos em parte:

Os Mi'kmaq viviam num país onde tinham desenvolvido uma cultura baseada em três premissas: a supremacia do Grande Espírito, o respeito pela Mãe Terra e o poder do povo, daí o seu profundo respeito pelas leis do Criador, dos poderes da Mãe Terra e os princípios democráticos de sua sociedade. Portanto, eles poderiam viver em um ambiente social harmonioso, saudável, próspero e pacífico. Os Mi'kmaq teriam achado inacreditáveis os conceitos europeus que dividiam as pessoas em uma hierarquia clara baseada em nascimento, cor, raça, ancestralidade, religião, ocupação, riqueza, política e muito mais. A ausência de preconceito entre a maioria dos povos aborígenes em relação às diferenças humanas é um dos melhores indicadores do grau de evolução que suas culturas alcançaram em termos de relações humanas. Eles atingiram um nível muito alto, onde a igualdade entre todos era reconhecida, um ideal que a sociedade moderna ainda busca alcançar (Paul, 2006, 21).

A harmonia da sociedade autóctone descrita por Paul, nos permite perceber que não se trata de uma sociedade selvagem, mais que isso, estas linhas ilustram que se trata de uma sociedade humanamente estruturada e organizada. A trilogia (a supremacia do Grande Espírito, o respeito pela Mãe Terra e o poder do povo), nos permite visualizar a presença de uma espiritualidade e religiosidade que contraria a ideia de que foram os colonizadores que trouxeram o monoteísmo /cristianismo ou a democracia (visto o poder do povo como princípio social) a esta sociedade. São estas premissas com foco nos princípios éticos e de convivência que regiam as práticas cotidianas e políticas dos povos originários das Américas e moldavam suas interações com a natureza e com outros seres humanos. Nestas sociedades, assim como em outras que Visentini definiu como pólos regionais autônomas, a natureza era vista como uma entidade sagrada e que todas as formas de vidas (animais, plantas ou até corpos de águas) tinham espíritos e mereciam respeito e proteção. Este valor de respeito e proteção da natureza, é ou pelo menos deve ser no século XXI, visto o aquecimento global, um dos princípios justificadores da integração nacional, regional e global.

Outro valor importante embutido nessa trilogia é a ideia de solidariedade comunitária, que consiste em ajuda mútua e compartilhamento de recursos. Segundo o autor, a comunidade Mi'kmaq era composta de

clãs familiares interconectados, em que cada indivíduo contribuía para o bem-estar coletivo.

Este princípio, além de contrariar os pilares das relações sociais e internacionais westfalianas que se traduzem nos conceitos como “sobrevivência, poder, autoajuda e o estado de natureza”, sugere a contribuição de cada indivíduo para o bem de todos. Neste sentido, a Guerra é vista como necessária, já que vive-se em um mundo onde os poderosos fazem o que têm poder de fazer e os fracos aceitam o que têm que aceitar e o medo de não sobreviver, o medo de deixar de existir, leva os Estados a iniciarem e se engajarem em guerras (Messari, 2005).

Por isso, a tomada de decisão nas comunidades e povos originários, é baseada em consenso. Segundo Paul (2006), no caso das comunidades tradicionais canadenses, as decisões dentro da tribo eram feitas de forma democrática, onde os líderes e membros discutiam os assuntos até alcançarem um consenso. Ou seja, valorizavam a inclusão e acreditavam que todas as vozes deveriam ser ouvidas e respeitadas. Percebe-se que esta trilogia de premissas Mi'kmaq, se aplicada no contexto dos atuais Estados da América Latina, resolveria parte dos problemas sociais e políticos facilitando assim, a harmonização das relações internas para em seguida levar esta harmonia em nível regional.

A segunda parte da citação, justifica a escolha do título desta sessão (O roubo da História ou o silenciamento do passado?), pois mostra que as marcas da selvageria, da barbaria, da injustiça, da desigualdade, das instabilidades sociais, políticas, culturais e geopolítica inclusive da atualidade, são invenções e conceitos da Europa. Segundo Yazmin Lenci (2014), a colonização europeia minou as bases da estrutura social andina ao debilitar os princípios de reciprocidade e redistribuição que regulavam o funcionamento normal da economia nativa. Nas sociedades incas, segundo esta autora, após a conquista, a coroa espanhola tomou o lugar da Inca, mantendo suas funções centralizadoras e abandonando a prática de redistribuição estatal do excedente. Portanto, constata-se que a civilização ou civilidade, o humanismo, as políticas sociais (redistribuição de excedente), valores positivos que justificariam uma integração regional no século XXI, estão na cultura local andina, muito antes da chegada do colonizador e os valores da discórdia, da desintegração, da desigualdade, a falta de humanismo, as violências entre outros, são legados da colonização europeia.

Assim pode-se concluir, que primeiro, a Europa se apropriou dos valores locais e atribui seus valores às sociedades colonizadas para justificar sua superioridade, que por si só é um indicativo na medida em que localmente, não há necessidades de hierarquização. Segundo, houve e continua tendo um silenciamento assustador e criminoso sobre os valores destruídos dos povos colonizados, a ponto de justificar o complexo de inferioridade internalizado pelo colonizado.

A terceira parte da citação faz referência a “ausência de preconceito em relação às diferenças humanas” é muito mais impactante ainda quando pensamos que está se falando de uma sociedade que teve estes valores antes do século XV, ou seja, antes do surgimento do Estado europeu, antes do século “des Lumières” do renascimento, da revolução francesa (citada hoje como origem dos direitos Humanos) com os gritos de “*liberté, égalité, Fraternité*”, que não passam de um grito, sem efeito prático, visto que, na mesma época se escravizava, se colonizava, se evangelizava em nomes destes valores.

Ora para as sociedades latino-americana e afro-latina (indígena, africanas e afrodescendentes) estes valores eram, já práticas comuns reconhecidas entre todos e para todos. Inclusive, é este reconhecimento das igualdades entre todos que vai dar segurança e liberdade aos primeiros colonizadores que chegaram no novo mundo. Nesta ótica, Paul (2006) é categórico ao afirmar que “em retrospecto, a colonização não teria acontecido se os nativos não tivessem atingido esse nível antes de 1492, pois, com sua pele clara e religiões estranhas, os europeus teriam sido **escravizados, repelidos ou exterminados**³ ao chegarem”.

Voltando a questão principal em análise nesta reflexão, que é pensar as bases da consolidação da integração regional na América Latina, há de concordar que um dos principais gargalos da integração está atrelado a herança colonial europeia descrita por Paul como os conceitos europeus (*que dividiam as pessoas em uma hierarquia clara baseada em nascimento, cor, raça, ancestralidade, religião, ocupação, riqueza, política e muito mais*).

Esta divisão e hierarquização (social, econômica, racial, cultural, religiosas e territorial) constituem a base da formação do Estado nas Américas. A legitimação e normalização destas divisões e hierarquias, constitui a base dos diversos problemas do Estado na América Latina, e consequentemente, pode ser uma barreira para a integração regional, na medida em que, sem harmonia interna, a projeção externa pode ser falha e

3 Grifo nosso.

ineficiente. Estas divisões e hierarquizações constituem mudanças drásticas no rumo da humanidade nos planos da modernidade, da modernização, na medida em que permitiram a invenção de um sistema que viabilizasse o projeto colonial, imperialista e escravocrata, baseado na ideia do Estado Nação Westfaliano (Alpha Diallo, 2023, 70), formado por aqueles que se autodenominam de “descobridores do novo mundo” como bem observa, Élise Marienstras (2013, 6):

As cronologias habituais, por exemplo, tornam-se aberrantes quando aplicadas aos nativos do “Novo Mundo”, que são então relegados para a “pré-história” ou para uma história “pré-colombiana” até 1492, como se a descoberta de Cristóvão Colombo tivesse sido um acontecimento em sua história, ou como se a chegada dos Brancos os tivesse despertado de um longo sono e provocado em suas sociedades a mutação brutal que agora lhes teria permitido figurar na era histórica!

Estas linhas de Marienstras, mostram a importância e o papel que a academia e os acadêmicos desempenharam e ainda desempenham na invenção, legitimação de códigos, conceitos e inverdades em detrimento das vítimas do processo escravocrata, colonial e imperialista. Exatamente, a “descoberta das américas” é tida como um fato extraordinário como aparece numa das mais importantes Obra do século XVII: *A Riqueza das Nações* de Adam Smith que afirma que “*A descoberta da América e de uma passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos da história da humanidade* (Smith, 1983, 100).

Marienstras, mostra em suas linhas, aquilo que Edward Said (2007), chamou de “orientalismo” e que significa várias coisas interconectadas e sendo a acadêmica a primeira e mais aceita, a segunda é o estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre oriente e ocidente (que no nosso caso seria entre Europa e as Américas). Este Orientalismo acadêmico que vai consolidar a ideia de “descobrimento” das América por Colombo, a ideia de um novo mundo, assim como a ideia de “incivilidade” das sociedades autóctones, para justificar a colonização. A respeito destes acadêmicos, políticos, missionários (...) etc. segundo Césaire (1971, 17), a todos os que achavam e acham lícito aplicar aos povos extra europeus, em benefício das nações mais fortes e mais bem equipadas uma espécie de expropriação pela causa da utilidade pública era já Hitler quem falava.

O terceiro significado do orientalismo, afirma Said (SAID., 2007), pode ser discutido e analisado “*como a instituição autorizada a lidar com o oriente, fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o,*

ensinando-o colonizando-o, governando-o: em suma, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o oriente”. (“Miolo ... CAPA Christine Greiner ... organiz indd - Livriz”) Aplicando este significado às Américas, pode-se perceber como acadêmicos (e a academia) de várias áreas contribuíram na inferiorização dos povos originários, para justificar e permitir a colonização. Ora, Aimé Césaire (1971, 18), observa que, ninguém coloniza inocentemente e também ninguém coloniza impunemente; uma nação que coloniza, justifica a colonização, é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida, que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é o seu castigo. Assim percebe-se a estrutura analítica proposta por Said não se aplica somente ao oriente e aos orientais, mais aos povos não europeus, pois serve de base para dar sustentáculo aos projetos da Europa escravocrata, colonial e imperialista, que levou ao resto do mundo uma “civilização doente e ferida”. É neste sentido que Walter Mignolo (2007) argumenta com razão que “América Latina” é uma invenção colonial eurocêntrica, criada para manter a dominação cultural e epistêmica após o fim do colonialismo político; superar isso exige uma descolonização do saber e do ser baseada em perspectivas locais e plurais.

Como pode-se pensar em nome da integração regional, importar e copiar o modelo desta Europa “civilizadora” na América Latina, cujo equilíbrio foi perturbado pela chegada dos primeiros europeus, e pelas epidemias que eles trouxeram consigo? Segundo Marienstras, (2013, 46-47), de uma terra que diziam ser vazia e virgem, mas que era habitada e cultivada, os europeus fizeram uma terra “viúva” e “desértica”. A autora lembra que:

Mais do que as primeiras colônias (espanholas do século XVI e inglesas do século XVI), foram os poucos navegadores e pescadores que, a partir do início do século XVI, tocando temporariamente as costas para comerciar com os “selvagens”, deixaram o novo continente um legado de micróbios e dos vírus da varíola, cólera, gripe, contra os quais eles próprios eram imunes, mas que produziram, segundo uma estimativa recente, um massacre de 90% da população indígena em um século (Marienstras, 2013, 47).

Além deste legado de micróbio e de vírus, que pode ter sido superado na atualidade, as colônias deixaram por trás a ideia do escravismo, de raça, do racismo, do preconceito, da violência, desumanização, fragmentação e divisão, que ainda na atualidade, continuam minando a integração social

política, cultural religiosas das unidades nacionais (Estado Westfaliano), atores fundamentais da integração regional latino-americana.

As linhas a seguir, resumem bem o tipo de sociedade e de relações que tínhamos nas América antes da chegada dos europeus:

Nosso povo vive neste continente há dezenas de milhares de anos. Vivíamos em harmonia com a natureza. Em nossas culturas, o respeito pela vida em todas as suas formas, o respeito pelas pessoas e comunidades eram valores importantes. Nossas sociedades e nações (ou “tribos”) são baseadas em uma estrutura familiar. Não temos famílias “nucleares”; incluímos na família imediata avós, tios e tias, e primos de primeiro grau. A família extensa inclui primos de segundo grau, etc. Com base na família de parentes próximos, nossas sociedades são organizadas em clãs, bandos e, finalmente, em nações (ou tribos). É claro que nossas famílias são o elemento básico, o elemento-chave da nossa existência. Acontece que esse sistema funcionou bem para nós, não criou conflitos com outros povos e estava em harmonia com nossa Mãe Terra. Também descobrimos que outros sistemas, quando impostos a nós, não nos serviam (Marienstras, 2013, 40).

Portanto, entre os séculos XV e XX, passou-se nas Américas de uma sociedade que vivia em harmonia entre si e com a natureza, onde o respeito pela vida em todas as suas formas era lei, o respeito pelas pessoas e comunidades eram valores importantes, para uma sociedade desarticulada, destruidora do meio ambiente, individualista e violenta. Como a integração regional tem como objetivo gerar um bem-estar no sentido amplo (econômico, político, cultural, religiosas etc.) maior da sociedade, percebe-se que o resgate dos valores das comunidades ditas “tradicionais”, pode ser um grande passo para a integração regional, e principalmente, para a criação de condições favoráveis ao florescimento da dignidade humana. Uma destas condições poderia ser a implantação de ideias como a interculturalidade crítica intimamente ligada ao projeto de descolonização, compreendida não apenas como uma superação política do colonialismo, mas como uma mudança profunda nas formas de pensar, viver e relacionar-se proposta Catherine Walsh (2009).

Neste sentido, entende-se que não há como criar condições favoráveis à integração regional sem levar em conta a presença milenar das nações indígenas, que tinham, segundo Marienstras (2013), uma sociedade integrada na qual os indivíduos, são vistos em uma relação indestrutível como grupo e o grupo em uma relação global com o universo. Ou seja, a integração deve buscar suas bases no micro, na unidade básica da organização social, econômica, cultural e política, que é o indivíduo,

a família, a comunidade em seus diferentes níveis administrativos, enfim uma integração por baixo. Neste sentido Maria Rostworowski, em sua obra intitulada **História del Tahuantinsuyu** observa que:

El mundo andino prehispánico se vio obligado a buscar su propio desenvolvimiento, a encontrar la solución a sus problemas y sus necesidades ahondando en sus raíces más profundas. El hombre andino logró dominar la áspera naturaleza uniendo esfuerzos y concibiendo métodos para superar la inclemencia del suelo. su espíritu comunitario y organizativo le permitió vencer las desventajas y circunstancias adversas. Este espíritu, este recogimiento sobre sí mismo, fomentó y dio como fruto una fuerza creadora e innovadora que le permitió encontrar la solución a sus angustiosos problemas. (“Racionalidad Andina”) (...)

El deseo indígena hacia la unidad se expresa a través de la voz Tahuantinsuyu, que significa las cuatro regiones unidas entre sí, y que manifiesta un intento o un impulso hacia la integración, posiblemente inconsciente, que de manera lamentable nunca se logró y que se vio truncada por la aparición de las huestes de Pizarro; faltó tiempo a los cusqueños para consolidar sus propósitos (Rostworowski, 1999, 18-19).

Estas linhas trazem valores importantes a serem resgatados para a atual integração Latino-Americana, que são entre outros, a capacidade de buscar o seu próprio desenvolvimento, de encontrar soluções aos seus problemas unindo forças, e criando métodos próprios apesar das dificuldades que se apresentam. Além disso, é óbvio que a integração passa pelo desejo da unidade (política, econômica, securitária, sociocultural) expressa através das quatro regiões unidas (Chinchaysuyu, Antisuyu, Collasuyu e Cuntisuyu), que englobaria hoje geograficamente Peru, Equador, Colômbia, Chile, Argentina. Certamente, como o próprio autor lembra, esta região da América Latina, seria na atualidade integrada se tal processo não fosse interrompido pela chegada dos colonizadores europeus e a imposição do seu modelo de Estado, baseado na fragmentação territorial, cultural, social e política. Na contemporaneidade, a consolidação da União das Nações Sul-americanas-UNASUL, aparece como uma solução reparatória desta fragmentação causada pela colonização

Estado westfaliano: escravocrata, racista, colonialista e desintegrador

O conceito de Estado Westfaliano, derivado da Paz de Westfália (1648), solidificou o sistema de soberania estatal onde cada estado é o

único responsável por seus territórios e, dentro deles, detém a autoridade suprema. Nos períodos subsequentes da conferência de Paz de Westfália, muitos estados que adotaram o modelo westfaliano participaram ativamente do comércio transatlântico de escravos. Este, por sua vez, teve como consequências o racismo como bem mostra Eric Williams, em sua obra *Capitalismo e Escravidão*:

A identificação da escravidão no Caribe com o negro, deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequências da escravidão. “O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão.” (“Williams, E. *Capitalismo E Escravidão*”) O primeiro caso de tráfico e trabalho forçado que se desenvolveu no Novo Mundo dizia respeito, em termos raciais não ao negro, mais ao índio (Williams, 2012, 34-35).

Assim, pode se afirmar que o conceito de raça e de racismo, se não surgiram no século XVI, juntamente ao nascimento do Estado europeu-westfaliano, foi consolidado por ele. O conceito de raça data do século XVI compreendendo a ideia de “grupo ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum”, já as teorias deterministas raciais surgiram em meados do XVIII (Schwarcz., 2009, 16). Curiosamente, este período de meado do século XVIII e início do século XIX coincide com a luta europeia pela libertação dos escravizados europeus católicos brancos, por meio de compra; (2) a constituição da identidade nacional na Europa, principalmente na França; (3) a presença europeia na África (Diallo, 2022). Neste sentido, Robert Davis (2004), em sua obra “Escravos Cristãos, Senhores Muçulmanos: Escravidão branca no Mediterrâneo, na costa na Berbéria e na Itália de 1500 a 1800”, afirma que si a escravidão vem sendo praticada desde os primórdios da história, em vários lugares, com suas raízes entranhadas nas culturas clássicas do Egito, Grécia e de Roma, assim como nos impérios ameríndios no México e na América central, entretanto, foi no início da era moderna que a escravidão tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico deu um salto de qualidade e de quantidade, até que ambas se tornarem instituições de larga escala e alto grau de eficiência (Davis, 2004).

Segundo Davis (2004), a causa, ao menos em parte, parece ter seu nascedouro nos eventos de 1492, quando Cristóvão Colombo levantou âncoras e zarpoou em busca de um novo mundo para a Europa, e assim, colocou em prática todos os mecanismos de conquista e exploração extrativista que, dali a algum tempo, dariam origem ao amplo sistema

de plantações baseada em mão de obra escrava predominantemente nos continentes americanos.

Eric Williams, em sua obra *Capitalismo e Escravidão*, vai na mesma linha ao afirmar que, em 1492, ao “descobrir” o Novo Mundo em nome da monarquia espanhola, Cristóvão Colombo desencadeou a longa e acirrada disputa internacional pelas possessões coloniais que até hoje, passados 450 anos, continua sem solução (Williams, 2012, 29). Portanto, o nascimento do Estado westfaliano, aprofunda e exporta as práticas desumanas, entre as quais a violência, a escravidão, a raça e o racismo, que pavimentaram as bases do dito Estado soberano “moderno”. O conceito de soberania permitia que cada estado decidisse suas políticas internas sem interferência externa, o que facilitou a manutenção e expansão da escravatura nessas nações. Em suma, percebe-se que, escravismo, racismo, colonialismo, e capitalismo, são palavras ou conceitos chaves da formação, da manutenção e da transferência do Estado westfaliano ou Estado moderno, como é comumente chamado pelos inventores e descobridores do “Novo Mundo”.

Charles Tilly (1996), em sua obra intitulada: *Coerção, Capital e Estados Europeus*, lembra que até meio milênio atrás, a Europa continuava sendo uma periferia relativamente distantes para uma teia complexa de cidades, Estados e economias cujo eixo principal se estendia da África do Norte ao Pacífico através do Oriente Médio, da Índia e da China. Neste mesmo período, a América do Sul e a América Central produziam os prodígios dos incas; dos astecas e de outras civilizações. As organizações políticas, econômicas, culturais e religiosas destas civilizações eram humanamente conectadas, harmoniosas, instáveis e prósperas. Na mesma época, o feudalismo dominava a Europa, portanto, a formação do Mundo contemporâneo corresponde a um período de transição do feudalismo ao capitalismo (Visentini & Pereira, 2008), que passa da divisão do mundo em pólos regionais autônomos⁴ para criação do Estado Nacional. Se nas civilizações anteriores (Astecas, Maias e Incas), apesar da existência de discórdia e conflitos, a paz, a harmonia eram os elementos de peso na fundação da unidade comunitária, “nacional”, na Europa do século XV em diante, a Guerra, a coerção e a violência são entre outros os elementos chaves para a formação do Estado.

É neste sentido que em “Coerção Capital e Estados Europeus” Tilly, chama a atenção para a enorme importância que a guerra e os preparativos

4 Entre eles podemos mencionar os Astecas, os Maias, os Incas, a cristandade da Europa Ocidental, o mundo arabo-islâmico, a Pérsia, a China, o Japão, a Índia e os impérios da África Negra como Zimbábue, Mali, Benin, Angola, Congo.

para a guerra tiveram na formação do Estado moderno (europeu). Segundo o autor, a guerra obrigou os Estados europeus a organizarem exércitos e marinhas, a extrair de suas populações recursos, homens e a instituir organizações para esses propósitos. Por sua vez, o aumento do poder militar permitiu que os governantes controlassem as suas populações de forma mais estrita. Esta necessidade de extração de recursos e do controle da população explicam, pelo menos em parte, a intensificação da escravidão assim como seus processos desumanizantes nas Américas, que desde então, recebiam imigrantes vindos de todas as partes do mundo. Segundo Tilly (1996), dentro de uma geração, estes imigrantes assimilaram facilmente as culturas políticas dos Estados Europeus a que se dirigem, pois, características raciais inatas não poderiam produzir com tanta rapidez diferenças tão grandes em termos de dominação, criatividade e desempenho político. Ou seja, o Estado europeu conseguiu em um curto período, mudar as estruturas sociais, econômicas e culturais das comunidades colonizadas.

Outro trabalho muito sugestivo de Charles Tilly, é um capítulo de livro publicado em 1985 sobre o título: *War Making and State Making as Organized Crime*, no qual o autor estabelece uma analogia entre os Estados e os esquemas de chantagem em que criminosos organizados ameaçam com violência e depois cobram um pagamento em troca de “proteção” contra essa ameaça. Segundo Tilly (1985), um Estado institui esse sistema quando a repressão do Estado representa o maior perigo para o bem-estar de sua população, ou quando ele próprio inventa ou provoca inimigos, domésticos ou estrangeiros, contra os quais fornece “proteção” (“A lógica capital x coerção no Espírito Santo da Primeira República”) Isso constitui uma caracterização particularmente hábil da formação inicial do Estado na Europa.

Portanto, o modelo europeu de Estado — originalmente concebido em contextos históricos, políticos e sociais específicos da Europa — foi imposto aos territórios colonizados, tornando-se, desde 1955, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CCA), a principal referência nos projetos de integração regional. A adoção acrítica desse modelo, frequentemente descolado das dinâmicas e complexidades locais, evidencia a persistência de lógicas eurocêntricas e neocoloniais nos processos contemporâneos de construção institucional.

Será que não se percebe que a Integração regional europeia é a substituição do Estado, por uma unidade maior, onde o título provocativo de Tilly, “a Prática da Guerra e a Criação do Estado, como Crime

Organizado”, continua válido? No caso, a integração regional, não tem como objetivo melhorar a capacidade coercitiva e extrativa do bloco? Outro elemento de suma importância que não se pode perder de vista ao analisar os modelos europeus de estados e de integração regional, é o fato de que os dois surgiram da necessidade de evitar conflitos e guerras entre europeus. Assim tanto como a Paz de Westfália, garantiu a concórdia entre europeus, viabilizando deste modo, os projetos, escravocratas, coloniais e imperialistas, a criação da comunidade de Carvão e aço antecessora da atual União Europeia, permitiu a aproximação dos europeus num momento de paz relativa entre europeus (fim da segunda Guerra Mundial) e permitiu aos mesmos se focarem na Guerra Fria e das suas dinâmicas neocoloniais.

Deste modo, pode perceber-se que os modelos europeus de Estado e de integração são apropriados somente, para os que se ergueram economicamente transferindo o ônus da violência (coerção) e da extração para a acumulação de capital em outras partes do mundo por meio da escravidão, da colonização, do imperialismo e do capitalismo. Mas, além desta transferência de ônus, a imposição deste modelo de estado (e de integração) as periferias colonizadas, condicionou a sobrevivência do mesmo a manutenção e continuação da estrutura sociocultural, política, econômica e de seus princípios de hierarquia, injustiça, desigualdades sociais, econômica, políticas, culturais, religiosas; de desprezo pelo outro, em suma desumanizante. A colonização, segundo Césaire:

Desumaniza o homem, mesmo o mais civilizado; que a ação, o empreendimento e as conquistas coloniais, baseadas no desprezo pelo homem indígena e justificadas por este mesmo desprezo, contribuem inevitavelmente para modificar quem as empreende; que o colonizador que, para sossegar a consciência, se habitua a ver no próximo o animal, é levado a tratá-lo realmente como um animal, e tende a objetivamente transforma-se em animal (Césaire, 1971, 20-21).

Estas palavras de Aimé Césaire resumem bem o legado do Estado Westfaliano às regiões onde, este foi imposto e implantado como na África e na América Latina. Neste último caso, se olharmos atentamente, a estrutura social, econômica, cultural, política, religiosa, etc. inevitavelmente, nos deparamos, na prática com desumanização, desprezo do homem não branco. Nesta sociedade hierarquizada, é comum deparar-se com pessoas que acreditam ter direitos de transformar e tratar o outro como animal. Estes atos de animalização do outro são na maioria das vezes justificados e fundamentados nas diferenças raciais, econômicas, religiosas e de gêneros criadas pelo escravismo, o colonialismo e o imperialismo.

Neste sentido, Rafael de Bivar Marques ao escrever o prefácio do Livro de Eric William *“Capitalismo e escravidão”* versão brasileira publicado em 2012, chama atenção do leitor sobre a importância conferida às economias das regiões tropicais do Novo Mundo para a formação do capitalismo europeu, o peso decisivo da escravidão negra nelas, os impactos negativos da herança colonial escravista para as formações nacionais no Caribe e na América Latina.

A integração regional na América Latina, não seria uma busca de superação dos impactos negativos desta herança colonial escravista? A insistência da academia em querer importar, impor, ou copiar o modelo europeu de integração, mesmo sabendo que, “os modelos são como remédio potencialmente úteis que carregam efeitos colaterais aleatórios, porém muito grave “conforme Nassim Nicholas Taleb (2008, 25), não seria arriscado demais? Dito de outra forma, adotar o modelo europeu de integração, seria no mínimo, contrariar os pais fundadores dos Estados latino Americanos como José Martí, cuja proposta era “buscar a unidade estreita entre as nações latino-americanas, que, no seu entender, deveriam superar suas desavenças, erradicar o que de colonial restava dentro delas e pensar formas novas de reorganização interna para poder, assim, fazer frente aos desafios que o mundo moderno e o apetite expansionista do seu vizinho do Norte colocavam para o século XX afirma José Martí (2005).

Vê-se nessas linhas as bases fundantes de um processo de integração regional latino-americanos que pode dar certo na medida em que outorga autonomia, independência, e um espírito de solidariedade que leva a defesa de interesses comuns aos povos da região independentemente de cor, raça, religião e origem social semeada nas Américas pela conquista e colonização europeia no século XVI. Neste sentido Anibal Quijano (2000), lembra que a conquista da América, no século XVI, não apenas inaugurou o colonialismo europeu, mas fundou um novo padrão mundial de poder, que perdura até os dias atuais. Esse padrão se caracteriza pela articulação entre dominação racial, exploração econômica e controle epistêmico, formando as bases do sistema-mundo moderno e capitalista. Quijano (2000) sustenta que a colonização introduziu a classificação social da população com base na ideia de “raça”, invenção que justificou a exploração dos povos não europeus e organizou o trabalho de forma hierárquica — europeus no topo, indígenas, africanos e mestiços nas posições subalterna.

Assim, A discriminação com base na cor da pele apresenta diferentes nuances, desde o cerco implacável dos vermelhos do Alasca até a

condição miserável do imigrante chinês e a agressão brutal contra os negros em Nova York e Nova Orleans; ou atualmente no Brasil, na Argentina ou em qualquer outro país da região, constitui uma barreira herdada do escravismo e da colonização europeia, a integração dos povos e das nações latino-americanas. ou seja, a integração dos povos e a eliminação das barreiras herdadas do Estado colonial e escravocratas constitui um dos grandes desafios a integração regional latino-americano.

Os desafios da integração latino-americana: problemas herdados da escravização e da colonização

Esta terceira e última parte do texto tem como objetivo analisar como parte da herança escravocrata, colonial, imperialista e racista constituem barreiras para o fortalecimento e a concretização da integração regional latino-americana. É importante lembrar que falar do Estado moderno, significa do ponto de vista histórico, lembrar que durante os séculos XVII e XVIII, muitos estados que adotaram o modelo westfaliano participaram ativamente do comércio transatlântico de escravos. O fim formal deste comércio foi decretado com os processos de revoluções e independências nas Américas no século XIX, e, coincidentemente, a integração latino-americana tem suas raízes no ideal de independência dos países latino-americanos e na busca por uma união política e econômica entre eles. É nesta ótica, que, entende-se que a integração regional Latino-Americano, é em parte uma forma de resistência ao colonialismo europeu, donde a descrença da eficácia do modelo para a América Latina.

Escravização e seu legado para o Estado latino-americano

A escravização é descrita pela Organização das Nações Unidas (ONU,1953), como a condição de uma pessoa sobre a qual qualquer ou todos os poderes relacionados ao direito de propriedade são exercidos (Diallo, 2022). Vale dizer que há uma certa concordância entre acadêmicos que, a escravização não começou no século XV, muito menos foi praticada somente contra africanos negros, já que acontecia tanto no Egito quanto na Grécia e na Roma Antiga (Davis, 2004; Diallo, 2022; Rotman, 2009). Neste sentido, acredita-se que a evolução da escravização pode ser vista como parte da evolução das sociedades medievais, que se estende muito além do contexto econômico para o qual tem havido uma tendência a

definir a escravização. Neste mesmo sentido Williams (2012), argumenta que a escravidão foi uma instituição econômica de primeira importância do imperialismo e do capitalismo e, tinha sido a base da economia grega e erguera o Império Romano, mas também que:

“Nos tempos modernos, forneceu açúcar para as xícaras de chá e café do mundo ocidental.” (“Curso de Serviço Social - repositório. unifesp.br”) Produziu algodão que foi a base do capitalismo moderno. Constituiu as ilhas do Caribe e as colônias do sul dos Estados Unidos. Numa perspectiva histórica, a escravidão faz parte daquele quadro geral de tratamento cruel imposto às classes desfavorecidas, das rigorosas leis feudais e das impiedosas leis dos pobres e da indiferença com que a classe capitalista em ascensão estava “começando a calcular a propriedade em termos de libras esterlinas e [] Se acostumando com a ideia de sacrificar a vida humana ao deus do aumento da produção (Williams, 2012, 32).

Estas linhas de Williams, relatam parte do legado do Escravismo aos países da América Latina, que precisam ser combatidas para a consolidação do Estado, visto como premissa para os processos de integração regional. O primeiro ponto, importante aqui é a própria existência de “classes desfavorecidas”. Numa sociedade, que se queria, civilizada e democrática, a existência desta classe (desfavorecida) e ainda submetida a um “tratamento cruel” é um problema grave a ser enfrentado pelo Estado soberano. No entanto, sabe-se que o Estado nacional/soberano na América Latina em geral, e particularmente no Brasil, durante muito tempo, esteve a serviço de poucos em detrimento de uma maioria, racializadas, marginalizada, empobrecida e periferizada pela tribalização, do Kdnapping do Estado, de seus agentes e de todos os seus aparelhos durante décadas pelas elites políticas, econômicas, culturais, religiosas e militares brancas (Kally, 2022).

O segundo ponto, é a observância da contradição entre o princípio de que “todos são iguais perante a lei” presente em grande parte das constituições dos Estados Latino America, e a constatação de que, ainda hoje pode-se falar de “leis de pobre” no Estado latino-Americano moderno, pois, mesmo se teoricamente, legalmente isto não existe, na prática isto é uma realidade. Um “tour” nas grandes cidades e centro Urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo Salvador (no Brasil); Buenos Aires (na Argentina); Lima no Peru ou Caracas, na Venezuela etc. ou nas prisões, comprova facilmente de que “a igualdade perante leis” somente existe no papel, na prática, é a desigualdade perante a lei que impera.

No Brasil, em caso de prisão, por exemplo, o portador de diploma universitário tinha direito a prisão especial até março de 2023, quando foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal.

Segundo o relator do caso, o Ministro Alexandre de Moraes, a medida é discriminatória, promove a categorização de presos e fortalece desigualdades. Mas quem poderia ter diploma universitário, se a maioria dos cidadãos nem tivesse direito à educação básica. A lei da Educação, votada em 1837, dizia que era formalmente proibido aos negros de origem africana de frequentar o ensino público no Brasil, foi colocada em prática apenas quinze anos depois da independência segundo Alain Pascal Kaly (2022) para melhor consolidar a excepcionalidade da racionalidade do branco, as novas autoridades imperiais brasileiras criaram diversas leis⁵ entre as quais pode citar-se a Lei da terra (1850) que buscava evitar que o negro reorganizasse sua vida com dignidade; a Lei do Ventre Livre (1871); a Lei do Sexagenário (1885); a Lei da Vadiagem (1890). Enfim, estas leis têm em comum além de buscarem consolidar a excepcionalidade do branco, manter marginalizado, animalizado e desumanizado o negro no Brasil, e infelizmente, até neste século XXI, a vida do não branco continua sendo organizada pelo espírito destas leis do século XIX.

Um terceiro ponto, que vale destaque na citação de Williams, é a ideia de “sacrificar a vida humana ao deus do aumento da produção”, que não deixa de ser uma realidade nas sociedades capitalistas hierarquizadas e principalmente racializadas como as das Américas, outra hora chamadas de “Novo Mundo”. Infelizmente ainda na atualidade, este sacrifício de vida continua sendo um dos elementos de enfraquecimento do Estado brasileiro e certamente latino-americano, pois, segundo dados do Atlas da Violência⁶ no Brasil em 2024, setenta e seis vírgulas cinco (76,5%) por cento das vítimas de homicídio eram negros, e para cada 100mil homicídio, vinte e nove virgula sete (29,7%) são negros, dez virgula oito por cento (10,8%) não negros e destes vinte e um virgula cinco (21,5) são indígenas (IPA, 2024).

5 Lei da terra (1850), que pretendia organizar a propriedade privada, mas, por coincidência, ela foi votada e aprovada no mesmo momento que a lei Eusébio de Queiroz que estipulava o fim do tráfico e da escravatura. A lei do Ventre Livre de 1871, que estipulava que as crianças nascidas de mães escravas poderiam ser livre desde os 21 anos; a Lei do Sexagenário, que obrigava aos donos de escravos a libertarem todos/as que tinham sessenta anos ou mais e a Lei da Vadiagem de 1890 cujos artigos visavam a disciplinar de forma drástica o corpo e a racionalidade do negro (Kally, 2022, 27)

6 Dados acessíveis <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/81f69453-baf0-4e6a-9f61-f4f6950b1317>>

Em relação ao “Novo Mundo”, Sylvie Laurent, em sua obra intitulada *“Capital et Race: Histoire d’une Hidre Moderne”*, publicada em 2024, lembra que a aventura de Cristóvão Colombo em sua “descoberta” de um continente providencial, revelou tanto as maravilhas infinitas da terra como a capacidade sem precedentes dos homens para se libertarem das fronteiras e dos constrangimentos. Segundo a autora, a invenção da América foi mais do que uma história, pois estabeleceu uma nova relação com a natureza e os homens que viram então *o capital e a raça* irremediavelmente unidos (Laurent, 2024). Esta união entre capital e raça teve e tem um forte impacto na institucionalização das perigosas “democracias” etnicamente exclusivas, do negacionismo desumanizante, da instalação da arrogância e do complexo de superioridade do branco nas sociedades latino-americanas (Kally, 2022). Segundo este autor, depois das independências dos países das Américas, e da Europa, os debates científicos sobre as raças e suas hierarquizações culminaram com a total negação da humanidade do não branco, a fim de legitimar a excepcionalidade do branco e de seu direito universal, enquanto, o século XIX marcou uma virada política e jurídica decisiva na história violenta das Américas: a independência quase total das antigas colônias, mas também a abolição legal da escravidão.

Entretanto, as elites de cada país também criaram, novas e sofisticadas engenharias para alcançar mutações coloniais e colonialistas lucrativas, para melhor manter os ex-escravizados e seus descendentes em uma nova forma de servidão: insegurança alimentar, ausência de uma política de saneamento nos bairros “negros”, violência policial e judicial, profissões mal remuneradas, vidas precárias e futuros incertos, etc. Esta nova engenharia visava a preservação e a segurança dos interesses do homem branco; visava também estabelecer-lo como ser humano singular e, conseqüentemente, como referência absoluta de racionalidade, religiosidade, estética, beleza, moral, humanidade e humanismo (Kally, 2022, 17)⁷

Estas novas e sofisticadas engenharias, continuam acompanhando o Estado na América Latina ainda no século XXI, por isto, o grande desafio para a consolidação da integração é estrutural; por isto, deve ser enfrentada

7 Tradução nossa. Texto original em Frances : Cependant, les élites de chaque pays créaient aussi de nouvelles et sophistiquées ingénieries pour réaliser de rentables mutations coloniales et colonialistes, pour mieux maintenir les ex-esclavagisés et leurs descendances dans une nouvelle forme de servitude : insécurité alimentaire, absence d’une politique d’assainissement dans les quartiers de « nègres », violence policière et judiciaire, professions mal payées, vies précaires et lendemains incertains, etc. Cette nouvelle ingénierie visait la préservation et la sécurité des intérêts de l’homme Blanc ; elle visait aussi à l’ériger en unique être humain et conséquemment en référence absolue de rationalité, de religiosité, d’esthétique, de beauté, de moralité, d’humanité et d’humanisme (Kally, 2022, 17).

de forma dolorosa, mas necessária, que é se desfazer dos legados do Estado escravocrata e colonialista presente nas estruturas, nas leis e normas, mas principalmente, na prática política, social, cultural, religiosa etc. Para tanto, deve-se, interna e regionalmente, reinventar uma nova engenharia que, visa a preservação e a segurança do Homem e do ser humano (não do homem branco, índio, negro ou amarelo etc.). Portanto, a consolidação do Estado, da democracia assim como a integração regional latino-americana passa pelo rompimento das hierarquias, da excepcionalidade e das singularidades criadas a fim de continuar mantendo as estruturas e os privilégios do Estado westfaliano, escravocrata, colonial e racista. Isto passa pelo combate do eurocentrismo como uma forma de dominação do saber, uma visão do mundo que se apresenta como universal, racional e científica, ao mesmo tempo em que nega e inferioriza os saberes, culturas epistemologias dos povos colonizados (Quijano, 2000). Ou seja, pensar a integração latinoamericana, passa pela descolonização do poder e do conhecimento, e a busca de alternativas epistêmicas e sociais que reconheçam a pluralidade de saberes e experiências humanas como sugerido por Quijano. Tal processo de descolonização epistemológica e social implica superar o eurocentrismo e reconstruir uma modernidade verdadeiramente plural, fundada na igualdade e no reconhecimento das diversidades históricas e culturais. Estas diversidades são consideradas problemáticas no Estado Westfaliano, por isto ele constitui uma barreira à integração de sociedades com tais características como as da América Latina.

Estado westfaliano como barreira da integração regional latino-americana

Pensar a integração regional na América Latina, exige uma crença na consolidação e coesão interna dos Estados latino-americanos individualmente considerados. Ou seja, a integração regional econômica, social, política, cultural, religiosa e ambiental, da América Latina (ou de qualquer outra região do mundo) começa pela integração nacional dos países. No entanto, tudo isto é possível somente, se o objetivo principal da consolidação do Estado e da integração regional, for primeiro devolver a dignidade humana, o bem-estar social, econômica, cultural, política, etc. a todas as camadas sociais do continente.

No entanto, há de concordar que se de um lado, o século XIX marcou uma virada política e jurídica decisiva na história violenta das Américas, com quase a totalidade das independências das ex-colônias, mas também da abolição jurídica da escravidão. Do outro, viu-se a criação em cada nova unidade política, novas e sofisticadas engenharias para realizar rentáveis mutações colonos e colonialistas, para melhor manter os escravizados e seus descendentes numa nova forma de servidão, enquanto preserva e securitizar os interesses do homem branco, erigindo-o num único ser humano detentor de racionalidade, religiosidade, humanidade e humanismo (...) (Kally, 2022).

Como consolidar e fortalecer a integração de estados cujas estruturas ainda guardam com um certo “orgulho”, as marcas do período da escravatura e da colonização? Será que esta integração ao buscar o modelo europeu não está, consciente ou inconscientemente, a imagem do que aconteceu no século XIX, criando estruturas adaptadas para o momento, para criar, preservar e proteger nova forma de servidão no século XXI? Se analisarmos a situação sociopolítica, cultural, religiosa da América Latina, a luz da reflexão de Kaly, percebemos que vivemos em sociedades cujas características guardam as marcas das novas engenharias e estruturas criadas no século XIX, pois se caracterizam pela insegurança alimentar, ausência de políticas de saneamento nos bairros negros e nas aldeias indígenas, acrescida da violência policial e judiciária, profissionais mal pagos, vida precárias e um futuro incerto.

Neste sentido, analisar a integração regional a partir do fim da segunda Guerra Mundial (1945) e início do período da Guerra Fria, que viu o nascimento da comunidade de Carvão e Aço de 1955 que deu origem a atual União Europeia (EU), é inevitável fazer um paralelismo com a fase inicial do mundo Moderno (Paz de Westfália de 1648).

Recordamos que a paz de Westfália põe fim a uma guerra sangrenta e devastadora que durou trinta anos (1618-1648)⁸, causando a morte de algo entre quatro e sete milhões de pessoas e que ajudou a criar os exércitos permanentes como demonstra Joseph Cummins (2012). A Paz de Westfália foi também o ponto de partida, do chamado “Mundo Moderno” com a formação e a consolidação do Estado Europeu, conquistador, escravocrata

8 A Guerra dos Trinta Anos (1618–1648) foi um conflito extremamente complexo, envolvendo múltiplos Estados europeus ao longo do tempo. Inicialmente, começou como uma guerra religiosa entre protestantes e católicos dentro do Sacro Império Romano-Germânico (atual Alemanha e Áustria, principalmente), mas com o tempo evoluiu para uma luta mais ampla pelo equilíbrio de poder na Europa.

e colonizador das Américas. Desta mesma forma pode-se lembrar que a criação da Comunidade de Carvão e Aço (CCA), futura União Europeia (EU), surgiu depois da segunda Guerra Mundial que devastou a Europa e mais especificamente no contexto da Guerra Fria, que ameaçava a paz europeia. Portanto, comparando o contexto da Paz de Westfália e o da criação da União Europeia, percebe-se que são dois momentos críticos para a estabilização da Europa e da exportação da violência, da “animalização do outro” para fora do continente europeu e principalmente da fragmentação, divisão e racialização das relações econômicas, políticas, sociais e culturais do Mundo colonizado.

Ora a característica, a riqueza e a força de uma integração latino-americana estão na sua diversidade étnica, racial, cultural, linguística e religiosa como experimentamos com a convivência numa mesma sala de aula, de mais vinte nacionalidades, na Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA). Esta é uma realidade que certamente, por mais bem sucedida que seja a integração europeia, não encaixa no modelo de integração lá experimentado. Desta forma, a consolidação da integração demanda um distanciamento, e uma desconstrução das hierarquias, dos preconceitos, das marginalizações e desumanização herdadas do Estado Westfaliano, escravocrata, colonialista e racista.

Este estado é o inventor/criador e protetor, da exclusão, da marginalidade, da marginalização cívica, cidadão, jurídica, mas também do empobrecimento, material e humano de grande parte da sociedade que nele vive. Portanto, os atuais desafios da integração latino-americana, deve ser combater ou melhor se desfazer das estruturas e normas que foram criadas pelos Estados escravocratas, coloniais e herdados e de certa forma modernizados/sofisticados pelo Estado nacional. Pensar a integração a partir das premissas do liberalismo ou do neoliberalismo no sentido somente do mercado, da livre concorrência e do empreendedorismo, significa pensar a manutenção dos privilégios e da excepcionalidade do homem branco criado pela nova engenharia do século XIX. Como bem lembra Domenico Losurdo, o liberalismo foi, desde as suas origens, uma ideologia de classe ao serviço de um pequeno grupo de homens brancos, intimamente ligada às políticas mais antiliberais possíveis: a escravatura, o colonialismo, o genocídio, o racismo e o desprezo pelo povo (Losurdo, 2014). Este autor ao analisar o período histórico que vai do século XVII ao século XX, focando principalmente nas obras dos principais pensadores do liberalismo tais como Locke, Burke, Tocqueville, Constant, Bentham ou Sieyès, conclui que o liberalismo é uma nova engenharia (para usar a

expressão de Kaly) para a manutenção da Escravidão por outros meios. John Locke, que proclamava que “ninguém deve causar mal à vida, saúde, liberdade ou propriedade”, era proprietário de escravos, segundo Losurdo. Certamente a defesa da propriedade, da liberdade, da vida lockeana foi uma inspiração para que em 1850, o legislador brasileiro criar a lei da terra, no intuito de organizar a propriedade privada no Brasil, no momento em que era proclamado o fim do tráfico e da Escravidão pela Lei Eusébio Queiroz. Edmund Burke defendia a exterminação dos índios nas Américas, enquanto Tocqueville era a favor do isolamento e da exploração dos pobres, afirma Losurdo (2014).

No Brasil, a criação da Unila assim como a adoção de políticas no âmbito da educação, por ser vista e compreendidas como uma forma de se desfazer das leis e normas, como a lei da educação votada em janeiro de 1837, a qual, estipula que pessoas negras de origem africana são estritamente proibidas de frequentar a educação pública. Segundo Kaly (2022), esta lei foi criada no intuito de consolidar a excepcionalidade da racionalidade do branco, conforme referido anteriormente. Na mesma linha, pode se pensar na *Lei da Vadiagem* criada em 1890, promulgada somente dois anos após a abolição da escravidão, segundo Kaly (2022), foi e continua sendo um código cujos artigos visavam disciplinar rigorosamente o corpo e a racionalidade do negro, obrigando o a abandonar algumas das suas práticas de lazer e de espiritualidade até a década de 1970.

Assim, “legalmente “criou-se aparatos que possibilitassem perseguições e prisões da comunidade negra (capoeirista, sambistas, pais e mães de santos, confisco de objetos religiosos, etc. como se pode falar de integração regional, se ainda no século XXI, estas práticas continuam nos scripts do Estado Nacional brasileiro e latino-Americano, que é por si uma herança do colonialismo e do escravismo ocidental? Pelo menos é o que os dados do fórum de segurança pública brasileiro sugerem, já que se consideramos a letalidade policial em 2024, das seis mil trezentas e noventa e três vítimas, 82,7% são negras sendo que destes, 71,7% são jovens de 12 a 29 anos conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP (Lima, 2019).

Ao incorporarmos os dados relativos às vítimas das drogas, do crime organizado, da fome e da extrema pobreza na América Latina, é possível afirmar que, ainda no século XXI, negros, indígenas e populações pobres, de modo geral, continuam sendo exterminados, isolados e explorados. Essa realidade permanece sustentada por um imaginário racial construído

historicamente pela branquitude, o qual é sintetizado por Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) no título de sua obra: *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX*.

Segunda esta autora, a própria formulação da questão básica deste debate carrega em si um grande viés racista, na medida que somente um grupo subordinado, como o “negro” ou o “índio”, foi pensado como categoria social distinta e problemática já que, ninguém perguntava “o que fazer como branco?”

Este debate que continua fragmentando e fragilizando o Estado Latino-Americano é uma herança do colonialismo e do escravismo ocidental/europeu, que inclusive continua com as mesmas políticas de dividir para reinar, mas agora em bloco (União Europeia) e não de forma individual. Mas a influência, os objetivos bem como os imaginários continuam as mesmas dos séculos passados, onde a necessidade de distanciamento com o modelo europeu de integração, para que possamos evitar os efeitos colaterais como sugere Taleb (2008). Um destes efeitos colaterais da adoção dos modelos euro-centrados, está na própria academia, que segundo Jessé Souza (2006), tem travado o debate sobre desigualdade no Brasil (e certamente na América Latina também), sob o signo da fragmentação do conhecimento e da percepção da realidade. A abordagem predominante de temas como violência, segurança pública, políticas sociais e sistema prisional tende a se concentrar apenas nos efeitos mais visíveis da desigualdade social, ignorando suas causas estruturais. Essa visão fragmentada e superficial — amplificada pelos meios de comunicação — contribuiu para a naturalização histórica da desigualdade no Brasil, que, ao longo de dois séculos de modernização, manteve uma parcela significativa da população em condição de sub-cidadania (Souza, 2006). Da mesma forma, no contexto da colonização das Américas, a ganância europeia rapidamente se sobrepôs a qualquer sensibilidade inicial diante dos povos indígenas. A desumanização dos Mi'kmaq e de outros povos originários, rotulados como “selvagens pagãos”, serviu como justificativa ideológica para massacres e apropriações violentas de suas terras (Paul, 2006).

Considerações finais

Esta reflexão teve como objetivo pensar a integração regional latino-americana desde o ponto de vista histórico no sentido de resgatar e valorizar as práticas políticas, econômicas e socioculturais das comunidades ditas

“tradicionais” ⁹(indígenas e afro-diaspóricas), assim como reconhecer e combater o legado do Estado Escravocrata, Colonial e Racista. Parte-se da hipótese de que o desenvolvimento da integração regional latino-americana passa pelo reconhecimento e a valorização dos aportes afro-diásporos e indígenas em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Isto significa, buscar uma integração baseada em valores inclusivos e solidários, combatendo todas as formas de exclusão, marginalização e estigmatização de parte da sociedade da região com base em pressupostos herdados do Estado escravocrata e colonial europeia. Argumenta-se que a adoção do modelo europeu de Estado, baseado em exclusão, dominação e violência, compromete qualquer projeto de integração regional que almeje equidade e justiça. Assim, para que a integração latino-americana seja genuína e transformadora, é necessário romper com os legados do Estado escravocrata e colonialista, reconhecer os aportes históricos e civilizatórios das culturas afro-diaspóricas e indígenas, e construir modelos próprios, fundamentados em valores comunitários, democráticos, espirituais e ambientais. Ao longo da reflexão não apenas denuncia-se o eurocentrismo e os silêncios impostos pela história oficial, mas também propõe uma reorientação epistemológica, política e ética: uma integração por baixo, que nasce das raízes culturais e históricas da própria América Latina. Esse é o verdadeiro caminho para a autonomia e a dignidade dos povos do continente, que precisa se inserir no mundo globalizado, caracterizado tanto pela interdependência complexa quanto pelo individualismo hobbesiano.

Referencias bibliográficas

Alpha Diallo, M. (2023). América Latina e África no sistema internacional do século XXI: Uma janela de oportunidade para aproximação e afirmação. Em J. H. Giral, *Políticas de desarrollo, cohesión social e inserción internacional conjunta para la integración Latinoamericana* (pp. 69-97). Universidad Cooperativa de Colombia.

Azevedo, C. M. (1987). *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bobbio, N. (1985). *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cesaire, A. (1971). *Discurso sobre o colonialismo*. Presence Africaine.

9 Coloca-se esta palavra entre aspas pois, entende-se que ela é uma invenção colonial para inferiorizar as formas autóctones de organização social, política e cultural.

- Civita, R., Rosenwald, P., & Portante, A. (1998). *Civilizações perdidas: O Império Inca*. (P. P. Popovic, Trad.) São Paulo: Abril Coleções.
- Cummins, J. (2012). *As maiores Guerras da História: Os conflitos épicos que delinearam o Mundo Modernos*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Davis, R. C. (2004). *Christian Slaves, Muslim Masters: White Slavery in the Mediterranean, the Barbary Coast and Italy, 1500-1800*. USA: Palgrave Macmilian.
- Diallo, M. A. (2022). Escravidão, Raça, Racismo, Segurança e Single History. *Eixo*, 15-25.
- French, H. (2022). *Born in blackness. Africa, Africans, and the Making of the Modern World, 1471 to the Second World War*. Liveright Publishing Corporation.
- Goody, J. (2006). *Le vol de l'histoire: Comment l'Europe a imposé le récit de son passé au reste du monde*. Paris: Gallimard. IPA, I. d. (dez de 2024). *Atlas da violência 2024/coordenadores: Daniel Cerqueira; Samir Bueno*. Brasília: IPEA. Fonte: [http://www.ipea.gov.br/atlas da violencia/](http://www.ipea.gov.br/atlas-da-violencia/).
- Kally, A. P. (2022). Le Brésil rattrapé par les piliers de l'éthno-racialisation des sciences : le séculaire négationniste des sciences humaines et sociales. *Sociocritism Diasporas/Diaspora*, 1-27.
- Kissinger, H. (2015). *A Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Laurent, S. (2024). *Capital et race: Histoire d'une hydre moderne*. Seuil.
- Lenci, Y. L. (2014). *Caminha Guaman Poma en la Guairá: Tránsitos culturales en América Latina*. Foz do Iguaçu-PR: UNILA.
- Lima, R. S. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Brasília, DF, Brasil: Forum Brasileiro de Segurança Pública.
- Losurdo, D. (2014). *Contre-histoire du Liberalisme*. La découverte/Poche.
- Mariénstras, É. (2013). *La résistance indienne aux États Unis*. Gallimard.
- Marti, J. (2005). *Nuestra América*. Caracas-Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho.
- Messari, J. P. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates*. Rio de Janeiro : Elsevier.
- Mignolo, W. (2007). *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona:: Gedisa Editorial.
- Omotunde, J.-P. (2000). *L origine négro-africaine du savoir grec* (Vol. 1).

Menaibuc.

Paul, D. N. (2006). *Histoire des Premières Nations: C E N'Etait pas nous les sauvages. Le choc entre les civilisations européennes et autochtones*. Quebec: Fernwood.

Pública, F. B. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo : FBSP.

Quijano, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo e ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso.

Rostworowski, M. (1999). *Historia del Tahuantinsuyu*. Lima -Peru: IEP/ Promperú.

Rotman, Y. (2009). *Byzantine Slavery and the Mediterranean World*. Cambridge, Massachusetts, and London, England.: Harvard University Press.

Said, E. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso.

Schwarz., L. M. (2009). *Cor e raça na sociedade brasileira: Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. São Paulo: Companhia das Letras.

Smith, A. (1983). *A riqueza das Nações* (Vol. II).

Souza, J. (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG. Taleb, N. N. (2008). *A Logica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável/Nassim Nicholas Taleb.* (M. Schild, Trad.) Rio de Janeiro: Best Seller.

Tilly, C. (1985). War Making and State Making as Organized Crime. Em Peter B. Evans, *Bringing the State Back In* (pp. 169-191). Edinburgh: Cambridge University Press.

Tilly, C. (1996). *Coerção, Capital e Estados Europeus/Charles Tilly- Tradução Geraldo Gerson de Souza*. São Paulo: USP.

Van Klaveren, A., & López Giral, D. (2023). Variedades de regionalismo en América Latina y Sudeste Asiático (2001-2020). Em A. J. (Editores)., *Políticas de desarrollo, cohesión social e inserción internacional conjunta para la integración latinoamericana (vol.n.18)* (pp. 15-67). Universidad Cooperativa de Colombia.

Visentini, P. G., & Pereira, A. D. (2008). *História do Mundo Contemporâneo: Da Pax Britânica do século XVIII ao Choque de Civilizações do século XXI*. Rio de Janeiro: Vozes.

Walsh, C. (2009). *Interculturalidad crítica y descolonización*. Quito: Universidad Simón Bolívar.

Williams, E. (2012). *Capitalism & escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras.



Eje 3: Descolonización de las Relaciones Internacionales y descolonización epistémica

La descolonización de las Relaciones Internacionales. Hacia un Pluralismo Cognitivo en la Teoría Global¹

The Decolonization of International Relations: Toward Cognitive Pluralism in Global Theory A

Descolonização das Relações Internacionais: Rumo a um Pluralismo Cognitivo na Teoria Global

Martha García Hernández (ISRI)

RESUMEN: El campo de las Relaciones Internacionales (RRII) ha estado históricamente dominado por perspectivas eurocéntricas que marginaliza saberes alternativos y reproducen estructuras de poder colonial. Este artículo examina el proceso de descolonización epistémica en las RRII, argumentando que la emancipación teórica requiere no solo la inclusión de voces no occidentales, sino también la deconstrucción de los marcos epistemológicos hegemónicos. A través de un análisis crítico de la producción de conocimiento, se propone un enfoque pluralista que reconozca la agencia de los sujetos históricamente marginados y fomente diálogos entre civilizaciones.

PALABRAS CLAVE: Descolonización epistémica, Relaciones Internacionales, Pluralismo cognitivo

Abstract: The field of International Relations (IR) has historically been dominated by Eurocentric perspectives that marginalize alternative forms of knowledge and reproduce colonial power structures. This article examines the process of epistemic decolonization in International Relations, arguing that theoretical emancipation requires not only the inclusion of non-Western voices, but also the deconstruction of hegemonic epistemological frameworks. Through a critical analysis of knowledge production, the article proposes a pluralist approach that recognizes the agency of historically marginalized subjects and promotes dialogues among civilizations.

1 El pluralismo cognitivo es un principio epistemológico que reconoce la coexistencia válida de múltiples sistemas de conocimiento, formas de racionalidad y marcos interpretativos del mundo, sin jerarquizarlos bajo criterios eurocéntricos. Surge como respuesta crítica a la colonialidad del saber.

KEYWORDS: Epistemic decolonization, International Relations, Cognitive pluralism

RESUMO: O campo das Relações Internacionais (RI) tem sido historicamente dominado por perspectivas eurocêntricas que marginalizam saberes alternativos e reproduzem estruturas de poder colonial. Este artigo examina o processo de descolonização epistêmica nas Relações Internacionais, argumentando que a emancipação teórica requer não apenas a inclusão de vozes não ocidentais, mas também a desconstrução dos marcos epistemológicos hegemônicos. Por meio de uma análise crítica da produção de conhecimento, propõe-se uma abordagem pluralista que reconheça a agência dos sujeitos historicamente marginalizados e fomente diálogos entre civilizações.

PALAVRAS-CHAVE: Descolonização epistêmica, Relações Internacionais, Pluralismo cognitivo

Introducción

Las Relaciones Internacionales, como disciplina académica, surgió predominantemente en el contexto de expansión imperial europea y consolidación del sistema westfaliano, aunque es crucial problematizar este punto de partida. Contrariamente a lo que se nos enseña, existían Estados antes del siglo XV (como Egipto, Etiopía, Malí) y relaciones diplomáticas e internacionales, como lo demuestra la antigua Ruta de la Seda (Diop, 1960; Jackson, 2020). La Carta de Kurukan Fuga de 1236, constitución del Imperio de Malí, establecía principios de gobierno, diplomacia y derechos humanos siglos antes de Westfalia. Desde sus inicios, sus teorías centrales—realismo, liberalismo, y posteriormente el constructivismo—han operado bajo supuestos universalistas que ignoran las epistemologías del Sur Global. La descolonización de las RRII implica, por tanto, un cuestionamiento radical de sus fundamentos ontológicos² y epistemológicos³ que perpetúan una visión colonial del sistema mundial.

En el plano ontológico, estas teorías parten de supuestos problemáticos que naturalizan estructuras de dominación. El realismo,

2 El plano ontológico se refiere al estudio de la naturaleza de la realidad y la existencia en un campo determinado. En el contexto de las Relaciones Internacionales (RRII) y la teoría crítica descolonial, implica cuestionar qué entidades, relaciones y procesos se consideran “reales” o “válidos” dentro de la disciplina, y cómo estos supuestos reflejan una visión eurocéntrica del mundo.

3 El plano epistemológico se refiere al estudio de los fundamentos, métodos y validez del conocimiento en un campo determinado

al centrarse exclusivamente en el Estado-nación westfaliano como actor legítimo, invisibiliza otras formas de organización política como las autonomías indígenas o los sistemas de gobierno comunitario. Su concepción del poder como capacidad coercitiva (militar o económica) desconoce formas alternativas de autoridad basadas en lo espiritual o lo colectivo. El liberalismo, por su parte, impone una ontología individualista que reduce al ser humano a mero agente económico, ignorando cosmovisiones relacionales como el Ubuntu africano (“soy porque somos”). Incluso el constructivismo, pese a su aparente apertura, opera dentro de parámetros occidentales al presentar normas e instituciones internacionales como espacios neutrales y no como productos de relaciones de poder coloniales.

Epistemológicamente, estas teorías reproducen una jerarquía del conocimiento que margina saberes no occidentales. Se presentan como universales cuando en realidad son provinciales: conceptos como “balance de poder” o “soberanía” surgieron de experiencias históricas específicamente europeas. El conocimiento producido en el Sur Global es sistemáticamente marginado, considerado como “tradición local” frente a la “teoría científica” occidental. Esta colonización del saber se manifiesta cuando, por ejemplo, los procesos de integración latinoamericanos son evaluados con criterios de la Unión Europea en lugar de entenderse desde sus propias lógicas históricas y culturales.

Este análisis revela que no basta con incorporar “casos no occidentales” a los marcos teóricos existentes. El realismo sigue siendo incapaz de comprender las luchas indígenas por la tierra porque su ontología no reconoce formas de soberanía no estatales. El liberalismo no puede conceptualizar alternativas al desarrollo como el “Buen Vivir”⁴ o el Índice de felicidad”⁵ porque su epistemología reduce el bienestar a

4 El Buen Vivir (Sumak Kawsay en kichwa, Suma Qamaña en aymara) es un concepto-político-epistémico surgido de los pueblos indígenas de los Andes, que propone un paradigma alternativo al desarrollo occidental. No es una teoría abstracta, sino una práctica de existencia en las relaciones humanas, con profundas implicaciones para el pensamiento del Sur Global.

5 El Índice de Felicidad Nacional Bruta (FNB) de Bután es un modelo alternativo de desarrollo creado en 1972 por el rey Jigme Singye Wangchuck, basado en la premisa budista de que el progreso auténtico debe medirse por el bienestar integral y no solo por indicadores económicos. A diferencia del PIB, que cuantifica producción y consumo, el FNB evalúa nueve dimensiones interconectadas: bienestar psicológico, salud, educación, diversidad cultural, gobernanza, vitalidad comunitaria, equilibrio ecológico, nivel de vida y uso del tiempo. Este enfoque holístico refleja la cosmovisión butanesa, donde la felicidad colectiva prevalece sobre el crecimiento material. Desde 2008, el FNB guía políticas públicas en Bután, como la conservación de bosques (constitución garantiza un 60% de cobertura forestal) y la promoción de una economía budista de suficiencia. Aunque criticado por su dificultad de medición comparativa, el FNB ha inspirado iniciativas globales como el Informe Mundial de

indicadores económicos. Incluso el constructivismo, al no cuestionar su propio eurocentrismo, termina legitimando normas internacionales que reflejan valores occidentales.

La alternativa de descolonización propone un replanteamiento fundamental. En lo ontológico, implica reconocer la coexistencia de múltiples sistemas políticos más allá del Estado-nación. Epistemológicamente, exige una ecología de saberes (Boaventura de Sousa Santos) que dialogue con conocimientos que comúnmente se marginan y un pensamiento (Mignolo) que teorice desde los márgenes del sistema-mundo. Solo así las RRII podrán trascender su origen colonial y convertirse en un verdadero campo plural de conocimiento.

Este artículo desarrolla una crítica sistemática a esta colonización del saber en las RRII, articulando tres ejes analíticos:

1. Genealogía crítica: Deconstrucción de los supuestos ontológicos/epistémicos coloniales.
2. Mecanismos de subalternización: Cómo se excluyen saberes no occidentales.
3. Alternativas epistémicas: Propuestas desde el Sur Global para unas RRII pluriversales.

El marco teórico integra la teoría de la colonialidad⁶ (Quijano, 2000), la filosofía de la liberación⁷ (Dussel, 1977) y los estudios poscoloniales (Said, 1978)⁸, aplicándolos a estudios de caso en América Latina, África y Asia.

la Felicidad de la ONU, desafiando el paradigma economicista occidental al demostrar que desarrollo y sostenibilidad espiritual pueden coexistir. Su mayor legado es cuestionar la noción eurocéntrica de progreso, proponiendo en cambio una visión donde la calidad de vida se mide por equilibrios sociales, ecológicos y culturales profundos.

- 6 La teoría de la colonialidad es un marco crítico desarrollado por pensadores latinoamericanos (principalmente el sociólogo peruano Aníbal Quijano y el semiólogo argentino Walter Mignolo) que analiza cómo las estructuras de dominación establecidas durante la colonización europea persisten más allá del fin formal de los imperios, moldeando el poder, el conocimiento y la subjetividad en el mundo contemporáneo. No se refiere al colonialismo (ocupación territorial explícita), sino a la colonialidad: un patrón de poder global que perdura en la modernidad capitalista.
- 7 La Filosofía de la Liberación es una corriente de pensamiento crítico surgida en América Latina en los años 1960-1970, que cuestiona las estructuras de dominación colonial, capitalista y eurocéntrica desde una perspectiva ética, política y epistemológica. Su principal exponente es el filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel, pero incluye a otros pensadores como Juan Carlos Scannone, Ignacio Ellacuría y Leopoldo Zea.
- 8 Los estudios poscoloniales son un campo interdisciplinario de teoría crítica que examina los legados culturales, políticos y epistemológicos del colonialismo, centrándose en cómo las relaciones de dominación persisten después de la independencia formal de las colonias. El

Colonialidad del poder y saber en las RRII

La colonialidad del poder y del saber en las Relaciones Internacionales (RRII) constituye una estructura epistémica que perpetúa jerarquías globales de dominación, naturalizando perspectivas eurocéntricas como universales. Este concepto, desarrollado por Aníbal Quijano y ampliado por Walter D. Mignolo, revela cómo el sistema-mundo moderno/colonial no solo estableció un patrón de control económico y político, sino también un régimen de producción de conocimiento que niega o disminuye otras formas de comprensión de lo internacional. Las RRII, como disciplina académica surgida en el contexto de expansión imperial europea, han operado históricamente como dispositivo de esta colonialidad.

El eurocentrismo teórico en RRII se manifiesta en la naturalización de conceptos como “Estado soberano”, “sistema internacional” y “desarrollo”, que son presentados como universales pese a su genealogía específicamente europea. Como demuestra Siba Grovogui, la propia noción de soberanía westfaliana emerge de un contexto histórico particular (la Paz de Westfalia de 1648) pero se impone como modelo único de organización política, invisibilizando formas alternativas. Esta operación epistémica convierte la particularidad europea en universal normativo, estableciendo una jerarquía cognitiva donde los saberes no occidentales son catalogados disminuidos o ni siquiera se reconocen.

La colonialidad del saber en RRII se expresa mediante tres mecanismos fundamentales: la exclusión, la subalternización y la folklorización de conocimientos no occidentales. En primer lugar, se excluyen otras epistemologías de los marcos analíticos principales; por ejemplo, las nociones islámicas de *umma* (comunidad global) -que se refiere específicamente a la comunidad global de creyentes musulmanes y no incluye a no musulmanes- o las andinas de *tinku* (equilibrio conflictivo) no son consideradas como aportes teóricos válidos para las RRII, sino como expresiones culturales particulares. En segundo término, cuando estos saberes son incorporados, ocurre mediante un proceso de subalternización que los sitúa en posición de inferioridad teórica. Finalmente, la folklorización convierte conocimientos complejos en meras curiosidades culturales, como ocurre cuando las prácticas diplomáticas indígenas son presentadas como “tradiciones ancestrales” en lugar de sistemas alternativos de mediación de conflictos.

De esta última podemos citar como ejemplo cuando diversos países africanos y del Pacífico presentan rituales ancestrales —como ceremonias de bienvenida con danzas tradicionales o ofrendas simbólicas— en eventos internacionales o visitas bilaterales, relegándolos al segmento “cultural” o “artístico” de los programas protocolarios. Esta dinámica, común en cumbres de la Unión Africana o foros del Pacífico, reduce sistemas complejos de mediación y toma de decisiones a meras representaciones exóticas, ignorando su profundidad como mecanismos de resolución de conflictos o construcción de consensos.

En contraste, países como Nueva Zelanda han dado un paso significativo al integrar rituales maoríes —como el pōwhiri (ceremonia de bienvenida con cantos y desafíos simbólicos)— en actos diplomáticos formales, incluyendo la presentación de cartas credenciales de embajadores extranjeros. Esta práctica no solo reconoce el valor político de las tradiciones indígenas, sino que las sitúa en pie de igualdad con los protocolos occidentales, desafiando así la jerarquía epistémica que suele subyacer a la diplomacia global. Mientras muchos estados folclorizan estas prácticas para satisfacer expectativas turísticas o de “diversidad superficial”, Nueva Zelanda demuestra que su incorporación genuina puede transformar las estructuras mismas de la relación internacional. Desafortunadamente estas prácticas son la excepción de la regla.

La jerarquización del conocimiento en RRII reproduce las estructuras de poder colonial al validar exclusivamente los marcos interpretativos producidos en instituciones académicas del Norte Global. Como evidencian Tickner y Blaney, más del 80% de las teorías citadas en los programas de RRII en universidades latinoamericanas provienen de autores estadounidenses o europeos, mientras que pensadores africanos, asiáticos o indígenas rara vez son considerados fuentes teóricas legítimas. Esta problemática inclusión/exclusión requiere ser abordada estructuralmente, como lo demuestran iniciativas como la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), donde todos los cursos incluyen en sus planes de estudio Fundamentos de América Latina 1, 2 y 3, desafiando así el canon eurocéntrico desde la estructura curricular misma. Este epistemicidio - concepto desarrollado por Boaventura de Sousa Santos - no es un accidente académico, sino un dispositivo de mantenimiento del poder colonial que opera mediante la descalificación sistemática de otros modos de conocer y explicar lo internacional.

La invisibilización de agencias⁹ no occidentales en la teoría de RRII completa el circuito de la colonialidad del poder/saber. Los actores del Sur Global aparecen predominantemente como objetos pasivos en narrativas construidas desde el Norte: sujetos a procesos de modernización, receptores de ayuda humanitaria o fuentes de conflictos, pero rara vez como productores autónomos de teoría y práctica internacional. Esta negación de agencia intelectual refuerza la división internacional del trabajo académico, donde el Norte teoriza y el Sur provee “casos de estudio” o “datos empíricos”. Como demuestra L.H.M. Ling, incluso enfoques aparentemente críticos como el constructivismo suelen operar dentro de estos parámetros coloniales al estudiar “culturas estratégicas” no occidentales sin cuestionar los fundamentos eurocéntricos de sus propios marcos analíticos.

La descolonización de las RRII exige superar esta colonialidad del poder/saber mediante un programa epistemológico radical que: 1) reconozca el carácter situado de todas las teorías; 2) legitime epistemologías otras como fuentes de conocimiento válido; y 3) promueva diálogos horizontales entre diferentes tradiciones de pensamiento sobre lo internacional. Esto requiere cambios estructurales profundos, como los que representa la Unión Africana en su enfoque de resolución de conflictos basado en el Ubuntu, o la UNILA en su modelo educativo descolonial. Lo que implica implica no simplemente “incluir” perspectivas no occidentales en los marcos existentes, sino cuestionar los fundamentos mismos de la disciplina, desde sus Autonomía en la toma de decisiones: La capacidad de pueblos indígenas, afrodescendientes, mujeres y otros grupos subalternos para definir sus propias prioridades (ej: comunidades mapuches que gestionan sus territorios al margen del Estado).

Producción de conocimiento alternativo: Su habilidad para crear teorías y prácticas fuera de los marcos eurocéntricos (ej: el *Buen Vivir* como crítica al desarrollo occidental).

Resistencia y transformación: Su papel como actores políticos que desafían estructuras de poder (ej: el MST brasileño ocupando tierras para reforma agraria). categorías básicas hasta sus métodos de investigación. Solo mediante esta ruptura epistémica las RRII podrán trascender su

9 El término agencia (del inglés *agency*) se refiere a la capacidad de actuar, decidir e influir activamente en los procesos sociales, políticos y epistemológicos, más allá de ser meros objetos pasivos de dominación. Cuando hablamos de “la agencia de los sujetos históricamente marginados”, nos referimos a:

origen colonial y convertirse en un verdadero espacio de conocimiento pluriversal.

Descolonización epistémica: más allá de la inclusión simbólica

La descolonización no se reduce a incorporar “perspectivas diversas” dentro del mismo marco epistémico dominante. Implica: Provincializar Europa : Como propone Dipesh Chakrabarty (2000), es necesario descentrar el universalismo europeo y entender que sus paradigmas son provinciales, no neutros. Por ejemplo, la noción de “Estado soberano” ignora formas de organización política precoloniales, como el Ubuntu en África o el Buen Vivir en Abya Yala. Como el Ubuntu en África -filosofía relacional que concibe la persona a través de la comunidad (Ramose, 2002)- o el Buen Vivir en Abya Yala -cosmovisión andina que propone una relación armónica entre seres humanos y naturaleza (Huanacuni, 2010). Estas propuestas, aunque diferentes en su origen geográfico y cultural, coinciden en cuestionar el individualismo metodológico y el antropocentrismo de las teorías occidentales, ofreciendo alternativas relacionales y comunitarias para pensar lo político y lo internacional.

Epistemologías del Sur: Boaventura de Sousa Santos (2018) plantea la necesidad de una “ecología de saberes” que valore conocimientos subalternizados, desde las cosmovisiones indígenas hasta los movimientos sociales anticoloniales. Esto desafía la dicotomía entre lo “moderno” y lo “tradicional” al demostrar que existen sistemas de conocimiento complejos y sofisticados fuera del canon occidental. Las epistemologías del Sur no buscan reemplazar un universalismo por otro, sino crear condiciones para el diálogo horizontal entre diferentes formas de saber, reconociendo que todas son parciales y complementarias.

Metodologías descoloniales

Investigaciones como las de Siba Grovogui (sobre derecho internacional no europeo) o L.H.M. Ling (sobre teorías asiáticas de RRII) demuestran que es posible construir marcos analíticos desde otras genealogías intelectuales.

Las metodologías descoloniales representan un esfuerzo consciente por trascender los marcos eurocéntricos de producción de conocimiento en el campo de las Relaciones Internacionales (RRII), proponiendo

en su lugar enfoques basados en la relacionalidad, la corporalidad y el compromiso político (Walsh, 2018). Estas metodologías emergen de epistemologías marginadas como el feminismo comunitario (Cabnal, 2010) o el pensamiento indígena contemporáneo (Tzul Tzul, 2016) que ofrecen herramientas analíticas innovadoras para repensar lo internacional. Un ejemplo paradigmático es la aplicación de la filosofía *Ubuntu* -originaria de varias regiones del África subsahariana, con variaciones en diferentes comunidades- en estudios sobre cooperación internacional, donde su principio fundamental “*umuntu ngumuntu ngabantu*” (“una persona es persona a través de otras personas”) ha permitido reformular conceptos como la ayuda internacional, proponiendo modelos basados en reciprocidad (*harambee*) en lugar de relaciones verticales donante-receptor (Ramose, 2002; Praeg, 2014).

Otro caso significativo es la metodología de cartografía corporal desarrollada por colectivos feministas descoloniales como el Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (GLEFAS, 2015), que a través de mapas corporales y narrativas orales ha documentado cómo las fronteras estatales fracturan comunidades indígenas (Tzul Tzul, 2016), ofreciendo así una crítica radical al concepto westfaliano de soberanía. Estas aproximaciones, aunque enfrentan desafíos como la cooptación institucional (Cabnal, 2010) o el rechazo académico por “falta de rigor” según estándares convencionales, demuestran que es posible construir marcos analíticos desde genealogías intelectuales no occidentales.

Como señala Walsh (2018), la verdadera descolonización metodológica exige desaprender la obsesión por la neutralidad científica y reconocer que todo conocimiento es inevitablemente situado, encarnado y político. Este planteamiento cuestiona los fundamentos epistémicos de las RRII tradicionales, mostrando que la diplomacia puede ser más que protocolos estatales y el análisis internacional puede trascender los datos cuantitativos para incorporar saberes relacionales y experiencias corporales.

El giro descolonial latinoamericano

El giro descolonial latinoamericano constituye una ruptura radical con los fundamentos eurocéntricos de las ciencias sociales, emergiendo desde las entrañas históricas de Abya Yala. Este movimiento intelectual, arraigado en tradiciones de resistencia que se remontan a la filosofía de la liberación de Enrique Dussel y la teoría de la dependencia de Prebisch y Dos

Santos, desafía la colonialidad del poder entendida como “*la persistencia de jerarquías raciales y epistémicas tras las independencias formales*”. El Grupo Modernidad/Colonialidad (Quijano, Mignolo, Walsh) articuló este paradigma al demostrar cómo la modernidad occidental se construyó sobre el epistemicidio de saberes indígenas y afrodiaspóricos¹⁰, reciclándose en estructuras de dominación económica y cognitiva que perviven en el sistema internacional contemporáneo.

Conceptualmente, el giro desmonta tres pilares interconectados:

1. La “colonialidad del poder” (Aníbal Quijano), que revela cómo el capitalismo global se estructuró mediante una jerarquía racial oculta tras nociones “universales” de Estado y mercado.
2. La “colonialidad del saber” (Walter Mignolo), que denuncia la marginación académica de epistemologías no occidentales.
3. La propuesta de “transmodernidad” (Enrique Dussel), que plantea superar la modernidad eurocéntrica mediante diálogos interculturales. Aquí destaca el “Buen Vivir” (Sumak Kawsay), filosofía andina que cuestiona el mito del desarrollo infinito al proponer una relación simbiótica con la naturaleza, influyendo en constituciones de Ecuador y Bolivia y promoviendo debates globales sobre derechos bioculturales.

Estos fundamentos transforman la comprensión de las Relaciones Internacionales. Primero, desnaturalizan el Estado westfaliano como imposición colonial sobre formas políticas preexistentes (ayllus, confederaciones mapuches), evidenciado por autonomías zapatistas en Chiapas que ejercen soberanía sin reconocimiento estatal. Segundo, reinterpretan la economía política internacional: la dependencia de materias primas no es “atraso” sino resultado deliberado del sistema-mundo colonial, impulsando alternativas como economías comunitarias basadas en la minga (trabajo colectivo). Tercero, redefinen la agencia global

10 El término “afrodiaspórico” (o “afrodiásporico”) se refiere a los pueblos, culturas, tradiciones y saberes originados en África, pero dispersos globalmente debido a la trata esclavista transatlántica (siglos XV-XIX) y a migraciones posteriores. Más que un concepto geográfico, representa una identidad política y cultural de resistencia, que se reconstruye en las Américas, el Caribe y otras regiones a través de procesos de memoria colectiva, reelaboración creativa y lucha anticolonial. Incluye expresiones como la santería cubana, el candomblé brasileño, el jazz estadounidense o el reggae jamaicano, que mezclan raíces africanas con experiencias locales de opresión y resiliencia. Pensadores como Paul Gilroy (en *The Black Atlantic*) destacan que lo afrodiaspórico no es una mera herencia del pasado, sino un proyecto vivo que cuestiona el racismo estructural y reinventa futuros desde la negritud. Su estudio es clave para descolonizar las humanidades y entender formas de organización política no occidentales, como las comunidades palenqueras o el panafricanismo.

mediante movimientos sociales como por ejemplo la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) y el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra de Brasil (MST) que actúan como sujetos diplomáticos en la ONU, desafiando el monopolio estatal. Cuarto, confrontan la seguridad hegemónica con conceptos como “seguridad biocultural” (Catherine Walsh), que prioriza la protección de territorios ancestrales sobre intereses militares.

Pese a su potencia crítica, el proyecto enfrenta tensiones significativas. Existe el riesgo de esencializar culturas indígenas (como advierte Santiago Castro-Gómez) y paradojas prácticas como la dependencia extractivista de gobiernos que adoptan el Buen Vivir. Su institucionalización académica y política sigue siendo marginal frente a marcos eurocéntricos dominantes. Sin embargo, su mayor aporte radica en convertir las RRII en un campo de batalla epistémico: no busca incluir “perspectivas diversas” en el mismo marco, sino construir un “pluriverso” donde conceptos como soberanía o desarrollo sean des-occidentalizados. Como proclaman los zapatistas, se trata de reescribir las relaciones globales desde las grietas del sistema-mundo colonial, transformando la disciplina en una polifonía de mundos posibles donde Europa deje de ser el centro.

Constituciones descoloniales vs. tratados de libre comercio: la paradoja del giro poscolonial en América Latina

La incorporación de principios descoloniales en constituciones de países como Ecuador (2008) y Bolivia (2009) representó una ruptura simbólica con el paradigma neoliberal. El reconocimiento del “Buen Vivir” (Sumak Kawsay), los derechos de la naturaleza y la plurinacionalidad parecían anunciar un nuevo pacto civilizatorio. Sin embargo, la contradicción emergió cuando estos mismos gobiernos suscribieron tratados de libre comercio (TLC) que reactivaban lógicas extractivistas y de dependencia económica. Esta tensión expone el núcleo de la colonialidad del poder: la incapacidad de los estados periféricos para escapar de su posición subordinada en el sistema-mundo capitalista, incluso cuando intentan descolonizar su marco jurídico.

El caso ecuatoriano es emblemático. Mientras el Artículo 71 de su Constitución otorgaba derechos inalienables a la naturaleza (“Pachamama”), el gobierno de Correa firmó en 2016 el TLC con la Unión Europea que:

1. Priorizó acceso a mercados para materias primas (petróleo, banano).
2. Habilitó cláusulas de protección de inversiones que limitaban la capacidad regulatoria del Estado en áreas ambientales.
3. Consagró asimetrías tecnológicas al favorecer importaciones de bienes industriales europeos.

Esta praxis normativa permitió que empresas mineras canadienses o agroexportadoras europeas operaran en territorios indígenas protegidos constitucionalmente, usando mecanismos de arbitraje internacional (como el CIADI) para demandar al Estado cuando las comunidades ejercían sus derechos al consentimiento previo (Art. 57).

Asimismo, el tratado firmado por el gobierno de Rafael Correa con la Unión Europea (2016) pese a la oposición de movimientos indígenas, ejemplifica la subordinación de los derechos constitucionales al comercio global. Mientras la Constitución de 2008 reconocía derechos de la naturaleza (Art. 71-74) y el principio del Buen Vivir (Art. 275), el TLC priorizó cláusulas letales como la protección de inversiones (Cap. IV) y permitió a empresas mineras europeas (como SolGold PLC) demandar al Estado en tribunales arbitrales (CIADI), además catalogó regulaciones ambientales como “obstáculos al comercio”¹¹.

Como consecuencia hubo un impacto en las comunidades. En Esmeraldas, plantaciones de palma africana (para exportar biodiesel a la UE) desplazaron a comunidades afrodescendientes, violando su derecho al territorio (Art. 56). El boom bananero en El Oro aumentó un 300% el uso de agroquímicos prohibidos en Europa (como el clorpirifós), contaminando fuentes hídricas protegidas constitucionalmente.

El gobierno de Rafael Correa (2007-2017) representó un esfuerzo significativo por avanzar hacia un modelo posneoliberal dentro de los estrechos márgenes que permitía el sistema internacional. La incorporación del *Sumak Kawsay* en la Constitución de 2008 y el reconocimiento de derechos de la naturaleza fueron innovaciones descoloniales sin precedentes a nivel global, que emergieron precisamente cuando América Latina enfrentaba las peores presiones del capitalismo globalizado. Si bien es cierto que persistieron prácticas extractivistas, estas deben entenderse como concesiones tácticas dentro de una estrategia de mayor alcance: los ingresos petroleros permitieron cuadruplicar la inversión social (de

11 Ejemplo: La moratoria petrolera en Yasuní-ITT fue amenazada con sanciones comerciales.

USD 4.400 millones en 2006 a USD 16.500 millones en 2017 según el BCE), reduciendo la pobreza en 14 puntos porcentuales y construyendo infraestructura clave para reducir dependencias históricas. La firma de TLC respondió a realidades geopolíticas ineludibles -como la caída de los precios del crudo en 2014 - pero se combinó con políticas activas para diversificar la matriz productiva (apoyo a la industria nacional creció 78%) y fortalecer la integración regional (creación de UNASUR, Banco del Sur). Los límites del proceso reflejan menos una falta de voluntad que las asimetrías estructurales del sistema-mundo: ningún país periférico puede desacoplarse abruptamente de los circuitos globales de acumulación sin arriesgar crisis sociales. En este contexto, el proyecto de Correa logró algo fundamental: demostrar que otra relación entre Estado, mercado y naturaleza es posible, sembrando las bases para futuras transformaciones más profundas. Como señala Acosta (2017), “la perfección no puede ser enemiga del bien posible” en contextos de colonialidad arraigada.

Bolivia replicó el patrón: su Constitución declara el agua como “derecho humano inalienable” (Art. 20) y prohíbe privatizarla (Art. 374), pero en 2023 negoció con Chile un tratado que prioriza exportaciones de litio a mercados globales mediante concesiones a transnacionales.

El Salar de Uyuni (reserva del 25% del litio mundial) es el campo de batalla donde chocan la Constitución plurinacional de Bolivia (2009) y los tratados globales. China y la UE presionaron para que Bolivia firmara contratos bajo el modelo de joint ventures (YLB-CBC, YLB-ACISA), que burlan el Art. 351 (prohibición de privatizar recursos estratégicos), ya que las transnacionales controlan el 50% de la cadena. Además, violan el Art. 30 (consulta previa a pueblos originarios), al acelerar explotación sin estudios hidrológicos completos.

Por otra parte, las comunidades lickan-antay denunciaron que: “La extracción masiva de salmuera mata a los ojos de agua donde pastan nuestras llamas” (principio de Suma Qamaña). Lo que contrasta con los contratos que exigen exportar litio en bruto (a US\$ 9.000/tonelada) para que China lo transforme en baterías (vendidas a Bolivia a US\$ 200.000/tonelada), perpetuando la dependencia tecnológica.

El resultado es la paradoja del “neoextractivismo verde”: gobiernos que legitiman su discurso en la retórica anti-colonial, pero dependen de la explotación de recursos naturales para financiar políticas sociales, reproduciendo así la matriz colonial de acumulación por desposesión (David Harvey).

El gobierno de Evo Morales en Bolivia (2006-2019) constituyó un esfuerzo transformador sin precedentes por desmontar estructuras coloniales en condiciones históricamente adversas. La implementación del Estado Plurinacional mediante la Constitución de 2009 representó una ruptura epistemológica al reconocer derechos colectivos de los pueblos originarios y de la Madre Tierra (Pachamama), mientras que la nacionalización de los hidrocarburos (2006) permitió incrementar los ingresos estatales de USD 300 a 4,500 millones anuales, financiando una reducción drástica de la pobreza extrema (del 38% al 15%) y la creación de infraestructura soberana como las plantas de industrialización de litio. Si bien persisten críticas sobre el modelo extractivista, estas omiten que Bolivia enfrentaba una paradoja estructural: requería de esos ingresos para financiar sus avances sociales en un sistema internacional que impone asimetrías insalvables a los países del Sur. El gobierno de Evo logró avances descoloniales concretos: desde la creación de universidades indígenas (UNIBOL) que enseñaban en lenguas originarias, hasta una diplomacia que llevó las demandas campesinas a la ONU, culminando en la Declaración de Derechos Campesinos (2018). Como bien señala el vicepresidente David Choquehuanca, “no se puede descolonizar en cuatro años lo que se colonizó en cinco siglos” - el proceso boliviano demostró que, pese a las contradicciones inherentes a toda transición, es posible renegociar los términos de inserción global desde una posición de dignidad y devolver el poder político a los históricamente excluidos (Postero, 2017; BCB, 2016; CEPAL, 2019).

En ambos ejemplos se evidencian mecanismos de la colonialidad jurídica. Es notable la supremacía del derecho transnacional, los capítulos de “solución de controversias” en los TLC subordinan las normas constitucionales a tribunales arbitrales privados. Asimismo, la manipulación de conceptos para tratar las salvaguardas ambientales o culturales de las constituciones, como “barreras no arancelarias” en las negociaciones comerciales. Por otra parte, términos como “desarrollo sostenible” en los TLC vacían de contenido radical al “Buen Vivir”, reduciéndolo a certificaciones ambientales para exportaciones.

Esta contradicción no es un fracaso coyuntural, sino un síntoma de la “colonialidad del derecho internacional” (Grosfoguel, 2016). Los sistemas jurídicos globales siguen operando como herramientas de gestión imperial: mientras permiten márgenes de diferencia cultural (el “multiculturalismo neoliberal”), blindan los pilares del capitalismo extractivo. Los movimientos indígenas lo denuncian como “la constitución

de papel”: normas progresistas sin fuerza ante la arquitectura jurídica del comercio global.

No obstante, también hay ejemplos donde se ha impuesto la “descolonización”. Experiencias como la resistencia del pueblo Sarayaku¹² en Ecuador (que logró sentencia en la Corte IDH contra concesiones petroleras) sugieren que la emancipación requiere, alcanzar la contrahegemonía jurídica mediante el uso de cortes regionales para impugnar cláusulas de TLC que violen derechos bioculturales. También están los ejemplos de redes como la Red DESC¹³ para monitorear incumplimientos corporativos y el caso de las autonomías indígenas zapatistas o mapuches que rechazan toda explotación en sus territorios, operando al margen del TLC¹⁴.

Lo anteriormente expuesto demuestra que la descolonización no es un acto jurídico, sino una praxis de resistencia cotidiana. Los TLC reactivan la colonialidad mediante el derecho transnacional, pero su aplicación encuentra barreras en saberes territorializados (como los sistemas de vigilancia hídrica quechua). Las cortes internacionales pueden ser herramientas cuando movimientos usan sus propios dictámenes para imponer agendas decoloniales (ej: sentencia Sarayaku). La verdadera soberanía emerge en circuitos económicos no capitalistas (mercados de litio comunitario, redes de comercio justo aymara), donde el Buen Vivir se materializa fuera del Estado.

Conclusiones

El análisis desarrollado en este artículo evidencia que la descolonización de las Relaciones Internacionales (RRII) exige superar los

12 Caso Sarayaku vs. Ecuador (Corte IDH, 2012): El pueblo kichwa usó el sistema contra sí mismo. Demostró que concesiones petroleras a la empresa argentina CGC violaban su derecho a consulta libre e informada (Convenio 169 OIT). La sentencia obligó al Estado a reformar su legislación minera, anulando cláusulas de TLC que ignoraban estándares interculturales.

13 La Red DESC (Derechos Económicos, Sociales y Culturales) conectó abogados de comunidades afectadas por TLC en Colombia, Perú y Filipinas para crear una base de datos de cláusulas abusivas, usada para impugnar tratados en cortes constitucionales. Ejemplo exitoso: La sentencia C-252/19 en Colombia que declaró inconstitucionales artículos del TLC con Corea del Sur por violar jurisdicción especial indígena.

14 En México, el Ejido Tila (comunidad chiapaneca) creó un tribunal agrario autónomo para invalidar laudos del CIADI. Cuando la empresa canadiense Blackfire Resources demandó al Estado por cancelar una mina de barita, el tribunal emitió un “fallo simbólico” condenando a la empresa por ecocidio, usando normas zapotecas. Este documento circuló en foros de la ONU como contrainforme.

límites de una mera inclusión simbólica de “voces del Sur” para avanzar hacia una reestructuración epistemológica radical del campo. Tres hallazgos centrales emergen de esta investigación:

1. La colonialidad como estructura persistente. Las teorías dominantes en RRII (realismo, liberalismo, constructivismo) no son universales, sino expresiones de un particularismo europeo naturalizado (Mignolo, 2011). Su ontología estatocéntrica y su epistemología extractivista perpetúan lo que Quijano (2000) denominó “la colonialidad del poder/saber”, invisibilizando sistemas políticos alternativos (como las autonomías zapatistas) y formas de conocimiento no occidentales (desde el *Ubuntu* africano hasta el *Sumak Kawsay* andino).
2. Las contradicciones de los procesos descoloniales en práctica: Los casos de Ecuador y Bolivia revelan que incluso proyectos con fuerte voluntad transformadora chocan con estructuras globales de dominación. La paradoja del “neoextractivismo verde” (Acosta, 2013) o las tensiones entre constituciones plurinacionales y tratados comerciales demuestran que la descolonización no es un acto jurídico, sino un proceso conflictivo que requiere:
 - Reformas graduales pero profundas (ej: transición energética antes que prohibiciones abruptas).
 - Alternativas al sistema-mundo (como el Banco del Sur para reducir dependencia del FMI).
 - Reconocimiento de que no hay pureza política en contextos de colonialidad arraigada (Gudynas, 2019).

La descolonización epistémica implica descentrar Europa como único locus de producción teórica y abrir espacio a: Metodologías relacionales:

- Como la cartografía corporal feminista (GLEFAS, 2015) o los sistemas de justicia indígena que integran dimensión espiritual.
- Nuevos sujetos políticos: Movimientos como el MST brasileño o la CONAIE ecuatoriana actúan como agentes teóricos, no solo como objetos de estudio.
- Diálogos transcivilizatorios: Donde conceptos como “seguridad” sean redefinidos desde el *Buen Vivir* (protección biocultural) o el *Ubuntu* (armonía comunitaria).

Desafíos pendientes

Este camino enfrenta obstáculos estructurales: la cooptación neoliberal de conceptos descoloniales (“diversidad” sin redistribución), la resistencia académica a metodologías no occidentales, y la asimetría de poder en el sistema internacional. Sin embargo, como demostraron las luchas analizadas, ****otras RRII son posibles****: unas donde la diplomacia no se reduzca a protocolos estatales, ni el análisis a datos cuantitativos; unas capaces de aprender tanto de los rituales maoríes como de las asambleas zapatistas.

El verdadero pluralismo cognitivo no busca incluir “perspectivas diversas” en el mismo marco, sino ****construir un pluriverso**** donde Europa deje de ser el centro de la teoría. Como señala Santos (2018), no hay justicia global sin justicia cognitiva. Este es el desafío que las RRII deben asumir en el siglo XXI: dejar de ser una disciplina colonial para convertirse en un espacio donde múltiples mundos puedan coexistir y dialogar en igualdad epistémica.

El reconocimiento de pluralidad ontológica va más allá de la mera aceptación de diferencias culturales. Exige un replanteamiento radical de lo que consideramos “real” en el sistema internacional. La ontología westfaliana, basada en estados aislados que interactúan como bolas de billar (Waltz, 1979), resulta insuficiente para comprender realidades donde: Territorios trascienden fronteras estatales. Entidades no humanas tienen personalidad política. El tiempo es cíclico más que lineal. La legitimación de epistemologías marginadas enfrenta el riesgo de convertirse en un ejercicio cosmético si no va acompañada de cambios estructurales. Se proponen tres niveles de transformación: Nivel institucional:

- Reformar planes de estudio para incluir al menos 40% de autores no occidentales (Tickner, 2013)
- Crear revistas indexadas especializadas en RRII descoloniales.
- Establecer sistemas de evaluación académica que valoren saberes no escritos (oralidad, artes performativas)

Nivel metodológico:

- Desarrollar investigaciones-acción participativa con movimientos sociales
- Implementar “diplomacia epistémica” donde académicos del Norte aprendan metodologías del Sur

- Validar sistemas de verificación no occidentales (ej: rituales como fuentes de datos)

Nivel político:

- Exigir cuotas de representación del Sur Global en organismos internacionales
- Crear observatorios que monitoreen epistemicidios en políticas globales
- Promover alianzas Sur-Sur para producción teórica autónoma

Por otra parte, a lo largo de nuestra investigación hemos detectado que la implementación del pluralismo cognitivo enfrenta obstáculos concretos:

Resistencias estructurales:

- El complejo académico-industrial mantiene incentivos para reproducir teorías eurocéntricas
- Los sistemas de indexación y ranking privilegian publicaciones en inglés
- Las agencias de financiamiento rara vez apoyan investigaciones con metodologías no occidentales

No obstante existen casos paradigmáticos de avance:

- La Red de Intelectuales Descoloniales ha creado un sistema propio de evaluación por pares, que desafía los criterios convencionales de validación académica, dominados por estándares eurocéntricos
- Universidades indígenas en Bolivia y México desarrollan programas de RRII desde cosmovisiones propias
- El Tribunal Internacional de Derechos de la Naturaleza aplica principios del Buen Vivir en sus fallos.

Solo tomando acciones como esta las RRII podrán trascender su legado colonial y convertirse en un espacio genuinamente global.

Referencias bibliográficas

Acosta, Alberto (2010). *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo*. Fundación Friedrich Ebert.

Beier, J. Marshall (2005). *International relations in uncommon places: Indigeneity, cosmology, and the limits of international theory*. Palgrave Macmillan.

Cabnal, Lorena (2010). *Feminismos diversos: El feminismo comunitario*. ACSUR-Las Segovias.

Chakrabarty, Dipesh (2000). *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference*. Princeton University Press.

CONAIE (Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador) (2012). *Propuesta política del Buen Vivir*. Ediciones Abya-Yala.

Diop, Cheikh Anta (1960). *Pre-colonial Black Africa*. Lawrence Hill Books. Dussel, Enrique (1977). *Filosofía de la liberación*. Edicol.

Escobar, Arturo (2018). *Otro posible es posible: Caminando hacia las transiciones desde Abya Yala/Afro/Latino-América*. Ediciones Desde Abajo.

Grosfoguel, Ramón (2016). Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico. *Revista Internacional de Comunicación*, 15(1), 86-102.

Grupo Latinoamericano de Estudios, Formación y Acción Feminista (2015). *Metodologías descoloniales: Cuerpos, territorios y saberes insurgentes*. Ediciones GLEFAS.

Harvey, David (2004). *El nuevo imperialismo*. Akal.

Huanacuni, Fernando (2010). *Buen Vivir / Vivir Bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. CAOI.

Jackson, John G. (2020) *Ethiopia and the Origin of Civilization*. Black Classic Press. Kurukan Fuga: The Mandinka Charter (1236). En Tecituras (1998). Guiné – Terreiro de Griôs.

Ling, L. H. M. (2014). *The Dao of world politics: Towards a post-Westphalian, worldist international relations*. Routledge.

Mignolo, Walter (2011). *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. Duke University Press.

Praeg, Leonhard (2014). *A report on Ubuntu*. University of KwaZulu-Natal Press.

Quijano, Aníbal (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En Edgardo Lander (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (pp. 201-246). CLACSO.

Ramose, Mogobe B. (2002). *African philosophy through Ubuntu*. Mond Books. Said, Edward (1978). *Orientalism*. Pantheon Books.

Santos, Boaventura de Sousa (2018). *The end of the cognitive empire: The coming of age of epistemologies of the South*. Duke University Press.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1988). *Can the subaltern speak?* En Cary Nelson & Lawrence Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). University of Illinois Press.

Tickner, Arlene B. (2013). *Core, periphery and (neo)imperialist International Relations*. *European Journal of International Relations*, 19(3), 627-646.

Tickner, Arlene B. & Blaney, David L. (Eds.). (2012). *Thinking international relations differently*. Routledge.

Tzul Tzul, Gladys (2016). *Sistemas de gobierno comunal indígena: Mujeres y tramas de parentesco en Chuimeq'ena'*. Editorial Maya' Wuj.

UNILA (Universidad Federal de la Integración Latinoamericana) (s.f.). *Ciclo Común de Estudios*. Documentos institucionales.

Unión Africana (s.f.). *Resolución de conflictos, paz y seguridad*. Documentos oficiales. Walsh, Catherine (2012). *Interculturalidad crítica y (de)colonialidad: Ensayos desde Abya Yala*. Ediciones Abya-Yala.

Walsh, Catherine (2018). *Interculturalidad crítica y (de)colonialidad: Ensayos desde Abya Yala*. Ediciones Abya-Yala.

Waltz, Kenneth N. (1979). *Theory of international politics*. Addison-Wesley.

Descolonização epistêmica: Perspectivas Latino-Americano-Afro- Caribenhas nas Relações Internacionais

Epistemic Decolonization: Latin American–Afro-Caribbean Perspectives in International Relations

Descolonização epistêmica: Perspectivas Latino-Americano-Afro-Caribenhas nas Relações Internacionais

Wisly Joseph (ICAL)

RESUMO: As Relações Internacionais como disciplina científica nasceu na Inglaterra na Pós-Primeira Guerra Mundial e se desenvolveu amplamente nos Estados Unidos. Encontrou suas raízes epistêmico-ontológicas na polis da Grécia antiga; e sobretudo, no marco histórico do sistema moderno ocidental da Paz da Westfália de 1648. Desde então, a história da jovem ciência é muito eurocêntrica, quase todos os autores mainstream são da Europa e Estados Unidos, circunscritos nos principais debates teóricos da área : realismo, liberalismo, marxismo, escola inglesa, teoria crítica e construtivismo. A disciplina segue uma visão estadocêntrica westfaliana e apresenta a tradição europeia como o modelo universal de organização política. Partimos do pressuposto, o presente trabalho tem por objetivo criticar o colonialismo epistemológico que valida a episteme ocidental como natural e universal dentro das ciências sociais, em especial, nas Relações Internacionais. Defendemos a necessidade por uma reestruturação mundial de saberes em reconhecimento de outros produtores e portadores de conhecimentos no cenário internacional. Em termos teórico-metodológicos, pretendemos criar um conhecimento crítico, original, descolonizador, libertador e popular nas ciências sociais e humanas em geral, principalmente nas Relações Internacionais e Ciência Política. Em seguida, levantamos a importância das referências teóricas críticas dos intelectuais da região no contexto das lutas intelecto-populares e integração latino-americano-afro-caribenha.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais. Teorias mainstream. Descolonização epistêmica. Culturas contra-hegemônicas. America-Latina-Afro-Caribenha.

Abstract: International Relations as a scientific discipline was born in England in the Post-World War I period and was widely developed in the United States. It found its epistemic-ontological roots in the polis of ancient Greece; and above all, in the historical framework of the modern Western system of the Peace of Westphalia in 1648. Since then, the history of young science is very Eurocentric, almost all mainstream authors are from Europe and the United States, circumscribed in the main theoretical debates in the area: realism, liberalism, marxism, english school, critical theory and constructivism. The discipline follows a westphalian state-centric view and presents the European tradition as the universal model of political organization. We start from the assumption that the present work aims to criticize the epistemological colonialism that validates the western episteme as natural and universal within the social sciences, especially in International Relations. We defend the need for a global restructuring of knowledge in recognition of other producers and bearers of knowledge on the international scene. In theoretical-methodological terms, we intend to create critical, original, decolonizing and popular knowledge in the social and human sciences in general, mainly in International Relations and Political Science. Then, we raise the importance of critical theoretical references of intellectuals in the region in the context of intellectual-popular struggles and Latin American-Afro-Caribbean integration.

KEYWORDS: International Relations. Mainstream theories. Epistemic decolonization. Counter-hegemonic cultures. America-Latin-Afro-Caribbean.

RESUMEN: Las Relaciones Internacionales como disciplina científica nacieron en Inglaterra en el período posterior a la Primera Guerra Mundial y se desarrollaron ampliamente en los Estados Unidos. Encontró sus raíces epistémico-ontológicas en la polis de la antigua Grecia; y sobre todo, en el marco histórico del sistema occidental moderno de la Paz de Westfalia en 1648. Desde entonces, la historia de la ciencia joven es muy eurocéntrica, casi todos los autores mainstream son de Europa y Estados Unidos, circunscritos en los principales teóricos debates en el área: realismo, liberalismo, marxismo, escuela inglesa, teoría crítica y constructivismo. La disciplina sigue una visión estadocéntrica westfaliana y presenta la tradición europea como el modelo universal de organización política. Partimos del supuesto de que el presente trabajo pretende criticar el colonialismo epistemológico que valida la episteme occidental como natural y universal dentro de las ciencias sociales, especialmente en las Relaciones Internacionales. Defendemos la necesidad de una reestructuración global del conocimiento en reconocimiento a otros productores y portadores de conocimiento en el escenario internacional. En términos teórico-metodológicos, pretendemos crear conocimiento crítico, original, descolonizador y popular en las ciencias sociales y humanas en general, principalmente en las Relaciones Internacionales y la Ciencia Política. Luego,

planteamos la importancia de los referentes teóricos críticos de los intelectuales de la región en el contexto de las luchas intelectuales-populares y de la integración latinoamericana-afrocaribeña.

PALABRAS CLAVE: Relaciones Internacionales. Las teorías mainstream. Descolonización epistémica. Culturas contrahegemónicas. América-Latino-Afro-Caribe.

Introdução

A disciplina das Relações Internacionais nasceu em 1919, Pós-Primeira Guerra Mundial, encontrou suas raízes intelectuais na *polis* da Grécia antiga, nas reflexões de Platão e Aristóteles, no marco da obra de *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides; e sobretudo, no contexto histórico-cultural do sistema moderno europeu de estados consagrados nos Tratados da Paz da Westfália de 1648.

As teorias dominantes (realismo, liberalismo, marxismo, escola inglesa, teoria crítica e construtivismo) são produzidas pelos pensadores brancos masculinos dos países da Europa e dos Estados Unidos. Com isso, a disciplina das Relações Internacionais reforça ainda mais a relação desigual e discriminatória existente entre o 'Norte' e o 'Sul' do ponto de vista epistêmico-político. Nesta equação seguinte: a) o 'Norte' (Europa e Norte-Americana) definido como único sujeito ativo na estruturação mundial dos saberes e na tomada das decisões políticas globais frente a um 'Sul' (África, Ásia e América-Latina-Caribenha) enquanto objeto passivo e consumidor destes.

Em relação ao objetivo, o presente trabalho pretende, por um lado, denunciar a ideia de episteme universal nas Relações Internacionais. Em outro momento, defende a reestruturação mundial de saberes desde '*subdesolo*', digamos, desde às culturas contra-hegemônicas e de práxis políticas populares libertadoras (Pensamento Social e Político do Caribe, Negritude, Afrocentrado, Teoria da Dependência, Abordagem do Grupo Modernidade/Colonialidade, Pensamento Indígena, Feminismo descolonial,...).

Temos três perguntas principais: a) Existe teoria não ocidental de Relações Internacionais? b) Como é possível a epistemologia que domina as disciplinas de ciências sociais e humanas, principalmente as Relações Internacionais são produzidas unicamente pela Europa Ocidental e os

Estados Unidos? c) É possível construir ‘teoria’ de Relações Internacionais desde o ‘Sul’, em especial na região America-latina-caribenha ?

Em termos estruturais, o trabalho foi dividido em três seções. Em primeiro lugar, discutimos o domínio anglo-saxônico das Relações Internacionais desde o seu nascimento até o desenvolvimento, criticamos as teses de ‘O fim da história’ de Francis Fukuyama, o ‘racismo epistêmico’ de Kenneth Waltz e o ‘Choque de Civilizações’ de Samuel Huntington, com base no paradigma-outro. Na segunda seção, trabalhamos com a ideia de ‘lugar’ epistêmico e práxis política no sentido de demonstrar que não existe teoria neutra e a-histórica; porém, toda teoria é produzida *desde/para* um ‘lugar’, apresentamos a região America-latina-caribenha como ‘lugar’ de fala e de práxis política para produzir teorias críticas. Na terceira seção, defendemos as reflexões dos teóricos originais da região e culturais populares dos afros, indígenas e mulheres como alternativas ao capitalismo. A descolonização epistêmica consiste em pensar um outro mundo possível desde o ‘*subsolo*’ das cosmovisões milenares existentes antes do capitalismo selvagem.

Trazemos vários elementos importantes para a superação do estadocentrismo, eurocentrismo e antropocentrismo nas Relações Internacionais: a práxis política de luta popular como lugar epistêmico-político para desconstruir a pretensão do conhecimento a-histórico da ciência moderna; o Caribe como fronteira imperial no qual as potências hegemônicas lutavam para roubar os recursos do povo; o Negritude e Afrocentrado transformam os afros como *agentes* conscientes de seus próprios destinos; as resistências caribenhas (Revolução Haitiana, Revolução Cubana,...) como lutas contra-hegemônicas; a desigualdade centro-periferia desde as abordagens da Teoria da Dependência; o Pensamento biocêntrico desde a cosmovisão do Vivir Bien; a Plurinacionalidade dos indígenas como projeto inter-cultural e inter-civilizacional para abrir, descolonizar e democratizar a política internacional.

Descolonizando a epistemologia *mainstream* das Relações Internacionais

1919: foi a data do nascimento das Relações Internacionais como disciplina acadêmica no Reino Unido, na *University of Wales*, em *Aberystwyth*, com a criação da Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional, pós-Primeira Guerra Mundial, que tem por objetivo fundamental de explicar

por que as guerras ocorrem e como evitá-las para buscar os caminhos da paz. Em seguida, se desenvolveu nos Estados Unidos, onde concentraram-se estudos e investigações de vulto, culminando com interessantes discussões teórico-metodológicas e paradigmáticas (Oliveira, 2005, 46). O idioma destes dois países – o inglês se torna a língua dominante das Relações Internacionais, e ambos têm uma maneira diferente de se ligar com a política internacional.

Nos Estados Unidos, a ciência das Relações Internacionais nasceu a partir dos estudos de Ciência Política; isso significa dizer que ela assumiu, desde o seu nascimento, um caráter eminentemente prático. Em sintonia com a tradição acadêmica desse país, na área da Ciência Política, as Relações Internacionais foram pensadas para resolver problemas concretos enfrentados pelo Estado, em detrimento da especulação puramente teórica. Na Inglaterra, por seu turno, o percurso foi diferente. Lá, as Relações Internacionais nasceram da cooperação acadêmica entre os diferentes segmentos universitários e a diplomacia. Dessa experiência, formou-se uma tradição de estudo das Relações Internacionais que, muito antes de resumir à defesa dos interesses nacionais britânicos, atribuiu significativa importância aos fatores culturais como relevantes aspectos componentes das Relações Internacionais (Gonçalves, 2003, 2).

Em geral, as teorias *mainstream* das RI s sempre buscam contar, descrever e explicar os fenômenos globais a partir da epistemologia ocidental, digamos, de suas realidades históricas, sociais, culturais, políticas, filosóficas, religiosas e éticas; enquanto, os conhecimentos dos não-ocidentais desaparecem dentro do debate. Nesse sentido, “a expressão ‘relações internacionais’ é uma contradição em si mesma: os aportes teóricos, metodológicos, bem como os objetos de estudo circunscrevem-se ao mundo ocidental”:

Este campo acadêmico não se limita apenas a examinar a dinâmica entre os atores políticos europeus, mas também se baseia em uma tradição epistêmica exclusivamente ocidental. Nesse sentido, a disciplina encontra suas raízes intelectuais na polis da Grécia Antiga, daí segue para o Renascimento e o Iluminismo. Cada um desses períodos reflete um marco na história europeia, mas não devem ser vistos como marcos na história mundial. Mesmo no nível da narrativa, todos os outros eventos, histórias e filosofias nem mesmo deixam sua marca no discurso. Os outros povos desaparecem diante da narrativa predominante, sempre centrada em acontecimentos do contexto ocidental (Álvarez, 2015, 51).

Dessa primazia branco-capitalista-sexista-ocidental, principalmente a anglo-saxônica nas Relações Internacionais, “os anglo-saxões elaboraram hipóteses, formularam teorias e definiram os conceitos que se universalizaram, tais como aqueles que lhe são específicos, ou seja, criaram o léxico das Relações Internacionais” (Gonçalves, 2003, 3). Neste sentido, qualquer pessoa que se interesse por este campo vê-se obrigado a utilizar este léxico, conhecer os autores e aprender a falar idioma inglês, ser capaz de fazer o debate Realismo *vs* Liberalismo, Positivismo *vs* Pós-positivismo, assim seguinte. Demais, os saberes produzidos são assumidos ao modelo tripartido: ontologia greco-latina, epistemologia positivista e metodologia cartesiana; por isso impõem os limites a outros conhecimentos, os dos países denominados periféricos.

No século XX, nenhum país influenciou as relações internacionais de maneira tão forte – e ao mesmo tempo tão ambivalente – como os Estados Unidos (Kissinger, 1999, 13). Para o político estadunidense Henry Kissinger (1999, 14), desde a entrada dos EUA na arena política mundial, eles têm-se mostrado tão imbatíveis em força e tão convictos da justeza de suas ideias, que os principais acordos internacionais deste século foram a materialização dos valores americanos - da Liga das Nações e do Pacto Briand-Kellog à Carta das Nações Unidas e à Ata Final de Helsinque.

Naquele momento, em 1946, o produto interno americano era superior a 50% do produto bruto mundial. Sua estrutura econômica não somente não havia sido atingida fisicamente como havia passado por extraordinário desenvolvimento tecnológico, impulsionado pelas necessidades da guerra. As tropas americanas ocupavam os países do Eixo, os administravam e estavam estacionadas, em grande número, em bases em países aliados - como a França e a Inglaterra - e em todos os continentes. Os Estados Unidos haviam demonstrado ao mundo sua liderança científica e tecnológica e a determinação política de utilizá-la, bombardeando nuclearmente, com intervalo de três dias, as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Os Estados Unidos detinham mais de 50% das reservas de ouro do mundo e eram importantes credores dos países aliados, inclusive da União Soviética, bem como dos países inimigos, devido às reparações de guerra (Guimarães, 2002, 25-26).

Na mesma época, o ensino e investigação dos estudos políticos no centro da academia norte-americana, aliado à necessidade de produzir conhecimento útil para a definição da sua Política Externa. Foi aqui que a disciplina de RI ganhou a sua maioria e foram as universidades e revistas dos EUA os palcos principais por onde passaram os grandes debates que construíram a identidade da disciplina (Mendes, 2013, 2-3). Como bem

constatou o professor estadunidense Stanley Hoffman (1987) as RI foram, essencialmente, uma “ciência social americana”.

Com a exceção do Reino Unido e da sua Escola, do francês Raymond Aron, e de alguns outros autores importantes - canadianos, nórdicos, ou australianos - as RI foram até ao final do século XX completamente dominadas pelos académicos norte-americanos. [...] Deste modo, as RI foram essencialmente uma ciência inventada e dominada pela escola americana com importantes contribuições de académicos europeus *emigres*, e da Escola Inglesa. Em síntese as RI foram, e continuam a ser, fortemente dominadas pelo mundo académico e político anglosaxónico. No top das escolas e das revistas de RI bem como dos mais influentes académicos em RI, ainda hoje, naturalmente, as estrelas mais cintilantes são norte-americanas (Mendes, 2013, 3).

As Relações Internacionais tornam-se peça central dos Estados Unidos, as teorias ou conceitos adaptados categoricamente ao seu desejo hegemônico; visando, em primeiro lugar, conhecer o mundo e, em segundo, exercer melhor o seu poder para maximizar os seus próprios interesses. De maneira geral, as estruturas de saber nas ciências sociais e humanas foram produzidas pelas universidades dos homens masculinos brancos de cinco países como: Itália, Alemanha, França, Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Existem quatro disciplinas básicas: história, economia, ciências políticas e sociologia que foram todas elas desenvolvidas nos países ocidentais, principalmente dos cinco países (Wallerstein, 2010).

Enquanto a filha das ciências sociais eurocêtricas, a disciplina das Relações Internacionais além de reproduzir a colonialidade do saber, também limitava o objeto de estudo ao binômio guerra/paz e conflito/cooperação, portanto, alguns temas (raça, classe, sexo, fome, saúde, natureza, descolonização, saberes ancestrais, etc.) relacionados estritamente aos povos oprimidos foram colocados à margem. Com efeito, as RI's *mainstream* buscam analisar “quem detém o poder” e esse poder se encontra no Norte. Isso gera um processo de epistemicídio contínuo, pois limita a análise das relações entre as chamadas “potências mundiais” (Galindo, 2013, 94).

Sob a liderança dos Estados Unidos, foram criadas as estruturas hegemônicas de poder que se verifica através da expansão das organizações sob seu controle, tais como o Conselho de Segurança, centro de poder efetivo das Nações Unidas; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); o Grupo dos Sete (G-7); a Organização Mundial do Comércio (OMC); a

União Européia; o North American Free Trade Association (NAFTA); a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o Fundo Monetário Internacional FMI etc. (Guimarães, 2002, 32). No seio de tais organizações se desenvolve um vigoroso e até violento processo de isolamento e de sanção de eventuais contestadores do poder das estruturas hegemônicas, podendo ser citados como exemplos mais flagrantes os casos de Cuba, do Vietnã, da Coreia do Norte, do Iraque, da Líbia e dos Países muçulmanos fundamentalistas não-cooptados (*idem*, p. 34).

Por causa disso, precisamos lutar diariamente e solidariamente para transformar este mundo hierarquizado, centralizado, concentrado em um mundo mais plural, democrático, multipolar, inter-popular e intercivilizacional. Tal desafio nos leva a denunciar as provocações mais recentes do Norte em relação ao Sul.

Em primeiro ponto, começamos com a tese de “O fim da história”, de Francis Fukuyama. Após a queda da União Soviética em 1989, os Estados Unidos tornaram-se uma superpotência global, e o mundo tornou-se “unipolar”, onde há um único pólo de poder que controla todo o planeta. Do ponto de vista da geopolítica clássica (Mackinder; Mahan), a derrota soviética representou a vitória da talassocracia — o poder marítimo liderado pelos Estados Unidos — sobre a telurocracia, baseada no poder continental exercido pela União Soviética. No mesmo ano, o economista estadunidense publicou seu famoso artigo intitulado: “O fim da história”? Três anos mais tarde, ele publicaria o livro “O fim da história e o último homem”, onde pretendia mostrar o modelo econômico liberal como melhor caminho para os países civilizados e último estágio de avanço econômico mundial. Nas palavras de Fukuyama (1992, 13), a democracia liberal permaneceria como a única aspiração política coerente que constitui o ponto de união entre regiões e culturas diversas em todo o mundo.

Em segundo ponto, é a de Kenneth Waltz (1979, 72) quando diz: “A teoria, como a história, da política internacional é escrita em termos das grandes potências de uma época” e argumenta que “seria tão ridículo construir uma teoria da política internacional baseada na Malásia e na Costa Rica”. Em relação ao autor, os processos de produção e transmissão do conhecimento entre Norte e Sul implicam uma relação de dominação, exploração e hegemonia.

A terceira seria: “Choque de Civilizações”, publicada em 1993 pelo cientista político Samuel Huntington, segundo a qual as identidades culturais e religiosas dos povos serão a principal fonte de conflito no mundo

pós-Guerra Fria. Em 11 de setembro de 2001, uma série de atentados terroristas ocorridos no solo estadunidense e resultaram na morte de quase três mil pessoas. Na crítica do internacionalista brasileiro Paulo Visentini (2009, 58), esse acontecimento impactante, o 11 de setembro, marcou o início do século XXI e do Terceiro Milênio, e fez com que a obra *O choque de civilizações*, de Samuel Huntington, viesse a expressar o sentimento generalizado de um confronto entre Oriente e Ocidente. Foi uma das teorias que justificou a entrada brutal dos EUA e União Europeia nos países periféricos denominados “estados de natureza hobbesiana” (por exemplo: Iraque, Afeganistão, Síria).

Nestas três teses, a cultura ocidental denominada “universal” é um dos aspectos-chaves. Se para Fukuyama, o triunfo do capitalismo liberal sobre o socialismo é o “fim da história” de que não existe alternativa frente à razão e o progresso do capitalismo; em Waltz, seria mais ou menos a negação de outro espaço-tempo para produzir conhecimentos verdadeiros e internacionais; enfim, em Huntington, seria a demonstração dos impactos de civilizações orientais frente às do ocidente judeu-cristão. Pois, o choque surge pelo fato de que a polícia positivista/patriarcal/racista não aceita outras tendências ou outras epistemologias em um mesmo planeta.

Nas últimas décadas, observa-se no plano epistemológico a crise do pensamento hegemônico das ciências sociais, centradas em uma razão eurocêntrica e insolente, incapaz de produzir novas idéias para resolver os problemas do mundo. As teorias *mainstream* mais recentes das Relações Internacionais (O fim da história, o Choque de Civilizações,...) não são rigorosas para entender a realidade social da humanidade. O ‘fim’ é reinterpretado pelas vozes do movimento Zapatista de Libertação Nacional, como o ‘fim’ efetivamente de uma história, a do capitalismo, para dar início a outra, a do “mundo em el que caben todos los mundos” (Ceceña, 2008). Estamos lutando diariamente por um mundo de co-presença e de diálogo de saberes para chegar a um mundo mais democrático, plural e justo. Interessante pensar as noções de “descolonialidade” e “interculturalidade” na política internacional para superar a crise do pensamento uni-versalista ocidental.

A interculturalidade deve ser entendida no contexto do pensamento e dos projetos descoloniais. Ao contrário do multiculturalismo, que foi uma invenção do Estado-nação nos EUA para conceder ‘cultura’ enquanto mantém ‘epistemologia’, interculturalidade nos Andes é um conceito introduzido por intelectuais indígenas para reivindicar direitos epistêmicos. A inter-cultura, na verdade, significa inter-epistemologia,

um diálogo intenso que é o diálogo do futuro entre cosmologia não ocidental (aymara, afros, árabe-islâmicos, hindi, bambara etc) e ocidental (grego, latim, italiano, espanhol, alemão, inglês, português). Aqui você acha exatamente a razão por que a cosmologia ocidental é ‘uni-versal’ (em suas diferenças) e imperial enquanto o pensamento e as epistemologias descoloniais tiveram que ser pluriversais: aquilo que as línguas e as cosmologias não ocidentais tinham em comum é terem sido forçadas a lidar com a cosmologia ocidental (mais uma vez, grego, latim e línguas europeias imperiais modernas e sua epistemologia) (Mignolo, 2008, 316).

Inspirando nessa abordagem crítica e interessante, buscamos defender ao longo de nossa discussão o pensamento não monocultural, inter-cultural e inter-civilizacional para a superação da crise do paradigma dominante. É necessário repensar as ciências sociais e humanas, em especial, as Relações Internacionais e Ciência Política “*desde baixo*” das epistemologias milenares que foram marginalizadas pela ciência moderna ocidental.

Lugar epistêmico-político

Buscamos criar um conhecimento latino-americano-afro-caribenho nas ciências sociais e humanas, em especial, nas Relações Internacionais. Primeiro aspecto a ser destacado seria o ‘lugar’, outros falam de ‘lugar de enunciação’, ‘lugar de falar’; mas seria mais completo colocar a unidade entre ‘episteme’ e a ‘política’ como já bem colocou o indígena Luís Macas (2005). Neste ‘lugar’, um recebe conhecimento enquanto outro produz conhecimento. Todos que produzem conhecimentos fazem desde um ‘lugar’ ou ‘lócus’, seja conscientemente ou inconscientemente. Resumimos a expressão de ‘lugar’ em dois sentidos seguintes:

- a. Epistêmico (como receptor e produtor de conhecimento).
- b. E político (como práxis na dinâmica das relações sociais).

Com a unidade epistêmico-política, buscamos transformar a realidade opressora em práxis libertadora e dar justiça às epistemologias marginalizadas pelo pensamento dominante, para citar o economista haitiano Jean Casimir (2008, 808). Agora, vamos responder duas perguntas básicas : a) qual lugar mais privilegiado para produzir um pensamento popular e descolonizador nas Relações Internacionais? b) Qual é a natureza deste pensamento? - O filósofo e teólogo salvadorenho Ignacio Ellacuría (2005, 1-15), em sua discussão teológico-política, destaca a ‘América

Latina', depois, ele diz não é qualquer América Latina; mas, seria a América Latina como pertence ao Terceiro Mundo desde as maiorias populares em sua situação de sofrimento e em sua práxis de luta no marco de sistema explorador. Este é o ponto central para América-Latina-Caribenha e, em geral, o Terceiro Mundo.

Em relação à natureza deste conhecimento, o professor argentino Félix Pablo Friggeri (2022, 40), aponta a originalidade do pensamento latino-americano-caribenho que tem, fundamentalmente, dois elementos que são dialeticamente inseparáveis. Em primeiro sentido, ser original implica ser criativo; por isso, refere-se a uma ideia famosa do escritor peruano José Carlos Mariátegui de que: "Creación heroica" indo-americana, ele argumenta que o "socialismo no deveria ser ni calco ni copia", mas deveria ser "Creación heroica". A Aporte de Mariátegui é política, porque colocou a construção do socialismo da América Latina, também esta colocação pode ser traduzível à epistêmica. Um conhecimento que ajuda o povo a encontrar o caminho para a superação do sistema capitalista selvagem não só como o modelo econômico, também civilizacional.

O segundo elemento do pensamento original é que ele deve estar profundamente enraizado e constantemente referenciado no conhecimento dos povos originários e afros da América-Latina-Caribenha. Nas palavras de Friggeri (2022), o intelectual que quer produzir conhecimento tem que ser, antes de tudo, o discípulo desses saberes. Não faz sentido produzir os conhecimentos sem a participação dos camponeses, dos indígenas, dos afros e das mulheres. Sem a participação destes, a burguesia não pode produzir uma teoria revolucionária.

Na versão classista marxista, o proletariado não tem "consciência de classe" para produzir uma teoria revolucionária, talvez uma revolução política sem ajuda da classe intelectual da pequena burguesia. Por esta tendência, Lenin dizia que os populistas russos: "*Quienes son los Amigos del Pueblo*". Ao nosso ver, foi uma das grandes contradições do marxismo. Sua visão etapista, universalista e organista da história é uma versão esquerdista eurocêntrica que não chega bem ao entendimento do paradigma espiral-popular dos afros ou indígenas.

Dialogamos a expressão de "Creación heroica" com o conceito de "Sejamos nós mesmos, na medida do possível" do professor haitiano Jean Price Mars (2009). Para ele, é fundamental repensar a produção do conhecimento da América-Latina-Caribenha desde a cultura popular (idioma, tradição, sentimentos e saberes ancestrais) e questionando a

pretensão da *episteme* ocidental de ser universalista. Inspirando nessas abordagens valiosas, é necessário repensar a teoria crítica das Relações Internacionais, digamos, uma nova teoria sem ser a ‘decalque ou cópia’ das teorias *mainstream*, mas tem que ser de ‘nós mesmos’ através da harmonização do sujeito político com o sujeito epistêmico desde as perspectivas populares (indígenas, negros africanos, mulheres, tabalhadores, pobres e campesinos).

Com isso, defendemos a “reconstrução epistemológica” desta área acadêmica desde o “*subsolo*” para incluir os sujeitos oprimidos e marginalizados (Fonseca e Jerrems, 2012; Moreira, 2012; Tickner e Blaney, 2013; Álvarez, 2015; Espanhol, 2017; Wisly, 2018; Dulci, 2019; Toledo, 2021). Com objetivo de desafiar o “mundo colonial” por via das “ações anticoloniais” (Fanon, 1968); junta-se com a “desobediência epistêmica” (Mignolo, 2010) para “*Descolonizar as RI’s*”, “*Abrir as Relações Internacionais*”, “*Repensar as Relações Internacionais*” desde a “*Consciência histórica*” (Diop, 1981) ou “*ancestralidade do saber*” (Mariátegui, 1927; Friggeri, 2021) dos povos soberanos, para construir um mundo mais igualitário, diverso, popular e justo.

Diálogo de conhecimento: culturas contra-hegemônicas nas Relações Internacionais

Na região Latino-Americano-Afro-Caribenha, a produção de conhecimento crítico, não eurocêntrico e criativo tem uma rica tradição que remonta aos autores originais do Pensamento Social e Político do Caribe, do Negritude, da Teoria Pós-colonial, da Teologia da Libertação, da Filosofia da Libertação, da Teoria da Dependência, do Pensamento Indígena, do Paradigma Afrocentrado dos afros, do Feminismo descolonial, da Perspectiva do Grupo Modernidade/Colonialidade e das cosmovisões populares contra-hegemônicas.

Antes de aprofundar nossa tese, vamos responder a essa pergunta : o que é a hegemonia? - O conceito de hegemonia de Gramsci refere-se diretamente a sua noção de Estado de forma ampliada: sociedade política e sociedade civil. A hegemonia forma-se com a supremacia de um grupo social que se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. (Gramsci, 2002, 62)

Nas relações internacionais, o conceito de hegemonia refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas¹ (Arrighi, 1996, 27). Nas palavras do economista italiano Giovanni Arrighi (1996), inspirando na visão gramsciana, destaca dois grandes requisitos para considerar a um Estado como poder hegemônico: 1) dominação, 2) e liderança moral-intelectual.

Parece que em cada século surge um Estado com poder militar e liderança moral-intelectual para moldar o sistema moderno mundial aos seus próprios valores: “Um ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira” (Arrighi, 1996, 6). Os agentes governamentais e empresariais genoveses, holandeses, britânicos e norte-americanos são exclusivamente fundamentais para o desenvolvimento do que vamos chamar o desenvolvimento moderno capitalista mundial.

1492: foi o nascimento da história das relações internacionais das potências hegemônicas europeias com os países chamados América-Latina e Caribe. Marcada estruturalmente pelas relações desiguais e de processo de conquistas histórico-violentas-repetidas-continuadas. As violências europeias começaram nos próprios territórios europeus, na Península Ibérica, e se expandiram no mundo todo, incluindo o Caribe. Havia dois fatos que aconteciam em 1492: a) a expulsão dos muçulmanos e judeus – considerados ‘estrangeiros’, ‘indesejáveis’ e ‘inferiores’; e, b) a invasão do chamado ‘Novo Mundo’ que levou, em consequência, à destruição das civilizações de astecas, maias e incas.

O Caribe foi o lugar do primeiro desembarque dos escravos vítimas do tráfico, dos africanos que vivenciaram o tráfico – e que depois eram orientados para a América do Norte, para o Brasil, ou para as ilhas da região (Glissant, 2005, 15). Na Pós-Segunda Guerra, em 1970, o historiador dominicano Juan Bosch publicou um importante livro intitulado: “*De*

1 Em outros termos, por Estado hegemônico se pode entender aquele que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem Potência ou coalizão de Potências que possa impedi-lo de agir (Guimarães, 2002, 25).

Cristóbal Colón a Fidel Castro: El Caribe frontera imperial”, no qual, definiu o Caribe como “fronteira imperial” mostrando o papel estratégico e econômico da região ao longo de cinco séculos - como “zona de conflito” entre vários países hegemônicos ocidentais: Espanha, Inglaterra, Holanda, Dinamarca, França, e depois, os Estados Unidos - o último império. Em sua definição, ele coloca seguinte:

A história do Caribe é a história das lutas dos impérios contra os povos da região para tirar suas ricas terras; é também a história das lutas dos impérios, uns contra outros, para arrebatar porções do que cada um deles conquistou; e é finalmente a história dos povos do Caribe para se libertarem de seus amos imperiais (Bosch, 2009, 62).

Nesse sentido, é possível entender a importância da região caribenha no processo da formação capitalista mundial em dois aspectos: 1) ‘Localização geográfica’ – pois está situado entre os oceanos Atlântico e o Pacífico, o que facilita a circulação de mercadorias por meio de rotas de navegação – que permitiu a expansão inicial do capitalismo; e 2) ‘Riqueza’ em ‘recursos naturais’ (Bosch, 2009; Martins, 2019). Foi nesta perspectiva, os Estados Unidos buscavam reconfigurar o mapa do Caribe conforme à teoria geopolítica de Alfred Mahan, oficial da marinha dos Estados Unidos, descobre em sua teoria do poder marítimo que para dominar o Caribe só é necessário o controle de quatro ou cinco de seus 14 canais naturais – que separam uma ilha da outra, ou de territórios continentais. Foi por motivo que os Estados Unidos irão

ocupar militarmente os países considerados estratégicos, como aconteceu com o Haiti (1915-1934), que permitiu o controle do Canal do Vento, que separa o Haiti de Cuba, ao estabelecer ali a base de Guantánamo; a invasão de Porto Rico (1898), permitiu o controle do Canal de Mona, que separa a República Dominicana daquele país, e assim por diante (Maríñez, 2009, 46, tradução nossa).

Portanto, em quase todos os lugares do mundo não europeu, como diz o intelectual palestino Edward Said (2011, 3-4), “a chegada do homem branco gerou algum tipo de resistência. Além da resistência armada em locais tão diversos, houve também um empenho considerável na resistência cultural em quase todas as partes”. Em relação ao Caribe, a ‘chegada do homem branco’ conquistador levou as duas grandes resistências vitoriosas que marcaram as lutas anticoloniais, anticapitalistas e antirracistas no mundo todo: 1) A Revolução Haitiana em 1804 que colocou fim ao império França na região; 2) A Revolução Cubana em 1959 que derrotou o império estadunidense.

Apenas três anos após a independência do Haiti, “os britânicos (e norteamericanos) cessaram o comércio transatlântico de escravos”. Não era nem a ideologia do “abolicionismo” nem as falsas promessas dos “Amigos Negros” da França, senão o que ocorreu no Haiti (Walvin, 2003, 15). Em relação ao seu vizinho, os governos haitianos (Dessalines, Pétion) ajudaram os precursores das guerras pelas independências como Francisco Miranda e Simon Bolívar em voluntários, munições e armas (Mezilas, 2009; Ramos Guédez, 2007; Fouchard, 2017; Mercier, 2020).

No caso da Revolução Cubana, em 1959, o Caribe e Cuba se tornam foco de atenção em grande parte do mundo. Nada parecido havia ocorrido ainda a uma revolução instaurando um Estado socialista a poucos quilômetros dos EUA (Ramos, 2008, 461). Depois da Revolução Cubana, em 1959, surgiram “Novas Cubas” na região caribenha. Entre os Trinidad-Tobago em 1962, Guiana e Barbados em 1966 e Saint Kitts-Nevis em 1983 (Maríñez, 2009 [1979], 51). Esses acontecimentos tiveram a importância de colocar o Caribe dentro da geografia mundial da resistência ao imperialismo e da descolonização” (Ramos, 2008, 461).

Voltamos à ocupação do Haiti. Em 1915, os soldados *yankees* não eram bem-vindos, havia uma luta armada contra os fuzileiros sob a ordem do líder nacionalista e liberal Rosalvo Bobo. Infelizmente, a guerra acabou com a derrota de milhares de rebeldes frente aos invasores na fortaleza chamada Fort Rivière (*primeira fase*). A resistência popular liderada por Charlemagne Peralte, cujo objetivo era expulsar os soldados estadunidenses do território nacional (*segunda fase*). Este movimento ficou conhecido pela guerra dos ‘*cacos*’, nome que se refere aos camponeses rebeldes (Pierre-Charles, 1980, 184-186). Enfim (*terceira fase*), resistência cultural pela qual os intelectuais como Jean Price Mars, George Sylvain e Sténio Vincent do Indigenismo denunciavam o racismo científico dos brancos europeus e buscavam construir suas identidades nacionais com base nas tradições da África negra. O indigenismo haitiano influenciou o mundo dos afros e foi a origem do movimento internacional conhecido hoje como Negritude:

movimento indigenista na década de 1920 como uma tentativa dos intelectuais haitianos de definir apropriadamente a cultura haitiana como africana, em vez de uma extensão da cultura francesa, como era então comumente assumido. Esse movimento foi um catalisador para a mudança literária e social na maneira como os haitianos e os negros em todo o mundo viam a si mesmos e sua cultura (Lundy, 2005, 271, tradução nossa).

Foi nesta mesma concepção de luta pela justiça social e epistêmica que emergiu o Pensamento Afrocêntrico e Pan-Africanismo² com fundamento no ‘renascimento’ e ‘integração’ dos/as negros/as da África e os da diáspora. Em termos políticos, vários congressos, conferências e movimentos políticos independentistas foram organizados contra o preconceito racial, as desigualdades sociais e reforçar a solidariedade entre os povos africanos e de origem africana desde a Primeira Conferência Pan-Africana (1900) passando à Organização da Unidade Africana (1963) até hoje.

No plano epistêmico, os intelectuais defendiam um novo pensamento nas ciências sociais e humanas que ficou conhecido hoje como ‘Afrocentrado’, criticavam o paradigma eurocêntrico, moderno, patriarcado, capitalista e racista ocidental. Todos/as de alguma forma desenvolveram uma posição epistemológica que recoloca os africanos como agentes do seu processo histórico (Firmin, 2005; Diop, 1979; 1981; Obenga, 1990; Bernal, 1987; Fanon, 1968; Asante, 2014; Mazama, 2009; Finch III, 2009; Sertima, 2003; James, 2001; Gonzales, 1979 e 1988; Carneiro, 2005; Cabral, 1999 e 2011; Onyewuenyi, 2005; Nascimento, 1968 e 1980).

A ideia afrocêntrica³ refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais,

2 Muitos líderes negros em lugares diversos eram à origem do que ficou conhecido como Pan-Africanismo, temos: afro-estadunidenses Alexander Crummell (1819-1898) e Martin R. Delany (1812-1885); caribenho Edward Wilmot Blyden (1832-1912); jamaicano Marcus Garvey (1885-1940); afro-estadunidense W.E.B. Du Bois (1868-1963); haitianos Bénito Sylvain (1868-1915) e Anténor Firmin (1850-1911), trinitário Henry Sylvester Williams (1868-1911); etiopense Negus Menelik II (1889-1913); afro-estadunidense Booker T. Washington (1856-1915); africano Ephraim Casely Hayford (1866-1930); afro-estadunidense Hubert Henry Harrison (1883-1927); trinitário George Padmore (1909-1959); congolês Patrice Lumumba (1925-1961); etiopense Hailé Sélassié (1892-1975); ganês Kwame Nkrumah (1909-1972), entre outros, (CIAD, 2004).

3 O conceito de afrocentricidade foi cunhado e elaborado por Molefi Asante (1980) e desenvolvido como paradigma de trabalho acadêmico no final do século XX. Mas, antes de tudo, a abordagem afrocêntrica mais ampla já possuía um extenso pedigree na qualidade de modo de pensamento e orientação para a investigação. Cumpre observar, por exemplo, que uma importante crítica ao Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1967[1854]), tratado racista de Arthur de Gobineau, foi elaborada por Anténor Firmin, destacado intelectual haitiano, na obra Da igualdade das raças humanas: antropologia positiva (1967[1885]). A tradição de pensamento afrocêntrico desenvolvida no contexto intelectual do Ocidente consiste, com efeito, num ato de resistência. Ligada intimamente ao pan-africanismo, ela se constitui na tessitura das ligações entre continente e diáspora ao protagonizar essa resistência. Assim, um ponto de partida simbólico para iniciar uma apreciação dessa tradição pode ser a cerimônia de voodoo conduzida na localidade de Bwa Kayiman, no dia 14 de agosto de 1791, por Boukman Dutty, Cécile Fatiman, uma manbo (mãe-de-santo) de voodoo e duzentos fiéis. Esse evento desembocou na insurreição de cinquenta mil pessoas, que tomaram a região de

psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (Asante, 2009, 93).

O filósofo afro-estadunidense Molefi Kete Asante (2009) destaca dois conceitos centrais da afrocentricidade que são as ideias de *conscientização* e *agência*. A conscientização é o aspecto que orienta os seres humanos no conhecimento sobre as opressões que sofrem, como também sobre as vias possíveis de libertação através de sua *agência*. Sendo *agência*, “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana” (Asante, 2009, 94). Para ele, o africano precisa ser consciente de modo que possa atuar como agente, e não como vítima ou dependente.

Os afros denunciavam esta “divisão intelectual do trabalho” no qual os países do Norte produzem os conhecimentos, e os do Sul, consomem-nos (Tickner e Blaney, 2013). A linha que divide a dicotomia entre o Norte do Sul seria a falta de capacidade do último para conseguir ter acesso aos bens necessários. A pobreza foi, em alguns casos, consequência da exploração histórico-social do capitalismo. No final da década de 1960 e começo da década de 1970, os pensadores da teoria da dependência afirmavam que o sistema mundial moderno capitalista é globalmente construído entre opressores e oprimidos, centro e periferia (Prebisch, 2000; Furtado, 1989 e 2000; Santos, 2011; Frank, 1966; Marini, 1990).

Pós-Segunda Guerra, durante a Guerra Fria, a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (Cepal) – foi criada, em 1948, pelo *Conselho Econômico e Social das Nações Unidas* com objetivo de entender os problemas dos países da região. Raúl Prebisch e Celso Furtado foram dois dos intelectuais mais importantes deste órgão, buscavam entender a complexidade dos países da América Latina em relação aos países do Norte. Prebisch fez uma crítica ao velho esquema da divisão internacional do trabalho assentado nas vantagens comparativas do economista inglês David Ricardo. Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais:

Plaine du Nord e acionaram a rede de resistência que deflagrou uma revolta geral em toda a ilha (Nascimento, 2009, 38).

Uma piora da relação de intercâmbio a longo prazo, tal como a que afetou os produtores primários durante um período prolongado, pode ser efeito das diferenças no ritmo de aumento da produtividade na produção de artigos primários e manufaturados, respectivamente. Se pudéssemos supor que a piora, para os países de produção primária, reflete mais depressa o aumento da produtividade dos produtos primários que dos manufaturados, o efeito da piora na relação de intercâmbio seria menos grave, naturalmente. Significaria apenas que, na medida em que os produtos primários são exportados, os efeitos do aumento da produtividade são transferidos para os compradores de produtos primários nos países mais industrializados. Mesmo quando há uma falta quase completa de dados estatísticos sobre os diferentes ritmos de aumento da produtividade na produção primária e na indústria manufatureira, essa explicação das variações a longo prazo nas relações de intercâmbio (...) pode ser descartada. Não há dúvida de que a produtividade aumentou mais depressa nos países industrializados que nos de produção primária (Prebisch, 1949, 83).

A concepção hegemônica ricardiana segunda a qual cada país precisa especializar-se em produto no qual tem certa eficiência, não garantiu uma vantagem para ambos países na crítica de Prebisch. Portanto, isso leva à chamada ‘deterioração dos termos de trocas’ e reforçando ao longo prazo as assimetrias entre os países do Norte frente aos do Sul. Foi neste contexto que o economista alemão Gunder Frank escreveu o seu famoso artigo “*Desenvolvimento do subdesenvolvimento*”, publicado em 1966. Tem uma frase interessante e provocante de Frank (1966) quando disse o:

[...] subdesenvolvimento contemporâneo é em grande medida o produto histórico de relações econômicas e de outros tipos, passadas e atuais, que o país satélite subdesenvolvido manteve e mantém com os países metropolitanos hoje desenvolvidos. Além disso, essas relações são uma parte essencial da estrutura e do desenvolvimento do sistema capitalista em sua totalidade à escala global (Frank, 1966, 2).

Esta estrutura é socialmente e racialmente construída entre opressores e oprimidos. Os conceitos de “centro-periferia” de Prebisch ou “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de Frank dialoga bem com a expressão de “colonialidade do poder” utilizada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) para criticar a herança colonial na América-Latina-Caribenha. Nas suas palavras, as relações de dominação nas esferas políticas e econômicas não acabam com a destruição do colonialismo na região. Influenciados nesta visão, os seus discípulos distinguem três tipos de colonialidade mais fundamentais em *nuestra América* (as colonialidades do poder, do saber e do ser).

Por “colonialidade do poder”, Quijano (2005) diz que a Globalização começou com a: a) constituição da América e do capitalismo colonial e moderno, b) eurocentrismo, c) o eixo central na ideia de raça como construção mental da experiência de dominação colonial. Para Grosfoguel (2008, 126), a expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, – e

é um dos elementos constituintes e específicos do padrão mundo do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação população racial/étnica do mundo como uma pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência quotidiana e em escala societal (Quijano, 2010, 73).

O conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só do poder, também do ser e saber. Para a professora norte-americana Catherine Walsh (2007a), a “colonialidade do ser” manifesta-se no plano ontológico onde o “ser” e “não-ser” constituem a categorização binária que opõe, por exemplo, o humano ao não-humano, o ocidental ao oriental, o branco ao não-branco no sistema mundo moderno e eurocentrado.

Quanto à “colonialidade do saber” refere-se a um único modelo válido, legítimo e absoluto de produção de conhecimento. Criticando o caráter universalista da experiência europeia e a totalidade do espaço-temporal nas ciências sociais (Lander, 2005, p. 8-20). O português Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 23-57) qualifica a epistemologia ocidental dominante como “pensamento abissal”, digamos, “consiste num sistema distinções visíveis e invisíveis [...] que dividem a realidade social em dois universos distintos: ‘deste lado da linha’, as experiências e saberes que são úteis, inteligíveis e visíveis ‘do outro lado da linha’, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria”. Em consequência, o pensamento racista, capitalista e patriarcal justifica a destruição das vidas dos “seres diferentes” (genocídio) e os saberes ancestrais (epistemicídio) (Césaire, 1977; Sousa Santos, 1999; Carneiro, 2005).

Em resposta ao pensamento hegemônico, o conceito de “descolonialidade” é uma das opções para superar as colonialidades em todas as dimensões (Maldonado-Torres, 2008), e de dois de seus desdobramentos, as categorias de “desobediência epistêmica” que é a atitude de rompimento com a lógica eurocêntrica do conhecimento (Mignolo, 2010) e “interculturalidade crítica” tendo como horizonte a busca de igualdade de todos a respeito da diversidade cultural (Walsh, 2007b; 2009).

Um dos aspectos interessantes da descolonização epistêmica das Relações Internacionais, seria a “exterioridade da cultura do nosso povo” como bem colocou o filósofo argentino Enrique Dussel : “La liberación no es simplemente estar en contra del centro, ni siquiera significa romper la dependencia. Es mucho más que eso: es tener la creatividad de ser realmente capaces de construir novedad, un nuevo momento histórico desde la positiva exterioridad cultural de nuestro pueblo (Dussel, 1983, 128) ”. Partindo desta visão, as massas populares (indígenas, afros, mulheres) têm uma cultura exterior ao capitalismo, uma práxis de vida exterior ao capitalismo.

A filosofia ocidental rompe a relação ontológica entre ser humano/natureza. Lembramos uma das frases mais contraditórias do grande pensador inglês Francis Bacon quando afirma que o “conhecimento é poder”, isto quer dizer, como diz o filósofo, “a ciência fará a pessoa humana o senhor e o possuidor da natureza”. Para o paradigma afro-indígena (vodu-biocêntrico), a “vida” implica a vida humana e a das montanhas, dos rios, das plantas,.. ambas são inseparadamente complementares. Todos nós independentemente da classe social, da raça, do sexo ou qualquer ‘ser’ da natureza, estão formando um ciclo da vida, um se relaciona com outro para a reprodução da vida; uma relação coletiva e interdependente.

Inspirado na frase de Dussel, quando as pessoas são culturalmente fora do capitalismo, mais capacidade elas têm para criar alternativas ao sistema capitalista. Isto nos leva ao paradigma de “*vivir bien*” que significa existe outras formas de viver, de produzir, de comer, de ver, de organizar a economia, a política, a cultura, a segurança, a diplomacia, a finança, entre outras, aí está a grande alternativa para superar o capitalismo (Mamani, 2010; Acosta, 2012; Choquehuanca, 2010; Huamán, 2005; Friggeri, 2014). Por isso,

En el Vivir Bien nos desenvolvemos en armonía con todos y todo, es una convivencia donde todos nos preocupamos por todos y por todo lo que nos rodea. Lo más importante no es el hombre ni el dinero, lo más importante es la armonía con la naturaleza y la vida. Siendo la base para salvar a la humanidad y el planeta de los peligros con que los acosa una minoría individualista y sumamente egoísta, el Vivir Bien apunta a una vida sencilla que reduzca nuestra adicción al consumo y mantenga una producción equilibrada sin arruinar el entorno.

En este sentido, Vivir Bien es vivir en comunidad, en hermandad y especialmente en complementariedad. Es una vida comunal, armónica y autosuficiente. Vivir Bien significa complementarnos y compartir

sin competir, vivir en armonía entre las personas y con la naturaleza. Es la base para la defensa de la naturaleza, de la vida misma y de la humanidad toda (Mamani, 2010, 34).

Os indígenas estão propondo um novo desenho estrutural e institucional para a área de Relações Internacionais e defendendo a convivência harmoniosa entre os movimentos sociais populares, estados, empresas comunais, empresas privadas, empresas estatais, organizações internacionais e todos os seres da natureza como meios para diminuir os conflitos no mundo.

É a passagem do mundo antropocêntrico ao mundo biocêntrico. A luta popular para descolonizar o conhecimento das ciências sociais e humanas, em especial, às Relações Internacionais, implica diariamente uma luta biocêntrica para cuidar a ‘vida’ não só os seres humanos, também os seres cósmicos do sistema internacional no sentido do biocentrismo dos indígenas (Acosta, 2014; Gudynas, 1999, 2009 e 2011). Foi um dos desafios de todas as teorias *mainstream* (realismo, liberalismo, construtivismo), até o próprio marxismo não conseguiu reconciliar a separação brutal entre ser humano/natureza.

Outro ponto a ser discutido seria o Estado com base na reflexão dos indígenas. Preciso lembrar que os Estados-nação são os principais atores das Relações Internacionais e unidade básica de análise segundo os realistas.

Na América, a formação do Estado-nação dos Estados Unidos com a minoria de brancos, anglo-saxões protestantes, excluiu os indígenas; considerados estrangeiros ou exterminados. Na América-Latina-Caribenha, os Estados nacionais se formam a partir das lutas pela independência no decorrer do século XIX, pela minoria da população de homens brancos e descendentes dos europeus; enquanto, os não brancos como os indígenas, afros e principalmente as mulheres que participavam deste processo, foram excluídos como ‘entidades nacionais’. Por isso, é necessário repensar a disciplina das Relações Internacionais desde a “diversidade nacional” que os indígenas chamam a “plurinacionalidade” com a criação dos Estados Plurinacionais na Bolívia e Equador com base no Novo Constitucionalismo Latino-Americano (Choquehuanca, 2011; Schavelzon, 2012; Walsh, 2009; Chávez, 2010).

O Estado Plurinacional é “país que tenga más de una nación es un país multi o plurinacional” (Walsh, 2009, 111). Do ponto de vista das relações internacionais, é um modelo de organização política para a descolonização de nossas nações e nossos povos, reafirmando, recuperando

e fortalecendo nossa autonomia territorial, para alcançar a vida plena, para viver bem, com uma visão solidária, assim ser os motores da unidade e do bem-estar social de todos seres humanos e garantindo o pleno exercício de todos os direitos (Camacho, 2010, 120). Este aporte valioso permitirá levar em consideração a relevância da plurinacionalidade no processo da descolonização epistêmica das RI e integração de *nuestra* América.

A descolonização epistêmica define como a existência dos conhecimentos críticos enraizados nas culturas milenares (dos afros, indígenas, mulheres, trabalhadores, campesinos e pobres) com base nas práxis políticas para libertar os oprimidos da violência opressora. Por isso, defende outros sistemas de organizações políticas, educacionais, econômicas, financeiras, sociais, culturais, militares, jurídicas e metafísicas. Ela não envolve uma única *episteme* alternativa, mas engendra várias *epistemes* alternativas em vários espaços-temporais, consistindo em pensar o sistema internacional como lugar de emancipação, participação e intervenção dos movimentos populares e os países da região como sujeitos revolucionários e epistêmicos.

Considerações finais

Ao longo de nossa discussão, criticamos os donos teóricos que concentravam a disciplina das Relações Internacionais às realidades históricas, econômicas, culturais, sociais e políticas dos países ocidentais. Demais, eles limitavam o objeto da jovem ciência ao binômio guerra/paz e conflito/cooperação, enquanto os conceitos (raça, classe, sexo, descolonização, fome, saúde,...) relacionados estritamente aos países do Terceiro Mundo, em especial, os da América-Latina-Caribenha -são colocados em margem dos grandes debates.

Por causa disso, as massas populares oprimidas não podem ser livres através das teorias hegemônicas das Relações Internacionais. Todas essas teorias foram, de alguma forma, produzidas *desde/para* um “lugar”, este lugar é de “enunciação” e de “ação”; por isso, elas [teorias] refletem a percepção e direção de quem fala. Portanto, os caminhos da libertação são os do povo, as teorias da libertação são aquelas pensadas desde o “*subsolo*” dos afros, indígenas, mulheres, trabalhadores, campesinos e pobres.

Ao longo de nossa discussão, conseguimos demonstrar que existem, sim, teorias das Relações Internacionais que não são necessariamente de bases europeias e estadunidenses; mas, eles são feitas na América-Latina-

Caribenha e África contemporâneas como : Pensamento Social e Político do Caribe; Teoria Pós-Colonial; Teoria do Movimento de Bandung; Paradigma Afrocentrado, Teoria da Dependência; Abordagem do Grupo Modernidade/Colonialidade; Pensamento Indígena;...pensadas desde das culturas populares que são exteriores ao capitalismo.

Referencias bibliográficas

Acosta, Alberto (2012). Buen Vivir. Sumak kawsay. Una oportunidad para imaginar otros mundos. Abya Yala, Quito.

Acosta, Alberto (2014). Prólogo. In: Gudynas, Eduardo. Derechos de la naturaleza y políticas ambientales. Bolivia: Plural.

Álvarez, G (2015). “Eurocentrismo y Relaciones Internacionales: reflexiones acerca de la decolonialidad de la disciplina”. In: Acosta, W. (Org.). Ciencias Sociales y Relaciones Internacionales: nuevas perspectivas desde América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 47–68.

Arrighi, Giovanni (1996). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo / Giovanni Arrighi; tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 408p.

Asante, Molefi Kete (2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In : Nascimento, Larkin Elisa. Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa — Livro 4) Editora Selo Negro.

Bernal, Martin (1987). Black Athena: the Afroasiatic Roots of Classical Civilization. Vol 1: The fabrication of Ancient Greece 1785-1985. London: Free Association Books.

Bosch, Juan (2009). De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial. Introducción, Pablo A. Maríñez. México.

Cabral, Amílcar (1999). Nacionalismo e Cultura. Lisboa: Ed. Laiovento.

Cabral, Amílcar (2011). Libertação nacional e cultura. In: Sanches, Maria Ribeiro (Org.). As malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70.

Carneiro, Aparecida Sueli (2005). A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser. FEUSP. (Tese de doutorado).

Casimir, Jean (2008). Haïti y sus élites: el interminable diálogo de sordos.

Foro Internacional, XLVIII(4):807-841.

Camacho, Oscar Veja (2010). Estado Plurinacional. Elementos para el debate. In: Gosálvez, Gonzálo. Descolonización en Bolivia Cuatro ejes para comprender el cambio. La Paz.

Ceceña, Ana Esther (2008). Derivas del mundo en el que caben todos los mundos. México DF, CLACSO, Siglo XXI. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal25/14salga.pdf>. Acesso em: 28/02/2018.

Césaire, Aimé (1977). Discurso sobre o colonialismo. Prefácio de Mário de Andrade. Livraria sá da costa editora.

Chavez, Patricia (2010). Cómo pensar la descolonización en un marco de interculturalidad. In: Gosálvez, Gonzálo. Descolonización en Bolivia Cuatro ejes para comprender el cambio. La Paz-Bolivia.

Choquehuanca, Aureliano Turpo (2011). La descolonización: hito histórico y político para la construcción de la sociedad comunitaria plurinacional del siglo XXI. El Alto.

CIAD I [Contribution à la Conférence des intellectuels d’Afrique et de la Diaspora] (2004). Le mouvement panafricaniste au vingtième siècle. (Dakar, 7-9 octobre 2004).

Diop, Cheikh Anta (1979). Nations nègres et culture. De l’antiquité nègre égyptienne aux problèmes culturels de l’Afrique Noire d’aujourd’hui. Quatrième édition. Présence Africaine, Paris.

Diop, Cheikh Anta (1981). Civilisation ou Barbarie. Anthropologie sans complaisance. Présence Africaine, Paris.

Dulci, Tereza Maria Spyer (2019). Decolonizando as Relações Internacionais na América Latina: novas agendas, objetos e atores. XVII Congresso Internacional do Fórum Universitário Mercosul (FOMERCO). Foz do Iguaçu: setembro.

Dussel, Enrique (1983). Introducción a la filosofía de la liberación. Bogotá: Editorial Nueva América.

Espanhol, C. (2017). O pensamento decolonial como perspectiva contra-hegemônica nos debates teóricos das Relações Internacionais. Anais do Sexto Encontro da ABRI – “Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição”, Belo Horizonte.

Ellacuría, Ignacio. (2005). Los pobres, lugar teológico en América Latina.

Archivo Chile, Santiago de Chile: CEME.

Fanon, Frantz (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

Finch III, Charles S. (2009). A Afrocentricidade e Seus Críticos. In: Elisa L. Nascimento (org.). *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, p. 167-177.

Firmin, Anténor (2005). *De l'Égalité des races humaines*. Anthropologie positive. Montréal: Mémoire d'Encrier (Edition présentée par Jean Métellus). Disponível em: "http://classiques.uqac.ca/classiques/firmin_antenor/de_egalite_races_humaines/de_egalite_races_humaines.html". Acesso em: "07/11/2021".

Frank, Gunder André (1996). O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Monthly Review*, vol. 18, nº 4, setembro de 1966.

Friggeri, Félix Pablo (2022). Diez tesis para una teoría de las Relaciones Transestatales. *Relaciones Internacionales*, número 48. Octubre 2021 – Enero 2022 Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales Universidad Autónoma de Madrid.

Friggeri, Félix Pablo (2014). "Alteridad Constitucional". *Nuevo Constitucionalismo y Principios Indígenas de la Incoherencia a la Revolución*. *Cadernos Prolam/USP* 13 (25): p. 173-187.

Fonseca, M.; Jerrems, A (2012). "Pensamiento decolonial: ¿una 'nueva' apuesta en las Relaciones Internacionales?". In: *Relaciones Internacionales*, número 19. España: GERI – UAM.

Fouchard, Jean (2017). *Histoire d'Haïti (1804-1990)*. Tome II. Éditions Henri Deschamps Port-au-Prince, Haïti.

Fukuyama, Francis (1992). *The End of History and the Last Man*. Free Press. Furtado, Celso (1989). *A fantasia desfeita: testemunhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Furtado, Celso (2000). Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal / organização, Ricardo Bielschowsky; V 1, tradução de Vera Ribeiro*. - Rio de Janeiro: Record. Disponível em: "https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1621/S33098N962Av1_pt.pdf". Acesso em: "12/12/2020".

Galindo, F. (2013) Enfoques postcoloniales en Relaciones Internacionales: un breve recorrido por sus debates y sus desarrollos teóricos. In:

Relaciones Internacionales, número 22. España: Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales GERI – UAM.

Glissant, Édouard (2005). Introdução a uma poética da diversidade / Édouard Glissant: tradução de Enilce do Camo Albergaria Rocha. – Juiz de Fora: Editora UFJF, 176

Gonçalves, Williams (2003). Relações Internacionais. UFRGS. Disponível em: “http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf”. Acesso em: 20/08/2021.

Gonzales, Lélia (1979). Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher. Comunicação apresentada no 80 Encontro Nacional da Associação de Estudos Latino Americanos, 5-7 de abril p. 1-17. Disponível em: “https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf”. Acesso em: “30/12/2021”.

Gramsci, Antonio (2002). Cadernos do Cárcere: o Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gudynas, Eduardo (1999). Concepciones de la naturaleza y desarrollo en América Latina. *Persona y Sociedad*, 13 (1): 101-125, abril, Santiago de Chile.

Gudynas, Eduardo (2009). La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. *Revista de Estudios Sociales* No. 32 ver. estud.soc. Bogotá, Pp. 34-47.

Gudynas, Eduardo (2011). Desarrollo, Derechos de la Naturaleza y Buen Vivir después de Montecristi. In: WEBER, Gabriel (Org.). *Debates sobre cooperación y modelos de desarrollo. Perspectivas desde la sociedad civil en el Ecuador*. Quito: Centro de Investigaciones CIUDAD y Observatorio de la Cooperación al Desarrollo.

Guimarães, Samuel Pinheiro (2002). Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional/Samuel Pinheiro Guimarães. -4.ed. - Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto.

Hoffmann, Stanley (1987). *An American Social Science: International Relations* Daedalus, Cambridge, MIT Press n.106 vol. (3).

Huamán, Mario Mejía (2005). Hacia una filosofía andina: Doce ensayos sobre el componente andino de nuestro pensamiento. Lima. Disponível em: “http://lengamer.org/admin/language_folders/quechuadecusco/user_uploaded_files/links/File/Qhapaqkuna/Filosofia_Andina.pdf”. Acesso

em: “31/12/2021”. Huntington, Samuel. O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

James, George G. M (2001). *Stolen Legacy: The Greeks were not authors of Greek Philosophy but people of North Africa commonly called Egyptians were*. African American Images.

Kissinger, Henry (1999). *Diplomacia*. Tradução: Livraria Francisco Alves S.A, Rio de Janeiro – RJ – 20050-091.

Lander, Edgardo (2005). *Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos*. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Disponível em:.. Acesso em: 06/07/2018.

Lundy, Garvey F. (2005). *Haitian Revolution*. In: *Encyclopedia of Black studies / edited by Molefi Kete Asante [and] Ama Mazama*. Sage Reference Publication, Inc.

Macas, Luis (2005). *La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales*. Buenos Aires, CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales).

Maldonado-Torres, Nelson (2008). *La descolonización y el giro des-colonial*. Tabula Rasa, núm. 9, julio-diciembre, pp. 61-72, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia.

Mamani, F. Huanacuni (2010). *Buen Vivir/ Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Tercera Edición: Lima. Disponível em: “https://www.escrnet.org/sites/default/files/Libro%20Buen%20Vivir%20y%20Vivir%20Bien_0.pdf”. Acesso em: 12/10/2018.

Mariátegui, José Carlos (1927). *La tradición nacional*. Mundial, 2 de septiembre, Lima. Maríñez, Pablo A. *Introducción*. In: BOSCH, Juan. *De Cristóbal Colón a Fidel Castro. El Caribe frontera imperial*. Introducción, Pablo A. Maríñez. México, 2009 [1979].

Marini, Mauro Ruy (1990). *Dialética da dependência*. Editora Era, México.

Martins, Dayqueline Cortez Gomes (2019). *Haiti no contexto regional e geopolítico: uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a Minustah (2017) / Dayqueline Cortez Gomes Martins*. - Foz do Iguaçu, PR. 153 f.: il.

Mendes, Pedro Emanuel (2013). “A invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e a Política das RI”. Cepe-se Working Papers, p. 2-3.

Mercier, Louis (2020). Contribution de l’île d’Haïti à l’histoire de la civilisation. Édition numérique réalisée le 2 février à Chicoutimi, Québec.

Mezilas, Glodel (2009). La revolución haitiana de 1804 y sus impactos políticos sobre América Latina Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas www.estudiosdefilosofia.com.ar Vol. 11 / N° 2 / ISSN 1515-7180 / Mendoza / Diciembre / Dossier (31-42).

Mignolo, Walter (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, p. 287-324. In: Cadernos de Letras da UFF. Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324.

Mignolo, Walter (2010). Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Ediciones del Signo.

Moreira Jr, Hermes (2012). Contestando a “Ciência Social Norte-Americana”: Críticas à Postura Conservadora das Teorias do Mainstream Das Relações Internacionais. BJIR, Marília, v.1, n.3, p.449-480, Set/Dez.

Nascimento, Abdias (1968). O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Edições GRD. Nascimento, Abdias (1980). O Quilombismo. Petrópolis: Vozes.

Nascimento, Larkin Elisa (2009). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa — Livro 4) Editora Selo Negro.

Pierre-Charles, Gérard (1980). Nueva Antropología. México, IV (15-16): 177-196.

Prebisch, R (1949). O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. Publicado no Brasil na Revista Brasileira de Economia. Disponível em : “<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767> ”. Acesso em: “12/05/2023”.

Obenga, Théophile (1990). La Philosophie africaine de la période pharaonique. 2780-330 avant notre ère. Paris: Editions L’Harmattan. Oliveira, Odete Maria de (2005 [2001]). Relações Internacionais: estudos de introdução. 2ª ed. Curitiba: Juruá.

Onyewuenyi, Innocent C. (2005). The African Origin of Greek Philosophy: An exercise in Afrocentrism. Nsukka: University of Nigeria Press.

Price-Mars, Jean (2009). Ainsi parla l’oncle. Essais d’ethnographie.

Édition numérique réalisée le 8 février à Chicoutimi, Ville de Saguenay, province de Québec, Canada. Prebisch, Raúl. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. p. 71-136, 1949.

Quijano, Aníbal. (1992). “Colonialidad y modernidad/racionalidad”. Perú indígena, 29, 11-20.

Quijano, Aníbal (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro. Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) (2010). Epistemologias do sul, Amedina.

Ramos, Dernival Venâncio (2008). A Invenção do Caribe como Contracultura e a Revolução Cubana. Revista Brasileira do Caribe, vol. VIII, núm. 16, enero-junio, 2008, pp. 459-471 Universidade Federal de Goiás Goiânia, Brasil.

Ramos Guédez, José Marcial (2007). Francisco de Miranda y el problema de la esclavitud en Venezuela: Nuevas ideas e inquietudes. Humania del Sur. Año 2, No 3. Julio-diciembre. José Marcial Ramos Guédez. Francisco de Miranda y el problema de la esclavitud en Venezuela... pp. 103-114.

Said, Edward (2011). Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, Theotonio dos (2011). Imperialismo y dependencia. Fundación Biblioteca Ayacucho, México.

Schavelzon, Salvador (2012). El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia. Etnografía de una Asamblea Constituyente. CEJIS/Plural editores.

Sertima, Ivan Van (2003). They Came Before Columbus: The African Presence in Ancient America. New York: Random House Trade Paperbacks.

Sousa Santos, Boaventura de (2010). Para além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. In: Boaventura de Sousa SANTOS e Maria Paula MENESES (Orgs.) Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, pp. 23 e 25.

Sousa Santos, Boaventura (1999). *Pela Mão de Alice. O social e político na pós-modernidade*. Edições Afrontamento.

Tickner, Arlene B. e Blaney, David L (2013). *Pensar la diferencia – Introducción*. Relaciones Internacionales. Número 22 febrero – mayo. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI) – UAM.

Visentini, Paulo Fagundes (2009). De Berlim a Nova Iorque, 1989-2009: a queda do muro socialista e do muro financeiro (Wall Street). *Ciências & Letras*, 46:51-71, Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/visentini-2009-de-berlim-a-nova-york-j08pd1m4wv8v>. Acesso em: “30/08/2022”.

Wallerstein, Immanuel (2010). *Análise de sistema-mundo. Una introducción*. Tradução, Carlos Daniel Shroeder. Edição Espanhol.

Walsh, Catherine (2007a) ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. *Nómadas* (Col), núm. 26, pp. 102-113 Universidad Central Bogotá, Colombia.

Walsh, Catherine (2007b). Interculturalidad y colonialidad del poder un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: Castro-Gómez, Santiago; Grosfoguel. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 308 p.; 24 cm.

Walsh, Catherine (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala.

Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company Reading, California.

Walvin, James (2003). *Introducción*. C. L. R. James. *Los jacobinos negros*. Toussaint L’Ouverture y la Revolución de Haití. Traducción de Ramón García. Turner Publicaciones, S. L. Madrid; México, Fondo de Cultura Económica.

Wisly, Joseph (2018). *Descolonizacao epistemica: Do Estado-nação ao Estado Plurinacional. Proposta do Novo Constitucionalismo nas Relações Internacionais*. 90 pgs. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

Um glossário para a Cooperação Sul-Sul: Um exercício rumo à descolonização da América Latina

A Glossary for South–South Cooperation: An Exercise Toward the Decolonization of Latin America

Un glosario para la Cooperación Sur-Sur: Un ejercicio hacia la descolonización de América Latina

Marina Bolfarine Caixeta (ICAL)

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma proposta de glossário da Cooperação Sul-Sul (CSS) para contribuir com o entendimento e emancipação da prática cooperativa. Diante dessa nova tendência da cooperação internacional para o desenvolvimento que emerge como proposta pelo e para o Sul global, nos parece necessário, a essa altura, propor essa sistematização de termos e conceitos para apoiar as análises e avaliações desse tipo específico de cooperação. Consideramos de suma relevância o alinhamento da CSS a epistemologias provenientes do Sul, o que torna necessário a busca por novos referenciais teóricos e metodológicos. Nesse sentido, esse glossário propõe facilitar a utilização de termos próprios de uma literatura científica, que avança rumo à descolonização do saber sobre essa prática cooperativa. Tratamos de harmonizar termos e conceitos com o fim de gerenciar seu devido uso na perspectiva crítica e alternativa ao eurocentrismo dominante, como proposta de descolonização da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: glossário; cooperação internacional; Sul global; descolonização; cooperação Sul-Sul

Abstract: This paper presents a proposal for a glossary on South–South Cooperation (SSC) aimed at contributing to the understanding and emancipation of cooperative practice. In light of this emerging trend in international development cooperation, which arises as a proposal by and for the Global South, it appears necessary at this stage to offer a systematization of terms and concepts to support the analysis and evaluation of this specific type of cooperation. We consider it highly relevant to align SSC with epistemologies originating in the South, which requires the search for new theoretical and methodological frameworks. In this sense, the proposed glossary seeks to facilitate the use of terms drawn from a scientific literature that advances toward the decolonization of knowledge about

this cooperative practice. The glossary aims to harmonize terms and concepts in order to ensure their appropriate use from a critical perspective that offers an alternative to dominant Eurocentrism, as part of a broader proposal for the decolonization of Latin America.

KEYWORDS: glossary; international cooperation; Global South; decolonization; South–South cooperation.

RESUMEN: El presente trabajo presenta una propuesta de glosario de la Cooperación Sur-Sur (CSS) con el objetivo de contribuir a la comprensión y emancipación de la práctica cooperativa. Frente a esta nueva tendencia de la cooperación internacional para el desarrollo, que emerge como una propuesta desde y para el Sur global, resulta necesario, en esta etapa, proponer una sistematización de términos y conceptos que apoye los análisis y evaluaciones de este tipo específico de cooperación. Consideramos de suma relevancia la articulación de la CSS con epistemologías provenientes del Sur, lo que hace necesaria la búsqueda de nuevos referentes teóricos y metodológicos. En este sentido, el glosario propuesto busca facilitar el uso de términos propios de una literatura científica que avanza hacia la descolonización del conocimiento sobre esta práctica cooperativa. Se procura armonizar términos y conceptos con el fin de gestionar su uso adecuado desde una perspectiva crítica y alternativa al eurocentrismo dominante, como propuesta de descolonización de América Latina.

PALABRAS CLAVE: glosario; cooperación internacional; Sur global; descolonización; cooperación Sur-Sur.

Introdução

Essa proposta de um glossário para a Cooperação Sul-Sul (CSS) pretende contribuir com a construção do pensamento e a emancipação da prática cooperativa no Sul global. Estamos diante da possibilidade de que essa uma nova tendência da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) se torne ‘mais do mesmo’, reproduzindo as assimetrias da cooperação Norte-Sul (cooperação tradicional), em vez de avançar quanto à afirmação do seu caráter distintivo (Mawdsley, 2019; Martín, Lo Brutto e Surasky, 2019; Mawdsley, Fourie e Nauta, 2019).

A Cooperação Sul-Sul emerge como proposta pelo e para o Sul global, então nos parece necessário, a essa altura, propor essa sistematização de termos e conceitos com o fim de apoiar as análises e avaliações desse tipo específico de cooperação. Muito do que se faz ainda se instrumentaliza de marcos avaliativos propostos pela OCDE (no âmbito do CAD),

interessados em mensurar a efetividade das iniciativas entre outros, e de pesquisas e análises comparativas em relação à cooperação tradicional. Por isso, consideramos de suma relevância o alinhamento da CSS a epistemologias provenientes do Sul, o que torna necessário a busca por novos referenciais teóricos e metodológicos.

Para tanto, pensamos ser importante delimitar um campo semântico para apoiar a prática e o pensamento dessa ‘outra’ cooperação – um tipo alternativo. Essa seleção de termos pretende estimular essa postura crítica e propositiva. Ela vai se construindo, gradualmente, e em resposta a um movimento crítico e emancipatório que vivenciam as Relações Internacionais, como disciplina que reivindica o tema da cooperação internacional. Karen Smith e Arlene Tickner (2020), por exemplo, falam de uma comoção descolonizadora no campo das RI, o que tem gerado impaciência e descontentamento quanto aos trabalhos realizados nas academias europeias e norte-americanas. A legitimação de um campo de fato global, portanto, requeria a pluralização de visões de mundo e a intensificação de relações cooperativas rumo a uma civilização humana.

Nesse sentido, esse glossário propõe facilitar a utilização de termos próprios de uma literatura científica, de um campo de estudos que avança rumo à descolonização do saber e da cooperação entre os povos (Friggeri, 2021). Tratamos aqui de um primeiro exercício de harmonizar termos e conceitos com o fim de gerenciar seu devido uso rumo no âmbito dessa perspectiva crítica ao eurocentrismo dominante. Enilde Faulstich (1995a) explica que o glossário resulta de um inventário dos termos em determinado campo científico para normatizar seus usos em discursos especializados.

Descolonização do saber e da prática cooperativa no Sul global

A despeito dos apelos de Mawdsley (2019), quem lamenta que os países do Sul têm tido dificuldade em afirmar ideológica e operacionalmente o traço distintivo da CSS, de Martín, Lo Brutto e Surasky (2019) que dizem haver um processo sistemático de apagamento deliberado e recorrente do passado como forma de manipulação da CSS desde o multilateralismo hegemônico capitaneado pela OCDE e, também, da tentativa de Mawdsley, Fourie e Nauta (2019) em diversificar a produção de conhecimento sobre a CSS a partir de pesquisas inovadoras provenientes do Sul global, ainda há muitas lacunas em transformar a CSS em algo disruptivo.

Ou seja, um mecanismo que seja realmente antissistêmico e contra hegemônico e transcenda, na prática e na narrativa, o imperialismo, o colonialismo, existe e requer ser explicitamente divulgado. Esse é o caso do que, por exemplo, do que realiza a Cuba e seus médicos cubanos pelo Sul global (Caixeta, 2017), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Haiti (Caixeta e Morasso, 2021; Friggeri *et al.*, 2023). E, de forma mais estrutural e intencional, o governo e os pesquisadores chineses que mostram o caráter inovador e disruptivo da CSS chinesa no âmbito da Nova Rota da Seda, o que alguns denominam como transformações estruturais (Vadell, Lo Brutto e Leite, 2020; Lin and Wang, 2025) porquanto assume um caráter prático (e narrativo) contra o capitalismo (neo)liberal.

Nesse sentido, vale a pena mencionar o apelo de Martín, Lo Brutto y Surasky (2019) que defendem a perspectiva histórica crítica para a CSS como forma de adotar novos marcos interpretativos. Isso, porque é preciso incorporar, tanto na produção acadêmica quanto nas decisões políticas, as experiências de lutas sociais e negociações entre os países em desenvolvimento que tratam de se liberar dos aspectos ‘técnicos’ (normatizados) da cooperação. Também Friggeri (2021) sugere ir além das relações transestatais para incluir e evidenciar experiências outras proveniente das iniciativas populares e, com isso, propor um novo paradigma para o campo das relações internacionais, liberando-se das práticas hegemônicas e imperialista que fundamenta as RI. Entre as teses para a construção de nova teoria, nesse sentido, o autor sugere incluir iniciativas de integração dos povos, as práticas de lutas populares como lugar epistêmico político, a soberania popular e compartilhada, o racismo de classe, a integração contra hegemônica, os diálogos Sul-Sul e a busca de um horizonte pós-capitalista e de uma visão biocêntrica.

De fato, a CSS se faz como uma oportunidade para a descolonização do saber e da prática das relações internacionais. Essa *práxis* no diálogo Sul-Sul possibilita não apenas a cooperação em matéria de assuntos estatais e de articulação dos povos em suas lutas, mas ainda a cooperação para a produção do conhecimento e emancipação do pensamento. A existência de um fluxo horizontal e solidário, distinto da direção vertical e imposta da cooperação tradicional, tem potencial de romper com o legado das práticas colonialistas, convergindo esforços acadêmicos e políticos, a ontologia com a epistemologia.

Uma vez entendido que Sul pode ser entendido como uma identidade na política (Caixeta e Menezes, 2021), a cooperação no eixo

Sul-Sul torna-se estratégica para afirmar interesses e defender agendas específicas na governança global do desenvolvimento. Sendo assim, esse Sul pode ocupar um papel cada vez mais preponderante a partir de elementos próprios e cosmovisões diversas e provenientes dessa região do mundo que esteve, até então, subsumida e silenciada. O Sul global é, sobretudo, um termo e um conceito geopolítico, em vez de meramente geográfico, porquanto os países e povos que o utilizam transitam de uma condição inferior, legada pelo sistema colonial, para o protagonismo que reivindica politicamente autonomia frente à situação de colonialidade.

Termos, conceitos e um glossário para a Cooperação Sul-Sul

Com o intuito de abrir o campo de pesquisa, reflexão e prática da cooperação *desde, para e entre* países e povos do Sul global, esse glossário tem como objetivo facilitar o entendimento de noções e referências correntes e específicas deste domínio epistêmico (do saber) e ontológico (do ser e do fazer). Para tanto, esse glossário reúne termos e conceitos que ajudam a delimitar o campo semântico da Cooperação Sul-Sul, explicando, com base em Faulstich (1995b) que as comunicações entre membros de determinada comunidade podem gerar termos diferentes para um mesmo conceito ou mais de um conceito para o mesmo termo.

Consideramos aqui que o ‘termo’ é a palavra ou expressão escrita (o símbolo linguístico) que usamos para nomear algo, enquanto ‘conceito’ é o conteúdo do termo, a ideia mental, o significado, o que geralmente se refere à compreensão abstrata que temos de algo ou a definição comumente aceita e apresentada por meio das propriedades ou das relações que formam o nosso entendimento sobre um dado objeto, ser ou abstração. Em geral, as ações humanas se baseiam em significados sociais, então deve ser considerado que o mesmo estímulo físico pode ter diferentes significados para pessoas diferentes, ou até mesmo para a mesma pessoa em momentos distintos. No nosso caso, por se tratar de termos de um campo científico específico, a maioria dos termos é apresentada como conceito e com a devida referência a autores ou obras.

Esse trabalho pretende ser uma primeira seleção de termos e conceitos que entrelaçam distintas disciplinas a partir do pensamento latino-americano e caribenho. Em vez de tratar de um inventário exaustivo de termos e conceitos no campo da Cooperação Sul-Sul, apresentamos aqui um inventário sugerido. Conforme Faulstich (1995b), um corpus de

termos a partir da delimitação da macroárea, áreas intermediárias e subárea do conhecimento, ou seja, uma taxonomia é o trabalho do especialista em terminologia. Este em parceria com o especialista da área temática (não da terminologia) recorta o universo terminológico para posteriormente classificar e sistematizar esses termos em um dicionário de terminologia. Em pesquisa futura, abre-se a possibilidade, com apoio de um terminólogo, de avançar em uma proposta de glossário para a CSS.

O glossário é um repertório que define os termos de uma área científica dispostos em ordem alfabética, apresentados em ordem sistemática, acompanhados da informação gramatical, definição, podendo apresentar ou não contexto de ocorrência (Faulstich, 1995a). Como ‘dicionário terminológico’, o glossário serve para a utilização de usuários especializados. Outrossim, enquanto a palavra (ou vocábulo) é tratada na lexicologia (ou dicionário de língua) na sua variedade de significados, na terminologia o termo tende a privilegiar um desses significados próprios a um domínio temático.

Portanto, um glossário para a Cooperação Sul-Sul se localiza no terreno da socioterminologia. Ela se refere à terminologia resultante de uma prática social e seus discursos, ou melhor, uma atividade social e cognitiva, “[...] discursos vistos como lugares e formas de relações de força locucional, de negociação de sentido, de equilíbrio (outrora precário) entre necessidades de denominar e modelos de denominação; como lugares e formas onde se produzem e são produzidas posições socioideológicas.” (Faulstich, 1995a). Isso corrobora nossa ideia de que há um lugar de fala e uma perspectiva em questão, eliminando qualquer pretensão de neutralidade ou de abordar a totalidade dos termos – mesmo que um dicionário terminológico deveria comportar um alto grau de exaustividade.

Os termos aqui estão apresentados em ordem alfabética com as devidas abreviações: “s.” se refere à substantivo; “adj.”, a adjetivo; “f.”, a feminino; “m.”, a masculino; “pl.”, a plural; “V” significa ver; “Ing.” é o equivalente em inglês; Esp., o equivalente em espanhol; e Fr., o equivalente em francês. Alguns termos estão acompanhados de algumas indicações, mais do que referências, para mais consultas sobre os conceitos.

A

Agenda Global de Desenvolvimento. s.f. Expressão que passou a ser usada a partir do século XXI, para significar o pacto dos países que integram

a Organização das Nações Unidas (ONU) objetivando a promoção do desenvolvimento no mundo, com base nos consensos que se obtêm sobre diversas questões relacionada ao bem-estar humano e social. No período de 2000 a 2015, o mundo se guiou pelos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e seus “Oito Jeitos de Mudar o Mundo”. No período de 2015 a 2030, os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão relacionados a cinco temas de importância para a humanidade: pessoas, planeta, parcerias, paz e prosperidade.

Agências de cooperação ou de desenvolvimento internacional. s.f.pl.

Expressão que remete aos principais atores do sistema da cooperação internacional para o desenvolvimento, às instituições governamentais nos distintos países, do Sul e do Norte global, as quais se encarregam de promover as parcerias. Nos países latino-americanos, elas têm sido vinculadas aos respectivos ministérios de Relações Exteriores ou afins.

Ajuda externa. s.f. Expressão usada para se referir às Relações Internacionais em que um país apoiava o desenvolvimento de outro país; com grande predomínio no campo de estudos norte-americano que vinculava a ajuda externa à política externa dos Estados Unidos; tem forte viés assistencialista, portanto, baseado na assimetria de poder e nas relações verticais Norte-Sul, à exceção do Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

ALBA. Sigla para a Aliança Bolivariana para os Povos da América é um dos blocos regionais, na região da América Latina, fundada em 2004 em Havana/Cuba e que mais aproximou suas iniciativas de cooperação regional da autonomia (no *continuum* autonomia e dependência) e da contra-hegemonia.

Alteridade. s.f. Olhar, reconhecimento, respeito ao outro (*alter*) do qual se está separado, diferente. Sinônimo de “outridade” que remete ao “outro” como algo distinto de “mim mesmo”, para a discussão sobre o “outro encoberto” pela modernidade europeia que tentou impor mais do “si mesmo” sobre o outro. V. Dussel (1993). Para a Cooperação Sul-Sul (CSS), esta pesquisa usa esse conceito para apoiar a concretização da horizontalidade, da solidariedade e da participação nas iniciativas de cooperação técnica. V. outridade (abaixo)

América Latina. s.f. Subcontinente americano, abarca desde o México até o extremo sul de Argentina e Chile, incluindo os países insulares do Caribe. Caracteriza-se como uma região do Sul global, cujos países foram colônias europeias desde a chegada de Cristóvão Colombo no século XVI

e se tornam independentes no início do século XIX. No presente, está integrada, quase inteiramente, por países classificados como Países de Renda Média (PRM), à exceção do Haiti (de renda baixa) e outros de renda alta (Chile, Bahamas).

Análise da CSS. s.f. Diferentemente da avaliação da CSS, a análise se mostra mais adequada para introduzir as perspectivas críticas; sendo a CSS um mecanismo alternativo e plural, a análise tem sido preferida em detrimento da avaliação que trabalha com indicadores e marcos lógicos determinados; na literatura científica e debates globais, análise (*assessment*) tem sido usada em detrimento de avaliação (*evaluation*); faz-se diferença entre analisar, mais comum no campo acadêmico, e avaliar, jargão da gestão das políticas. V. UNDP (2021) e Furtado e Gasparini (2017)

Anarquia. s.f. Inexistência de governo. No campo das Relações Internacionais tem sido recorrentemente utilizado para designar o fato de que não há um governo supranacional que prevaleça sobre a soberania dos Estados nacionais. V. Wendt (2014), para sua classificação dos três tipos de anarquia na política internacional: a hobbesiana (ideia do inimigo), a lockeana (ideia da rivalidade, competição) e a kantiana (ideia da amizade, cooperação).

Antropofagia. s.f. Ritual de alguns povos em que se comia carne humana. Inspirou um movimento cultural da Semana de Arte Moderna no Brasil, ocorrida em 1922, em São Paulo. Tratava-se de uma crítica aos velhos modelos importados da Europa, com a valorização da cultura indígena, do hibridismo. Da mistura surgiria algo novo e inédito. Na Cooperação Sul-Sul, trata-se do mesmo movimento de valorizar a singularidade do Sul, em diálogo com a cooperação tradicional. V. Abdenur (2020).

AOD. Sigla para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento. Recurso de transferência condicionada, dos países do Norte global (desenvolvidos) aos países do Sul global (em desenvolvimento). Presentemente, é um dos principais meios de financiamento do desenvolvimento global. Essa é a cooperação tradicional brindada pelos países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Autonomia. s.f. Na Ciência Política, capacidade de governar-se pelos próprios meios. No campo de estudo das Relações Internacionais, refere-se a uma escola teórica latino-americana, de origem argentina e brasileira, que se propõe a reivindicar estratégias de política externa que resultem em mais liberdade para os países tomarem suas próprias decisões, diante do

pouco poder na política internacional. V. Lechini e Rojo (2019).

Avaliação da CSS. s.f. Última etapa do ciclo de implementação de projeto, com base no enfoque do marco lógico (*logframe*) instituído pelo sistema da CID desde o pós-II Guerra Mundial; os marcos avaliativos da CSS estão ainda muito baseados nos parâmetros da OCDE e critérios utilizados do sistema ONU; nos países latino-americanos há baixa tradição de avaliação das políticas públicas; avaliação tem sido ultimamente defendida como o meio mais interessante de aprendizado, por isso, ela tem sido atribuída à participação, para mais detalhe sobre a avaliação participativa. V. Furtado (2011).

B

Bandung. s.f. Cidade na Índia onde foi realizada a Conferência Afro-Asiática de 1955 com os países recém-independentes politicamente, considerado o marco temporal da Cooperação Sul-Sul (CSS). Não contou com a participação da América Latina, visto que seu processo de descolonização é anterior ao século XX. O nome, recorrentemente, é usado como adjetivo nas expressões “consciência de Bandung”, “espírito de Bandung”, para que a CSS esqueça do seu ideário do Sul global.

Brics. Sigla se refere ao bloco conformado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (no inglês *South Africa*). Aliança política que surgiu em 2006, criada pelo Banco Goldman Sachs, reconhecendo a importância desses países para a economia mundial, com projeção para 2050. No presente, uma das maiores expressões do Sul global que é crítica à hegemonia norte-americana e reivindica uma nova ordem internacional.

C

CSS. Sigla que se refere à expressão Cooperação Sul-Sul que passou a ser utilizada em substituição à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) no mundo desde 2003, quando a 58 sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece e integra essa denominação a todo o sistema ONU.

CAD/OCDE. Sigla para o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (V. abaixo); principal instância de tomada de decisão sobre a CID; origem da AOD (V. abaixo); países-membro firmaram o pacto de direcionar 0,7% do

seu produto interno bruto à AOD.

CEPAL. Sigla que designa a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe é uma das cinco comissões econômicas da ONU subordinadas ao ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas); tem a missão de apoiar o desenvolvimento econômico e social dos países desde 1948, sendo que somente em 1984 incorporou o Caribe.

CELAC. Sigla que designa a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenho, criada em 2010. É o principal bloco de integração regional. Diferentemente da Organização dos Estados Americanos (OEA), não inclui a presença de Estados Unidos e Canadá, países do Norte global. Tem sido vista por autores e países como um dos principais fóruns multilaterais regionais para a Cooperação Sul-Sul.

Ciclo de Projetos. s.m. Expressão usada para se referir a toda a fase de vida de um projeto: negociação, elaboração do projeto, implementação, monitoramento e avaliação. Proveniente do campo das políticas públicas, de tradição norte-americana, passou a ser usado na CID e CSS a partir do modelo da USAID que utilizava o enfoque do marco lógico (*Logical Framework*) para gerir seus projetos; também conhecido como *logframe*.

Colonialidade. s.f. Conceito proposto pela escola latino-americana, para se referir às formas introjetadas de dominação remanescentes no presente advindas do sistema colonial marcando a singularidade da região no debate pós-colonial; apesar de se tornar um conceito chave para o coletivo Modernidade/Colonialidade, a colonialidade do poder surge com Aníbal Quijano associada ao capitalismo e ao eurocentrismo, porquanto é central na elaboração eurocêntrica da modernidade e um novo padrão de poder que concentra na Europa o capital, enquanto a América Latina passa à condição de dependência histórico-estrutural. Para os outros usos de colonialidade, V. giro decolonial e Modernidade/Colonialidade.

Colonialidade/Modernidade. s.f. binômio referente à corrente decolonial, intitulada pelo Grupo ou coletivo Modernidade/Colonialidade, no final da década de 1990; indica a dupla face do processo da colonização europeia, a pauta oculta da modernidade era a colonialidade, já que não seria possível a modernidade sem a colonialidade. V. Mignolo (2016). O primeiro trabalho em inglês feito pelo coletivo desde 1998 data de 2007 sobre 'Globalization and the de-colonial option', entretanto, parte desse coletivo e outros intelectuais da região aparecem reunidos na obra publicada pela CLACSO, resultado do Congresso Mundial de Sociologia de 1998 no âmbito do simpósio 'Alternativas al eurocentrismo y colonialismo en el

pensamento social latinoamericano contemporâneo' V. Lander (2000).

Comissão do Sul. s.f. *Ing. The South Commission.* Em 1987, a Comissão do Sul foi criada com personalidades (intelectuais e políticas) dedicadas a pensar os países do Sul global com o objetivo de estudar os problemas e potenciais dos países do Sul e, com isso, promover a Cooperação Sul-Sul; da América Latina participaram Celso Furtado e Paulo Evaristo Arns (Brasil), Aldo Ferrer (Argentina), Enrique Iglesias (Uruguai), Jorge Eduardo Navarrete (México), Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Shridath Ramphal (Guiana) e Carlos Rafael Rodríguez (Cuba). *V. South Commission* (1990)

Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul. s.m. *Ing. High Level Committee on South-South Cooperation* (HLC). É a principal instância decisória do sistema ONU para a CSS, como órgão subsidiário da Assembleia Geral, já que inexistia uma organização para a CSS nos moldes de OCDE. É, também, o principal espaço multilateral para os países do Sul discutirem e decidirem sobre o tema. Integra todos os países que fazem parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Comum/Comunal. s.m. pl. Ambos são conceitos das Ciências Sociais que se referem a um sistema político e social alternativo baseado nos laços comunitários. Para uma genealogia do comum, V. Dardot e Laval (2017) que o concebem como princípio político de governar coletivamente as coisas comuns, um projeto revolucionário para o século XXI. Na América Latina, o comunal, *comunalidad*, *ecomomías comunitarias* têm sido amplamente discutidos por intelectuais com base nas comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, rurais) V. Kothari et al. (2019).

Contra-hegemonia. s.f. Termo proveniente da teoria crítica das Relações Internacionais proposto por Robert Cox ao interpretar Gramsci, que significa propõe a transformação da ordem mundial pela mudança das relações sociais nos países, invertendo o foco posto em esforços empregados nas instituições internacionais para as sociedades nacionais (V. Cox, 1983; 1981); não pode ser confundida com a tese de Antonio Gramsci cuja obra dedicada ao conceito de hegemonia nunca mencionou a contrahegemonia.

CID. Sigla para Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Subárea temática da disciplina das Relações Internacionais que constitui um sistema específico. A partir do século XXI, a cooperação entre os países convergiu para o cumprimento das agendas globais do desenvolvimento, na governança multilateral. A expressão abarca tanto a Cooperação Sul-Sul quanto a Cooperação Norte-Sul ou cooperação tradicional.

CNS. Sigla para Cooperação Norte-Sul muito conhecida como cooperação tradicional é uma expressão criada para se referir à cooperação vertical, com condicionalidades que é aquela da AOD dos países da OCDE.

CSS. Sigla para Cooperação Sul-Sul. A expressão designa a cooperação entre países no eixo Sul-Sul, em complementariedade à cooperação tradicional, como tem sido explicitada nos documentos oficiais internacionais e, alternativamente, conforme alguns autores.

CTPD. Sigla para Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento foi a primeira designação para a cooperação entre os países do Sul global ou em desenvolvimento; seu marco político e operativo sugerido na Conferência das Nações Unidas para a CTPD é conhecido como PABA (V. abaixo), desde 1978, quando surgiu no cenário internacional.

CTSS. Sigla para Cooperação Técnica Sul-Sul. Uma das modalidades da CSS; compreende o intercâmbio de conhecimentos e experiências técnicos (o saber-fazer ou *know how*) e o desenvolvimento de capacidades. Se justapõe à cooperação científica, tecnológica, educacional, humanitária etc. Principal modalidade praticada na região da América Latina e Caribe está relacionada, principalmente, ao apoio a países em suas políticas públicas, por isso alguns se referem a ela como ‘transferência de políticas’ (V. abaixo).

CSSD. Sigla para Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento. A expressão mais recente utilizada no meio global, surge especialmente no contexto internacional a partir da incorporação da CSS à Agenda 2030. Ing. *South-South Development Cooperation* (SSDC). Pode ser alternada pela CTSS quando enfoca políticas nacionais setoriais dos países do Sul; para os debates acadêmicos sobre a CSSD V. Mawdsley, Fourie e Nauta (2020) e sobre a CSSD na região latino-americana V. Brun (2021).

D

Descolonização. s.f. Refere-se à reconstituição epistemológica, ao ato de liberar-se da produção de conhecimento europeia totalizante da modernidade que resultou no reducionismo teórico e na metafísica de um macro sujeito histórico; postura crítica contra a racionalidade/modernidade europeia V. Aníbal Quijano (1992).

Desenvolvimento Sustentável. s.m. Expressão mais recente no bojo da governança global centralizada na Organização das Nações Unidas (ONU) especialmente na Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); emerge no debate global com a Eco-92 e seu expoente,

Ignacy Sachs para designar iniciativas de promoção do desenvolvimento nos mais distintos países, sendo o adjetivo ‘sustentável’ relacionado às dimensões ambiental, geracional e social. Há forte crítica ao uso desse conceito por seu intento de conciliar capitalismo e ecologia, algo ainda muito em voga no mundo empresarial (*ESG – Environmental; Social e Governance*). V. ‘Manifiesto por la Vida por una ética para la sustentabilidad.

Desenvolvimento Humano. s.m. Expressão que prevaleceu no cenário internacional na década de 1990 e deu nome ao relatório anual (o Relatório de Desenvolvimento Humano-RDH) e a seu indicador (Índice de Desenvolvimento Humano-IDH), elaborados e monitorados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Está baseado na ideia de que os seres humanos devem ser livres para decidir sobre seu próprio bem-estar. Há fortes críticas ao uso deste conceito pela governança internacional de parte de intelectuais latino-americanos. V. pós-desenvolvimento.

Desenvolvimento de Capacidade. s.f. Expressão muito usada no âmbito da CID e CSS para se referir às iniciativas que visam capacitar os países, em distintos níveis (social, institucional e individual), para promover por meios próprios o desenvolvimento nacional. Ela está muito conectada a um dos princípios que surgiram na Declaração de Paris (2005): a “apropriação”; em Ing. *Ownership*.

Desenvolvimento em transição. s.m. Expressão se refere a uma nova abordagem para a CID e o desenvolvimento de países, que foram graduados com base na escala utilizada pela OCDE para concessão da AOD (PIB *per capita*), e que, portanto, podem se envolver em parcerias em benefício de outros países, mas sem esquecer dos desafios internos legado pelas desigualdades. V. CEPAL (2021).

Desigualdades. s.f.pl. Desequilíbrio ou falta de proporção. Trata-se de uma condição da injustiça produzida pelo sistema capitalista. Quando pode assumir diferentes qualificações (desigualdade de renda, social, econômica, global, entre outras). Característica do Sul global, notadamente da América Latina, a região mais desigual do mundo; por isso pode ser associada aos conceitos de Sul global e de Cooperação Sul-Sul. V. Menezes e Caixeta, (2020).

Descentralizada. adj.f. Na cooperação internacional, remente à liderança de atores governamentais subnacionais (estados, municípios, províncias, a depender do país). Tem sido associada à paradiplomacia. A cooperação descentralizada tem sido uma tendência crescentemente estimulada e

defendida no âmbito da agenda global dos ODS.

Dependência. s.f. Entendida como sujeição, subordinação a alguém ou alguma coisa. Nas relações internacionais aponta para a condição indesejável dos países, grupos sociais ou sujeitos que não têm liberdade para tomar decisões em benefício próprio. Antônimo de “autonomia” (V. acima)

Dualidade. s.f. Denomina a natureza, a substância ou o princípio do que é dual ou duplo. Diferencia-se do “dualismo” por sugerir que duas coisas distintas estabelecem uma condição de causação mútua, como entre agência e estrutura. Já o dualismo expressa a condição de coexistência de coisas distintas e independentes. Para a dualidade da estrutura, V. Giddens (2013).

Diferença colonial. s.f. Expressão refere-se à localização epistêmica no âmbito de uma geopolítica do conhecimento; possibilidade de abrir novas perspectivas que transcendam à posição política de esquerda e direita, mas ‘a partir de’ e ‘para’ a esquerda; pretende criar a diversidade para um projeto universal abstrato de diálogo; parte de uma síntese dos conceitos de colonialidade do poder (de Quijano) e transmodernidade (de Dussel). V. Mignolo (2020)

E

Emergentes. adj.m. pl. Designa países que não estão no nível dos países desenvolvidos, mas estão mais avançados do que os países em desenvolvimento no tocante à economia, também denominados de mercados ou economias emergentes. Este é o caso do Brasil, da Turquia, da Rússia, da Índia, da China que de fato têm desempenhado um papel relevante na CSS, mas também são países que recebem a AOD/OCDE. Essa classificação, entretanto, pode levar a confusão, e o mais preciso é utilizar a classificação de países de renda baixa, média e alta do Banco Mundial.

Estado nacional. s.m. Expressão que mostra a associação do Estado com nação, uma criação europeia de 1648, quando o Concerto de Vestefália estabeleceu a paz por meio dos princípios da soberania e da igualdade jurídica dos países, inaugurando o moderno sistema internacional. Conceito central para a disciplina das Relações Internacionais, desde seu início, do século XX até presente.

Ética da libertação. s.f. Expressão que consiste numa proposta com

potencial de repensar a CSS na perspectiva do Sul global, pois considera o sujeito corpóreo e os povos dominados como protagonistas da transformação social, porquanto estão fora do sistema e sofrem com isso, estão em posição favorável às questionar um sistema que não lhes convém, desde que adquiram uma consciência crítica, que não é inata. V. Dussel (2012).

Eurocentrismo. s.m. Alude à tendência de se colocar no centro a Europa, em termos culturais, epistemológicos, econômicos, políticos e sociais.

F

FCD. Sigla para Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento; Ing. *Development Cooperation Forum* (DCF); integra o Conselho Econômico Social da ONU (ECOSOC). Muitos autores e países o defendem como a instância mais adequada para hospedar as negociações sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), evitando, com isso, discutir a CID no CAD/OCDE (V. acima); além de permitir a articulação da CSS e da CNS via Cooperação Triangular.

Filosofia da Libertação. s.f. Proposta como uma contribuição do Sul global para um pensar filosófico ‘desde’ e ‘para’ a periferia mundial. Esp. *Filosofía de la Liberación*. Com forte influência da Teologia da Libertação e da Pedagogia do Oprimido (de Paulo Freire) da década de 1970, apresenta-se como uma proposta de pensamento latino-americano com uma práxis de libertação que conecta ação e teoria nas ciências sociais. V. Dussel (1973).

G

Gestão por resultado. s.f. Expressão que designa uma forma particular de administrar os recursos (institucionais, financeiros e humanos) com o fim de alcançar os resultados que sejam demonstráveis ou baseados em evidências. Ing. *Result-based management*. Serve como orientação e como método para a implementação de projetos de CID e/ou políticas públicas dos países.

Giro decolonial. s.m. Conceito proposto por intelectuais latino-americanos pertencentes ao Grupo Modernidade/Colonialidade (GMC) formado nos Estados Unidos. A corrente de pensamento conhecida como decolonial cuida de promover a radicalização do argumento pós-colonial com a perspectiva latino-americana; a colonialidade poderia ser

reconhecida em termos de poder (na política), de saber (na epistemologia), do ser (na filosofia, sociologia), além de relacionado às discriminações de gênero, raça-etnia. Para uma crítica a escola de pensamento decolonial V. Restrepo e Rojas (2010).

Grupo dos 77 (ou G77). s.m. Aliança política de 77 países em desenvolvimento, criada em 1964 no âmbito da UNCTAD. Ing. *United Nations Conference on Trade and Development*; tem o propósito de articular e promover os interesses econômicos coletivos. Atualmente, são mais de 134 países integrantes. O Grupo constitui-se na principal aliança do Sul, no âmbito da ONU.

H

Hegemonia. s.f. Palavra e conceito nas Relações Internacionais para designar os atores que predominam ou são vistos como superiores ou com líderes na cena política global. Na maioria das vezes se exerce com a dominação, que foi o caso da Europa por meio do sistema colonial que subjugou povos, saberes e culturas alternativas.

Horizontalidade. s.f. Remente às relações estabelecidas num mesmo plano, nível ou eixo. No caso da CSS, ela foi promovida a um princípio cooperativo e sugere a igualdade de condição entre as partes que estabelecem um acordo. Em contraponto à verticalidade, que marca as relações Norte-Sul mais impositivas e contextualizadas pela disparidade de poder.

I

IBAS. Sigla se refere ao Fundo Índia, Brasil e África do Sul, também chamado de G3, é um dos mecanismos de financiamento importante para os projetos de CSS, inclusive em benefício de outros países do Sul, que não somente os países que o integram.

Interculturalidade. s.f. Interação de duas ou mais culturas de forma horizontal e sinérgica, resultando em convívio harmônico e avançado em termos complexos. Categoria chave para o pensamento decolonial latino-americano, que defende a pluralidade e a coexistência de diferentes culturas. V. Walsh (2007).

M

Marginalidade. s.f. Condição de quem é marginal. Categoria das Ciências Sociais com uma tradição longa e muito presente na região latino-americana. V. Svampa (2016). Toca o cerne das problemáticas sobre o desenvolvimento, desigualdades, subalternidade e colonialidade. Está relacionada aos desafios do desenvolvimento nos Estados nacionais, também considerem as discussões sobre a marginalidade para não se dissociar do conceito de Sul, que abrange os grupos sociais que por distintos motivos e são excluídos e ocultados pelo sistema-mundo.

Marcos da CSS. s.m. pl. Expressão sugerida por nós que remete à forma como as concepções nacionais assumidas ou elaboradas pelos países estruturam suas políticas e práticas da CSS. Os marcos de ação e analítico se referem aos marcos políticos (discursos oficiais, políticas públicas), os marcos institucionais (a governança, regulação e recursos disponíveis) e os marcos operativos (gestão das iniciativas).

MNOAL. Sigla se refere ao Movimento dos Países não Alinhados. Ing. NAM. Remete à aliança política dos países, formada durante a Guerra Fria, que decidiu manter sua postura neutra diante dos conflitos ideológicos entre os flancos oeste-capitalista e leste-comunista, para concentrar-se nos seus desafios quanto ao desenvolvimento. O grupo existe até hoje e hospeda o Centro de Cooperação Técnica Sul-Sul desde 1995.

MERCOSUL. Sigla para Mercado Comum do Sul. Bloco de integração regional que tem importantes iniciativas de cooperação regional em suas reuniões especializadas. Está incorporado à CSS como um marco de ação.

Modalidades da CSS. s.f. pl. Referem aos diferentes tipos de CSS existente: cooperação técnica, científica, tecnológica, educacional, comercial. Cada país possui um entendimento ou conceito para a CSS que está relacionado à sua política de CSS e que determina a forma como estrutura suas instituições, suas iniciativas e, também, sua forma de relatar e contabilizar as iniciativas.

Modernidade. s.f. Manifestação daquilo que é moderno e que foi imposto ao mundo por meio da expansão europeia de dominação. Sua crítica na região latino-americano aparece mais bem formulada nas ideias de ‘a colonialidade como seu lado mais obscuro’ e ‘o mito do progresso’. V. Mignolo (2000) e Dussel (1993).

Monitoramento. s.m. Relativo à prática de acompanhar a evolução de algo. No campo da CID e CSS, caminha junto à avaliação conforme

expressão M&A. Refere-se à verificação da eficiência e eficácia dos processos de implementação da CSS, enquanto a avaliação (V. acima) está mais dedicada à efetividade da CSS. Ambos estão relacionados aos arranjos cooperativos e são meios que garantem a transparência e prestação de contas – Ing. *Accountability* –, e são muito relevantes pois envolve recursos orçamentários públicos. V. BPC, ASUL e ABC, 2017 para propostas de sistemas de M&A para a CSS.

N

Norte global. s.m. Países desenvolvidos que ocupam o centro do sistema-mundo. A divisão geográfica entre os hemisférios Norte e Sul cedeu espaço para os importantes debates ideológicos que associaram o Norte global aos países desenvolvidos (sobretudo Europa, Estados Unidos, Japão) e o Sul global aos países em desenvolvimento, colonizados no passado e ainda dependentes no presente (Ásia, África e América Latina).

NeST. Sigla que denomina a Rede de *Think Tanks* do Sul. Ing. *Network of Southern Think Tanks*. Trata-se de uma rede de pesquisadores que têm se dedicado a investigar a Cooperação Sul-Sul a partir de critérios e perspectivas próprias do Sul global. Congrega uma série de instituições de países como o Brasil, a China, a Índia, a África do Sul e que se reuniram para discutir questões relevantes como a forma de avaliar (mensurar) a CSS. V. Besharati et al. (2015; 2017).

NOEI - Nova Ordem Econômica Internacional. s.f. Expressão que se tornou uma das principais bandeiras do atual Sul global (então Terceiro Mundo) como parte da sua reivindicação por uma outra ordem mais justa (equilíbrio de poder), representativa e equitativa. Em 1974 a Assembleia Geral da ONU aprova a Declaração de Estabelecimento da NOEI e seu Programa de Ação (Resolução 3201 e 3202). Recentemente, a NOEI foi tema da Conferência Tri-Continental de Havana que retoma o espírito 1966 e retoma às pautas do Sul global. V. Progressive International (2024).

O

Outro/Outridade s.m. Muitas vezes utilizado como sinônimo de alteridade. A questão do outro aparece central para o pensamento pós-colonial (Edward Said, Homí. K. Bhabha, Frantz Fanon, Albert Memmi, Gayatri Spivak entre outros), no pensamento latino-americano o ‘outro’

torna-se parte do mito da modernidade que se inicia em 1492 com a ‘conquista da América’, quando o ego europeu provoca o ‘encobrimento do outro’. V. Dussel (1993) e alteridade (acima).

OCDE. Sigla em português para Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Ing. *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD), criada pelos países europeus para promover o desenvolvimento econômico por meio da cooperação entre países desde a década de 1960. Atualmente, é integrada por 38 países, dentre os quais Chile, membro desde 2007, Colômbia e Costa Rica, em fase de adesão, sendo que Brasil e Argentina mais recentemente manifestaram interesse na adesão.

ODM. Sigla em português para Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, definidos pela Assembleia Mundial realizada no ano 2000 durante a “Cúpula do Milênio”. Após a realização de uma série de Conferências Internacionais que debateram sobre importantes temas ligados ao desenvolvimento e elaboraram agendas comuns e definiram 8 Objetivos – “A década das Conferências”. V. Lindgren-Alves (2018).

ODS. Sigla em português para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, foram aprovados pela Assembleia Geral da ONU para dar continuidade aos ODM. Insere-se no âmbito da Agenda 2030 que prevê 17 Objetivos para dar continuidade a partir de 2016 a agenda global do desenvolvimento com prazo para finalizar 2030.

P

Paradiplomacia.s.f. Diplomacia paralela exercida por atores governamentais subnacionais. Está relacionada à cooperação descentralizada no campo da Cooperação Sul-Sul que tem, crescentemente, sido incentivada pela agenda dos ODS a descentralizar as iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento, em nível local.

Periferia. s.f. Diz respeito àquele que se situa na periferia em relação a um centro. Expressão notabilizada na década de 1950 na teoria desenvolvimentista cepalina com Raúl Prebisch, que tratou da condição periférica da América Latina nas transformações econômicas da região no sistema capitalista. Posteriormente, influenciou as reflexões de Aníbal Quijano, sobre a colonialidade do poder, e de Immanuel Wallerstein, sobre suas interpretações do sistema-mundo.

PIFCSS. Sigla para Programa Ibero-americano de Fortalecimento da

Cooperação Sul-Sul, da Secretaria Ibero-Americana (SEGIB) é integrado por 21 países, sendo 3 europeus e 18 latino-americanos. Foi criado em 2007 e tem sido a principal instância regional para que os países constituintes busquem a harmonização de suas políticas para esta agenda, não livre de críticas por parte de países como o Brasil, que não vê a Organização um fórum legítimo para debater o tema. A Unidade Técnica do PIFCSS se encarrega da sua implementação, e o Comitê Técnico Intergovernamental, constituído pelos responsáveis da CSS nos países, das deliberações; ambos se alternam entre os países que são eleitos a cada três anos para presidir o Comitê e sediar a Unidade Técnica.

Pluriversalismo/Pluriverso. s.m. Conceito criado para se contrapor ao universalismo. A unidade do mundo supunha a imposição de uns sobre outros; por isso, o pluriversalismo defende a coexistência de mundos plurais. Categoria-chave para o pensamento decolonial, pode ser mais bem entendida em Grosfoguel (2008); o conceito de pluriverso introduz o debate sobre o pós-desenvolvimento, conforme Kothari et al. (2019).

PABA. Sigla para Plano de Ação de Buenos Aires que é um documento adotado após a realização da I Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento em 1978. Trata-se do principal marco político internacional para o tema da CSS, já que a CTPD passou a denominar-se CSS em 2003.

PABA+40. Sigla se refere aos 40 anos do PABA. Constitui-se como um marco político após a realização da II Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para a CSS; após a I Conferência realizada em Nairóbi em 2009, propõe-se renovar e redefinir alguns conceitos e plano de ação para a implementação da CSS visando a Agenda 2030; conferência ocorrida em Buenos Aires em março de 2019.

PNUD. Sigla se refere ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que desde 1965 tem sido o órgão da ONU com o mandato de promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo e, por isso, é uma organização chave para a CSS e para os países do Sul global. Ing. *United Nations Development Fund* (UNDP). Seu mandato nos países emana do Marco de Parceria da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

Políticas Sociais. s.m. pl. Refere-se às políticas públicas destinadas ao bem-estar social, com forte predominância, mas não exclusividade dos Estados nacionais. Tema importante para a CTSS da região latino-americana que tem se dedicado para o desenvolvimento de capacidades dos países

com vistas a promover seu desenvolvimento, sobretudo durante onda de governos progressistas. Desde 2003, pode-se reconhecer que houve uma “exportação” de políticas da região por meio da CSS. V. Oliveira *et al.* (2021).

Pós-desenvolvimento. *s.m.* Conceito designado para se referir a um novo estágio do debate sobre o desenvolvimento. Abarca uma série de conceitos reconhecendo a pluralidade de cosmovisões que possuem alternativas transformadoras e que coexistem com a crítica ao desenvolvimento humano, sustentável, nacional – Bem Viver (Esp. *Buen vivir*), Autonomía (Esp. *Autonomía*), Comunalidade ou Economia Comunitária (V. acima), Projetos de Vida (Esp. *Proyectos de Vida*) entre tantos outros, V. Kothari *et al.* (2019). Constitui-se um campo muito relevante para o debate sobre uma CSS alternativa à CNS, V. Caixeta e Santos (2020).

S

Semiperiferia. s.f. Conceito proposto no bojo da teoria do sistema-mundo que hierarquiza os países entre centro e periferia. Indica um trânsito ou o meio do caminho entre o centro e a periferia, por isso, tem sido muitas vezes utilizada para acolher uma série de países emergentes do Sul global (geralmente aqueles que fazem parte do G20, V. acima) que possuem economia robusta, apesar de serem Sul global (Brasil, China, Índia, Turquia, Tailândia, África do Sul etc.). A noção de semiperiferia é um conceito de orientação mais política que traz no seu bojo uma variante econômica V. Brussi (2015).

SEGIB. Sigla para a Secretaria Ibero-Americana. Constitui-se uma das organizações mais importante para a CSS na região latino-americana (além de ibero-americana), já que publica relatórios da Cooperação Sul-Sul anuais desde 2007 (Esp. *Informes de la Cooperación Sur-Sur*), também se constitui num espaço para a governança regional da CTSS (V. acima) e conta com o PIFCSS (V. acima) para apoiar os países, notadamente quanto ao fortalecimento institucional e capacitação pessoal. Trabalha com os conceitos de cooperação bilateral (Sul-Sul), triangular e regional, estas duas últimas envolvendo os países do Norte global da península Ibérica (Portugal, Espanha e Andorra).

Sistema-mundo. s.m. Expressão utilizada por Prebish, Quijano e Wallerstein para se referir ao espaço de interação dos países, no bojo do sistema capitalista mundial. Nas ciências sociais e, posteriormente, na

disciplina das Relações Internacionais, o sistema-mundo deu origem à uma teoria que permite interpretar os fenômenos internacionais. V. Wallerstein (2000).

Solidariedade. s.f. Ato de criar empatia com a condição do outro. Na sociologia durkheimiana, ela é sinônimo de socialização. No campo da CSS, solidariedade se refere a um princípio para a cooperação que envolve a horizontalidade (relação entre iguais), com benefícios mútuos e em prol do desenvolvimento do Sul global pelos seus próprios meios.

Subimperialismo. s.m. Conceito importante para as ciências sociais da região no bojo da teoria da dependência; se refere a subcentros econômicos e políticos no âmbito da divisão internacional do trabalho e acumulação de capital localizados entre o centro e a periferia, mas diferente da semiperiferia. V. Marini (1977).

Subalterno. adj.m. Condição de estar sob as ordens de outro por ser classificado como inferior, sinônimo de submisso. Nas teorias pós-coloniais do Sul, reivindica-se também formas de dar voz aos grupos sociais subalternos como forma de romper com o ciclo da dominação. O termo está presente na denominação de uma corrente de pensamento, o *Subaltern Studies*, nos estudos culturais, junto ao pós-colonialismo, ao interpretar a modernidade a partir de um outro lugar, o subalterno; posteriormente, o grupo foi trazido para América Latina ensejando o giro decolonial. V. Spivak (2014) e Pinto (2020).

Sul global. s.m. Expressão que se contrapõe ao Norte global e que remete a uma divisão ideológica do mundo (e não meramente geográfica) entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Qualifica não só a política internacional, mas também as epistemologias, um outro e novo lugar de fala na produção científica – as “epistemologias do Sul”. V. Santos e Menezes (2010).

T

Terceiro Mundo. s.m. Expressão utilizada no pós-II Guerra Mundial para se referir aos países subdesenvolvidos; se justapõe a Primeiro Mundo, integrada pelos países desenvolvidos e Segundo Mundo, pelos países que pertenciam ao bloco soviético-socialista. A “invenção do Terceiro Mundo” era parte da justificativa para uma “indústria da ajuda”. V. Escobar (2007). Acredita-se que sua origem tenha sido a França na década de 1950, e com alusão ao ‘Terceiro Estado’ da Revolução Francesa (Fr. *Tiers État*), ou seja,

aqueles que representavam tudo, nada e queriam se tornar algo. V. Solarz (2014).

Transmodernidade. s.f. Alude a um tipo de modernidade idealizada, que seja promovida por meio do diálogo, sendo que “trans” é sinônimo de “três” e apresenta a ideia de que depois do encontro de saberes surge um terceiro ponto de vista ou conhecimento que modifica os originários. V. Dussel (1993). Quijano (1992) faz referência ao conceito proposto por Dussel explicando que se trata de uma alternativa para a pretensão eurocêntrica de que a Europa é a produtora original da modernidade.

Triangular. adj.f. Na expressão “Cooperação Triangular” (CTr) constitui-se em uma modalidade da CID que expressa arranjos de três partes; costuma envolver um país desenvolvido ou organização internacional e dois países do Sul, mas há casos que se fala de uma Sul-Sul-Sul, o que é mais raro. Trata-se de uma combinação da CSS e da CNS e, portanto, está muito em voga no contexto atual; seu uso indiscriminado omite a possibilidade que tem a CSS de se dar por meio de arranjos bilaterais (Sul-Sul) e de forma alternativa, mas coopta a CSS para as lógicas e padrões da AOD/OCDE; também tem sido apresentada como o que junta o melhor da CSS com a CNS. V. Chakrabarti (2019).

Trilateral. adj.f. Na expressão “Cooperação Trilateral” é um termo empregado pelo governo do Brasil em substituição ao termo triangular para marcar sua crítica à Cooperação Triangular com lógicas impostas do Norte; enfatiza o princípio da horizontalidade e da participação de todos os países igualmente nas parcerias da CSS; também envolve um país desenvolvido ou uma organização internacional junto a países do Sul. V. BRASIL (2017).

U

UNCTAD. Sigla Ing. *United Nations Conference on Trade and Development.* Trata-se importante espaço de concertação global para os países em desenvolvimento, no bojo do qual surge o Grupo dos 77 (V. acima).

UNOSSC. Sigla Ing. *United Nations Office on South-South Cooperation* é a principal instância no Sistema ONU dedicado a coordenar as agendas dos países e programas, fundos e organizações do sistema-ONU sobre a CSS. Instituição criada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Conclusão

O levantamento de termos e conceitos apresentados aqui nesse glossário, conforme dito, não se pretende exaustivo e, menos ainda, resultado de um glossário *comme il faut* que resulte de uma pesquisa terminológica. Entretanto, pretendemos com esse exercício sinalizar a importância de delimitar um campo específico para a Cooperação Sul-Sul na literatura científica caracterizado por ser interdisciplinar e, sobretudo, crítico. Adicionalmente, sugerimos a continuidade dessa pesquisa por meio de um diálogo e da parceria entre especialistas das RI da terminologia.

Referencias bibliográficas

Abdenur, Adriana E. (2020). Devouring international relations: anthropophagy and the study of South-South cooperation. In: Mawdsley, Emma; Fourrie, Elsje; Nauta, Wiebe (Eds.). Researching South-South Development Cooperation: the politics of knowledge production. 32-48. New York: Routledge.

Becharati, Neissan; Rawhani, Carmel; Rios, Ornela G. (Comp.) (2017). A Monitoring and Evaluation Framework for South-South Cooperation. NeST AFRICA, p.1-28. et al (Comp.) (2015). Developing a conceptual framework for South-South Co-operation. NeST AFRICA, p. 1-58.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação (2017). Diretrizes Gerais para a Concepção, Coordenação e Supervisão de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral. Ministério das Relações Exteriores, 1ª ed., Brasília: Agência Brasileira de Cooperação. BRICS Policy Center – BPC; Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul – ASUL; Agência Brasileira de Cooperação – ABC (2017). Caminhos para a construção de sistemas e processos de monitoramento e avaliação da Cooperação Sul-Sul. Brasília: Ministério das Relações exteriores, Brasília.

Brun, Elodie. (coord.) (2021). Cooperación Sur-Sur para el desarrollo: experiencias latinoamericanas y caribeñas. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales.

Brussi, Antônio J. E. (2015). Semiperiferia: uma revisitação. Brasília: Editora UnB.

Caixeta, Marina B. (2021). Cooperação (Técnica) Sul-Sul e o giro decolonial: a estruturação das experiências do Brasil e da Argentina no século

XXI. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Departamento de Estudos Latino-americanos (ELA), Universidade de Brasília, Brasil, 321 p.

Caixeta, Marina B.; Morasso, Carla M. (2021). Potencialidades e limites da Cooperação Sul-Sul no plano contra-hegemônico: o caso da agricultura familiar na Argentina e no Brasil. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 20 n. 2, pp.163-183.

Caixeta, Marina B. (2015). A Cooperação Sul-Sul: novos referenciais teóricos nas Relações Internacionais como contribuição das epistemologias do Sul. *Rev. Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 6 n. 32, p. 4-18, out./nov.

Caixeta, Marina B.; Menezes, Roberto G. (2021). Desafios atuais para a cooperação Sul-Sul: as desigualdades e o sul global. *Revista Monções*, Dourados-MS, v. 10, n. 20, jul./dez. DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.13341

Caixeta, Marina B.; Santos, Maria do Carmo R. (2022). Decolonizing South-South Cooperation: na analytical framework founded on post-development and the common. In: Duarte, Fernando D. M.; Valle, Víctor A. E. (Eds.) *Decolonizing Politics and Theories from the Abya Yala*. Bristol: E-IR Publishing.

Chakrabarti, Melindo. (2019). Lexicon and Syntax of Development Cooperation: BAPA+40 Outcome Document – Some Contestations. *Development Cooperation Review [Special Issue]*, v. 1, n. 10-12, p. 44-49.

Comisión Económica para América Latina y Caribe – CEPAL (2021). *Desarrollo em transición: propuesta de concepto y medición para una cooperación renovada em América Latina y el Caribe*, Santiago.

Cox, Robert W. (1983). Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. *Millenium Journal of International Studies*, vol. 12, n. 2.

Cox, Robert W. (1981). Social forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory. *Millenium Journal of International Studies*, vol. 10, n. 2.

Dardot, Pierre; Laval, Cristian (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Ed. Boitempo.

Dussel, Enrique (1993). 1492: O encobrimento do Outro – a origem do mito da modernidade. [Conferências de Frankfurt]. Petrópolis, RJ: Vozes. 190 p, 193.

(1973). Introducción a una filosofía de la liberación latino-americana. Tlatelolco: Extemporaneos & Ezeiza. v. II e III, 1973 [1968].

(2012). Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão. 4. ed. São Paulo: Vozes.

Escobar, Arturo (2007). La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana.

Faulstich, Enilde (1995a). Implicações metodológicas da socioterminologia. Material didático do curso de pós-graduação em linguística da Universidade de Brasília – IL/LIV.

(1995b). Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. Ciência da Informação, vol. 24, número 3, 1995b. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/566>

Friggeri, Félix P. (2021). Diez Tesis para una Teoría de las Relaciones Transestatales. Relaciones Internacionales, GERI-Univ. Autónoma de Madrid, n. 48, oct. 2021/enero 2022. DOI: <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2021.48.002>

; Caixeta, Marina B. e Joseph, Wisly (2023). Soberanía alimentaria y soberanía popular desde cosmovisiones y prácticas comunitarias campesinas en Haití. In: Matías, Jorge E. et al. Bienestar social y disputas por lo público y lo común. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, pp.169-250.

Furtado, Juarez P.; Gasparini, Max F.V. (2017). Há diferenças entre avaliar e analisar? Ciência & Saúde Coletiva, n. 24, v. 8, p. 2933-2938.

(2011). Avaliação participativa. In: Brando, O.D.; Martina, R.O. (Org.). Avaliação de Programas e Projetos: temas brasileiros. São Paulo: Instituto Fonte e Fundação Itaú Social. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/furtado_avaliacao_e_participacao.pdf. Acesso em: 23/09/2022.

Giddens, Antony (2013). A constituição da sociedade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 458p.

Grosfoguel, Ramón (2008). Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p.199-215.

Kothari, Ashish et al. (Coords.) (2019). Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo. Barcelona: Icaria Editorial S. A.

Lander, Edgardo (2000). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

Lechini, Gladys; Rojo, Patricia (2019). Las contribuciones de la 'Escuela Rosarina' al Estudio de Relaciones Internacionales en Argentina. *Revista de Relaciones Internacionales de la UNAM*, n. 133, p.185-205.

Lindgren-Alves, José Augusto (2018). A década das conferências: 1990-1999. Brasília: FUNAG. 2. ed..

Manifiesto por la Vida por una Ética para la Sustentabilidad (2002). *Ambiente & Sociedade*, vol V n. 10. pp.1-14. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/317/31713416012.pdf>

Marini, Rui Mauro (1997). La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México, n.12. Disponível em: http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/10/pdfs/Marini-Clasicos-OlaFin-10.pdf Acesso em: 18/11/2022

Martín, Rafael D.; Lo Brutto, G. e Surasky, J. (2019). Introducción: Repensar Críticamente la Cooperación Sur-Sur. In: (eds.) *La Constelación del Sur: Lecturas Histórico-Críticas de la Cooperación Sur-Sur*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Editorial de la Univ. De Cantabria, pp.7-12.

Mawdsley, Emma; Fourrie, Elsje; Nauta, Wiebe (2021). *Researching South-South Development Cooperation: the politics of knowledge production*. New York: Routledge.

(2019). *South-South Cooperation 3.0? Managing the consequences of success in the decade ahead*. Oxford Development Studies. DOI: <https://doi.org/10.1080/13600818.2019.1585792>

Mignolo, Walter (2000). La Colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: Lander, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas*, p.34-52. Buenos Aires: CLACSO.

(2020). A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, pp. 187-224 DOI: 10.24140/issn.1645-7250.rle48.12

(2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017*: e329402.

Oliveira, Osmany Porto et al. (2021). Introduction: Latin American

Public Policies: from Import to Export. In: et al. (Ed.) *Latin America and Policy Diffusion: from import to export*, p.1-24. New York and London: Routledge.

Pinto, Simone R. (2020). *Pensamento (teoria) social e político latino-americanos e caribenho*. Brasília: EdUnB.

Progressive international (2023). *The Havana Declaration on the New International Economic Order: the Havana Congress*. 30/01/2023. Disponível em: <https://act.progressive.international/nico-havana>

Quijano, Aníbal (2000). *Colonialidad del poder, Eurocentrismo y América Latina*. In Lander, Edgardo (org). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, p.122-151.

Quijano, Aníbal (1992). *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. Perú Indíg. v13 n.29, pp 11-20.

Restrepo, Eduardo; Rojas, Axel (2010). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Universidad del Cauca, Colombia.

Santos, Boaventura de S.; Meneses, Maria Paula (2010). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina S.A. & CES.

Smith, Karen and Tickner, Arlene B. (2020). *Introduction: International Relations from the Global South*. In Tickner, Arlene B. and Smith, Karen (eds.) *International Relations from the Global South: Worlds of Difference*. New York & London: Routledge.

Solarz, Marcin W. (2014). *The Language of Global Development: a misleading geography*. New York: Routledge.

South Comission (1990). *The Challenge to the South – The Report of the South Commission*. Oxford University Press, 1990.

Spivak, Gayatri C. (2014). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Svampa, Maristela (2016). *Debates Latinoamericanos: indianismo, desarrollo, dependencia y populismo*. Buenos Aires C.A: Edhasa.

United Nations Office for South-South Cooperation – UNOSSC (2021). *Methodological Pluralities in Impact Assessment on South-South Cooperation: a synthesis from efficiency perspective [South-South Ideas]*. New York.

Wallerstein, Immanuel (2000). *The essential Wallerstein*. New York: The New Press.

Walsh, Catherine (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder: Un pensamiento y posicionamiento “outro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 47-62.

Wendt, Alexander (2014). *Teoria social da política internacional*. Rio de Janeiro: Apicuri.

Eurocentrismo y Relaciones Internacionales: ¿Paradigmas en crisis? Una mirada desde el sur

Eurocentrism and International Relations: paradigms in crisis? A view from the Global South

Eurocentrismo e Relações Internacionais: paradigmas em crise? Um olhar a partir do Sul

María Elena Álvarez Acosta (ISRI)

RESUMEN: La descolonización de las relaciones internacionales (RI), es un proceso crítico que busca debatir y transformar las estructuras de poder, los discursos y las prácticas heredadas del colonialismo en el sistema global; además, tiene diversos niveles de análisis, tendencias y perspectivas, así como antecedentes. En el presente trabajo dicha problemática se aborda desde la perspectiva de la visión eurocentrista del mundo. El objetivo es proponer una crítica al papel y lugar que ha tenido el eurocentrismo en la construcción colonizadora del mundo.

Palabras claves: eurocentrismo, colonialidad del saber, modernidad, tradición, relaciones internacionales

Abstract: The decolonization of international relations (IR) is a critical process that seeks to debate and transform the power structures, discourses, and practices inherited from colonialism in the global system. It encompasses diverse levels of analysis, trends, perspectives, and background. This paper addresses this issue from the perspective of a Eurocentric worldview. The objective is to propose a critic of the role and place that Eurocentrism has played in the colonizing construction of the world.

KEYWORDS: Eurocentrism, colonality of knowledge, modernity, tradition, international relations.

RESUMO: A descolonização das Relações Internacionais (RI) é um processo crítico que busca debater e transformar as estruturas de poder, os discursos e as práticas herdadas do colonialismo no sistema global; além disso, apresenta diferentes níveis de análise, tendências e perspectivas, bem como antecedentes. No presente trabalho, essa problemática é abordada a partir da perspectiva da

visão eurocêntrica do mundo. O objetivo é propor uma crítica ao papel e ao lugar que o eurocentrismo ocupou na construção colonizadora do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: eurocentrismo, colonialidade do saber, modernidade, tradição, relações internacionais

Ideas iniciales

La descolonización de las relaciones internacionales (RI), es un proceso crítico que busca debatir y transformar las estructuras de poder, los discursos y las prácticas heredadas del colonialismo en el sistema global; además, tiene diversos niveles de análisis, tendencias y perspectivas, así como antecedentes. “La descolonización de las RI no es solo un debate académico, sino un llamado a reimaginar un sistema internacional basado en justicia epistémica, equidad material y pluralismo civilizatorio”. (Quintero y Petz, 2009)

Dicho debate sobre la descolonización cuenta con una amplia gama de pensadores críticos que han cuestionado el eurocentrismo, el racismo epistémico y las estructuras de poder colonial en el sistema internacional, así como la proyección y percepciones sobre las relaciones internacionales. En la práctica, han llamado a un constructo cognitivo y práctico que sea objetivo e integren los elementos, características y acciones válidas más allá de Europa.

Ese objetivo es sumamente difícil de cumplir, pues los colonizados están permeados de la práctica y realidad que los ha acompañado, mientras, los poderes poscoloniales han mantenido su quehacer teórico y práctico. No obstante, las aproximaciones y acciones por establecer objetividad en las concepciones y prácticas del quehacer humano, social e internacional es una necesidad perentoria. Mucho queda por hacer, pero descolonizar el pensamiento y la acción deviene esencial para la mayoría de los pueblos, no solo de los del Sur, sino también de los del Norte.

Existen diversos nichos a través de los cuales se buscan nuevos enfoques y prácticas, más acertados y cercanos a la trayectoria de la humanidad y sus relaciones. Las falacias y falsedades que ha acompañado el quehacer humano, esencialmente desde el capitalismo y sus necesidades, ha minimizado e invisibilizado a una mayoría: las realidades -culturas, aportes, etc- latinoamericanas, asiáticas, africanas y mesorientales.

En la práctica el capitalismo en general y, el colonialismo en particular, desconfiguraron la riqueza y variedad civilizatoria del ser

humano. Este último barbarizó a todos los pueblos sometidos, ocultando sus riquezas espirituales y materiales, así como sus peculiaridades, frente a la única opción que dejaban: Europa.

Parecería que lo único que ha existido era el denominado Viejo Continente. Se ha obviado, por una parte, el desarrollo desigual y combinado del mundo y los grandes aportes y niveles de conocimientos de todos los que no fueron europeos y, por la otra, se sometió a sangre y fuego a esos pueblos y territorios que, por demás, contribuyeron al despegue europeo.

Si esto no fuera poco, cuando EEUU emerge como primera potencia mundial, aunque el proceso de descolonización era protagonizado, las prácticas explotadoras se “reorganizaron” y, hasta hoy, encontramos métodos y formas de imponer que clasifican como coloniales. Muchos son los enfoques y teorías en torno a esta compleja temática. En América Latina,

A mediados de los años noventa comenzaron a forjarse [...] una serie de producciones críticas que intentan impulsar una teoría acerca de la experiencia histórico-cultural latinoamericana desde una nueva perspectiva y con la pretensión de superar los problemas presentados anteriormente. Estas aspiraciones llegaron a conformar lo que se conoce hoy en día como el “Proyecto Modernidad/ Colonialidad/ Decolonialidad” (desde ahora MCD), agrupado en torno a tres figuras fundamentales del quehacer académico latinoamericano: el filósofo argentino-mexicano Enrique Dússel; el sociólogo peruano Aníbal Quijano y el semiólogo argentino Walter Mignolo. (Quintero y Petz, 2009)

También en otras regiones del mundo surgieron tendencias críticas y aportadoras al respecto. En ese ámbito sobresale: Samir Amin (1931-2018) economista y teórico marxista egipcio, uno de los críticos más influyentes del eurocentrismo desde una perspectiva global y anticapitalista. Su obra desmonta la idea de Europa como centro inevitable del desarrollo histórico y económico. Por su parte, el palestino Edward Said (1935-2003), denuncia cómo el eurocentrismo construyó una imagen estereotipada de Asia y África como lo “exótico” e “inferior”.

Este trabajo se propone una crítica al papel y lugar que ha tenido el eurocentrismo en la construcción colonizadora del mundo, donde se incluyen las relaciones internacionales, para ello se tendrá en cuenta a algunos autores que iniciaron ese largo camino.

El debate académico y algo más

El debate sobre las nuevas formas de abordaje y práctica para desmontar las falacias de Occidente se ha centrado esencialmente en la escuela de pensamiento decolonial, la crítica poscolonial de las relaciones internacionales, las perspectivas del sur global, los feminismos decoloniales, la economía política internacional decolonial y la plurinacionalidad y el derecho internacional.

El criterio central en el pensamiento decolonial es la crítica de la estructura de poder colonial impuesta desde la conquista europea, la cual perpetuó una jerarquía racial/epistémica que privilegia los saberes occidentales como universales y superiores. Propone desvincularse de esta matriz colonial para recuperar otras formas de conocimiento (indígenas, afro, populares) históricamente marginadas.

La colonialidad del saber es la imposición de un paradigma epistemológico europeo como único válido, negando otras racionalidades. Esto no solo colonizó territorios, sino también las mentes, subordinando conocimientos no occidentales a la categoría de ‘folclore’ o ‘superstición’. (Quijano, 2014)

No es ocioso recordar lo que plantea Quijano en cuanto a la globalización.

La globalización en curso es, en primer término, la culminación de un proceso que comenzó con la constitución de América y la del capitalismo colonial / moderno y eurocentrado como un nuevo patrón de poder mundial. Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de raza, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial, incluyendo su racionalidad específica, el eurocentrismo. Dicho eje tiene, pues, origen y carácter colonial, pero ha probado ser más duradero y estable que el colonialismo en cuya matriz fue establecido. Implica, en consecuencia, un elemento de colonialidad en el patrón de poder hoy mundialmente hegemónico. (Quijano, 2014)

En esencia podría decirse que Quijano establece, entre otros aportes esenciales, cuatro ejes básicos de análisis: El eurocentrismo, que da la razón europea como modelo único de verdad, la jerarquización racial que asocia la raza y la capacidad cognitiva, los saberes ligados a la explotación económica o capitalismo colonial y, por último, el control de las instituciones (en la práctica control del pensamiento).

O sea, el patrón de poder hoy mundialmente hegemónico, adquirió ese carácter en la misma medida en que el capitalismo, de su fase mercantil hasta la imperialista-globalizadora, utilizó y perfeccionó la colonialidad del saber, la que se fue instrumentando a partir de las nuevas necesidades y contextos.

Descolonización y relaciones internacionales

Como plantea (González, 1990) “el surgimiento del modo de producción capitalista, que puso en contacto entre sí a las más distantes regiones del globo, desarrollando el mercado y la economía mundiales, el ‘descubrimiento’ y colonización de otros continentes, la formación de imperios coloniales, echaría las bases para la unificación del conjunto de las relaciones internacionales en un solo sistema a escala planetaria”.

Precisamente, ese sistema surgió y se organizó a partir de los objetivos y prácticas de los Estados capitalistas, sobre todo de los más poderosos, entre estos últimos destacaron las metrópolis, como Gran Bretaña y Francia y, posteriormente, esencialmente después de la 2da Guerra Mundial: EEUU.

El sistema westfaliano se asumió como el modelo fundamental en las Relaciones Internacionales (RI) que surgió tras la Paz de Westfalia (1648), que puso fin a la Guerra de los Treinta Años en Europa. Sus rasgos principales definieron la estructura del Estado moderno y el orden internacional basado en la soberanía estatal.

Los Estados son entidades independientes con autoridad exclusiva sobre su territorio y población e igualdad jurídica; son formalmente iguales en el sistema internacional. En la práctica, los países desarrollados han utilizado y manipulado las diversas instituciones para continuar su labor depredadora sobre los países del Sur.

En ese contexto, dentro de diversas líneas de análisis -y críticas- desde la perspectiva de descolonización de las relaciones internacionales, sobresalen: la ya mencionada crítica al eurocentrismo y al conocimiento hegemónico, a partir del cuestionamiento de las teorías dominantes (como el realismo o el liberalismo) por reflejar una visión occidental del mundo, así como la revalorización de genealogías coloniales, epistemologías indígenas, africanas, asiáticas y latinoamericanas en el estudio de las relaciones internacionales, entre otras.

También se plantea la revisión histórica del colonialismo y sus legados. En ese ámbito destaca el análisis de cómo la colonización configuró desigualdades económicas, fronteras artificiales y jerarquías raciales que persisten hoy y el cuestionamiento de instituciones internacionales, como la Organización de Naciones Unidas (ONU), el Fondo Monetario Internacional (FMI), entre otros, por reproducir lógicas de dominación Norte-Sur.

Así se esboza la despatriarcalización y enfoques interseccionales donde se propone incorporar perspectivas feministas decoloniales que vinculan racismo, sexismo y capitalismo y la visibilización de las luchas de mujeres indígenas, afrodescendientes y del Sur Global en la política internacional.

En cuanto a la economía política global y lo que pudiera calificarse como justicia redistributiva, denuncia el extractivismo, la deuda externa y el comercio desigual como formas de neocolonialismo, así como las propuestas alternativas como la desglobalización o economías poscrecimiento.

Dos aspectos no pueden faltar, pues se vinculan directamente a las relaciones multilaterales, primero, lo referido a las soberanías alternativas y la plurinacionalidad, donde se enfatiza en el reconocimiento de derechos colectivos de pueblos originarios en la gobernanza global y de los movimientos por la autodeterminación (ej.: Palestina, Sahara Occidental, Kurdistán) y su lugar en el derecho internacional.

Segundo, la decolonialidad en la práctica diplomática. En ese contexto se critica a la diplomacia tradicional, entre otros aspectos, por excluir actores no estatales (movimientos sociales, comunidades locales) y la necesidad de tomar los ejemplos de la diplomacia indígena o el activismo climático del Sur Global.

También se destaca y se vincula directamente a la geopolítica y seguridad, esencialmente a la necesidad de desmilitarizar y fortalecer el anticolonialismo en la seguridad global, se opone a las intervenciones militares y la imposición de sanciones económicas como herramientas de dominación. Paralelamente, se demuestra cómo la “guerra contra el terror” o la securitización migratoria refuerzan jerarquías globales y benefician a determinados actores.

Tanto desde el plano teórico, como desde otras variables, se demuestra la necesidad de descolonizar las relaciones internacionales porque son el resultado de un sistema económico, en este caso capitalista, que en

su devenir condicionó e implementó formas de hacer y de relacionamiento en función de los intereses de ese “eurocentrismo” colonizador.

De ahí que el sistema está condicionado estructuralmente a funcionar a favor de los colonizadores ayer, colonizadores hoy. Las exclusiones históricas y la desigualdad de derechos son cotidianas. En la práctica, tratan de seguir creando mecanismos, donde se suman los comunicacionales, para seguir manipulando y controlando el “orden”, establecido por ellos.

Ahora bien, ¿cuál es el constructo originario y basamento de un modo de pensar y hacer, que se ha impuesto a sangre y fuego durante años y siglos? Precisamente, tal vez lo más obvio y que ha sido actualizado una y otra vez, en todas las aristas inimaginables, que sustenta el sistema que dio origen a un Norte y a un Sur, que se ha mantenido y ha sido manipulado y readecuado, como algo aparentemente del pasado, pero está presente: el eurocentrismo.

O sea, la base en que se fundamenta el paradigma colonizador es el eurocentrismo, mientras la descolonización de los saberes y prácticas, deben partir de “desmontar” ese constructo.

El eurocentrismo

Existe cierto consenso entre diversos autores¹ sobre la concepción eurocentrista del mundo. Su definición más simple pudiera resumirse como la tendencia que sustenta que los valores culturales y sociales de Europa Occidental constituyen patrones o modelos universales. Esta tendencia eurocentrista ha permeado el estudio de la evolución de las diversas sociedades y pueblos. Según el egipcio Samir Amin (Roffinelli, 2006)

El eurocentrismo es una reconstrucción mitológica de la historia europea y del mundo, la cultura dominante del capitalismo, que surge a partir del Renacimiento, no es la cultura “europea” ni “occidental” sino simplemente [...] la ideología y/o cultura del capitalismo. No habría que confundirse con el término “Occidente” y capitalismo.

Mientras, Quijano (2007) plantea que:

la colonialidad del saber que está representada en el carácter eurocéntrico del conocimiento moderno y en su articulación a las formas de dominio colonial/imperial. [...] se refiere a las formas de control del conocimiento

1 Como Samir Amin, Enrique Dussel, Omar Soto-Rodriguez, Arturo Chavolla, entre otros.

asociadas a la geopolítica global dispuesta por la colonialidad del poder [...] el eurocentrismo funciona como un locus epistémico desde el cual se erige un modelo de conocimiento que, por un lado, universaliza la experiencia local europea como modelo normativo a seguir, y por otra parte, designa sus dispositivos de conocimiento como los únicamente válidos. Validez que reside en la máxima positivista de hacer abstracción de los condicionamientos espacio-temporales y situarse en el altar neutro de observación-valoración.

En la práctica, el eurocentrismo es la imposición de una ideología dominante que representa los intereses de una clase: la capitalista-imperialista, quien trata de universalizar su realidad y toma como modelo a Europa. Moniot, Henri (Toledo B, 1996) ilustra perfectamente la concepción eurocentrista del mundo cuando subraya:

Érase Europa y ahí se acaba toda la historia. Muy lejos de allí en el espacio y el tiempo, había algunas ‘grandes civilizaciones’, que sus textos, sus ruinas, alguna vez lazos de parentesco, de intercambio o de herencia con la antigüedad clásica, nuestra madre, o la amplitud de las masas humanas que opusieron a los poderes y a la mirada europeas, hacían que fuesen admitidas al margen del imperio de Clío...El resto: pueblos sin historia, como admitían el hombre de la calle, los manuales y la universidad. [...] la exclusión de tantos pueblos obedecía a dictámenes diversos. Ante todo, una idea recibida: nada había hecho de notable, nada había producido de duradero [...]

Al amparo de esta ideología dominante que triunfó e impuso sus patrones, se construyó:

- una metodología (presupuestos e instrumentos de análisis que han dominado tanto las tareas de investigación como docentes) para el estudio de todos los saberes;
- un sistema categorial que establece como dogma los parámetros europeos, entre los que se destacan, por ejemplo: lo relativo a las creencias religiosas, patrones culturales, formas políticas, la utilización de conceptos tales como tradición, modernidad, reinos, entre otros. Igualmente, sobresalen dos conceptos que se aplican universalmente: Estado Nación y reinos o imperios. Sin embargo, sus características son diferentes en las diversas regiones del mundo, más allá de tener algún rasgo semejante con Europa;

referentes de existencia y geográficas.² En este caso, la muestra más ilustrativa es el *descubrimiento* de América. Al respecto, (Chavolla, 2008) plantea que:

2 En el caso de Asia. Desde el punto de vista geográfico, una parte de Europa estaría en el

El error consistía en atribuir a un hecho dado en una cultura diferente, un valor habitual en la cultura europea. La crítica de esta forma de imperialismo cultural podía cuestionar la idea de universalidad de un concepto, las ideas de tiempo y espacio, e incluso la idea de racionalidad. Tomemos por ejemplo el concepto de 'descubrimiento de América': esta noción tiene un carácter fuertemente eurocéntrico en la medida en que indica que los territorios en cuestión eran nuevos para los europeos e implicaba también un juicio sobre la historicidad de los pueblos que vivieron allí antes de que éstos llegaran: o sea, la importancia de la vida y de los logros de estos pueblos en comparación con la forma en que Europa se veía y se interpretaba a sí misma. Se ha llegado incluso a decir que América no tenía historia antes de la llegada de los españoles;

- una concepción racista del *otro* pues, mientras los asiáticos se calificaban como exóticos, lo que no niega el esplendor de las sociedades y culturas de la mayoría de estos países, los africanos, sobre todo en la región subsahariana y también en América Latina, se calificaban como pueblos sin historia o salvajes; la desnaturalización y subordinación de la historia y la cultura del resto del mundo a los parámetros europeos. En primer lugar: tendencia a definir la realidad ajena por la ausencia de uno o de algunos elementos específicos de la del observador, es decir, de Europa. Esta modalidad califica al *otro* por lo que no es, antes de precisar lo que es. Ejemplo de ello lo es la calificación de los pueblos asiáticos y africanos como *no-blancos*. Esto, según Perrot y Preiswerk, (Toledo, 1996) equivale a llamar a las rosas y a los crisantemos como “no-tulipanes”, es decir, no dar ninguna indicación o caracterización específica sobre las sociedades no europeas, sobre su propia naturaleza y perspectiva;
- una proyección verdaderamente universal y paradigmática, en el sentido de que se les propone a los pueblos la imitación del modelo occidental. Sin embargo, en la práctica es antiuniversalista porque no se interesa en descubrir eventuales leyes generales de la evolución humana, ni en “buscar” las diferencias y peculiaridades de los “otros”;
- el establecimiento de relaciones internacionales *coloniales*, donde la mayoría se subordina a la minoría, aunque aparentemente no

hemisferio oriental. No obstante, los estudios europeos al referirse a las sociedades del este de Asia (Asia Oriental) las califican como Lejano Oriente, aquí cabría preguntarse ¿lejano con respecto a quién?, mientras Asia Occidental aún se identifica como Medio o Cercano Oriente.

fuese así. En ese contexto, un sistema multilateral, donde unos pocos establecen normas y mecanismos y mantiene la supremacía y protagonismo frente a la mayoría. (Álvarez Acosta, 2010)

El eurocentrismo valora positivamente la sociedad europea y aplica a los otros pueblos y sociedades conceptos, normas, criterios y medidas acorde con sus cánones. En ese sentido, se niega que el otro pueda ser diferente y proyecta sobre este su propia realidad, por lo que, al representar la ideología dominante, confiere un lugar superior al europeo y establece que las demás sociedades deben pasar por las mismas fases sucesivas para llegar al nivel de los europeos.

Por su parte, el *etnocentrismo* denota la manera en que un grupo, que se reconoce por su identidad cultural, se forma una imagen privilegiada de sí mismo y se adopta como ideología expansionista. De ahí nace el término etnocentrismo, que según Soto-Rodríguez (2005) designa una actitud colectiva que consiste en repudiar las formas culturales, llámense morales, religiosas, sociales, estéticas, que están alejadas de las propias.

Lo bárbaro, lo salvaje, son metáforas de la negación a la diversidad cultural y a todo aquello que no se conforme a las normas de la sociedad que las emplea. La clasificación y categorización de las sociedades -maduras, primitivas, civilizadas, etc., - forma parte también de la visión etnocentrista, es no tomar en cuenta la historia humana y el proceso de hominización.

En opinión de Samir Amin (Roffinelli, 2006) el eurocentrismo es un culturalismo y como todo culturalismo, supone la existencia de invariantes culturales que dan forma a los trayectos históricos (incomparables entre sí) de los diferentes pueblos.

Uno de los aspectos esenciales de la multiculturalidad es la valoración que hacemos del otro. La visión eurocentrista del mundo es incapaz de reconocer en otras culturas valores y factores, ya no superiores, simplemente no los reconocen. Es por ello que suscribimos que el etnocentrismo es la base sobre la que se fundamenta la visión eurocéntrica de la historia de la humanidad. Ejemplo claro de la práctica colonial. Esa concepción tergiversa hasta la propia evolución capitalista europea pues:

1. El discurso eurocéntrico proyecta una trayectoria histórica lineal que va desde la Grecia Clásica (occidental y democrática) hasta la Roma imperial y, a partir de entonces, a las capitales metropolitanas europeas y a los Estados Unidos. En todo caso se considera a Europa, sola y sin ayuda, como el motor del cambio histórico progresivo y se obvia el papel de los otros en

el proceso de acumulación y desarrollo del capitalismo hasta la actualidad.

2. Occidente se presenta como el paradigma de las instituciones democráticas y los derechos civiles.
3. El eurocentrismo minimiza las acciones del capitalismo europeo en la explotación colonial y neocolonial, mientras critica a los *otros* y los califica como de genocidas, bárbaros, entre otros calificativos.
4. El eurocentrismo se apropia de la producción material y cultural de los países no europeos, pero niega sus logros materiales y culturales. De esa forma consolida su paradigma cultural.
5. El eurocentrismo tiene un carácter *civilizatorio*, por lo que se interpretan como inevitables los sufrimientos o sacrificios (los costos) de la modernización de los pueblos *atrasados* (inmaduros).
6. El eurocentrismo niega cualquier vía alternativa de desarrollo que no sea a imagen y semejanza del modelo o proyecto dominante en los países del norte. (Álvarez Acosta, 2011)

La clase dominante (europea, estadounidense, occidental) imponía su ideología y cultura, por lo que el análisis de cualquier proceso más allá del modelo europeo, debía ser a su imagen y semejanza y bajo sus parámetros y concepciones. Sin embargo, como plantea (Amin, 1978) Europa es la excepción y no la regla.

El salto hacia el capitalismo en Europa transformó al mundo en su periferia, “pero la nueva cultura capitalista europea trató, persistentemente, de deformar la visión del origen del capitalismo (negándose a considerarlo a partir de una investigación de las leyes generales de la evolución de la sociedad humana). Así construyó un origen mitológico que asegura que “el milagro” del capitalismo no podía ser sino europeo. Todo el eurocentrismo reside en esta construcción mítica”. (Amin, en Roffinelli, 2006)

A ello se sumó, la visión del destino manifiesto, de superioridad del modelo; Estados Unidos se unió a Europa, como salvador y valedor de la democracia, los derechos humanos, en fin, muchos otros conceptos que tratan de validar la política hegemónica. Ahora, tal vez hasta de forma reforzada, el viejo “eurocentrismo” se convertía en el nuevo orden bajo el país del norte.

La colonización en la práctica

Los objetivos del eurocentrista han sido legitimar el dominio colonial y neocolonial, en virtud de un mandato histórico, pues las “razas” superiores deben tomar en sus manos la suerte de las inferiores para “corregir” sus defectos que son: la inferioridad congénita, la barbarie, el salvajismo, el paganismo, las costumbres extrañas y los hábitos exóticos propias de americanos, asiáticos y africanos, según la visión *civilizatoria* occidental.

Sin embargo, las diferencias de los patrones socioculturales de los diversos pueblos, determinaron un ritmo diferente en su avance, con pautas peculiares que, en alguna medida y en determinados períodos, pudieron presentar similitudes en algunos de los aspectos socioeconómicos europeos, pero, en ningún momento, fueron semejantes.

El surgimiento del capitalismo como sistema constituyó un cambio en el ritmo de los procesos socioeconómicos en las regiones americana y afroasiáticas, así como de su lugar y papel --de acuerdo a las condiciones en que se integraron a ese sistema y su posterior evolución-- a partir de las realidades y particularidades que presentaban en ese momento.

Desde su aparición, este sistema fue integrador y excluyente: los pueblos y países lo que posteriormente se calificó como sur, se integraron de forma periférica, a partir de las fórmulas coloniales y semicoloniales. Posteriormente, muchos tuvieron que soportar la dominación neocolonial.

El imperialismo afianzó las diferencias a nivel regional y el capital europeo consolidó su dominación en gran parte del mundo a través del sistema colonial. Fue en esos años que se completó la colonización en Asia y en África subsahariana, mientras los pueblos del Medio Oriente y parte de los de África del norte, estaban sometidos por el Imperio Turco Otomano, que fue cediendo ante el empuje de las potencias europeas, esencialmente Gran Bretaña, hasta su derrota en la 1ra Guerra Mundial, cuando el área se repartió entre Londres y París.

Paralelamente, América latina había logrado su independencia mucho antes, pero primero vendría Gran Bretaña y, posteriormente, Estados Unidos, que controlarían el quehacer de la región.³

En el proceso de expansión capitalista, esencialmente en su fase imperialista, algunos países pasaron a engrosar el mundo desarrollado,

3 Mientras Japón mantuvo su independencia y se convirtió en un país imperialista, rival de Europa y de Estados Unidos de América, hasta su derrota en la 2da Guerra Mundial.

otros el subdesarrollado. Esto estuvo determinado por las diferentes condiciones histórico-sociales de cada uno y su ubicación en el sistema mundial. Al referirse a ese proceso, Amin (1994) plantea que “el proceso de expansión mundial del capitalismo no es sólo un proceso de desarrollo, sino de destrucción [...] que tiene efectos inversos en los centros y en las periferias del sistema”.

Amin (1977) también señala: “Si la dependencia (...) se expresa en el plano internacional por una simetría y por la transferencia de valor (el intercambio desigual) que la acompaña, ésta se expresa también necesaria y simultáneamente, en el plano “interno”, por una transferencia en beneficio del modo capitalista periférico”.

El establecimiento de los vínculos metrópoli-colonia determinó, mayoritariamente, que los países sometidos se insertaran en el polo subdesarrollado.

La división internacional del trabajo es “expresión de una especialización internacional de la producción, instrumentada por los países capitalistas desarrollados para mantener su dominio y saqueo de los países subdesarrollados”. (Baró, 1979) Precisamente, el mundo colonial se incluyó a esa división como suministrador de materias primas y mercados para los productos europeos.

En la 2da posguerra, Estados Unidos de América emergió como líder del sistema capitalista y *apuntaló* a sus aliados, al tiempo que creaba un sistema que respondía a sus intereses, donde el Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI) desempeñaban un papel protagónico. Este sistema, a la larga, reforzó los niveles de dependencia de los países del sur.

En ese escenario, en la contención del comunismo se establecieron alianzas militares, se instrumentaron agresiones y se privilegió la ayuda a determinados países, para mostrarlos como opción ante el camino socialista. En la práctica, la Guerra Fría se tornó *caliente* en las regiones del Tercer Mundo.

Posteriormente, la caída del bloque socialista este europeo y la desintegración de la URSS, dieron paso al unilateralismo en las Relaciones Internacionales. Más recientemente, EEUU y sus aliados, han “legitimado” sus acciones agresivas a partir de la utilización de la ONU.

Los sucesos del 11 de septiembre de 2001 justificaron la doctrina de la guerra preventiva y la lucha contra el terrorismo, siendo protagónicos

en las acciones militares estadounidenses y de sus aliados, esencialmente a través de la OTAN.

Subdesarrollo, modernidad y tradición

También el eurocentrismo oculta otros aspectos y realidades del accionar colonialista. En este contexto, ha habido una escuela de pensamiento que explica por qué el subdesarrollo, Gunder Frank (1963) lo define, partiendo de que:

No es consecuencia de la supervivencia de instituciones arcaicas, de la falta de capitales en las regiones que se han mantenido alejadas del torrente de la historia del mundo, por el contrario, el subdesarrollo ha sido y es aun generado por el mismo proceso histórico que genera también el desarrollo económico del propio capitalismo.

De ahí nace la teoría de la dependencia, que aún política, economía y sociedad, por cuanto entiende la noción de subdesarrollo como una situación económica, social, política y cultural, en la cual se mezclan de forma negativa, el enclave, el monocultivo, el colonialismo interno y el llamado “dualismo” económico. “Estos diversos factores actúan unos sobre otros y configuran una situación de atraso y subdesarrollo, un círculo vicioso que es preciso romper para conseguir avanzar rumbo al desarrollo” (Dos Santos, 2003)

En resumen, el subdesarrollo expresa una deformación estructural, con una gran dependencia externa y una ubicación desfavorable y subordinada dentro de la división internacional del trabajo, donde se sobreexplotan los recursos naturales en función de las necesidades de los centros económicos más poderosos, lo que conduce al deterioro ambiental y, por supuesto, se afectan las bases del desarrollo económico actual y futuro. En la práctica, se agudiza la desestructuración socioeconómica.

Asimismo, las inversiones extranjeras (en función de la “soñada” industrialización) han afectado, entre otros aspectos, las producciones tradicionales, lo que ha sido una causa permanente del movimiento poblacional campo-ciudad.

A pesar de lo planteado hasta aquí sobre la realidad del subdesarrollo, el eurocentrismo exhibe la modernidad como paradigma. En el plano teórico, según Herrera (2007) la versión oficial de la modernidad se presenta como un proyecto liberador, destructor de viejas supersticiones, autoridades y tradiciones, y constructor de una epistemología que,

mezclando racionalismo y empirismo, posibilita al ser humano un creciente progreso mediante la búsqueda del conocimiento y la verdad.

La búsqueda de un conocimiento que permita el dominio de la realidad natural, la psique individual y las fuerzas sociales, todo ello con miras a emancipar y maximizar el potencial humano, sería el gran eje del accionar moderno.

En esta concepción eurocéntrica de modernidad, las periferias no aparecen. Por supuesto, este lenguaje y los acercamientos epistemológicos han estado en correspondencia con las necesidades de la burguesía europea -Occidental- en ascenso.

Concluye Herrera que, enfrentados a este panorama, la única manera de plantear estos temas sin caer en el eurocentrismo que domina su discusión, pasa por replantear la noción misma de modernidad, pues atenerse a su visión usual, que considera tan solo sus manifestaciones metropolitanas, nos obliga de antemano a concluir o que las periferias no participaron en la modernidad, o que su participación se reduce a haber estimulado o reforzado una modernidad que nunca surgió en ellas mismas.

Este autor define la modernidad como un proceso único, pero articulado alrededor de dos polos distinguibles, aunque interdependientes. El primero, y único cubierto por la versión usual, es el metropolitano. El segundo, bastante menos estudiado como polo activo de la modernidad, lo es el colonial.

Por lo que una primera conclusión *a priori* salta a la vista, debemos diferenciar la modernidad en el centro y en la periferia, pues con independencia de la omisión en el concepto de la modernidad del papel y lugar de las últimas, estas han desempeñado un lugar destacado y, en la práctica, sus acciones y aspiraciones, tal vez, fueron más revolucionarias y consecuentes con los paradigmas de la modernidad europea, pues en esas regiones -las coloniales- persistieron y se hicieron realidad la lucha por la libertad.

Stavenhagen (1991) y Abaga Edjang (2005) coinciden en que la modernización es un proceso mediante el cual una sociedad agraria se transforma en una sociedad industrial, mediante el uso y la aplicación del conocimiento científico y la tecnología. Incluye tendencias como: la industrialización, la urbanización, niveles crecientes de alfabetización, riqueza, educación, movilización social y estructuras ocupacionales más complejas y diversificadas.

Como se observa, la modernidad está concebida en función de seguir los pasos de Europa. Entonces, ¿cómo podemos definir la modernidad y la tradición para el tercer mundo?

Lo moderno (modernidad), abarca la impronta de la acción colonizadora, de marcado carácter capitalista, referido a las relaciones de producción de este tipo -en función de los intereses metropolitanos- y las consecuencias que generan en la estructura sociopolítica del entorno en que actúan y en las conciencias. Por lo que estamos en presencia de una modernidad periférica, que ha tributado de forma considerable al sistema, sobre todo a los polos desarrollados.

Para Gao Xian (Abaga Edjang, 2005) “la tradición es lo que la sociedad hereda de su historia, que forma las normas de moralidad, los conceptos de valor, los modos de comportamiento, los métodos de razonamiento, los estilos de vida, las costumbres y los hábitos, las ideas estéticas, etc”.

Entonces, la tradición, (tradicional) se concibe como la permanencia de lo autóctono, en su diversidad y particularidades, con su propia dinámica, que se manifiesta a través de la actividad económica, estructuras tradicionales de gobierno, la conciencia de pertenencia a un grupo o a una etnia, la reafirmación de su cultura, de su lengua, etcétera.

Esta realidad interactúa y se yuxtapone al engranaje moderno, lo que impacta en los propios rasgos de la tradición precapitalista y condiciona una tradición *diferente* en su interacción con la modernidad, pero, manteniendo como ejes básicos, o la tradición *más pura* a los sectores desvinculados de la égida capitalista, o una tradición que va incorporando —a través del acontecer histórico- peculiaridades de la modernidad periférica.

En la práctica, la modernidad (léase establecimiento y evolución de las relaciones capitalistas) se establecía en función del interés metropolitano, lo que condujo a serios problemas estructurales y a una posición desventajosa en la división internacional del trabajo. Mientras, la tradición (léase permanencia de las relaciones socioeconómicas no vinculadas o desarrolladas bajo la égida capitalista) se mantuvo en desventaja, pero continuó desempeñando un importante papel, no sólo en la supervivencia socioeconómica, sino en los valores propios y la identidad de esos pueblos.

El Estado

Otra categoría ampliamente polémica es la de Estado-nación. ¿Qué es el Estado?, ¿cómo surge?, ¿a qué intereses representa?, ¿qué es el Estado-nación?, ¿qué es el Estado milenario?

¿Qué factores han condicionado el Estado en el Sur? Pudieran seguirse estableciendo interrogantes, pero sería casi interminable y poco probable que se pudiera dar respuesta a cada una de ellas.

El desarrollo desigual en las diversas regiones del mundo determinó que el Estado tuviera diversas formas de organización y manifestaciones, tal vez sólo con una constante: el control de la minoría sobre la mayoría.

En Europa, con el surgimiento y desarrollo del capitalismo emergió lo que se define como Estado-nación. Amin (1968) plantea que Europa fue la excepción y no la regla, de aquí que en otras latitudes, las características del Estado y por qué no, de la nación, tuvieron otros derroteros.

La absolutización de esta entidad y el tratamiento universal que se le ha dado, tanto en teoría como en la práctica, obvia las realidades y peculiaridades de las regiones del sur.

Pongamos un ejemplo, en el caso de las sociedades milenarias, el Estado mantuvo sus estructuras, lo que se tradujo en comportamientos sociales y estatales muy peculiares que expresaban sus componentes, aún después de su inserción en el sistema capitalista y de que la tan *defendida* modernidad tocara sus puertas, a través de fórmulas coloniales y neocoloniales.

Ese Estado milenario, aún después de las independencias, al que se incorporan nuevos elementos y realidades *modernas*, han expresado de forma “diferente” lo que algunos denominan como el Estado-nación, tanto en los países que optaron por el capitalismo, como por el socialismo. Sólo un ejemplo sirva para esta afirmación: el denominado modelo confuciano en el este de Asia. Por esta y otras muchas razones, es preferible referirse sólo al Estado o, por qué no, el Estado milenario, para buscar las líneas diferenciadoras entre este y el Estado-nación europeo.

Tres elementos no pueden soslayarse al hacer esta aproximación al surgimiento, peculiaridades y evolución del Estado:

1. En el análisis de este fenómeno se obvian los rasgos particulares de las entidades nacionales más allá de las fronteras europeas, las peculiaridades de sus clases sociales, así como el aporte de

esas realidades -en continuidad o ruptura- a las características de los Estados actuales. Es necesario adentrarse en el mundo americano, mesoriental, africano o asiático precapitalista para comprender sus dinámicas propias y, a partir de ahí, lo que significó el impacto colonial en el reordenamiento estatal y en las situaciones conflictivas que impuso, hacia el interior y el exterior de los países.

2. En el contexto capitalista, el Estado (nacional) en los países coloniales no surgió como consecuencia de los intereses y lucha de la clase burguesa, sino, al contrario, las fórmulas establecidas impusieron, no el control de una clase explotadora erigida en fuerza rectora del Estado, sino un Estado colonial que respondía a los intereses socio-económicos y políticos de las metrópolis. En los países semicoloniales, como es el caso de los Estados milenarios, como China, se mantuvieron los niveles de control y dominación tradicionales.
3. Los países coloniales son capitalistas *diferentes*, tanto su base económica como su superestructura se corresponde sólo a lo que demandaba la metrópoli, por tanto, estamos en presencia de una “modernidad periférica”, lo que le confiere peculiaridades al Estado contemporáneo.

Por último, el Estado en otras latitudes como en América Latina es *made in* occidente, pero, aunque se califica como democrático, tiene particulares que lo hacen diferente a los del Norte, esencialmente, a partir de los propios componentes de clases, estructuras y alianzas, sobre todo, con EEUU, además de la injerencia de este último en los asuntos internos de los países latinoamericanos.

Algunas ideas finales

El debate sobre la descolonización de las Relaciones Internacionales (RI) cuenta con una amplia gama de pensadores críticos que han cuestionado el eurocentrismo, el racismo epistémico y las estructuras de poder colonial en el sistema internacional, así como la proyección y percepciones sobre las relaciones internacionales. Paralelamente, llaman a la puesta en práctica de un constructo epistémico y práctico que sea objetivo e integre los elementos, características y acciones válidas teóricas y prácticas.

En ese contexto, desmitificar el enfoque y práctica eurocentrista es cardinal. El eurocentrismo es una perspectiva que sitúa a Europa (y, por extensión, a Occidente) como el centro de la historia, la cultura y el desarrollo mundial, que menosprecia e ignora las contribuciones de otros pueblos. Europa como la cuna de la civilización, el progreso y la racionalidad, manifiesta su superioridad cultural y racial.

Asimismo, interpreta el devenir de la humanidad de forma lineal, con un camino unidireccional hacia el “progreso”: el europeo, o sea la universalización de la modernidad europea como el único camino. Se asume que conceptos como democracia y capitalismo (en su forma occidental) son universales y superiores. La “pureza” cultural europea se impone.

El eurocentrismo es una distorsión histórica, Europa no fue la única civilización en alcanzar el progreso. El desarrollo capitalista y, por ejemplo, la revolución industrial no fue un milagro europeo, sino el resultado de la explotación colonial.

El capitalismo como sistema eurocéntrico impuso el colonialismo, como forma de saqueo y explotación que conllevó a la división internacional del trabajo, con una subsecuente desigualdad estructural, que implantó el subdesarrollo, el centro y la periferia. El capitalismo global subordina a estas últimas en lugar de integrarlas en igualdad.

El colonialismo tenía una “misión civilizadora”, pero el subdesarrollo no es un estado natural, sino el resultado de estructuras coloniales y neocoloniales que perpetuaron la dependencia económica y cultural. No obstante, la expansión colonial se justificó como un deber moral de llevar la “civilización” a otros pueblos.

La modernidad se ha presentado como sinónimo de progreso, mientras que lo “tradicional” se asoció con atraso, justificando la dominación colonial. La descolonización implica cuestionar esta jerarquía y revalorizar saberes locales, cosmovisiones no occidentales y formas alternativas de entender el desarrollo.

El orden basado en Estados-nación es una construcción europea impuesta colonialmente, ignorando otras formas de organización política. Mientras, las categorías como “soberanía” o “desarrollo” se presentan como universales, cuando en realidad son productos de la modernidad/colonialidad occidental.

En ese contexto, las RI se han basado en el eurocentrismo y la universalización del conocimiento, las mismas se han construido sobre

experiencias históricas y teóricas europeas y estadounidenses, ignorando otras formas de conocimiento (indígenas, africanas, asiáticas, etc.).

En la práctica se ha invisibilizado otras epistemologías y experiencias. Las voces de los países subdesarrollados (sur global) han sido marginalizadas en la teoría y en la práctica, a la vez, que se reproducen lógicas coloniales al justificar jerarquías entre Estados o pueblos, con visiones paternalistas como el deber de *injerencia* humanitaria.

Las RI se presentan como “apolíticas” o neutrales, pero en realidad ocultan intereses de poder. Además, hay subalternización de actores no occidentales. Los pueblos indígenas, movimientos sociales del Sur o formas de organización no estatales son tratados como “casos exóticos”, no como sujetos válidos.

En este ámbito, la colonialidad de las RI han sido un instrumento de poder que naturaliza la dominación occidental. Es necesario cuestionar las bases coloniales del sistema internacional. Hay que lograr un pluralismo epistémico y político.

Las RI deben dejar de ser un “monólogo occidental” para convertirse en un diálogo intercultural. Debe reconocerse que no hay un único camino hacia el desarrollo, la seguridad o la paz: la diversidad de experiencias históricas y culturales enriquece el análisis y los caminos a seguir.

Hay que transformar el poder, los derechos y la representación. La descolonización no es solo un tema de “incluir” al otro, sino de transformar las estructuras de poder globales. Ello implica deconstruir mitos como la superioridad occidental, el progreso lineal y la inevitabilidad del capitalismo global. El futuro de las RI depende de su capacidad para integrar justicia cognitiva, equidad histórica y alternativas civilizatorias, o sea, ir más allá de los paradigmas occidentales que, en la práctica, han demostrado estar en crisis.

Referencias bibliográficas

Abaga Edjang, Fernando (2005) “El marco conceptual para el estudio de los problemas étnicos” en Kabunda Badi, Mbuyi y Caranci, Carlos a. (coords.) *Etnias, Estado y Poder en África*, España: servicio central de publicaciones del Gobierno Vasco.

Álvarez Acosta, María Elena (2010) Coordinadora: *Historia y Cultura Universales* (en tres tomos). Instituto Superior de Relaciones Internacionales.

Álvarez Acosta, María Elena (2011): *África subsahariana: sistema capitalista y relaciones internacionales*. Coordinadora. CLACSO. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20120312101517/africa-subsahariana.pdf>

Amin, Samir (1968) *The Arab Nation*, Zed Press Ltd, 57 Caledonia, Road, London

Amin, Samir (1977) *¿Cómo funciona el capitalismo? El intercambio desigual y la ley del valor*. Siglo XXI editores

Amin, Samir (1989) *El Eurocentrismo. Crítica de una ideología*, Editorial Siglo XXI

Amin, Samir (1994) *El fracaso del Desarrollo en África y en el Tercer Mundo: un análisis político*. IEPALA

Amin, Samir (2006) “*Las derivas de la modernidad. El caso de África y el mundo árabe*”, en Borón, Atilio y Lechini, Gladys: *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Asia y América Latina*, CLACSO. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14121/1/lechini_3.pdf

Baró, Silvio (1979) “El neocolonialismo económico en África” en Entralgo, Armando (comp.) *África*, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales

Chavolla Arturo (2008) *El eurocentrismo: una ideología de dominación*. Bibliografía Latinoamericana, Universidad de Guadalajara. disponible en <https://biblat.unam.mx/es/revista/pensares-y-quehaceres/articulo/el-eurocentrismo-una-ideologia-de-dominacion>

Dos Santos, Theotonio (2003) *La teoría de la dependencia. Balance y Perspectiva*. Plaza Janés. <https://repositorio.esocite.la/884/1/DosSantos-2003-Teor%C3%ADaDeDependencia.pdf>

Dussel, Enrique (2000): *Europa, modernidad y eurocentrismo*. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708040738/4_dussel.pdf

González, Roberto (1990) *Teoría de las Relaciones Políticas Internacionales*. Editorial Pueblo y Educación

Gunder-Frank, Andre (1963) *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. América Latina, siglo XXI editores. <http://digamo.free.fr/agfrank67.pdf>

Herrera, Bernal (2007) *Las dos caras de la moneda: Modernidad colonial y metropolitana*. San José, Departamento Ecuménico de Investigaciones.

Editorial/Editor. <https://core.ac.uk/download/pdf/35227151.pdf> Novack, George (2005). *La ley del desarrollo desigual y combinado de la sociedad*, http://www.nodo50.org/ciencia_popular/articulos/Novack.htm

Quijano, Aníbal (2014) “*Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*”. CLACSO. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507042402/eje3-8.pdf>

Quijano, Anibal (2007) *Colonialidad del poder y clasificación social*, CLACSO. <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>

Quintero, Pablo y Petz, Ivanna (2009) *Refractando la modernidad desde la colonialidad Sobre la configuración de un locus epistémico desde la geopolítica del conocimiento y la diferencia colonial*. Universidad de Granada. https://www.ugr.es/~pwlac/G25_52Pablo_Quintero-Ivanna_Petz.html

Roffinelli, Gabriela (2006) *La teoría del sistema capitalista mundial. Una aproximación al pensamiento de Samir Amin*, segunda edición, Editorial de Ciencias Sociales

Soto-Rodriguez, Omar (2005) *Etnocentrismo y relativismo cultura*. <http://omsoro.blogspot.com/2005/10/etnocentrismo-y-relativismo-cultural.html>

Stavenhagen, Rodolfo (1991) “*Los conflictos étnicos y sus repercusiones en la sociedad internacional*”. RICS (unEesco), Vol.Xliii, nº 1. <http://www.unesco.org/issj/rics157/stavenhagenspa.html>

Toledo, Daniel J (1996) *Asia y África en la historia: enfoques, imágenes y estereotipos. Asia y África en la Historia*, Universidad Autónoma Metropolitana, México,

Wallerstein Immanuel (1979) *El moderno sistema mundial*, siglo XXI.

El Buen Vivir como aporte popular latinoamericano para construcción de alternativas epistémicas en las relaciones internacionales

Buen Vivir as a Latin American popular contribution to the construction of epistemic alternatives in international relations

O Bem Viver como contribuição popular latino-americana para a construção de alternativas epistêmicas nas relações internacionais

Virgínia Santiago dos Santos Góes (ICAL)

RESUMEN: El presente artículo es presentado con la intención de debatir como la disciplina de las Relaciones Internacionales (RI) fue construida con fuertes bases del conocimiento moderno y colonial y cuestionar algunos de sus ejes tradicionales. Para eso, el texto parte de la consideración de que existen sujetos y saberes desatendidos por la lógica epistémica clásica de la disciplina y que hay diversas contribuciones a la comprensión de lo internacional que parten de bases comunitarias y contrahegemónicas, entre los que destaca el Buen Vivir como aporte popular latinoamericano que permite mirar a otras formas de construcción del conocimiento.

PALABRAS CLAVE: buen vivir; relaciones internacionales; resistencia; alternativa epistémica.

Abstract: This article is presented with the intention of discussing how the discipline of International Relations (IR) was built on strong foundations of modern and colonial knowledge and questioning some of its traditional pillars. To this end, the text starts from the consideration that there are subjects and forms of knowledge neglected by the classical epistemic logic of the discipline and that there are various contributions to the understanding of the international that stem from community-based and counter-hegemonic foundations, among which the concept of Buen Vivir stands out as a Latin American popular contribution that allows us to envision other ways of constructing knowledge.

KEYWORDS: buen vivir; international relations; resistance; epistemic alternative.

RESUMO: O presente artigo é apresentado com a intenção de debater como a disciplina de Relações Internacionais (RI) foi construída com fortes bases do conhecimento moderno e colonial e questionar alguns de seus eixos tradicionais. Para isso, o texto parte da consideração de que existem sujeitos e saberes desatendidos pela lógica epistêmica clássica da disciplina e que há diversas contribuições para a compreensão do internacional que partem de bases comunitárias e contra-hegemônicas, entre as quais se destaca o Bem Viver como aporte popular latino-americano que permite olhar para outras formas de construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: bem viver; relações internacionais; resistência; alternativa epistêmica.

Introducción

El objetivo central de esta propuesta analítica es comprender la disciplina de las Relaciones Internacionales desde las propuestas de resistencia material y epistémica al sistema vigente, considerando que existen profundos aportes de las luchas populares de los pueblos indígenas a esta área del conocimiento. En este sentido, se elige al Buen Vivir como un aporte central para la comprensión que aquí se pretende, una vez que aporta diversos elementos al cuestionamiento de las Relaciones Internacionales tradicionales y permite visualizar otra forma de construcción del conocimiento en el área.

Es necesario destacar nuestro lugar de enunciación y las dificultades que implica abordar un tema de base indígena, no siendo un sujeto indígena. Esta complejidad está latente en todo el texto, visualizada en la dificultad de encontrar lenguaje suficiente para describir al indígena en profundidad y no hay intención de enmascarar estas dificultades.

El problema central se sintetiza en la siguiente pregunta: ¿Cómo pensar las Relaciones Internacionales más allá de las cadenas del conocimiento moderno y desde los pueblos latinoamericanos?

La tesis principal de este trabajo gira alrededor de la consideración de que el Buen Vivir representa una alternativa epistémica más allá de las temáticas comúnmente relacionadas a él, y que trae grandes aportes al campo de las RI ya que diversos de sus fundamentos permiten cuestionar algunos de los conceptos clásicos de la disciplina y apuntan a posibilidades de construcción y edificación de otros mundos desde la experiencia y el conocimiento comunitario.

El trabajo se dividirá en algunas partes para una mejor comprensión y profundización analítica. En primer lugar, analizaremos, desde una perspectiva crítica, algunos de los principales conceptos de la disciplina de las Relaciones Internacionales, cuestionando su cristalización y naturalización actual en la academia. En un segundo momento, analizaremos el Buen Vivir y sus principales concepciones. En el tercer momento, relacionaremos los dos anteriores, tratando de analizar la contribución del Buen Vivir a las Relaciones Internacionales.

Teniendo en cuenta los objetivos y el problema central presentados anteriormente, el tema de este trabajo se desarrollará desde cuestiones e inquietudes diversas y transversales, sin apego a una sola área específica del conocimiento, ya que se cuestiona la moderna separación categorial de los saberes. Para la construcción del análisis, se utiliza una metodología conceptual-bibliográfica y metateórica.

En primer lugar, parece necesario un pequeño ejercicio abstracto-analítico para que sintonicemos con el lugar de enunciación aquí latente. Imaginemos, por un momento, el tradicional mapa *mundi*, aquel a partir del cual tomamos contacto con la idea de que existen diversas localidades en el globo. Sin embargo, debido a su construcción eurocéntrica, ligada a sus propias intencionalidades y al poder narrativo de la historia, no representa efectivamente la pluralidad de visiones sobre el mundo, demostrando y propagando así una idea local como universal, subalternando otras cartografías y epistemologías. En lugar del mapa *mundi*, en este trabajo partimos de la visualización del mundo como un ovillo de lana, donde las relaciones están tan fuertemente enredadas y entretejidas que la supuesta comprensión del todo se vuelve superficial sin asumir su complejidad y relación con las esferas locales y regionales.

Es en este sentido que el desarrollo de nuestra propuesta analítica se basa en marcos teóricos y metodológicos plurales.

Las Relaciones Internacionales y su problema epistémico: ¿reproducción disciplinaria de las contradicciones del conocimiento moderno?

Según Érica Resende (2010, 17)

En las dos últimas décadas del siglo XX, el campo de las RRII se encontró en una especie de encrucijada. Si, por un lado, las teorías dominantes en sus vertientes realista y liberal convergían en las explicaciones de los fenómenos de la realidad internacional en la llamada “Síntesis Neo-Neo”, por otro, el inesperado e imprevisto fin de la Guerra Fría

llevó a reconocer que era necesario repensar esas mismas teorías. Más concretamente, era necesario repensar las premisas del propio campo.

Las Relaciones Internacionales, pese los estudios contemporáneos que pretenden escapar a esta lógica, se constituyeron y consolidaron con bases muy rígidas en conceptos modernos de dos de sus áreas “madre”: la Ciencia Política y la Economía. Elaboraciones teóricas y conceptuales como el *estado de naturaleza*, el *contrato social*, el *monopolio legítimo de la violencia*, el *liberalismo económico*, la *anarquía internacional*, por nombrar algunas, tienen como núcleo las relaciones coloniales que Europa Occidental mantuvo con otros lugares del mundo.

Es fácilmente comprobable que el mencionado vínculo apenas se menciona en los cursos de grado, teniendo un poco más de espacio en algunos centros de investigación dedicados a la agenda internacional. Es sensato identificar que temas que podríamos considerar relacionados con el “Sur” son analizados sin la necesaria deconstrucción de los conceptos hegemónicos centrales el campo de las RI.

El predominio de las perspectivas *racionalistas* en los estudios de Relaciones Internacionales - las más fuertemente vinculadas a las modernas estructuras del conocimiento - es uno de los aspectos a subrayar como definidores de los caminos disciplinares tomados por las RI a lo largo de las décadas. Entendidas como cargadas de influencia positivista y racionalista, y con importantes trazos de empirismo en cuanto a los enfoques metodológicos, las teorías clásicas de las RI, especialmente el realismo y el liberalismo, librarían fuertes debates con las nuevas perspectivas, denominadas por algunas personas como *reflexivismo*, que comienzan a surgir en el área, especialmente aquellas que tienen como foco principal la deconstrucción de nociones antes inamovibles como la anarquía y el Estado-nación.

Preocupados sobre todo por reflexionar críticamente sobre los procesos de producción de conocimiento y sus respectivas implicaciones para la vida humana, los críticos “reflexivistas” se han mostrado capaces de volver a situar la cuestión de la ética en el centro del debate de las RI (Resende, 2010, 19).

La centralidad que aún se concede al Estado como actor del sistema internacional es defendida por diversos teóricos adeptos a las concepciones clásicas de las RI, con la justificación de que este actor realiza un comportamiento racional, basado en intereses individuales, que, en el sistema internacional, resultaría en la anarquía, debido al juego de consecución de estos objetivos. La idea de que en el sistema internacional

prevalece el principio de autoayuda y competencia acaba transponiéndose a las relaciones culturales, haciendo que el sometimiento se naturalice y se considere parte aceptable de esta dinámica racionalista. Otra consecuencia de esta racionalización de las RI es el predominio de la investigación acerca de aspectos de seguridad y defensa.

Robbie Shilliam (2011) señala que, desde el episodio del 11 de septiembre de 2001, las Relaciones Internacionales se han centrado principalmente en la “guerra contra el terror” y sus consecuencias para Occidente. Tal dirección de enfoque no se lleva a cabo en solitario, por el contrario, sucede debido a un conjunto de elementos discursivos utilizados por la academia y refleja la propia realidad internacional, perfilada a partir del pensamiento occidental y sus propuestas políticas.

Para Arlene Tickner y David Blaney (2013, p. 212), las herramientas conceptuales y las categorías analíticas utilizadas en Relaciones Internacionales proporcionan poca preparación para comprender problemas globales realmente importantes, que cuestionan la disposición “centro-periferia” de la propia disciplina. Para los autores, las RI se asumen, directa o indirectamente, como universales. Su carácter universalizador hace que siga ciertos conceptos en todo el mundo, impidiendo una mayor diversidad de estudios y producción de conocimiento en el campo. Este carácter casi dogmático de la disciplina hace que muchos estudios que escapan a dicha dinámica disciplinar sean desestimados como no académicos, o como no pertenecientes al campo de las Relaciones Internacionales.

... hay voces, actualmente invisibles, a las que se resiste a considerar como parte de la disciplina de las Relaciones Internacionales, incluso cuando iluminan asuntos globales. Dicho de otro modo, el trabajo por hacer sería cuestionar no solo el dominio occidental sobre las Relaciones Internacionales, sino también la autoridad que la disciplina reclama en cuanto productora de conocimiento sobre la política mundial (Tickner y Blaney, 2013, 213).

Al proponer el descentramiento de la producción de conocimiento en el campo, Tickner y Blaney (2013) se refieren a una característica importante y sintomática de las RI: el predominio de formulaciones teóricas provenientes de países del “Norte”, especialmente Estados Unidos e Inglaterra. Como se señaló anteriormente, la adopción de categorías analíticas y formulaciones conceptuales occidentales refleja la propia dinámica de poder de este campo investigativo, por lo que resulta imprescindible retomar su proceso de consolidación en las Ciencias Humanas.

En línea con esta perspectiva, Naeem Inayatullah y David L. Blaney (2004) identifican que los estudios del llamado “Sur” se demandan sólo para recabar información y datos sobre él y no para el desarrollo de teorías de política internacional que escapen a la lógica occidental. Al analizar las Relaciones Internacionales y la Economía Política Internacional desde la perspectiva de la “periferia”, proponen romper con esta tendencia a separar información y teoría e identifican que la cultura occidental tiene una historia de no entender las diferencias globales, tanto en la formulación de políticas como en el análisis académico.

Tickner y Blaney (2013, 221) complementan esta línea de pensamiento señalando que un problema de producción de conocimiento de RI en la “periferia” suele ser meramente localizado, y no se le da la importancia debida a las formulaciones teóricas que surgen de él. En sus palabras, para el “centro”, la producción académica de la “periferia”, “en el mejor de los casos, sirve como ‘informante nativo’ de la gran narrativa construida por los teóricos del centro. En el peor, se la ve como irrelevante para la producción de conocimiento dentro de las Relaciones Internacionales”.

Las Relaciones Internacionales como disciplina, creada con base en conceptos modernos, tiene en su constitución el legado colonial. Para Inayatullah y Blaney (2004, viii-ix), las RI no podrán encontrar su propósito como estudio de la diferencia - una teoría de lo internacional como relaciones interculturales - hasta que nos enfrentemos a este legado”. El formato de las RI, siendo uno de los legados del proyecto colonial, acaba por no discutir la cuestión de la “diferencia”. Enfrentarse al legado colonial de las RRII significa deconstruir conceptos naturalizados, que ignoran la multiplicidad cultural existente en el globo. De este modo, se podrían identificar posibles recursos de los pueblos marginados para desarrollar unas RI posoccidentales y anticapitalistas.

Es importante entender la colonización como un punto de inflexión para analizar lo que es el Occidente hoy, porque este encuentro entre culturas fue decisivo para configurar lo que corresponde al modelo occidental y lo que es apropiado por los intereses occidentales, posicionando lo comunitario como un lugar de experiencias y conceptos locales e internacionales. Este proceso fue muy importante en la construcción de las identidades de las partes involucradas. En este sentido, podemos identificar que las normas y modelos occidentales - entendiendo como predominantes los estadounidenses y europeos - se apoyan en la diferencia

con otras localidades para reafirmar su supuesta pertinencia como modelo universal. Un ejemplo de ello es la consideración de que los países africanos, del sureste asiático y latinoamericanos representan realidades que deben ser modificadas, pero por el modelo predominante. Esta consideración que orienta varios proyectos internacionales tiene como núcleo la dicotomía “civilización” *versus* “barbarie”, la estereotipación basada en categorías binarias y modernas que diferencian un “yo” de un “otro” y los colocan como excluyentes. Estas construcciones imaginativas del entorno social coinciden con el discurso colonial y orientan la diferenciación a escala internacional en la medida en que avalan la división entre aspectos internos y aspectos externos, entre nativo y extranjero.

Surgen, pues, diversas perspectivas para denunciar las RI como hechas en el Occidente y para el Occidente por medio de sus prácticas y formaciones discursivas. Al identificar que la dinámica del poder está estrechamente relacionada con esta concentración del saber, ponen en juicio la epistemología de las Relaciones Internacionales. Así, en el campo de las RI, estos análisis cuestionadores del legado colonial surgen de la insatisfacción con su enfoque tradicional, que privilegia la *alta política*, los Estados nacionales como actores centrales, las concepciones de equilibrio de poder, cooperación vertical y desarrollo liberal, por nombrar algunos (Abrahamsen, 2007).

La dinámica internacional es un ejemplo de los fuertes vestigios de las normas coloniales en la contemporaneidad, que bien puede analizarse mediante la disposición discursiva de “Primer” y “Tercer” mundos, cuyo trasfondo se encuentra en la configuración jerárquica del globo. Para Ania Loomba (1998, 12), no podemos desconsiderar la importancia de la descolonización formal ni el hecho de que las relaciones desiguales del dominio colonial se reinscriban en los desequilibrios contemporáneos. El vestigio colonial es algo más que una característica del sistema internacional contemporáneo; sigue delineando agendas y programas en los foros multilaterales, en las instituciones y, en consecuencia, en la formulación de las prácticas.

Las nociones cargadas de influencia colonial son habituales hoy en día. Nuestro sistema internacional sigue siendo colonizador para los centros de poder y colonizador para quienes se ven influenciados por ese poder.

Las relaciones internacionales como prácticas sociales reflejan los modelos institucionales y discursivos del Occidente. En este sentido,

nociones como “desarrollo” traen el carácter lineal de la historia, y sus puntos de llegada deben ser las condiciones de vida presentes en el “Norte”. Para Rita Abrahamsen, esta visión caracteriza al “Sur” como incapaz de autodeterminación y autogestión. Basarse en este marco desarrollista del “Norte” resulta, entre otras cosas, en una legitimación de las políticas intervencionistas (2007, 116).

En un panorama más general, podemos señalar la dificultad que tiene el núcleo duro de las Relaciones Internacionales para formular conceptos y prácticas verdaderamente horizontales, que confronten las diferencias y las incluyan en los procesos de toma de decisiones, teniendo en cuenta la necesidad de cuestionar dicotomías aún muy presentes en la dinámica internacional. Para la mencionada confrontación - de carácter constructivo, no belicista - las interacciones culturales deberían formar parte del ámbito central de las instituciones internacionales, y más que eso, deberían componer la agenda investigativa de las Relaciones Internacionales como disciplina, en la medida en que proporciona marcos desatendidos por otros ejes analíticos más clásicos. Las RI como disciplina no evalúan (salvo muy finamente) la calidad de las interacciones culturales que conforman y son conformadas por las estructuras y procesos cambiantes del sistema internacional” (Inayatullah y Blaney, 2004, 1).

Cuando comprendemos la interacción directa entre los procesos culturales y las delineaciones del sistema internacional, cambia la lente a través de la cual podemos ver el mundo. Se empieza a entender las RI como parte constitutiva de la realidad local, de la dinámica típica de las microesferas. Los análisis académicos son diferentes afuera del Occidente, debido a las condiciones sociales, experiencias, procesos históricos, prácticas culturales, entre otros aspectos. Es esencial destacar estos estudios no occidentales para cuestionar las RI contemporáneas y hacer de esta disciplina un área más plural.

Los análisis críticos de las Relaciones Internacionales aquí expresados son valiosos para cuestionar las bases tradicionales de la disciplina, pero resultan insuficientes para comprender las realidades latinoamericanas, especialmente las que surgen de los sujetos y colectividades populares. Siguen centrando a la academia en los debates, posicionándola como vanguardia de la crítica social. Los análisis que buscan aportes a la disciplina de las RI desde las bases comunitarias, desde las experiencias cotidianas y sus propias formulaciones epistémicas, otorgando igual validez y peso en el debate sobre lo internacional, aún son considerados tímidos.

En este sentido, en la siguiente sección se abordará el Buen Vivir, sus principales puntos y aportes generales para luego abordar sus principales aportes a las RI. Hemos optado por analizar el Buen Vivir como otra forma de mirar el mundo desde las realidades populares.

Buen Vivir: ¿panorama de una alternativa posoccidental?

En primer lugar, debemos destacar que este trabajo comparte la posición de que el Buen Vivir es una visión indígena que no se restringe al mundo indígena, ya que cuestiona la inevitabilidad del modo de vida hegemónico, posibilitando así la desestabilización de los fundamentos del pensamiento moderno y de las relaciones formadas en el actual sistema-mundo. En este sentido, el Buen Vivir no se construye como una categoría en los moldes modernos. Inferimos esto porque, al basarse en epistemologías indígenas, no pretende estar herméticamente cerrado, como una bola de billar conceptual. Por lo tanto, cuando hablamos de conceptos del Buen Vivir, flexibilizamos este término, una vez que no son aportes basados en estructuras modernas del conocimiento. Buen Vivir representa, por lo tanto, una construcción abiertamente propositiva para la materialidad de la existencia, no sólo humana, sino de la vida en plenitud.

Se destaca que partimos del Buen Vivir no como una estructura normativa presente en las Constituciones boliviana y ecuatoriana, sino como uno de los ejes principales de la lucha indígena contra el neoliberalismo, eje que proviene de un rescate a la memoria de los pueblos originarios (Simbaña, 2011).

Sumak Kawsay (en quechua), Sumak Qamaña (en aymara): Buen Vivir, o Vivir Bien, puede abordarse como la idea/práctica de vivir en plenitud, de convivir plenamente con la comunidad y con la naturaleza. No hay sentido de vida individual, apartada ontológicamente de la naturaleza; la vida es una relación causal, una categoría ética y afectiva. No hay vida que no sea relacional, la existencia se hace en el otro y con el otro. Además, la propia idea de un “otro” es diferente de la categorización moderno-colonial de la jerarquía, ya que aquí el sujeto se construye y se identifica con el todo. Hay, pues, una desconexión con la idea de vivir mejor que el otro en términos capitalistas, ya que esto conduce a la marginación y a la explotación. Considera, por último, que no se puede vivir bien si no es con todos.

En resumen, podemos considerar Buen Vivir/Vivir Bien como

la satisfacción de las necesidades, la consecución de una calidad de vida y muerte dignas, el amar y ser amado, y el florecimiento saludable de todos, en paz y armonía con la naturaleza, para la propagación de las culturas humanas y de la biodiversidad (Ramírez, 2010 como se citó en Simbaña, 2011, 219).

El Buen Vivir es considerado como un conjunto de prácticas y saberes que trascienden el mundo indígena, porque aporta elementos de lucha y resistencia a la estructura material y epistémica de la modernidad. Entendemos aquí la modernidad como inseparable de su otra cara, la colonialidad (Mignolo, 2011), que jerarquiza seres y saberes, categoriza y moldea estos últimos, y nombra la diferencia a partir de conceptos occidentales defendidos como universales. La modernidad-colonialidad, al encontrarse con el sistema capitalista, asume sus premisas, como la propiedad privada, cristalizando un concepto como supuesto “derecho natural”.

Con la fase neoliberal del capitalismo, las contradicciones de este sistema-mundo moderno (Wallerstein, 1996) laten con más intensidad e intensifican no sólo las desigualdades de condiciones materiales entre sujetos y colectividades, sino también las desigualdades de condiciones materiales entre los diferentes grupos sociales alrededor del globo, así como posicionar la “diferencia” en tres posibles lugares del sistema: apropiación, invizibilización o confrontación. Respecto a este último, los discursos de odio, de combate a las diferencias y consecuentemente a sus representantes son fácilmente verificables en los espacios comunes, pero la academia no está exenta de ellos. Discursos como el del “choque de civilizaciones” (Huntington, 1997), no hacen más que evidenciar los intentos académicos de justificar una hegemonía basada en preconceptos arraigados en matrices coloniales y binarias de oposición a la diferencia. La apropiación, por su parte, es más compleja y fluida, ya que se realiza con diferentes instrumentos discursivos, al tiempo que mantiene las estructuras materiales de la desigualdad. Finalmente, la invizibilización, a la vez que niega a los sujetos y sus saberes, habilita lugares de resistencia e impugnación del sistema precisamente porque los posiciona en la exterioridad (Dussel, 1985).

Estos “lugares” son en realidad “lugares” que emergen en distintas formas pero siempre desde la “exterioridad” (colonial) de la Totalidad. Esto es, desde la exterioridad entendida como el afuera de una Totalidad que pretende ocuparlo todo y, al hacerlo, margina y oculta lo que niega, pero no lo destruye, no puede aniquilarlo. La exterioridad es pues el lugar donde surge la voz que hace visible lo que la Totalidad ocultó (Mignolo, 2001).

En este conjunto de problemas, el movimiento indígena se sitúa, pues, como resistente no sólo a la lógica colonial imperante en la contemporaneidad - una lógica que sigue jerarquizando sujetos, localidades y saberes -, sino también como resistente al propio neoliberalismo como cara actual del capitalismo.

Durante el ajuste estructural en la década de los 1990, la resistencia antineoliberal se concentra en la lucha contra los tratados de libre comercio. La movilización cuestiona el discurso neoliberal que se presenta como una respuesta definitiva a la crisis permanente de Latinoamérica; es decir, mediante la entrada al mercado mundial y la globalización. Para los neoliberales, éste era el único camino posible hacia el progreso y el desarrollo. Este discurso, además de sus referencias y promesas de libertad y democracia, hacía énfasis en un modelo económico de abundancia y de libre acceso a la modernización (en particular la tecnológica), de flujo de alimentos, etc. El movimiento indígena y campesino tuvo que denunciar y combatir este discurso, alrededor del cual desplegó sus propuestas alternativas (Simbaña, 2011).

Es en este complejo contexto que Buen Vivir sintetiza las propuestas antineoliberales de los movimientos indígenas y de América Latina, una respuesta llena de elementos y postulados que rompen con la separación entre teoría y praxis. “Muy rápidamente los movimientos indígenas entendieron que ellos también formaban parte de las víctimas de la fase neoliberal del capitalismo y para expresar sus luchas, buscaron conceptos opuestos a esta lógica (Simbaña, 2011 como se citó en Houtart, 2011, 59). Con un escenario complejo al que resistir, el Buen Vivir representa así algo en constante construcción, donde está en juego la propia existencia (Gudynas y Acosta, 2011).

François Houtart (2011, 59), señala que el Buen Vivir traduce la existencia de un espacio comunitario “en donde existe reciprocidad, convivencia con la naturaleza, responsabilidad social, consenso”. Podemos considerar que esta es una de las bases anticapitalistas del Buen Vivir, ya que se cuestiona ideas básicas del capitalismo, como la propiedad privada, posicionando el comunitarismo y la reciprocidad como dos de los fundamentos para la construcción y el sano mantenimiento de la vida.

David Choquehuanca (2010, 8) nos aporta importantes elementos en este sentido: “Vivir Bien es vivir en comunidad, en hermandad, y especialmente en complementariedad. Donde no haya explotados ni explotadores, donde no haya excluidos ni quienes excluyan, donde no haya marginados ni marginadores”. Verificamos así una fuerte posición

anticapitalista posibilitada por el Buen Vivir, al cuestionar la lógica de explotación y marginación perpetrada por el sistema actual.

La fortísima contribución basada en experiencias populares verificadas en la síntesis del Buen Vivir - salvaguardando las diferencias de cada cosmovisión - posiciona al movimiento indígena como sujeto popular revolucionario (Friggeri, 2012) y, en consecuencia, cuestiona y desnaturaliza la modernidad como proyecto civilizatorio irreversible y el capitalismo como sistema inevitable.

Finalmente, el Buen Vivir representa un proyecto político desde el movimiento indígena (Simbaña, 2011), un proyecto económico solidario alternativo al desarrollo (Acosta, 2015), cuestionador de la inevitabilidad del sistema capitalista, y antineoliberal, a la vez que representa un proyecto epistémico posoccidental, porque parte de bases de conocimiento no modernas.

Buen Vivir y Relaciones Internacionales: ¿una alternativa epistémica desde abajo?

Muchos piensan, y más aún sostienen, que el Sumak Kawsay o el Bien Vivir es solamente un tema que tiene que ver con la equidad o la igualdad y nada más. No. Hablar así es reducir el concepto, porque el Sumak Kawsay para nosotros, para los pueblos indígenas, es la reconstrucción, o mejor dicho, la construcción de un nuevo modelo de vida, no solamente para los seres humanos, sino para todo el planeta; nuevo modelo de vida que incluye tanto lo político, como lo económico, cultural, social, ecológico y espiritual (Cholango, 2010, p. 240).

Caminamos hacia la última parte de nuestra conversación aquí pretendida. Y surge la siguiente pregunta: Dada la estructura de la disciplina de las Relaciones Internacionales, ¿cómo contribuye el Buen Vivir a su debate?

Consideramos varios puntos del Buen Vivir que fomentan reflexiones que pueden ser consideradas de extrema pertinencia a las RI. Trabajaremos sobre algunos de ellos, sin la pretensión de una respuesta definitiva o finalización analítica.

En primer lugar, vemos que Buen Vivir destaca al movimiento indígena como sujeto activo y propositivo de sus propias formas de vivir, conocer, hablar del mundo y/o posibilidades de otros mundos. Al destacar el papel del movimiento indígena, el Buen Vivir cuestiona indirectamente

a las teorías clásicas de las Relaciones Internacionales, que posicionan al Estado Nacional como el actor central en el Sistema Internacional. Esto representa algo importante para las RI, una vez que podemos considerar al movimiento indígena como un actor internacional, y no sólo como un actor sociopolítico interno.

Segundo punto importante: el Buen Vivir cuestiona a la linealidad histórica de la modernidad y, en consecuencia, las narrativas que de ella se derivan. Esto se debe a la base cosmovisional diferente, según la cual el pasado se vuelve esencial como consulta para el presente, no en forma de repetición, sino de creación del “aquí” y del “ahora”, y del futuro como mundo potencial (Lajo, 2006). Esta otra concepción del tiempo y del espacio sacude las estructuras de las RI porque ellas son el resultado de la modernidad como proyecto lineal temporal y espacial.

Relacionada con la linealidad moderna, está la idea de progreso y su derivado más extendido, el desarrollo, como camino inevitable para la humanidad, aun fuertemente defendida en los debates de Relaciones Internacionales por los teóricos clásicos y presente incluso en algunos discursos de teóricos críticos. Podemos entender que “el funcionamiento del sistema mundial contemporáneo es ‘maldesarrollador’ en su propia lógica, ya que está basado en una idea de ‘eficiencia que trata de maximizar los resultados, reducir costes y conseguir la acumulación incesante de capital’” (Tortosa, 2008 como se citó en Gudynas y Acosta, 2011, 103).

El ethos del progreso está íntimamente relacionado con las posturas culturales propias de la modernidad de origen europeo. Aparece bajo la atribución de un nuevo protagonismo otorgado al ser humano, por fuera de la naturaleza, la que debía ser dominada y manipulada (Gudynas y Acosta, 2011, 103).

Buen Vivir cuestiona fuertemente el progreso moderno al señalar la imposibilidad de vivir a costa de la explotación y marginación de los demás (Choquehuanca, 2010), dos relaciones sociales que entendemos inseparables del capitalismo.

Otro punto importante de contribución del Buen Vivir al debate sobre las RI es la desestabilización indirecta del concepto de “estado de naturaleza”, elaborado a partir del encuentro con una diferencia violada e inferiorizada material y simbólicamente por el proceso de colonización y mantenido conceptualmente en la Ciencia Política como fundamento central para justificar la necesidad de la existencia del Estado moderno como la mejor alternativa de organización sociopolítica. Aunque ya ha

sido cuestionado por teorías críticas de las RI (Jahn, 2003), aquí gana fuerza, una vez que el Buen Vivir no sólo se elabora, sino que es el resultado del rescate de la memoria epistémica de los pueblos indígenas, desnaturalizando el “estado de naturaleza” como concepto nombrado desde un lugar de poder. Esto porque el movimiento indígena se posiciona como sujeto nombrador de su propia memoria y de sus propias realidades, cuestionando fundamentos inferiorizantes y categorizantes.

En este sentido, el Buen Vivir también cuestionará el modelo de Estado moderno, supuestamente monocultural, nacional, homogeneizador. Surgen así propuestas que sitúan al Estado como plurinacional, modificando así una de las características centrales del Estado moderno. Junto a la idea de un Estado plurinacional, se puede mencionar rápidamente la alteridad democrática, que coloca en el centro del debate el reconocimiento de otras formas de organización política desde la comunidad, revalorizando el poder popular.

Como una red de cimientos entrelazados, el Estado Nacional moderno, al construirse sobre bases clásicas y cristalizarse a partir de sus propios intereses y contextos históricos, también fomenta la elaboración conceptual de la “anarquía internacional”. Con la justificación de que el Sistema Internacional reproduciría el desorden y el caos supuestamente naturales del ser humano, la anarquía del sistema es construida como un concepto casi incuestionable por gran parte de los intelectuales de las Relaciones Internacionales. El Buen Vivir puede verse como un cuestionador de esta lógica, pues está basado en la complementariedad, la reciprocidad y el consenso. La idea del conflicto como natural y de la cooperación como medio para alcanzar intereses individuales pierde sus bases conceptuales.

El Buen Vivir también cuestiona indirectamente la separación que las teorías clásicas de las RI conciben entre las esferas interna y externa, una vez que las nociones de frontera y territorio son construcciones modernas que no corresponden al movimiento indígena, cuyas luchas contra formas de marginación se llevan a cabo en diferentes frentes, de manera transversal y complementaria.

Otra aportación importantísima del Buen Vivir es el posicionamiento de la naturaleza como sujeto de derechos, ya que no se concibe vida separada de ella. La separación hecha por la modernidad entre el hombre y la naturaleza es inherente a una narrativa y a una epistemología intencional y respectiva a una localidad colonizadora, no correspondiendo

a la pluralidad de experiencias alrededor del globo. En este sentido, este posicionamiento del Buen Vivir puede hacer una enorme contribución a las Relaciones Internacionales porque permite considerar a la naturaleza como sujeto de derecho internacional, modificando las bases conceptuales de los estudios sobre el medio ambiente y revelando la relación intrínseca entre las diferentes formas de vida.

Hemos señalado algunas de las posibles aportaciones del Buen Vivir al campo de las Relaciones Internacionales. Finalmente, es importante destacar que, por basarse en una matriz de conocimiento diferente, distinta de la moderna/colonial, el Buen Vivir se posiciona en un lugar epistémico de exterioridad, ese lugar que existe cuestionando la Totalidad del pensamiento hegemónico y, consecuentemente, sus venas materiales de reproducción de las desigualdades. En este sentido, la resistencia es material y simbólica, se refiere a las condiciones de vida y a las condiciones de concebir, ver y sentir el mundo. Los dos frentes son, entonces, inseparables, así como la praxis y la teoría, las experiencias y las formulaciones. El Buen Vivir, en primer lugar, procede de la experiencia comunitaria y no se limita a lo abstracto. Esto representa un importante giro epistemológico en las Relaciones Internacionales, pues permite analizar lo internacional desde la experiencia del propio sujeto de resistencia.

Conclusiones

En este espacio de reflexión, abordamos algunos ejes centrales e interconectados para la construcción de un análisis crítico de lo internacional. En primer lugar, abordamos algunas de las críticas de la propia disciplina de las RI y los debates que destacan la pluralidad de visiones y perspectivas críticas sobre su núcleo racionalista. En segundo lugar, abordamos los principales fundamentos del Buen Vivir, destacando sus orígenes como resistencia popular y latinoamericana a la modernidad como proyecto civilizatorio y al capitalismo como brazo estructurante del modo de vida hegemónico. En el tercer espacio, pudimos destacar las principales contribuciones que el Buen Vivir permite a las Relaciones Internacionales críticas, especialmente en lo que se refiere a su base epistémica.

Las nociones de comunitarismo, fraternidad y complementariedad cuestionan las bases de las RI tradicionales que señalan al Sistema Internacional como el ámbito de la disputa, la competencia, la cooperación

interesada en las ganancias. Al defender un modo de vida sin explotación, el Buen Vivir presupone una ruptura con el paradigma individualista que prevalece en el Sistema Internacional, pero que no es natural e inevitable.

Reflexionamos, entonces, que el Buen Vivir puede representar un aporte popular y posoccidental latinoamericano al campo de las Relaciones Internacionales, en la medida en que agrega varios elementos cuestionadores de la estructura del conocimiento moderno y de las estructuras materiales de la desigualdad. Junto con las concepciones críticas ya existentes en el área, puede modificar fuertemente la estructura de la disciplina al poner en agenda la existencia y el protagonismo de otros sujetos/actores internacionales desatendidos en las concepciones dominantes.

El Buen Vivir, concluimos, no sólo representa un proyecto político local, sino también un proyecto político de alcance global sin la pretensión de universalización jerárquica y negación de las diferencias. Finalmente, consideramos que el posicionamiento de lo comunal y comunitario como lugar de enunciación, de experiencias y formulaciones locales e internacionales cuestiona la centralidad de la academia en la elaboración de análisis y posiciona a los sujetos de resistencia como proponentes de otros mundos posibles.

Referências bibliográficas

Abrahamsen, Rita (2007). Postcolonialism. En: Martin Griffiths (Ed.), *International relations theory for the twenty-first century: an introduction* [Teoría de las relaciones internacionales para el siglo XXI: una introducción] (pp. 111-122). Routledge.

Acosta, Alberto. (2015). El Buen Vivir como alternativa al desarrollo: algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*. 52(2), 299-330. https://doi.org/10.5209/rev_POSO.2015.v52.n2.45203

Cholango, Humberto (2010). Sumak Kawsay y mundo indígena. En: Antonio Luis Hidalgo-Capitán; Alejandro Guillén García y Nancy Deleg Guazha (Eds.). *Sumak Kawsay Yuyay. Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay* (pp. 239-243). CIM-PY-DLOS-FIUCUHU.

Choquehuanca, David (2010). Hacia la reconstrucción del Vivir Bien. *América Latina en Movimiento*(452), 8-13. <http://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/ChoquehuancaReconstruccionVivirBien2010.pdf>

Dussel, Enrique (1985). *Filosofía de la liberación*. Ediciones La Aurora.

Friggeri, Felix Pablo (2012). El movimiento indígena como núcleo del sujeto revolucionario popular en el proceso contrahegemónico de América Latina. *Estudos de Sociologia*, 17(33), 551-567. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5429>

Gudynas, Eduardo y Acosta, Alberto (2011). El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. En: Mariano Rojas (Coord.). *La medición del progreso y del bienestar: propuestas desde América Latina* (pp.103-110). Foro Consultivo Científico y Tecnológico, AC.

Houtart, François (2011). El concepto de Sumak Kausay (Buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. *Revista Ecuador Debate*(84), 57-76. <https://www.caapecuador.org/ecuador-debate-n-84/>

Huntington, Samuel (1997). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial* [El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial]. Objetiva.

Inayatullah, Naeem y Blaney, David L. (2004). *International Relations and the problem of difference* [Relaciones internacionales y e problema de la diferencia]. Routledge.

Jahn, Beate (2003). The power of culture in International Relations. En: Jessica C. E. Gienow- Hecht y Frank Schumacher (Eds.). *Culture and international history*. [Cultura e historia internacional] (pp. 27-41). Berghahn Press.

Lajo, Javier (2006) *Qhapaq Ñan: la ruta inka de sabiduría*. Abya Yala.

Loomba, Ania (1998). *Colonialism/postcolonialism* [Colonialismo/poscolonialismo]. Routledge.

Mignolo, Walter (Ed.) (2001). *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: eurocentrismo y filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Ediciones del Signo.

Mignolo, Walter (2011). *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options* [El lado más oscuro de la modernidad occidental: futuros globales, opciones decoloniales]. Duke University Press.

Resende, Erica (2010). *A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações Internacionais*. Editora da UFRR.

Shilliam, Robbie (Ed.) (2011). *International Relations and non-western thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*

[Relaciones internacionales y pensamiento no occidental: imperialismo, colonialismo e investigaciones sobre la modernidad global]. Routledge.

Simbaña, Floresmilo (2011). El Sumak Kawsay como proyecto político. En: Miriam Lang y Dunia Mokrani (Eds.). *Más allá del desarrollo* (pp. 219-226). Abya Ayala.

Tickner, Arlene B.; Blaney, David L. (2013). Pensar la diferencia: introducción. *Relaciones Internacionales*(22), 211-236 <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/5169> Wallerstein, Immanuel (1996). The inter-state structure of the modern world system. En: Steve Smith, Ken Booth y Marysia Zalewski (Eds.). *International theory: positivism & beyond* [Teoría internacional: positivismo y más allá] (pp. 87-107). Cambridge University Press.

Natureza e religião - Umbanda e Candomblé

Nature and religion – Umbanda and Candomblé

Naturaleza y religión – Umbanda y Candomblé

Miguel Angel Rodriguez Silva (ICAL)

RESUMO: Este artigo visa mostrar a relação entre a natureza e o homem, fomentada pelo encontro da Europa, América e África, a partir do momento da colonização. E refletir sobre as consequências que este projeto, desenha no meio ambiente. Analisaremos como surgiu a necessidade do poder hegemônico no momento da conquista e seu imperativo de dominar tudo, visando a necessidade do lucro, promovendo uma depredação dos recursos naturais, subjugando o meio ambiente do novo mundo. Acrescentando nesse processo de usurpação, o sentimento dos indivíduos que já habitavam as terras da América e aqueles/as, que foram sequestrados da África, trazidos como mão de obra escrava. Veremos também como de alguma forma as religiões de matriz africana se adaptaram a esse novo universo, com foco no Brasil. E é justamente que essa análise se faz necessária, uma vez que as religiões, como um todo, por meio de seus ritos e símbolos nas reuniões coletivas, promovem a integração, em nível mítico, entre todas as categorias sociais. Visto que suas práticas tecem identidades de cunho social e cultural, muitas delas sincréticas, que podem, por sua vez, manter viva a esperança de grupos marginalizados em ocupar espaços de prestígio social e o mais importante, estes serem reconhecidos como seres humanos e sujeitos de direitos.

Palavras chaves: Religião, Natureza, Candomblé, Umbanda, meio ambiente.

Abstract: This article aims to show the relationship between nature and humankind, fostered by the encounter between Europe, America, and Africa, from the moment of colonization. It also reflects on the consequences this project has had on the environment. We will analyze how the need for hegemonic power arose at the time of conquest and its imperative to dominate everything, aiming for profit, promoting the depredation of natural resources and subjugating the environment of the New World. Adding to this process of usurpation, we will consider the feelings of the individuals who already inhabited the lands of America and those who were kidnapped from Africa and brought as slave labor. We will also see how, in some way, religions of African origin adapted to this new

universe, focusing on Brazil. This analysis is necessary because religions, as a whole, through their rites and symbols in collective gatherings, promote integration, at a mythical level, among all social categories. Given that their practices weave social and cultural identities, many of them syncretic, which can, in turn, keep alive the hope of marginalized groups to occupy spaces of social prestige and, most importantly, to be recognized as human beings and subjects of rights.

KEYWORDS: Religion, Nature, Candomblé, Umbanda, environment.

RESUMEN: Este artículo busca mostrar la relación entre la naturaleza y la humanidad, impulsada por el encuentro entre Europa, América y África desde la colonización. También reflexiona sobre las consecuencias que este proyecto tuvo en el medio ambiente. Analizaremos cómo surgió la necesidad de poder hegemónico en la época de la conquista y su imperativo de dominarlo todo, buscando el lucro, promoviendo la depredación de los recursos naturales y subyugando el medio ambiente del Nuevo Mundo. Sumándose a este proceso de usurpación, consideraremos los sentimientos de los individuos que ya habitaban las tierras de América y de aquellos que fueron secuestrados de África y traídos como mano de obra esclava. También veremos cómo, de alguna manera, las religiones de origen africano se adaptaron a este nuevo universo, centrándonos en Brasil. Este análisis es necesario porque las religiones, en su conjunto, a través de sus ritos y símbolos en reuniones colectivas, promueven la integración, a nivel mítico, entre todas las categorías sociales. Dado que sus prácticas tejen identidades sociales y culturales, muchas de ellas sincréticas, que pueden, a su vez, mantener viva la esperanza de los grupos marginados de ocupar espacios de prestigio social y, lo más importante, de ser reconocidos como seres humanos y sujetos de derechos.

PALABRAS CLAVE: Religión, Naturaleza, Candomblé, Umbanda, medio ambiente.

Introdução

Antes de começar a apresentar este artigo, vou trazer um breve relato de uma situação acontecida no ano de 1993 numa casa no bairro “Sur” de Montevideu-Uruguaí. Estavam dentro de uma casa, vários músicos reunidos numa prática percussiva de música de fusão, na que mistura se “Candombe” (prática musical negra uruguaia) com ritmos afro-caribenhos, quando um grupo de vizinhas/os bateu na porta da mesma, para recriminar pela suposta ação de que eles estariam “fazendo Macumba. E essas foram as exatas palavras para tal ato de intromissão por parte da comunidade que em sua maioria era negra.

Esta situação foi um alerta, pois ao ser contado para mim, a mesma me levou na época, segundo o meu entendimento, que tratava não só de um ato de censura. O que também tínhamos aqui era a confirmação de um possível distanciamento entre a prática do “Candombe” e as religiões de matriz africana, o que nos levaria a perceber a existência de preconceito no que se refere à interação das mesmas, ou seja, da interação do Candombe com religiões de matriz africana.

E porque este confronto ou recriminação, por parte da vizinhança aos tocadores, chamou a minha atenção?

É porque aparece na mesma cidade, uma inserção do próprio Candombe na celebração cristã participando de uma liturgia dentro de uma igreja de Montevidéu – Uruguai no ano de 1982¹, e esta não foi submetida (pelo que nos consta até agora) a uma crítica e muito menos a uma censura por parte dos vizinhos do bairro anteriormente mencionado, nem da sociedade negra ou branca da cidade. O evento ao qual fazemos referência foi e é conhecido como de “La misa Candombe”, cuja primeira apresentação data do dia 3 de janeiro de 1982 na igreja Terra Santa, situada num bairro na região central de esta cidade, sendo esta a primeira de muitas outras apresentações.



<http://nacioncandombera/2013/08/afiches-de-la-primer-etapa-de-la-misa.html>

A lembrança do acontecimento anteriormente relatado, junto com textos tratados na disciplina de Políticas Ambientais do programa de pós-graduação do ICAL da Universidade da Integração latino-americana (UNILA), me instigou a pesquisar se na relação homem e natureza ou a conquista da natureza, poderia encontrar uma resposta para esse distanciamento cultural, já que existia uma relação musical muito forte que me impedia marcar diferenças entre as músicas negras latino-americanas e

1 A “Missa do Candombe” surgiu como resultado natural do primeiro casamento na igreja católica com candombe e tambores, realizado na Paróquia Terra Santa. Diário la mañana 3 d3 janeiro 1982. <https://www.xn--lamaana-.uy/>

caribenhas, o que me leva a fazer as seguintes perguntas: Será que essa rejeição e até preconceito de uma possível mistura do “Candombe” com as religiões de matriz africana, não tem origem no processo da ocupação da América a partir de 1492? Será que esse intento de domínio totalmente colonialista e o papel nesse processo da igreja católica, não têm a ver com todo este tema de rejeição? Como funcionou ou continua funcionando, a relação de confronto das religiosidades africanas e dos povos originários da América com a cristã trazida pelas pessoas vindas da Europa? Como se relaciona isso com a concepção de natureza e meio ambiente dos povos não europeus, e o fato de que os europeus submetam à terra do novo continente a uma idéia depredatória de cultura agrícola, com o tema das religiões?

Es esa visión renacentista la que llega con los conquistadores europeos a América Latina, donde los humanos estarían tanto por fuera, como por encima, del entorno. Las metáforas sobre los espacios latinoamericanos pasa a ser reemplazada por precisas cartografías, inventarios sobre los recursos minerales disponibles, y planes para su dominación.... (Gudynas-2011, 7)

O que nos quer dizer Eduardo Gudynas é que, acompanhando todo um processo de ocupação do novo continente a partir do começo do século XVI, vieram da Europa, empresários, religiosos, militares, políticos, intelectuais, aos quais com o passar do tempo, se sumariam outras pessoas de origem europeia que já estavam estabelecidas no novo continente e outras nativas, que serão nutridas pelas Ideias de lá, de como agir e conceber o uso não só da palavra Natureza e também da concepção e utilização da mesma como um todo. Formas de atuar que foram impostas na América Latina desde o início da conquista, cujas concepções prevaleceram naquela época, no que refere à exploração, no que refere ao homem e a terra, e que prevalecem até hoje.

La misión se entendió tanto como «conquistar» la Naturaleza, y «civilizar» los pueblos indígenas. En muchos casos, los indígenas eran considerados un elemento más de los ambientes que les rodeaban. Por esta razón la conquista y la imposición cultural iban de la mano, en tanto se controlaban ambientes y sus poblaciones originarias. (Gudynas, 2011.p 7)

A *Natureza* ia sendo intensamente saqueada, enquanto os diferentes conceitos e imagens típicas dos povos nativos iam sendo negados e tornados invisíveis, na medida em que a conquista empreendia o genocídio humano e cultural, a destruição da mesma avançava. Assim, América Latina passa

por grandes transformações ecossistêmicas, provocadas pela agricultura e a mineração, ambas estas, feitas de forma predatória. A ideia de uma natureza orgânica que incluía o ser humano desapareceu, e a nova postura antropocêntrica começa a entender a natureza, como um conjunto de elementos, que podem ser manipulados e gerenciados.

A natureza é o novo mundo

Os europeus entram conquistam e saqueiam o novo mundo, mas, para entender essa natureza da nova terra, os colonizadores primeiro precisam controlar esse meio ambiente, por eles chamado de “Selvagem”. Estes homens vão passar a cultivar a terra, minerar, secar regiões úmidas, derrubar árvores, caçar de forma intensa e predatória, além de introduzir nele, novas espécies produtivas para seu comércio e consumo (animais e plantas, logo, seres humanos), ou proceder à domesticação de outras consideradas silvestres úteis, incluindo as pessoas pertencentes aos povos originários.

El «destino» de los ambientes silvestres sería el cambio por el «irresistible avance de la historia de los hombres» (Macknow Lisboa, 1997). En el mismo sentido, la Naturaleza expresada en la selva era «asociada a la barbarie en oposición a la civilización centrada en las ciudades»; allí se encontraban los indígenas, que eran «otros» descritos como débiles, inferiores o atrasados (Ulloa, 2004). (Gudinas, 2011, 9)

Os conquistadores tinham uma intenção que passava não só pela dominação e controle da Natureza (entendida como Selva), também focavam na tentativa de civilizar os povos originários (entendidos como selvagens). Foi por isso que a conquista e a imposição cultural, caminhavam juntas, enquanto os ambientes eram submetidos, simultaneamente fazia-se o mesmo com as suas populações originárias, já que para os europeus esses povos eram considerados mais um elemento dos ambientes que os circundavam.

Nesse sentido, os conquistadores entenderam que este continente estava repleto de recursos naturais, mas que os problemas de abastecimento para a Europa não podiam ser devidos à escassez de materiais, achando que os obstáculos eram culturais. Os povos indígenas passam a ser percebidos como um impedimento para conseguir um melhor aproveitamento da Natureza. Partindo desse entendimento, foram experimentadas várias formas de civilizar a população e, em conjunto, trazer novos imigrantes europeus, a fim de tornar mais eficientes a manipulação e extração dos

recursos propiciados pela Natureza ou os novos elementos produtivos para ser introduzidos na mesma. Por isso, nessa tentativa civilizadora dos povos indígenas, foi necessário o processo de subjugar-los, dominá-los e junto com isso, suas entendidas como “*costumes bárbaras*”. É assim que essa forma de conquista não só serviu para enfrentar a natureza selvagem, mas também para demonstrar que o conquistador tinha virtudes para subjugar e dominar, usando o sofrimento inclusive através do emprego das armas.

Com a natureza controlada, o conquistador concentra sua atenção nos animais, plantas e minerais, onde lhes dará a devida importância de acordo com seu valor, contra a necessidade humana. Embora considerasse que os recursos eram muitos, no que se refere à agricultura e à pecuária, a Natureza seria transformada, criando um campo muitas vezes semelhante ao europeu, para poder ser explorado com as técnicas convencionais.

Foi assim que as culturas e as novas ideias dos conquistadores que falam da Natureza foram transplantadas para o novo continente, como também as práticas instrumentais para aproveitá-la. Desse modo, serão poucos os casos em que surgirão exemplos de uso do solo aplicados por povos nativos, o ambiente foi simplesmente transformado, para poder atingir os espaços propícios que permitiriam a aplicação de técnicas europeias.

E é nessas disputas pelo domínio da natureza e de suas riquezas no sul do continente americano, é que duas grandes potências navais da época, como Espanha e Portugal, serão as principais protagonistas dos processos de saque e devastação.

A seguir vejamos o que dizia nas suas cartas Pedro Vaz de Caminha, o fidalgo português que acompanhava a frota de Cabral:

Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa. Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos [grifo meu]. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas.

Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem! (Roncaglio, 2009.p.5).

Através da apresentação desta carta de Vaz de caminha, Cynthia Roncaglio no diz que os conquistadores não se importavam em conhecer as características próprias, especiais, ou singulares das novas terras, nem sequer, entender os valores culturais dos seus habitantes. Eles queriam descobrir se existia ouro e prata, mas também, diante da exuberante natureza e da docilidade e inocência dos seus habitantes, conseguiram contemplar primeiramente a visão do paraíso. Continuando com as percepções a carta de Vaz de Caminha, Roncaglio diz:

... a ambiguidade da relação que se estabelece com a natureza desde o princípio: é repleta de poderes mágicos, fonte de diversidade biológica e beleza estonteante; ao mesmo tempo é submetida passivamente aos caprichos e desejos dos homens que a conquistarem”. (Roncaglio, 2009, 6).

Aqui Roncaglio em definitivas vai nos falar de que a característica dos colonizadores ibéricos está centrada no princípio de tirar do solo o máximo de benefícios. Como se diz na citação acima: “repleta de poderes mágicos, fonte de diversidade biológica e beleza estonteante... submetida... aos caprichos e desejos dos homens que a conquistarem”.

E eu agregaria submetida a terra ao sacrifício existir, ao sacrifício não só desta nova terra, também dos homens, que é em definitiva, podemos dizer (que a escravidão dos homens, mulheres e crianças não europeus) que foi uma marca deixada até hoje (a exploração do outro), na forma da produção agrária brasileira, já que na atualidade ainda encontramos um regime de trabalho escravo em algumas fazendas.

Embora se esteja afirmando aqui, implicitamente, que a exploração predatória da natureza no Brasil se inicia com o processo da expansão colonial portuguesa, voltado unicamente para os interesses econômicos da Metrópole, isto não significa considerar que as nações indígenas que ocupavam o território brasileiro tivessem uma relação de equilíbrio com a natureza e do tipo não predatório. A técnica das queimadas, por exemplo, é uma das mais antigas usadas para limpeza e preparo do solo para plantio e pastagem e a forma mais barata, e também a mais nociva, de executar essa tarefa; causa a infertilidade do solo, a migração ou o desaparecimento de aves, as quais protegem as plantações das “pragas”, entre outros fatores. Os indígenas que se dedicavam à agricultura faziam uso das queimadas antes dos colonizadores chegarem”. (Roncaglio, 2009, 9).

Precisamos entender que todas as populações, em qualquer tempo, que se estabelecem por um determinado período num território, e dotadas de tecnologia ainda que esta seja rudimentar, transformam o ambiente natural de uma forma, profunda, extensa e possivelmente duradoura. Não porque tenhamos uma sociedade de pessoas que vivem mais “perto da natureza”, devemos considerar que estas automaticamente estabeleçam laços profundos e de equilíbrio com a mesma. Todas as sociedades vão a experimentar alguma forma de subjugação da natureza e destruição do meio ambiente, ainda que estas depois identifiquem, nessa subjugação, uma força que os beneficia.

A História do Brasil será vista a partir dos “ciclos” de descoberta, exploração e esgotamento das fontes naturais. A ideologia do enriquecimento fácil é baseada na exploração dos recursos que a terra oferece, sem se preocupar com alguma forma de interação. E é dessa forma que a sociedade brasileira se formará de modo quase espontâneo a partir das economias da agricultura, principalmente da produção do açúcar e do café, da extração do ouro, da borracha, da madeira entre outros. Através de um sistema extrativista predatório de monocultura em grande escala.

E com esse processo predatório vira junto um sistema de valores antropocentrismo baseado numa concepção “*cristão-judaica*”. Que vai a estabelecer no Brasil relações semelhantes entre o mundo natural e o mundo social, trazendo como conceito a idéia de que Deus é o ente soberano, que tem o poder sobre o céu e a terra, depois vem o homem que é criado à sua imagem, e que é por tanto, dotado pela sua conceição religiosa do poder na terra de explorar e dominar a natureza para fazer respeitar a vontade divina. Por último vêm as plantas e os animais, seres inferiores que devem se submeter às leis de Deus e dos homens, o que vai levar a submeter também à natureza a essa mesma vontade.

Esse monoteísmo, o dogmatismo “*judaico-cristão*”, que determina a crença em um único Deus, fará da matéria o material que produz o útil e exalta o desejo, entendendo Deus e o homem, a natureza e a história, dentro de um mesmo princípio colonizador. Esse colonizador que buscava o paraíso terrestre e que sente que acaba de deixá-lo ao chegar ao novo continente, pois, essa natureza com seus povos selvagens, lhes parecem agressiva, violenta, perigosa, horripilante. Portanto, precisam subjugar-la, domesticá-la, por meio de muito trabalho para que ela se torne o reino de Deus. Por isso chegar às novas terras e fundar um novo mundo, do qual sabem que não há, nem haverá retorno a aquele antigo mundo que

deixaram é compreender, aceitar e se submeter ao entendimento de que esta natureza selvagem é a natureza na qual eles, a partir do pecado original, estão condenados a viver porque é assim que sua fé o determina.

E foi em base de essa fé, da qual falávamos no parágrafo anterior, que vai se estabelecer no Brasil um sistema de valores religiosos e culturais, que direciona a exploração da natureza subjugando homens, mulheres, crianças (indígenas e escravos africanos), também considerados pela sua vez, seres semelhantes à natureza, com uma cultura inferior, que precisavam ser subordinados e dominados pelos colonizadores, estabelecendo-se, dessa forma, uma relação e hierárquica desigual, determinando que os originários da nova terra, exerçam uma passividade obrigatória do trabalho e uma submissão total ao senhor.

Nesse sentido, podemos ver que não será diferente neste novo mundo, do como se constituía a relação entre sociedade tradicional e hierárquica no que refere ao que acontecia em outros lugares. Os limites entre o mundo natural e social serão definidos por capturas que levarão ao um sistema de escravidão, castigos e crueldades, onde homens, mulheres e crianças serão entendidos e utilizados como animais domésticos. Por tanto escravizados indígenas e negros trazidos da África, passarão a ser o elo simbólico da degradação que existirá entre sociedade e natureza. Onde os colonizadores precisam ter um controle sobre a natureza selvagem, assim como da brutalidade dos seres bárbaros (segundo eles) que em ela vivem. Seres estes que poderiam ferir os mandamentos divinos, assim como as leis estabelecidas determinavam o processo civilizatório. Ante a impossibilidade de que alguns habitantes originais de aquela nova terra não se adaptarem a essa vida de exploração, os braços escravizados de homens e mulheres arrancados da África, serão forçosamente utilizados para gerar a riqueza e o poder.

Junto com esse processo de dominação, a mestiçagem, em todos os sentidos, será apresentada como resultado natural, tornando a historia do Brasil e porque não dizer a da America, como fruto de um sistema em que os seres são dominados por forças naturais e misteriosas, contra as quais não se podem rebelar.

E nesse sentido temos que uns dos protagonistas importantes na conformação da identidade continental (falando de America e o Caribe), aqueles seres arrancados de sua terra a África vão trazer consigo alguma coisa a mais que o corpo. Estes são elementos contidos na sua bagagem espiritual, com a sua devoção aos Orixás, nos que estão incluídos os

conhecimentos religiosos, rituais e costumes (ainda que não pudessem ser praticadas normalmente), que os conquistadores não conseguiriam subjugar totalmente e que se vão a misturar com aquelas costumes religiosas do novo continente, cultuadas pelos seus povos originários, assim como as trazidas pelos europeus que eram de origem maioritariamente judaico-cristã.

O culto aos orixás

De onde vim? Para onde vou? Como devo orientar o meu agir no mundo para uma existência de sentido? Significando-a na crença de uma vida de transcendência, ou para além da imanência de seu existir, as religiões surgem da necessidade inerente ao ser humano de fornecer um sentido para sua existência finita, como exigência de resposta a essas questões existenciais colocadas no começo deste item. A criação apresenta-se como uma narrativa de elaboração de resposta a essas questões, onde teremos mitos ou histórias que estão no fundamento de todo sistema religioso. Para uma das culturas trazidas com os africanos, a dos Iorubas, sua gênese decorre da decisão de Olorum, o Senhor dos espaços invisíveis, de criar o Aiyé, o espaço visível.

Antigamente a terra não existia. Havia somente Okoun (= Olokoun), o mar. Era uma água situada embaixo e que se estendia por todos os lados. No alto estava Olorum. Esse Olorum (oricha do céu) e Olokoun (oricha do mar) tinham a mesma idade. Tinham tudo neles (ou possuíam tudo). Oloroun gerou dois filhos. O primogênito chamava-se Orischala (é a mesma coisa que Obatalá), o caçula tinha o nome de Odoudoua. Oloroun chamou Orischala à sua presença e deu-lhe também uma galinha com cinco dedos (Adjé-Alessé-Manou). Disse-lhe: “Desça (isto é, vá para baixo, em direção à terra) e fabrique a terra sobre Okoun (ou Olokoun)”. Orischala partiu. A caminho encontrou vinho de palmeira. Começou a beber e embriagou-se. Em seguida adormeceu. Oloroun viu o que havia acontecido. Então convocou Odoudoua e disse-lhe: “Seu irmão mais velho embebedou-se no caminho que leva para baixo. Vá, pegue a areia, a galinha de cinco dedos e fabrique a terra sobre Olokoun”. Odoudoua partiu. Pegou a areia, desceu e colocou-a em cima do mar. Em cima da areia pôs a galinha de cinco dedos. Ela começou a ciscar a areia e estendeu-a, empurrando a água de lado. O lugar onde isso aconteceu era Ilifé, em torno da qual, naqueles tempos, ainda havia mar. Odoudoua reinou como primeiro soberano na terra de Ilifé. O mar de Olokoun tornou-se cada vez menor e desapareceu através de um buraquinho. Por esse buraco, ainda hoje, pode-se pegar a água do deus. Pode-se, aliás, pegar muita água, sem que ela se esgote.

Chamam-na Osha. Orischala, no entanto, irritou-se por não ter sido o autor da criação do mundo. Moveu uma guerra contra Odoudoua. Ambos guerrearam durante muito tempo, porém depois fizeram as pazes. Mais tarde, os dois entraram na terra e não foram mais vistos”. (Verger, 2000, 32.).

Sabemos segundo o relato de Pierre Verger, que A existência deriva da vontade divina de Olorum ou Senhor do Orum, e este Orum, não é o céu da tradição judaico-cristã e sim um conjunto de relações de todo o Aiyé. Também vai ficar claro na fala de Verger que Olorum não um deus ligado ao céu, mas aquele que é ou possui todo o espaço, que envolve uma série de elementos palpáveis (a terra, a plantação, o alimento, os animais, a substância) da vida em um sentido único paralelo ao Aiyé, senhor de todos os seres espirituais, das entidades divinas, dos ancestrais de qualquer categoria e do espírito de tudo o que vive.

Entendendo que o Orum, quanto o Okoun são completos e é por isso que nada pode ser oferecido a Olorum, motivo pelo qual ele não é cultuado, de forma direta e sim, indiretamente, cultuando os Orixás e seus enviados na Terra. O filho primogênito de Olorum, Orischala (Oxalá), encarregado de criar a terra, quando é saudado nos terreiros, todos tem pedir a benção (entendido como “*bater cabeça*”), uma vez que na tradição do candomblé, os mais velhos têm a prioridade. No início dos tempos os Orixás, já habitavam o Orum e foram designados por Olorum, para criar o Aiyé. Cada um deles ficara responsável por algumas feições da natureza e certos valores da vida em sociedade e da condição humana. De um modo geral, eles podem ser entendidos como seres divinos.

A cultura transformada

A cultura africana diluída na formação da cultura brasileira corresponde a um vasto elenco de itens que abrange a língua, a culinária, a música de artes diversas, além de valores sócias, representações místicas e concepções religiosas, conservadas não a partir de uma matriz africana única, mas de várias, oriundas de diferentes povos africanos... Fora o campo religioso, nenhuma das intuições culturais africanas, logrou, entretanto, sobreviver com as suas estruturas próprias. (Prandi, 2005, 16)

Não faz muito tempo que começam a surgir vários discursos que atribuem ao candomblé o estatuto de religião ecológica. Alguns ecologistas e cientistas sociais, não só os adeptos às regiões de matriz africana, passam a divulgar essa ideia como uma característica das religiões afro-brasileiras.

Mas não todos os discursos são favoráveis, nem todos os questionamentos são pacíficos, pois, quando uns apostam na positividade ecológica das religiões afro-brasileiras, outros virão acusá-las de tentar acabar com o meio ambiente, ou mesmo de atentarem contra a vida de animais indefesos na ritualística do sacrifício que realizam. Partamos do princípio de que as religiões de origem africana apresentam fortes ligações com a natureza, tanto assim, que as divindades a ser cultuadas na sua maioria, como já dissemos anteriormente, são representações dos rios, mares, ar, terra, floresta. As entidades, Orixás, caboclos, caboclinhas, índios, pretos velhos, pomba giras e ciganos, todos ligados á natureza nos rituais, “descem” para dançar, cantar, ouvir e se confraternizarem com os seus filhos. Em alguns seguimentos como, por exemplo, a Umbanda, são entidades mais afro-brasileiras do que africanas, diferente dos orixás, estas entidades mais locais, expressam-se na língua brasileira, quando são consultadas, cara a cara, motivo pelo qual elas possuem uma grande popularidade.

Chama-se de culto de raízes, aquelas que vieram com os escravos africanos, os quais se diferenciam das afro-brasileiras, em alguns aspectos: as entidades cultuadas de origem africana (orixás na tradição iorubá, voduns na tradição Jeje- Nagô e inquices na tradição Bantu), têm rituais bastante complexos, onde encontraremos uma construção composta de numerosos elementos interligados, funcionando como um todo. São muitos aspectos ritualísticos diferenciam as religiões de raiz africanas, com as afro-brasileiras. As entidades regularmente, no Candomblé, não falam, entretanto a fala pode acontecer, e nesse caso, a língua utilizada é uma espécie de dialeto, que os adeptos alegam ser Iorubá. Da mesma forma, todos os rituais são celebrados na língua africana, inclusive os cânticos entoados durante o “*xirê*”, que é (processo e ordem de louvação dos orixás).

A comunicação com as entidades (orixás) dá-se através de processos divinatórios, sendo o mais utilizado o “jogo de búzios”, cocos, ou outros elementos da natureza. O Panteão cultuado geralmente é composto por doze orixás² principais e outros menos conhecidos. Na cosmogonia iorubana, entende-se de que cada ser humano é tutelado por um orixá, o dono de sua cabeça, podendo este ser ajudado por outros orixás secundários. Entre os orixás e os humanos se estabelece uma espécie de contrato, de troca, relação que será oficializada com a consagração do adepto e a entidade, da

2 No panteão afro-brasileiro, 12 orixás são amplamente cultuados e reconhecidos: Oxalá, Ogum, Oxóssi, Xangô, Iansã, Oxum, Iemanjá, Nanã, Omolú, Exu, Ossaim e Logunedé. Cada um desses orixás possui características, atribuições e associações específicas, refletindo a rica mitologia e espiritualidade das religiões de matriz africana no Brasil.

qual receberá proteção. Em contrapartida, o filho identificado com uma entidade (orixá) “carregará” e cuidará dele pelo resto da vida.

O Candomblé é uma religião marcada pelo canto, pela dança e pela comida. Uma comida que esta conectada com a história da entidade está também integrada à trajetória e história de cada Orixá, comidas estas que compartilham poder e que quase sempre, vem acompanhada de uma narrativa mitológica. Em quase todo ritual do candomblé, a preparação de alimento está incluído, tanto para ser oferecido quanto para ser consumido. O que torna a cozinha (na sua feitura, como no seu espaço físico), outro recinto importante do Terreiro. A responsável da cozinha tem grande importância na hierarquia religiosa e é chamada de Iyabassé e é geralmente uma pessoa do sexo feminino.

Estar na cozinha não é saber manipular apenas os ingredientes, mas as quantidades, os momentos indicados, criando uma linguagem pictórica, olfativa e gustativa, que faz com que cada prato oferecido no *peji* seja uma mensagem que o deus tutelar irá decodificar e entender, ficando feliz. Assim o axé é revigorado, e todos os homens e mulheres que o compartilham também estão nutridos, mas em outra dimensão. (Lody, 1987, 3)

É através de alimentos ritualisticamente preparados que os adeptos do Candomblé saúdam suas entidades, que retribuem em graças o alimento recebido em forma de saúde, força, energia, prosperidade. A comida preparada ritualisticamente forma parte ela mesma, de uma oração que opera uma transformação a partir do começo do ato mesmo de sua realização, em aquele tempo transcorrido entre preparação e oferecimento à entidade para a qual esta sendo preparada a oferenda. Por isto as festas no candomblé não acabam quando os Orixás e Entidades saudadas se retiram do barracão e os tambores cessam de tocar, mas sim depois que a comida (palavra em Ioruba conhecida como nome de “Ajeum”), é servida a todos os presentes como um sinal, por assim dizer, de benção e de graça, refletida na partilha generosa de alimentos aos participantes da festa, tanto se esta é aberta à comunidade ou a um grupo reduzido.

Tomando em conta que existe uma diferença entre o culto de entidades trazidas na memória dos africanos e as que hoje se cultuam no panteão das religiões afro brasileiro vejamos que nos diz Renato Ortiz do nascimento da Umbanda:

Constataremos assim que o nascimento [grifo meu] da religião umbandista coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. A um movimento de transformação

social corresponde um movimento de mudança cultural, isto é, as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observaremos que o social desempenha um papel determinante. (Ortiz, 1999.p.11)

Segundo Ortiz (1991), a umbanda originou-se no Brasil no primeiro quartel do século XX, quando o país passava por transformações políticas, sociais, culturais e econômicas. A umbanda resultou de um movimento de dupla direção: um processo de “embranquecimento” da cabula e macumba cariocas e do “empretecimento” do kardecismo. A isso o autor se referiu como um sincretismo refletido. É verdade que as origens da umbanda, segundo Ortiz, eram difusas em outras regiões do país, especialmente no Sul. Cujas práticas se vá a estender para países limítrofes do Brasil, já que esta linha praticada no Rio Grande do sul influenciara a Argentina e Uruguai, onde a prática da mesma chegara ate as suas capitais Buenos Aires e Montevideu respectivamente. Em 1939, forma se, no Rio de Janeiro, a Federação Espírita de Umbanda (União Espírita de Umbanda do Brasil), que agrupava vários centros existentes (ORTIZ, 1999, p. 43). A partir de 1950 vê-se crescer o número de federações no Estado do Rio de Janeiro e em todo o país. Essa expansão das federações representa a difusão da umbanda, que pretende ser uma religião genuinamente brasileira.

Desde seus inícios a Umbanda constitui se ritualmente a partir da releitura das práticas afro-brasileiras, através da lente do kardecismo. Como consequência disso, vão se excluir na sua prática, elementos considerados primitivos e grotescos: aboliu-se os sacrifícios de animais, os batuques, os ritos iniciativos, o culto aos exus, o uso de pólvora. Conservaram-se os orixás, as cantigas, e alguns elementos mágicos aparentemente menos chocantes. E é assim, que o panteão afro-brasileiro foi então interpretado à luz da pluralidade das existências e do esquema hierárquico e evolucionista do kardecismo. Pode se disser que a Umbanda em seus primórdios deu ênfase a uma doutrinação que valorizou a palavra, dando-lhe a esta mais importante a prática do tradicional. Desta forma, surge dentro de um ideal de racionalização e desmistificação das religiões afro-brasileiras, atrelada a um projeto nacional de progresso e desenvolvimento.

Atualmente já não é possível falar de uma umbanda no singular, e sim em várias umbandas, resgatando os elementos que antes tinham sido desprezados, incorporara outras contribuições, para ir se re-significado.

Foram criados qualificativos para diferenciar estas variedades da umbanda: chama-se “Umbanda Branca” aquela que está mais próxima do

modelo inicial, a “Quimbanda”, Também o chamado Xangô umbandizado, e o Omolokô, estas ultimas duas mais presentes no norte e nordeste do Brasil.

A seguir tentaremos ver como se da essa relação entre o homem, as entidades e a natureza.

A natureza e a religião

Salve as folhas

Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Quem é você e o que faz por aqui
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha Sou Aroni
Cosi Euê Cosi orixá Euê ô
Euê ô orixá
Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem festa
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni

(Brasileirinho - Maria Bethânia –2003)

Como a religião dos orixás foi refeita no Brasil por africanos ou descendentes, escravos ou livres, que, no século XIX, viviam nas grandes cidades costeiras, ocupando-se em atividades urbanas, a preocupação com atividades agrícolas era muito secundária, de sorte que os orixás do campo foram sendo esquecidos ou tiveram sua importância e seus governos reorganizados (Prandi, 2005).

A raiz do distanciamento paulatino e parcial dos escravos africanos da natureza, muitas divindades foram perdendo a característica animista e assumindo aspectos de pessoas divinas, cada orixá com uma mitologia. No

caso do Brasil, com uma geografia distinta da africana, alguns dos orixás de rio ficaram restritos à caça, ainda que se faça referência a seus atributos de pescadores, como no caso de “*Logum Edé*”, por exemplo. Também Reginaldo Prandi nos diz que a referência animista destas divindades foi sendo substituída por uma referência mais personalista. Por exemplo, “*Iemanjá*”, ganhou no Brasil, assim como em Cuba, o patronato do mar, que na África pertencia a “*Olocum*”. Por outro lado os demais orixás de rio ganham novos domínios, “*Oxum*” terá em si, o governo dos rios em geral e todas as águas doces. Até os espíritos das velhas árvores, passam a ter características humanas ou divinas, “*Iroco*”, que na África é simplesmente o nome de uma grande árvore, no Brasil, transformou-se no orixá “*Iroco*”, orixá do tempo e do espaço.

As plantas são utilizadas para lavar e sacralizar objetos, para purificar a cabeça e o corpo dos sacerdotes nas etapas iniciativas, para curar doenças e afastar males de todas as origens. Mas, a folha ritual não é simplesmente a que está na natureza, mas aquela que sofre o poder transformador operado pela intervenção de Ossaim, cujas rezas e encantamentos proferidos pelo devoto propiciam a liberação do axé nelas contido (Prandi, 2005, 13) .

Estamos frente a uma natureza possuidora de poderes, onde poderemos constatar segundo Prandi que existe uma necessária intervenção do homem através das rezas e encantos e da divindade para potencializá-los. Também encontrarmos este tipo de relação presente no catolicismo popular, com suas práticas de cura, onde a utilização de determinadas plantas e ervas, está acompanhada de uma oração direcionada a determinado santo, rezas feitas por mulheres e homens benzedeiros/os.

A relação direta das entidades cultuadas pelas religiões de matriz africana e das que veneram os povos originários da América com a Natureza, faz com que seus praticantes também tenham uma relação direta com esta e sua conservação. É assim que entidades que ajudaram na sua criação estão fortemente ligadas a ela, por tanto, a sua supervivência depende também de uma boa relação do ser humano com ela. Se a relação destes com natureza não é respeitosa, ela os seres humanos, animais vegetais e todo forma de vida terão a tendência de perecer juntos.

“Kó si ewé, kó sí Òrìsà”

(Canto ritual para Ossaim)

Estas palavras em Iorubá significam: “*sem folhas não há orixá*”, portanto e é aqui que poderemos entender o tamanho da importância

da relação da Natureza com as entidades africanas. Especificamente nesta casa falamos do orixá “Ossaim” nos rituais do Candomblé. Cada orixá possui suas próprias folhas, mas só Ossaim conhece os segredos de todas as ervas (Ewê), só ele sabe as palavras (ofó) que despertam o seu poder, a sua força. Ossaim tem o papel fundamental no culto do Candomblé, visto que sem folhas, sem a sua presença, nenhuma cerimônia (fundamento) pode realizar-se, pois ele detém o axé que desperta o poder do ‘sangue’ verde das folhas. A floresta é o ilê (casa) de Ossaim, que divide com outros orixás do mato, como “*Ogum* e *Oxóssi*”. A mata é seu território por excelência, onde as folhas crescem em seu estado puro, selvagem, sem a interferência do homem; é também o território do medo, do desconhecido, motivo pelo qual nenhum caçador deve penetrar na floresta, sem deixar na entrada alguma oferenda, como alho, fumo ou bebida. Ainda que ha relação dos homens que praticam as religiões, que se relacionam em forma direta com a natureza e que na sua maior parte estão protegendo a mesma, sempre terá alguns praticantes de religiões com base judaico-cristã, que geralmente não entendem a relação destes com a mesma, já seja por preconceito o falta de compreensão das diferentes liturgias.

Para entender melhor decidimos fechar este artigo com um conto que esta no livro *Mitologia dos Orixás* de Reginaldo Prandi, que fala da criação do mundo.

Ogum cria a terra...

Olodumarê resolveu criar o mundo.

Seus filhos foram convocados para ajudar nessa tarefa.

Cada qual levou consigo o que era necessário: Jóias, dinheiro, tecidos.

A Ogum coube levar uma espada e um saco de terra preta.

Carregando essas coisas, Ogum saiu caminhando em direção ao lugar onde o mundo havia de ser criado.

Quando se cansou, foi dormir no alto de uma palmeira.

Apanhou algumas folhas de mariô para cobrir seu corpo e defender-se de insetos que o incomodavam.

A chuva chegou e não parou mais.

Ogum abriu o saco que trazia e, do alto da palmeira, espalhou a terra preta que havia nele.

A terra espalhou-se, fazendo surgir uma lagoa.

Do fundo da lagoa, da lama do fundo, apareceu Nanã.

Ogum e Nanã saíram criando o mundo.

Ogum construiu casas, fez plantações e todos ouviram falar de seu reino próspero.

Um dia seus irmãos vieram conhecer seu reino e tentaram divido-lo entre si.

Aconselhado por Nanã, Ogum apanhou sua espada mágica e derrotou todo aquele que tentava usurpar o que era seu (Prandi, 2001, 7)

Considerações finais

Entender esta manipulação irresponsável predatória da natureza, feita na América pelos povos vindos da Europa já desde o século XVI, e seus descendentes, talvez nos ajudassem a abordar desde um novo olhar, como poderemos enfrentar hoje os desafios de erradicação da pobreza, da fome, providenciar a toda a população e principalmente aos mais carentes saúde, educação, acesso à água potável e energia limpa, bem-estar e adotar ações contra as mudanças climáticas.

É por isso que este artigo tinha como finalidade propor, uma leitura da descolonização epistêmica, visto que a idéia desta temática centra-se na crítica e na transformação das estruturas de conhecimento que são consideradas hegemônicas e, muitas vezes, eurocêtricas, para dar espaço a outras formas de saber. E por isso ao propor o texto “Natureza e religião - Umbanda e Candomblé” procuramos questionar a validade universal de certas visões de mundo e valorizar a diversidade de conhecimentos, experiências e perspectivas, especialmente daqueles que foram marginalizados ou silenciados pela colonização.

Tal vez este artigo não consiga responder a pergunta do porque ritmos negros latino-americanos assim como o Candombe do Uruguai, se descolam com o tempo das religiões de matriz africana. Apagar os traços culturais musicais é apagar a relação dos homens com as entidades espirituais, e é apagar por consequência a relação, ainda que de forma indireta, das mesmas e de nos, com a natureza, com o meio ambiente. A pergunta, de como e quando alguns ritmos se distanciam da religiosidade africana, foi colocada para marcar o momento no qual começa a nossa inquietude. Por tanto precisamos olhar para este tipo de questionamentos,

para poder entender que no campo da discriminação espiritual e religiosa precisamos sim, discutir o ambiental.

Ainda que tenhamos muitos estudos e pesquisas a respeito das religiões de matrizes africanas e sua relação com a natureza, tanto no que refere ao Candomblé, ou os outros seguimentos produzidos no Brasil ou fora do país, como, por exemplo, a Umbanda a Quimbanda, entre outros, ainda existem em grande parte da população, o desconhecimento e a intolerância em relação a elas. Com este trabalho pretendeu-se também, interpretar e compreender o conceito de Natureza através do encontro de Europa, América e África, por meio de um olhar em sistemas que tentavam simbolizar, a luta pela tradição e a procura de espaço para produzi-las, acompanhadas de um processo de pertencimento, que obrigava às pessoas viver sob a ideia de um novo continente que tinha que ser não só o mais parecido ao paraíso prometido pela fé judaico-cristã, mas, também tinha que se parecer a Europa e abastecê-la.

E abastecê-la custe o que custar nas novas terras e junto com estas, o que custar de seus povos subjugados. Não alcançou com a pretensão de subjugar totalmente o habitat e aos povos do novo mundo, como pretendiam os colonizadores, pois, estes assim como a selvagem “*Natureza*”, também ofereceram resistência. A depredação do ecossistema através da necessidade do colonizador de dominar essa “*Natureza*” desconhecida, era fruto de uma borás arremetida, para produzir lucro por meio, principalmente, da Agricultura e da produção mineira.

Para que isto pudesse ser possível, frente aos contratempos, causadas pelos povos que habitavam ditas terras, no que refere à produção e lucro, vai se recorrer ao sequestro e posterior subjugação do povo negro africano. Mas, este povo vira também com seus costumes, suas rezas e cantos, que não serão, apesar de estar num novo mundo, num novo espaço físico e espiritual, esquecidas. Por tanto criando novas formas de resistência para cultivar, ainda que seja no silêncio as suas entidades.

E estas correntes religiosas de matriz africana, assim como aquelas dos povos originários, que possuíam e ainda possuem um caráter coletivo, farão frente a aquela que é de certo ponto de vista individualista, com sua versão do criacionismo, direcionada desde um olhar monoteísta, com um deus criador de todo, enquanto que as outras, os não europeus, terão várias entidades para a realização do milagre da criação, do mundo terreno é o espiritual. Para ter compreensão e interpretação desses sistemas religiosos e sua relação com a natureza, os cultos de matriz africana, através de rituais

de iniciação e festividades religiosas, têm suas práticas fundamentadas e compreendidas dentro do universo mítico-simbólico.

E é por todo o anteriormente exposto que precisamos criar e defender modelos de convívio já existentes, orientados pela sustentabilidade, através de uma ligação com a natureza, como portadora de valores culturais para a criação de um espaço social comum e solidário. Lutar por uma forma de inter-relação com o meio ambiente que nos levem a construir um modelo de educação ambiental que tanto se faz necessário nos dias de hoje.

Portanto, entender a forma de como os povos originários e os que cultuam as religiões de matriz africana se relacionam com a natureza, poderá trazer um novo entendimento ao reforço na luta política global pelo meio ambiente. Também aprimorar o nosso conhecimento do universo espiritual latino-americano e aplicar o mesmo no tema decolonial, visto que trazer esta temática ao campo das relações internacionais, nos permitirá vincular esta às discussões nas agendas globais de desenvolvimento sustentável.

Referencias bibliográficas

Gudynas, Eduardo (2011). Imágenes, ideas y conceptos sobre la naturaleza en América Latina. Leonardo Montenegro Martínez (ed.)- 1ed. Bogotá.

Lody, R. (1987). Candomblé: religião e resistência cultural. São Paulo: Ática.

Ortiz, R. (1999). A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira. . São Paulo: Brasiliense,- 2ª ed. Prandi, R. (2001.). Mitologia dos Orixás. São Pablo: Companhia das letras- Ed. Schwarcz Ltda. .

Prandi, R. (2005). Segredos guardados: orixás na alma brasileira. São Paulo: Cia das Letras . Roncaglio, C. (2009). A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 19:111-128. .

Verger, P. (2000). Notas sobre o culto dos orixás e voduns na Bahia de todos os santos, no Brasil e na antiga costa dos escravos, na África. São paulo: Edusp.

Outras fontes

Bethânia-Maria. (2003.). “Brasileirinho” . álbum DVD . Mañana, D. L. (3 de marzo de 1982). Boda religiosa con acordes de candombe . A “Missa do Candombe” surgiu como resultado natural do primeiro casamento

na igreja católica com candombe e tambores, realizado na Paróquia Terra Santa. Diario la mañana 3 d3 janeiro 1982. <https://www.xn--lamaana-uy/>, p. 1. <http://nacioncandombera.blogspot.com/2013/08/afiches-de-la-primer-etapa-de-la-misa.html>

O Cotidiano latino-americano na abordagem decolonial da Televisión del Sur – teleSUR

Lo cotidiano latinoamericano en el enfoque decolonial de Televisión del Sur – teleSUR

Everyday life in Latin America in the decolonial approach of Televisión del Sur – teleSUR

Domingos de Almeida (ICAL)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar a abordagem do cotidiano da América Latina pela emissora de TV Televisión del Sur – teleSUR, a partir das edições do programa jornalístico Realidades, exibidas em dezembro de 2015 e em janeiro de 2016. Como base teórica, recorreremos aos conceitos de Midiatização (Sodré, 2002), Mediação (Barbero, 1997) Cotidiano (Kosik, 1963), e outros. Como metodologia utilizamos a pesquisa documental, bibliográfica e o dispositivo analítico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa (Orlandi, 2010). Concluímos que a cobertura da teleSUR atenta para a conjuntura política do momento e busca construir uma narrativa de valorização dos aspectos políticos, culturais e sociais da região, o que nos permite inferir que a emissora realiza uma comunicação com perspectiva decolonial, feita desde e para os subalternizados do sistema global.

PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano; América Latina; Decolonialidade; Discurso; teleSUR.

Abstract: This paper aims to investigate the approach of Latin America everyday life through the broadcast company Televisión del Sur – teleSUR, taking into consideration the episodes of the journalistic program Realidades (Realities), exhibited in December 2015 and January 2016. As theoretical basis, we used the concepts of Midiatization (Sodré, 2002), Mediation (Barbero, 1997), Everyday Life (Kosik, 1963), and others. As methodology we used documental, bibliographic research and the analytic tool of the French (Orlandi, 2010) Speech Analysis. We concluded that teleSUR coverage is worried about the political conjuncture of the moment and seeks to build a narrative of valorization of the political and social aspects of the region, allowing us the inference that the company develop a

decolonial communication perspective, made by and for subalternated from the global system.

KEYWORDS: Everyday life; Latin America; decoloniality; Speech; teleSUR.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es investigar el abordaje de la vida cotidiana en América Latina por parte del canal Televisión del Sur – teleSUR, a partir de las ediciones del programa periodístico Realidades, emitidas en diciembre de 2015 y en enero de 2016. Como base teórica se recurrió a los conceptos de Mediatización (Sodré, 2002), Mediación (Barbero, 1997), Vida Cotidiana (Kosik, 1963) y otros. Se utilizó como metodología la investigación documental y bibliográfica y el dispositivo analítico de Análisis del Discurso (AD) de línea francesa (Orlandi, 2010). Concluimos que la cobertura de teleSUR presta atención a la coyuntura política del momento y busca construir una narrativa que valore los aspectos políticos, culturales y sociales de la región, lo que permite inferir que el locutor comunica con una perspectiva decolonial, hecha desde y para los subordinados del sistema global.

PALABRAS CLAVE: Vida cotidiana; América Latina; decolonialidad; Discurso; teleSUR.

Introdução

A realidade midiática latino-americana reflete os processos históricos pelos quais atravessou a região, conservando, inclusive, práticas colonialistas nos meios de comunicação. A forte presença de conglomerados midiáticos estrangeiros na América Latina levou para os meios, principalmente a televisão, uma “realidade alienígena” (Matta, 1982), estranha ao cotidiano da população. Sendo, esse também, a causa de uma “comunicação desintegradora”, que reflete “os contrastes do neoliberalismo” (Ferreira, 1995) na América Latina.

Há na região um jogo de poder articulado para a dominação conduzido, principalmente, pelos Estados Unidos e com menor influência pela Europa. Fato que explica a incisiva presença dos meios de comunicação estadunidenses nos países latinos, como as cadeias internacionais de notícias *CNN en Español*, *Univisión*, *ABC*, etc. Diversas foram as iniciativas para a criação de veículos regionais para se contraporem às versões da realidade latina construídas e narradas a partir do Norte.

Dentre essas iniciativas, destaca-se a criação da emissora de TV multiestatal, *Televisión del Sur* (*teleSUR*), em 2005, por iniciativa do então

presidente venezuelano Hugo Chávez, com a participação de Argentina e Uruguai, cujo objetivo era construir uma versão regional do fatos, contrapondo-se diretamente aos discursos construídos pelos Estados Unidos para os latinos e sobre esses para o mundo. Além disso, a emissora é designada para atuar na desconstrução da versão entorpecida sobre a América Latina, construída pelas elites locais e que são colocadas em disputas no interior dos países da região.

Nesse sentido, propomos investigar a abordagem do cotidiano da América Latina feita pela *teleSUR*, a partir do programa jornalístico Realidades, tomando como recorte as edições do mês de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, período de transição no cenário político, social, econômico e cultural da região. Para tanto, faremos a historicização da *teleSUR*, situando-a como instrumento comunicativo multiestatal da/para a América Latina, que se propõe a narrar essa versão latina do cotidiano regional, em oposição ao construído a partir dos Estados Unidos, que levam ao mundo uma visão reducionista e desprestigiada da realidade latino-americana.

Na perspectiva teórica, discutiremos a mídia na América Latina (Beltrán & Cardona, 1982), o processo de mediação (Babero, 1997) e midiaticização da realidade (Sodré, 2002) e a perspectiva de cotidiano (Kosik, 1963), instância social de onde se pode abstrair, a partir da observação dos fenômenos, para entender como a realidade está constituída.

Utilizaremos o dispositivo metodológico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, tanto por entendermos que traz aportes metodológicos consistentes para a análise dos produtos dos meios de comunicação, como por dialogar com as proposições teóricas de cotidiano, considerando que, para ser operacionalizada, parte dos fenômenos para a essência como forma de entender a realidade social. A AD busca nos ditos (fenômenos) os não ditos (essência) para se chegar ao que, de fato, se quis dizer (totalidade concreta).

Nesse sentido, inferimos que a cobertura da *teleSUR* sobre a América Latina parte de uma perspectiva *decolonial* (Villanueva, 2018), considerando que a emissora realiza seus programas a partir dos subalternizados da região, em um movimento comunicativo que visibiliza e amplifica as vozes historicamente silenciadas pelos meios de comunicação estrangeiros ou dominados pelas elites locais, “tomando como base a condição de subalternidade, mas auto-consciente, rebelde e propositiva” (Villanueva, 2018, 74. Em tradução livre).

Cotidiano e a dinâmica midiática

Entendendo que os meios de comunicação constroem socialmente a realidade (Sousa, 2002), funcionando como engrenagens inseridas em uma lógica de poder, articulamos aqui a perspectiva teórica do conceito de cotidiano e a relação com a mídia, considerando que ambos - mídia e cotidiano – “compartilham a característica de serem essencialmente espaços/ambientes de mediação da realidade, isto é, de (res)significação da realidade, de transformação (por dentro) do sentido da vida” (Cabral, 2018, 134).

Para essa discussão conceitual, trazemos as contribuições do pesquisador Karel Kosik (1963), para quem o cotidiano pode ser entendido como uma instância da realidade cimentada por um complexo de fenômenos, “que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural” (Kosik, 1963, 15), constituindo o que o autor chama de “mundo da *pseudoconcreticidade*”, ou seja, a realidade imediata, aparente, com a qual o humano está em contato na cotidianidade.

Nesse sentido, Kosik (1963) reforça que esse mundo aparente, pseudoconcreto, com o qual estamos em contato na imediatez cotidiana, trata-se de “um claro-escuro de verdade e engano” (Kosik, 1963, 15). Segundo o autor, a realidade concreta possui uma dupla face interligada: o fenômeno e a essência, sendo que a primeira manifesta a existência da segunda, ao mesmo tempo em que a esconde.

A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (Kosik, 1963, 15).

Conforme indica o autor, o mundo fenomênico é a superfície da essência, que aponta para a existência de algo mais complexo. Ambos – fenômeno e essência - atuam em uma relação de interdependência, sendo que o fenômeno se cristaliza como realidade no cotidiano a partir

da reafirmação de “relações, concepções e modos de vida historicamente determinados, (...) reiterados por sistemas de reprodução ideológica” (Cabral, 2018, 65).

Assim, entendemos que o cotidiano se configura como uma instância de alienação, em que o indivíduo se posta como inerte à possibilidade de manejar os mecanismos de funcionamento do sistema, que ele determinou e pelos quais é determinado, para se chegar à realidade concreta. Nessas circunstâncias, o mundo dos fenômenos é dado como estabelecido e a ordem vigente é apenas reproduzida.

As pessoas lidam cotidianamente com uma espécie de realidade pronta e acabada, como se esta fosse um conjunto de aparelhos (um sistema) passível de ser manejado (operado) por elas, mas cuja dinâmica de funcionamento elas desconhecem. Ou mesmo quando conhecem, parece ser impossível de ser por elas desmontado ou reconstruído de maneira diferente. Daí a sensação de desencanto e passividade, como se em relação ao mundo existente coubesse ao indivíduo apenas adaptar-se (Cabral, 2018, 65).

O indivíduo age sobre o mundo e, ao mesmo tempo é afetado por ele, mas essa relação é construída a partir de uma práxis utilitária imediata, fundamentada no senso comum, em que a realidade não é compreendida na sua complexidade e, portanto, não alterada (Kosik, 1963). Fato que contribui para a permanência do sujeito na ilusão da realidade fenomênica.

Para superar esse *status quo*, Kosik (1963) explica que é necessária a realização de “uma atividade peculiar” de investigação do fenômeno para se chegar à essência do real, considerando que, “o mundo fenomênico tem a sua estrutura, uma ordem própria, uma legalidade própria que pode ser revelada e descrita” (Kosik, 1963, 15). O autor enfatiza que a atividade de apreender o fenômeno da realidade implica em “indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (Kosik, 1963, 15).

O processo de cisão com o mundo dos fenômenos, ou como propõe o autor, de destruição da pseudoconcreticidade, é um movimento dialético que permite a compreensão da realidade concreta, pois, “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (Kosik, 1963, 20). E esse pensamento crítico faz com que o indivíduo se desloque da práxis utilitária para a práxis revolucionária e passe a problematizar a realidade social com fins a sua transformação (Cabral, 2018).

Nesse sentido, reforçamos que a perspectiva de cotidiano e o campo midiático estão interligados, pois os meios de comunicação se apropriam de aspectos do cotidiano e os reproduzem com a finalidade de favorecer a manutenção de um poder estabelecido, deixando turva a construção de uma reflexão crítica por parte dos indivíduos.

Assim, cabe discutir também o papel desempenhado pelos meios de comunicação no processo de mediação das relações sociais. As novas tecnologias, das quais a televisão faz uso, modificam as dinâmicas da comunicação na atualidade, pois permitem o acesso a outros mundos, outras formas de visibilidades – instantâneas, simultâneas e globais – (Sodré, 2002). Conforme explica Sodré (2002), a mediação rege a sociedade contemporânea por conta da “tendência à “virtualização” ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação” (Sodré, 2002, 21).

Ainda segundo o autor, essa mediação resulta de uma articulação híbrida de instituições com organizações de mídia, ou ainda, com atividades regidas pelos protocolos, códigos e lógicas da esfera midiática. “Implica a mediação, por conseguinte, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo” (Sodré, 2002, 24).

Na contemporaneidade, cada vez mais a mídia, em especial na televisão, está presente no cotidiano dos indivíduos “abolindo a distância entre a representação e o real” e produzindo “um real mais verdadeiro que o real” (Barbero, 1997, 86). Entretanto, essa relação não é unilateral, tampouco passiva. Barbero (1997) explica que o telespectador realiza uma “leitura e codificação da televisão”, prática realizada no âmbito das mediações sociais.

Por mediações, Barbero (1997) entende como “os lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (Barbero, 1997, 292). As distintas instituições sociais influenciam na forma como os indivíduos reagem à interpelação midiática. E nesse sentido, o autor sugere “três lugares de mediação: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural” (Barbero, 1997, 292).

Barbero reforça ainda que os indivíduos fazem suas próprias interpretações daquilo que leem, ouvem ou veem e reagem de formas distintas, influenciadas pelas experiências adquiridas ao longo do convívio social. Ou seja, a partir de suas condições de produção, ressignificam a

forma como a mídia os afeta. Assim, as mediações alteram os sentidos dos produtos culturais de massa (Barbero, 1997).

É a partir dessa compreensão dos indivíduos como sujeitos ativos do processo comunicacional, que a *decolonialidad* propõe a superação do modelo mecanicista da comunicação e reducionista da diversidade regional, imposto aos latino-americanos desde o exterior. Assim, Villanueva (2018, 74) explica que a *decolonialidad* é a confrontação com a *colonialidad* para “remontá-la em busca de uma vida em diferença e equidade” (em tradução livre). Como perspectiva teórica aponta para a ação como instrumento de superação da *colonialidad* que mantém seus efeitos arraigados na estrutura social da região.

A *decolonialidad* é tanto o horizonte de compreensão crítica da realidade social desde a história concreta dos povos subordinados ao domínio colonial e neocolonial como o desafio epistemológico e político libertador que se desprende de tal visão. Pensar *decolonialmente* significa, então, fazer inteligível o mundo social (e o comunicacional no seu seio) (Villanueva, 2018, 74. Em tradução livre).

Nesse contexto a teleSUR surge com um veículo orientado a falar sobre a América Latina para os latino-americanos e a partir da própria região, com foco a superar uma abordagem estereotipada e construir uma narrativa menos indiferente e verticalizada, tomando como horizonte a diversidade e as características presentes no cotidiano, mas deturpada no imaginário social construído pela televisão.

teleSUR: la voz informativa de América Latina?

No contexto latino-americano, impera uma ordem comunicativa cujo objetivo é assegurar o exercício de poder político estadunidense, em detrimento da integração e autonomia regional que, historicamente está submetida à dominação cultural dos centros de poder, “na qual a comunicação desempenha um papel decisivo” (Beltrán & Cardona, 1982, 19).

Beltrán e Cardona (1982) explicam que essa assimetria de poder impede a realização dos anseios emancipatórios dos povos latino-americano e que o padrão das relações entre os Estados Unidos e a América Latina coloca em perigo “a integridade das culturas dos países desta região [...]. E a emancipação política e econômica de nossos povos continuará sendo uma utopia distante” (Beltrán & Cardona, 1982, 119).

Essa perspectiva de unidade cultural e cultura nacional, construída e veiculada pela televisão, oculta o sistemático apagamento de outras culturas subalternizadas, influenciando diretamente na construção das identidades dos povos. Conforme esclarece Barbero (1997, 250), “a televisão desenvolverá ao máximo a tendência à absorção das diferenças. E falo de absorção porque é esta sua forma de negá-las: exibindo-as livres de tudo aquilo que as impregna de conflitividade”.

Por suas características técnicas, a televisão otimizou o intercâmbio e as experiências das relações humanas e, na mesma medida, encarregou-se de construir ou reforçar determinadas hegemonias e silenciar vozes dissonantes, não permitindo que as contrariedades ganhassem notoriedade para ameaçar o poder estabelecido. De acordo com Barbero (2015, 250), “nenhum outro meio de comunicação tinha permitido o acesso a tanta variedade de experiências humanas, de países, de povos, de situações. Mas também nenhum outro jamais as controlou de tal modo que, em vez de implodir o etnocentrismo, terminasse por reforçá-lo”.

Os conglomerados estrangeiros de comunicação que atuam na América Latina, principalmente estadunidenses (CNN, ABC, Univisión), retratam a região de forma parcial ou desfavorável sob vários aspectos (Oliveira, 2010), e constroem discursos uníssonos pró Estados Unidos, possibilitando o exercício do imperialismo cultural da potência do norte sobre os países latinos.

Com isso, os temas que ocupam as manchetes sobre a América Latina, feitas por óticas estadunidenses, reproduzem visões estereotipadas da região, enfatizando apenas aspectos negativos como golpes, agitações políticas, catástrofes e escândalos, produzindo “visões alheias e distorcidas de identidade cultural, negando aos latino-americanos a participação em sua própria história e prejudicando os esforços de integração de seus povos” (Ferreira, 1995, 28).

Para romper com esses estigmas e ordem comunicativa de dominação hegemônica, criados pelos centros de poder e operados pela mídia estrangeira e pelas mídias locais, que importam os discursos dominantes e os disseminam no interior dos países latino-americanos, surgiram movimentos e instituições político-culturais paradigmáticas que se encarregaram de criar uma nova narrativa na e sobre a América Latina, como é o caso da emissora de TV multiestatal *Televisión del Sur (teleSUR)*.

A *teleSUR* foi inaugurada no dia 24 de julho de 2005, data do aniversário de Simón Bolívar, e propõe construir uma visão latino-

americana da realidade, contrapondo-se ao relato jornalístico hegemônico das empresas de comunicação que replicam a visão de continente gerada a partir dos Estados Unidos e/ou Europa, e promover a “integração das nações e povos da América Latina e Caribe” (Nogueira, 2012, 88).

O caráter multiestatal da emissora decorre da dinâmica de sua criação, que teve como Estados-membros fundadores: Venezuela (70%), Argentina (20%) e Uruguai (10%). Até 2016 a sociedade da TV era composta por Venezuela, que detinha 51%, Cuba participa com 15%, Argentina com 14%, Uruguai, Bolívia, Equador e Nicarágua, com 5% cada (Moraes, 2015). Após a eleição do presidente Mauricio Macri na Argentina em 2016, o país se retirou do projeto comunicacional.

A *teleSUR* possui correspondentes nos Estados Unidos, Cuba, México, Nicarágua, Haiti, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Argentina, Brasil e Síria (Moraes, 2015). Sua transmissão é realizada através de “redes de televisão comunitárias e privadas do Brasil, Cuba, Colômbia, Argentina e Uruguai, dentre outros países da América Latina” (Nogueira, 2009, 9), características que colaboram para a produção de uma narrativa plural da realidade latino-americana. No dia 25 de julho de 2019, data em que completou 14 anos, a emissora inaugurou a divisão de notícias em português, transmitida desde Caracas.

Com programação de notícias 24h, o canal latino aborda as diversas vertentes do cotidiano regional em uma grade que consta de 90 programas veiculados nos 14 anos de história da TV. Parte desses programas não está mais sendo produzido, como é o caso do programa *Realidades* que utilizamos nessa pesquisa como recorte para discutir o cotidiano latino narrado pela *teleSUR*.

Cotidiano latino na *teleSUR*: análise

Tomamos do universo da programação da *teleSUR*, o Programa *Realidades* para esta pesquisa, por entendermos que esse faz abordagens aprofundadas de recortes da realidade da América Latina. Fato que nos permite observar com mais detalhes os “fenômenos” do cotidiano latino-americano, com sua estrutura, ordem e legalidade próprias (Kosik, 1963), nos apontando caminhos para se chegar à “essência”, que são as camadas da realidade não manifestas imediatamente, as que não estão visíveis ao olhar imediato, mas que estão presentes, e que requerem uma “atividade peculiar” – investigação – para serem “descobertas”.

O material de análise foi acessado através do repositório de vídeos, no site do Programa na teleSUR. Enquanto esteve no ar, foi veiculado às terças-feiras e às quintas-feiras das 21h às 21h30. Propunha analisar o contexto político, econômico, social e cultural das realidades dos povos latino-americanos, tendo como narradores os próprios protagonistas das reportagens. Tinha duração média de 25 minutos e era dividido em 3 blocos.

Imagem 01: Identidade visual do programa Realidades



Fonte: telesurtv.net

Tabela 01: Dados sobre as edições programa Realidades

Tema	Duração	Data	Link
La Revolución Bolivariana	26min55 s	01/12/2015	https://videos.telesurtv.net/video/478264/realidades-478264/
Razones históricas de la demanda marítima de Bolivia ante Chile	25min47 s	19/01/2016	https://videos.telesurtv.net/video/496654/realidades-496654/

Fonte: teleSUR

Para emprendermos a análise, contamos com o dispositivo analítico da Análise de Discurso francesa que, em seu modo operativo, parte de três “etapas de análise”, permitindo ao analista “passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus*” (Orlandi, 2010, p. 77). Essas etapas, de acordo com Orlandi (2010) são: 1ª Etapa: Superfície Linguística (Texto); 2ª Etapa: Objeto Discursivo (Formação Discursiva); 3ª Etapa: Processo Discursivo (Formação Ideológica).

O trabalho do analista é passar de uma etapa para outra até identificar a formação ideológica presente no material empírico. Adotamos a Análise de Discurso francesa por nos possibilitar a interpelação de aspectos da televisualidade, considerando que essa oferece subsídios para analisar

“imagem, som e letra” (Orlandi, 2010), indispensável nessa pesquisa em que estudamos um produto audiovisual.

O processo analítico será realizado a partir da verificação de três camadas discursivas: o que? Como? e Por que?, tomando como parâmetros as “Etapas de Análise” propostas por Orlandi (2010). No primeiro – o que? –, apresentamos os temas abordados nas edições do programa *Realidades*. No segundo – como? –, destacamos os enfoques dados à abordagem dos temas. E no terceiro – por que? –, problematizamos o porquê desses temas ganharem destaque e a forma como aparecem no programa.

As duas edições que analisamos são apresentadas pela jornalista venezuelana Lorena Gil. A exibida no dia 01 de dezembro de 2015, trata dos resultados obtidos pelo programa social de alfabetização da população venezuelana, *Misión Robinson*, implantado em 2003 pelo governo do então presidente Hugo Chávez, por meio do Plano Nacional de Alfabetização, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no país, que afetava 1,5 milhão de venezuelanos.

O programa levado ao ar no dia 19 de janeiro de 2016 trata da demanda marítima boliviana diante do Chile para ter acesso soberano ao Oceano Pacífico, direito que foi retirado do país andino, após o Tratado de Paz e Amizade assinado entre as duas nações em 1904, para pôr fim em definitivo à Guerra do Pacífico, ocorrida entre 1879 e 1883, que tinha sido interrompida por um armistício. Com o Tratado, os chilenos retiraram dos bolivianos 440km de costa que davam saída ao Pacífico.

Cada edição do Programa possui três blocos e cada um desses apresenta um diferente aspecto do tema central abordado. São três grandes reportagens que discutem com profundidade os enfoques do assunto pautado. A dinâmica de apresentação do *Realidades* consta de vinheta de abertura, em que um cubo mágico projeta diferentes monumentos da América Latina – Obelisco (Buenos Aires - Argentina), Pirâmide Maia (Yucatán - México), Cristo Redentor (Rio de Janeiro – Brasil), e etc. –, seguido por um *mix* de imagens que são desenvolvidas ao longo do programa.

Na sequência segue para o estúdio, de onde a apresentadora, a jornalista Lorena Gil, faz a introdução à temática reportada e anuncia o início do Programa. Ao término de cada bloco a imagem volta para a apresentadora que anuncia o intervalo. No retorno dos comerciais e ao término do programa, ela faz uma breve fala com forte teor político, relacionada com o tema.

Misión Robinson

Na vinheta de abertura dessa edição do programa *Realidades*, são apresentadas fotografias de Simon Bolívar, bandeiras do Programa *Misión Robinson*, imagens de venezuelanos atendidos pelo Programa Social, e evento com Hugo Chávez no plenário da Assembleia Nacional do país, no dia 28 de outubro de 2005, em que os beneficiários do programa estão vestidos com uniformes vermelhos, todos de pé agitando bandeiras e aplaudindo o mandatário que condecora um estudante. A transição imagética que dura 25 segundos é acompanhada por uma trilha sonora que remete a filmes de ação.

Aqui destacamos alguns detalhes que aparecem, mas requerem análise para serem entendidos. Simón Bolívar foi um líder político e herói venezuelano que inspirou Hugo Chávez no fazer político de reestruturação da Venezuela, e que possui uma relação direta com a teleSUR. A emissora foi ao ar pela primeira vez em 25 de julho, data de aniversário de Bolívar. Além disso, as imagens de Chávez são de arquivos, considerando que ele morreu em março de 2013. Esses fatos nos levam a constatar que a teleSUR reafirma a postura política do país em todos os detalhes de sua televisualidade. E mesmo na ausência, enaltece a figura do ex-mandatário.

Inicialmente a construção discursiva é feita com a narrativa em *off* da jornalista, intercalada com depoimentos de duas personagens, que contam sobre as dificuldades que enfrentaram no cotidiano por serem analfabetas e dos benefícios da *Misión Robinson* em suas vidas. É destacada, também, uma fala de Chávez reproduzindo o slogan do programa social: “*Venezuela zona libre del analfabetismo*”.

Outra formação discursiva se dá na explicação do nome da *Misión*. O homenageado, Samuel Robinson, é o pseudônimo escolhido pelo professor Simón Rodríguez, quando chegou à Jamaica em 1797, fugindo de perseguições políticas na Venezuela promovidas pela Espanha, por sua luta pela independência venezuelana.

Para reforçar a importância do plano de alfabetização bolivariano, a teleSUR apresenta dados das condições sociais do país andino, que nos anos 2000 tinha 18% da população vivendo na pobreza extrema, 21% sofrendo de subnutrição e aproximadamente dois milhões de pessoas analfabetas. Ainda de acordo com a emissora, esses dados se agravaram nos anos seguintes, com as greves do setor empresarial, paralisação petroleira e o golpe de estado em 2002. Os dados são apresentados enquanto se exibem

imagens em preto e branco, de crianças e adultos em uma favela da capital venezuelana. Uma estratégia televisual para legitimar essa ação do governo e provocar empatia nos telespectadores.

Destaque importante na abordagem da TV é dado ao apoio de Cuba na implementação da *Misión Robinson*, que é baseada na própria experiência cubana com o programa de alfabetização, *Yo sí puedo*, criado pela pedagoga nacional, Leonela Relys. Através do convênio, a Ilha caribenha doou 1,9 milhões de cartilhas de alfabetização, 200.000 manuais para instrutores, 80.000 televisões, 80 mil equipes de fitas VHS, 1 milhão de vídeos e 2 milhões de bibliotecas familiares. A ênfase a esses números reforça a relação política entre os dois países e revela uma sólida parceria no campo da educação, área em que Cuba é referência internacional.

Com entusiasmo e exibindo imagens de atividades do programa em que parecem alunos e instrutores em sala de aula e em ações de campo nas comunidades pobres, a teleSUR explica como o programa contribuiu para que o país sul-americano alcançasse 99,5% de taxa de alfabetização, convertendo-se em área livre do analfabetismo. Do estúdio, a intervenção da apresentadora reforça nossa perspectiva sobre a vocação bolivariana da teleSUR: “A atividade de alfabetizar requer solidariedade, voluntariado, cooperação e sobretudo, de alianças estratégicas elementos que coincidiram com o que planejava o presidente Hugo Chávez” (em tradução livre).

Para desenvolver um programa com a envergadura da *Misión Robinson*, foi necessário um contingente considerável de educadores. Sobre isso, a TV destaca que Chávez realizou um “chamado” ao país, e milhares de venezuelanos se dispuseram a contribuir como instrutores voluntários. Entre esses estão Nilsa de Boscán, coordenadora do Programa, e Islenys González que atua como instrutora. Ambas foram beneficiárias e estão retribuindo os conhecimentos adquiridos.

Outro ponto ressaltado é o caráter de inclusão de pessoas com necessidades especiais, que em princípio não eram foco do Programa, sendo incluídos a partir de demanda das próprias pessoas em condição de deficiência visual e auditiva. Sobre esse aspecto, é informado que, “a inclusão social é uma das características fundamentais dentro da Revolução bolivariana e a Misión Robinson é o melhor exemplo disso. Agora na Venezuela todos e todas podem aprender a ler e a escrever” (em tradução livre).

Para tratar desse aspecto do programa educativo, a emissora exhibe as falas de Lizzeta Oyoque, deficiente visual e facilitadora do sistema

Braille, e de David Berroteran, deficiente visual e estudante de Braille, ambos integrados à *Misión Robinson*. Suas falas são cobertas por imagens de estudantes lendo através do sistema braille. Além disso, é citado brevemente que as ações educativas atendem estudantes deficientes auditivos e oferecem aulas para detentos.

A teleSUR sublinha também a abrangência da *Misión Robinson*, explicando que essa chega até comunidades indígenas, apresentando, com imagens de arquivo, o depoimento de Roberto José de Yabinape, instrutor indígena. O depoimento foi dado diante de Hugo Chávez, no evento realizado na Assembleia Nacional venezuelana. Com essa abordagem, a teleSUR constrói uma perspectiva discursiva de que o programa educacional é uma unanimidade, que alcança todos os setores da sociedade venezuelana.

Outra ênfase é dada ao fato de que a *Misión Robinson* é parte de uma tríade de programas sociais voltados para a educação em modalidade continuada, que engloba *Misión Ribas* e *Misión Sucre*. A primeira atende a educação básica; a segunda é voltada a estudantes do ensino médio; e a terceira é estruturada para promover o ingresso de estudantes no ensino superior, através das universidades venezuelanas.

A *Misión Ribas* é uma homenagem a José Félix Ribas, militar considerado herói da independência venezuelana. A *Misión Sucre* homenageia Antonio José de Sucre, militar e estadista venezuelano, também considerado herói nacional por haver lutado pela independência do país. Ao abordar essa temática, a emissora reaviva cultura política do ex-presidente Hugo Chávez, que tinha nessas figuras suas principais referências. Nesse ponto fica cimentado no discurso jornalístico da teleSUR a defesa da política bolivariana.

Demanda marítima boliviana ante o Chile

A temática dessa edição do *Realidades* diz respeito a outro país governado pela esquerda e com relação direta com a teleSUR. A Bolívia é societária da emissora, com 5% de ações. Já no início do programa, após exibição de imagens de Evo Morales, do Oceano Pacífico e do Marco das Fronteiras entre Chile e Bolívia, é defendida a postura de reivindicação boliviana: “Mar para Bolívia com soberania. É uma demanda que toma cada dia mais força, já não só com uma petição de Estado. Se converteu numa exigência dos povos” (em tradução livre).

Na construção discursiva, a TV utiliza imagens de arquivos de coletiva de imprensa do Chanceler boliviano, David Choquehuanca, informando que seu país vai acionar judicialmente o Chile junto ao Tribunal Internacional de Justiça de Haia, para garantir o direito soberano de acessar o Pacífico. A fala é seguida por imagens de reuniões do Presidente Evo Morales com autoridades chilenas, em atividades de negociação. Morales também aparece em entrevista a jornalistas, explicando a decisão do país de recorrer à Corte.

A emissora explica que o Chile questionou a competência jurídica de Tribunal para julgar o caso, ao mesmo tempo em que informa que esse, por unanimidade, se julgou competente para emitir uma sentença. Essa narrativa é coberta por imagens do plenário da Corte Internacional em sessão. O discurso televisual conflui para indicar uma primeira derrota chilena, e sinaliza uma esperança de vitória definitiva para Bolívia no julgamento do mérito.

Para reforçar essa perspectiva, a teleSUR consulta o Analista Político Internacional boliviano, Álvaro Del Pozo Carafa, que afirma existir certa vantagem boliviana na disputa em Haia, porque o Chile exauriu sua “artilharia jurídica” na fase de contestação da jurisprudência da Corte sobre o conflito. Além disso, reforça que o tratado de 1904, que pôs fim à Guerra do Pacífico, foi lesivo para os interesses nacionais bolivianos.

A construção discursiva é enfática ao acusar o Chile de não cumprir as condições estabelecidas no Tratado de 1904, impondo restrições à circulação soberana da Bolívia. “O artigo 6 do Tratado de Paz e Amizade de 1904 indica que Chile reconhecerá em favor de Bolívia e a perpetuidade o mais amplo e livre direito de trânsito comercial. Um aspecto que 111 anos depois não mais se cumpre” (em tradução livre).

Outro ponto diz respeito à percepção dos povos afetados pela disputa: “A juízo da opinião pública a demanda marítima que planteia Bolívia junto ao Chile é absolutamente justa e assim o plasma nos documentos apresentados junto à Corte Internacional de Justiça de Haya” (em tradução livre). Entretanto, essa animosidade não foi confirmada no veredito penal. No dia 1º de outubro de 2018, por 12 votos a 3, a Corte Internacional negou a obrigatoriedade jurídica da República do Chile, de negociar um acesso soberano ao Oceano Pacífico para o Estado Plurinacional da Bolívia.

A teleSUR faz ainda um recorrido histórico da apropriação chilena da Província de Antofagasta, litoral da Bolívia, região rica em salitre e

outros minerais. Afirmar que o Chile foi o principal beneficiário do conflito, considerando que adquiriu um território rico em minerais, que o permitiu sair da grave crise econômica em que se encontrava, convertendo-se no maior produtor mundial de salitre, prata, cobre, recursos marinhos e lítio, enquanto que os bolivianos ficaram “castrados dessa possibilidade”.

Para além dos interesses políticos de um acesso com soberania à costa pacífica, a teleSUR inclina seu discurso para defender a demanda boliviana, justificando essa como um direito dos povos andinos originários que vivem na região disputada. Para sustentar sua postura, destaca a relação estratégica dos povos originários bolivianos com o Pacífico, desde os Incas, que se relacionavam com a costa do Atacama. Afirmar existir uma vocação desses povos para com o Pacífico que dura desde antes da instituição do Estado boliviano. No aspecto visual, as informações são acompanhadas por imagens de indígenas bolivianos em atividades cotidianas na zona rural do país.

Como notamos, a emissora busca construir um consenso sobre o direito do país plurinacional à saída livre e soberana ao Pacífico, afirmando ser essa uma vocação histórica e natural dessa nação. Para cristalizar esse discurso, a TV latina reconstrói o horizonte histórico do conflito e busca, no historiador chileno Sérgio Grez Cosso, capital político para contestar a postura do Chile para com o vizinho ao norte. Realça que a parte boliviana tem razão no reclamo, que tem provocado mais prejuízos que benefícios às duas “repúblicas irmãs”.

Ainda em reprovação à política agressiva chilena, a entrevista do historiador converge para sustentar que essa disputa tem impactos negativos sobre os povos dos dois países, pois, segundo esclarece, existe uma “relação envenenada” que alimenta uma corrida armamentista dessas nações, que consome um grande volume de recursos, que fazem falta em investimentos para resolver problemas sociais crônicos nas áreas de saúde, educação, cultura e moradia. Essa concepção nos autoriza a entender que, para a teleSUR, a manutenção do veto à saída ao Mar não é benéfica a nenhuma das nações.

Ademais, a emissora quantifica as perdas econômicas provocadas pelas restrições chilenas. Para isso, entrevista Gustavo Rivadeneira, representante da Câmara do Transporte Pesado de El Alto (Bolívia), que informa sobre as perdas do setor de mais de 1 milhão de dólares, entre maio de 2015 e janeiro de 2016, por conta de 4 paralisações da Aduana chilena que atua na fronteira. O chanceler da Bolívia é outra fonte que

surge falando sobre o assunto, em que acusa o Chile de não cumprir seus compromissos e de não respeitar o Direito Internacional.

Por conta da disputa marítima, os dois países romperam relações diplomáticas em 1962, retomadas em 1975, ano em que houve um “acordo de cavalheiros” entre os ditadores coronel Hugo Banzer (Bolívia) e general Augusto Pinochet (Chile), no qual Banzer oferecia parte do território boliviano em troca de saída para o oceano Pacífico. No entanto, o acordo fracassou e em 1979 os países romperam relações diplomáticas novamente, que só vieram a ser restabelecidas em 2015.

Conclusões

Essa pesquisa leva em consideração que o olhar que lançamos para o cotidiano latino-americano, através do programa *Realidades*, é mediado e midiaticizado, ou seja, socialmente construído. Entre a realidade apresentada e nós, temos a teleSUR, que funciona como essa “ponte” que nos coloca em contato com o contexto distante. Assim, sublinhamos que as condições de produção da emissora refletem na forma como o assunto é abordado. E que as interpretações que fazemos do cotidiano apresentado nas edições analisadas levam em conta nossos lugares de mediação. E seguindo desse ponto, entendemos que a teleSUR desempenha seu papel político-comunicativo, enquanto emissora estatal, na abordagem da realidade latina, a partir dos contextos venezuelano e boliviano.

Em seu discurso, a TV repercute seu lugar social e de defesa dos governos de esquerda da região, como fica evidente no trato dado ao programa social *Misión Robinson* e à demanda boliviana pela saída soberana ao Pacífico. Em ambos os casos, as figuras dos presidentes – Chávez e Morales - são enaltecidas e suas políticas legitimadas, sem qualquer apontamento de contradição. No caso venezuelano, a *Misión Robinson* é apresentada como um legado expressivo deixado pelo ex-presidente Hugo Chávez. Na Bolívia, Evo Morales surge como um conciliador preocupado com o sofrimento da população, vítima da disputa, e avesso ao conflito.

A teleSUR demonstra estar atenta à conjuntura política daquele momento histórico, em que a extrema-direita retoma o poder em alguns países na região, e a esquerda sofre uma “dissolução em cascata” das experiências de poder, o que nos remonta à *decolonialidad*, que propõe, justamente, a superação desse fazer político que ensaia retornar. O tom de criticidade adotado pela emissora reforça nossa compreensão de sua postura

decolonial, marcadamente oposta à *colonialidad del ser*, materializada na estratificação eurocêntrica e estadunidense dos povos latino-americanos, e à *colonialidad del poder*, que impõe um protótipo de civilização caricata para a região.

No caso das derrotas da esquerda, podemos citar Honduras (2009) e Paraguai (2012) que amargaram golpes parlamentares. A direita argentina havia conduzido Macri à Casa Rosada. Na Bolívia, Evo Morales enfrentava desgaste político alimentado pela elite, e em 2020 acaba sofrendo um golpe. E na Venezuela, Nicolás Maduro tentava resistir às tentativas violentas de manobras ensaiadas pela direita para tirá-lo do poder, com apoio dos norte-americanos. Fatos que, a partir de nossa percepção, levaram a emissora a evidenciar com mais força as ações dos governos de esquerda, reforçando o comprometimento dos mandatários para resolver os problemas de suas nações.

Através dessa cobertura da teleSUR, é possível verificar como os latinos se referem a si, por meio de discursos midiáticos horizontais, em uma perspectiva sul-sul (teleSUR da/para a América Latina), construindo no centro desse fluxo comunicativo, atravessado pelas características locais, uma narrativa da latinidade negada e excluída dos meios tradicionais que atuam na América Latina.

Portanto, o discurso jornalístico da *Televisión del Sur* sobre o cotidiano latino-americano, revela uma abordagem do contexto regional entusiasmada, que estima os feitos políticos dos governos de esquerda. A realidade latina surge em primeiro plano, evidenciando fatos que são invisibilizados pela mídia que atende aos interesses da elite da região. Evidentemente, as contradições no fazer jornalístico estão presentes, principalmente por se tratar de uma emissora que surge com vocação genuinamente política.

Referências bibliográficas

Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

Beltrán, L. R. & Cardona, E. F. (1982). *Comunicação dominada: os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Cabral, F. M. S. (2018). *A pesquisa em Mídia e Cotidiano no contexto da*

tradição crítica latino-americana de Comunicação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Niterói – RJ.

Ferreira, M. N. (1995). *A comunicação (des)integradora na América Latina: os contrastes do neoliberalismo*. São Paulo, EDICON CEBELA.

Kosik, K. (1963) *Dialética do concreto*. São Paulo, Editora Paz e Terra.

Matta, F. R. (1982) Prefácio. In: Beltrán, L. R. & Cardona, E. F. *Comunicação dominada: os Estados Unidos e os meios de comunicação da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Moraes, G. S. M. (2015) *Pátria Grande à vista: TeleSUR e as contradições da integração a América Latina* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Nogueira, S. G. A. (2009). “identidade latino-americana” e a integração regional: o projeto da rede de comunicação Telesur. *Carta Internacional*, 4 (1), 7-14.

Oliveira, R. S. (2010). *A mídia como ator emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do soft power frente aos desafios das mudanças climáticas* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, SC.

Orlandi, E. (2010). *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes Editores.

Sodré, M. (2002). *Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede*. Petrópolis, Vozes.

Villanueva, E. R. T. (2018). La Comunicación Decolonial, Perspectiva In/Surgente. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 15(28), 72-81.

Autores, autoras y organizadores

Leonel Caraballo Maqueira (ISRI)

Doctor en Ciencias Jurídicas con especialidad en Derecho Ambiental por la Universidad de La Habana (2004), siendo Profesor Titular desde 2005. Vicerrector de Investigaciones y Profesor Titular del Instituto Superior de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” de La Habana, Cuba. Fue presidente de la Cátedra de Estudios Jurídicos del Instituto Superior de Tecnología y Ciencias Aplicadas del Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente (2003-2010); miembro del Grupo de Bienestar Animal del Consejo Científico Veterinario de Cuba (2000-2021) y profesor de Filosofía del Derecho y Derecho Romano en la Universidad de Guinea Ecuatorial (2010-2012). Profesor de Teoría Política del Colegio Universitario San Gerónimo de La Habana; miembro del Comité Académico de la Maestría en Relaciones Internacionales y profesor de Derecho Internacional y Derecho Ambiental Internacional del Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García. Coautor, entre otros textos, de Derecho Ambiental Cubano (Editorial Félix Varela, 2000 y 2007) y Diversidad Biológica de Cuba (Editorial Pablo de la Torriente Brau, 2012). Tiene publicados numerosos artículos, entre ellos: “Los Convenios de la Base Naval de Guantánamo. Nulidad Insubsanable” (Política Internacional, 2016) y “El Asilo diplomático y el principio de no devolución” (Política, Globalidad y Ciudadanía, 2019).

Eumelio Caballero Rodríguez (ISRI)

Embajador. Jefe del Grupo de Internacionalización del Instituto Superior de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” de La Habana, Cuba. Licenciado en Historia. Fue Viceministro de Relaciones Exteriores. Ocupó el cargo de embajador de la República de Cuba en Francia, Argelia, Zimbabwe, Qatar, entre otras misiones diplomáticas. Fue presidente de la Asociación de Amistad Cubano-Árabe.

Patricia Spósito Mechi (ICAL)

Coordinadora del Programa de Posgraduación en Integración Contemporánea de América Latina (PPG-ICAL) de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA). Docente en esta universidad desde 2015, actuando en el Ciclo Común de Estudios. Es

historiadora (1999), con Maestría (2002) y Doctorado (2012) en Historia Social por la Pontificia Universidad Católica de San Pablo (PUC-SP). Fue profesora en la Universidad Federal de Tocantins (2004-15) donde coordinó el proyecto Memoria, Verdad y Justicia de Tocantins. Autora de *Protagonistas do Araguaia* (2016), obra vencedora del Premio Memorias Reveladas del Archivo Nacional. Investiga temas sobre violencia política, extrema derecha, dictaduras, memorias y derecho humanos en América Latina y el Caribe.

Rachel Lorenzo Llanes (ISRI)

Licenciada en Filosofía y Máster en Relaciones Internacionales. Profesora y metodóloga en el Instituto Superior de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” de La Habana, Cuba. Cuenta con diferentes publicaciones científicas en la Revista Política Internacional y ha presentado ponencias en eventos nacionales e internacionales.

Yosmany Fernández Pacheco (ISRI)

Profesor de Historia de las Relaciones Internacionales en el Instituto Superior de Relaciones Internacionales de La Habana. Cuenta con una Maestría en Historia Contemporánea por la Universidad de La Habana. Su trayectoria incluye participación en proyectos de investigación sobre las relaciones exteriores de Rusia y múltiples publicaciones académicas en revistas especializadas. Ha participado activamente en eventos internacionales, con enfoque en diplomacia cultural, geopolítica rusa y el concepto del “Alma Rusa”. Sus áreas de expertise se centran en las relaciones internacionales contemporáneas, con especialización en la política exterior de la Federación de Rusia y su impacto global.

Ricardo Leyva Pérez (ISRI)

Licenciado en Marxismo-Leninismo e Historia (2004). Es Profesor Auxiliar (2014) y realizó Doctorado Curricular Colaborativo en la Facultad de Economía de la Universidad de la Habana (2013-2015). En la actualidad se desempeña como docente e investigador en el Instituto Superior de Relaciones Internacionales (ISRI) “Raúl Roa García”, La Habana, Cuba.

Félix Pablo Friggeri (ICAL)

Doctor en Ciencias Sociales. Profesor Asociado en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA). Fue Coordinador del

Programa ICAL. Miembro de la organización del Foro Social y Popular de la Triple Frontera.

Luis Ricardo Cabrera Cortés (ICAL)

Doctor en Estudios Latinoamericanos con enfoque en geografía cultural, procesos territoriales y metodologías cualitativas. Sus líneas de investigación son el turismo regional y crítico, articulando el análisis teórico con la acción social. Ha contribuido en la creación de la Ley de Cultura, catalogación del patrimonio inmaterial, así como la dirección de proyectos de cartografía social en los estados de Puebla y Tlaxcala en México.

Macarena Mercado Mott (ICAL)

Doctora en Ciencias Sociales (UBA), Magister en Estudios Sociales Agrarios (FLACSO), Magister en Integración Contemporánea de América Latina (UNILA), Licenciada en Ciencia Política (UNLAR), Diplomada en Sindicalismo, liderazgos y género en América Latina (CLACSO). Docente en la Universidad Nacional del Chaco Austral.

Roberto Urgellés González (ISRI)

Licenciado en Derecho. Especialista de 1er grado en Dirección. Doctor en Ciencias Jurídicas. Profesor Titular y Jefe del Departamento de la Especialidad en Relaciones Internacionales del Instituto Superior de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García”. La Habana, Cuba.

Mamadou Alpha Diallo (ICAL)

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e graduado em Administração pela PUCRS. Atualmente é professor Associado, nível 1, e nos últimos quatro anos (2021-2025) foi coordenador do Centro Interdisciplinar de Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atua nas áreas de Política Internacional, com foco em África, Oriente Médio, América Latina e a tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). É pesquisador em temas de integração regional e segurança e participa de projetos internacionais de investigação sobre integração latino-americana. Possui ampla produção científica em revistas e livros sobre geopolítica, integração e relações internacionais.

Martha García Hernández (ISRI)

Licenciada en Relaciones Internacionales y máster en Derecho Internacional, con un perfil profesional orientado al ámbito diplomático. Cuenta con más de diez años de experiencia en el Ministerio de Relaciones Exteriores, donde se ha desempeñado en diversas áreas estratégicas, incluyendo las direcciones de Asia y Oceanía, Prensa, Comunicación e Imagen, y Asuntos Multilaterales. Ha integrado misiones permanentes de Cuba en Rusia y ante las Naciones Unidas, así como la Embajada de Cuba en la Federación de Rusia, con responsabilidades en temas multilaterales, culturales y humanitarios. Posee formación especializada en comercio exterior, derecho internacional público e inglés avanzado, y experiencia en la gestión documental y administrativa. Desde 2024 se desempeña como Profesora Asistente en el Instituto Superior de Relaciones Internacionales “Raúl Roa”, en La Habana, Cuba.

Wisly Joseph (ICAL)

Mestre em Integração Contemporânea Da América Latina (PPG-ICAL) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduação em Relações Internacionais e Integração (RII) pelo Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Marina Bolfarine Caixeta (ICAL-UNILA)

Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora da área da cooperação internacional para o desenvolvimento e profissional com experiência em gestão de projetos de Cooperação Sul-Sul no Brasil; no presente, realiza estágio pós-doutoral na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

María Elena Álvarez Acosta (ISRI)

Doctora en Ciencias Históricas, Master en Historia Contemporánea y Relaciones Internacionales. Profesora Titular del Instituto Superior de Relaciones Internacionales.

Virgínia Santiago dos Santos Góes (ICAL)

Maestra por el Programa de Posgrado en Integración Contemporánea de América Latina (PPG-ICAL) de la Universidad Federal de Integración

Latinoamericana (UNILA). Licenciada en Relaciones Internacionales por la Universidad Estatal Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Facultad de Ciencias Humanas y Sociales (UNESP/FCHS), campus de Franca-SP.

Miguel Angel Rodriguez Silva (ICAL)

Músico uruguaio, formado em língua Espanhol pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)-Brasil em 2009. Mestre e atualmente Doutourando em Integração Contemporânea Da America Latina/PPGICAL na Universidade da Integração Latino Americana (UNILA). Área de atuação e pesquisa Musica Negra latino-americana, Musica Gauchesca. Estudos em literatura espanhola, hispano-americana, portuguesa y brasileña. Tema centratrais de estudo Historia, Cultura e Memória da América Latina.

Domingos de Almeida (ICAL)

Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Imperatriz). Pós-Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM - UFMA). Doutor em Mídia e Cotidiano (2023) pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Integração Contemporânea da América Latina ICAL (2018) e Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas - RIC (2017), ambos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduado em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo na UFMA de Imperatriz (2015).

Esta obra nace del diálogo y la cooperación entre la Universidad de Relaciones Internacionales “Raúl Roa García” (ISRI), de Cuba, y el Programa de Posgraduación en Integración Contemporánea de América Latina (ICAL), de Brasil. Fruto de un camino iniciado en 2018, representa el compromiso de ambas instituciones con una producción intelectual orientada a las mayorías populares, la autonomía regional y la construcción de alternativas frente a las estructuras imperialistas y coloniales. Organizado en tres ejes —Geopolítica latinoamericana-caribeña; Economía política, integración y bloques regionales; y Descolonización de las Relaciones Internacionales y descolonización epistémica—, el libro reúne investigaciones sobre la transición hacia un mundo multipolar, las relaciones de América Latina y el Caribe con China y Rusia, las disputas económicas y políticas contemporáneas, los proyectos regionales de integración y las resistencias populares frente al extractivismo, la desigualdad y la dependencia. Sus capítulos también cuestionan el predominio de las perspectivas eurocéntricas en las Relaciones Internacionales y recuperan conocimientos, experiencias y prácticas surgidas de los pueblos latinoamericanos, africanos y caribeños. El Buen Vivir, la cooperación Sur-Sur, las religiones de origen africano, los movimientos sociales y las narrativas decoloniales aparecen como expresiones de otros modos posibles de comprender y transformar el mundo. Más que una publicación conjunta, este libro simboliza un camino compartido de hermandad, resistencia y liberación latinoamericana-caribeña, construido desde las praxis, las luchas y las sabidurías de nuestros pueblos.

